

I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

ANAIS 2020





06

UTILIZAÇÃO DO SICONV COMO FERRAMENTA PARA CAPTAR, GERENCIAR E PRESTAR CONTAS DE CONVÊNIOS OTIMIZANDO A TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA JUNTO A EMATER/RN.

17

A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA

34

PROCEDIMENTO PARA PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO RIO GRANDE DO NORTE

51

PROGRAMA COMPRA DIRETA EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-RN

61

A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NA CADEIA DA APICULTURA NOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

71

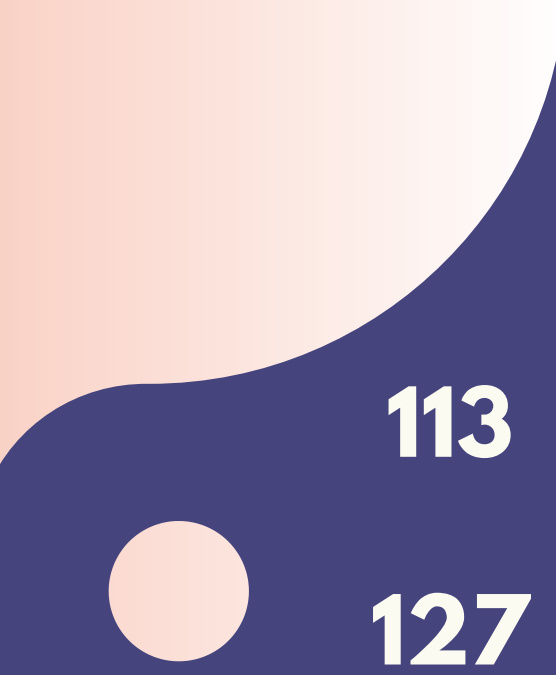
RISCOS FINANCEIROS: PERCEPÇÃO E TOLERÂNCIA DOS GESTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO NORTE

86

INFORMAÇÃO E GESTÃO: O CASO DA AGRICULTURA FAMILIA

102

A COMUNICAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA CADEIA DA APICULTURA NOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



113

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES
EM TEMPOS DE PANDEMIA

127

O PROBLEMA DA POLUIÇÃO PLÁSTICA: UM ESTUDO
NO VALE DO JAGUARIBE

144

DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO DENTRO DA
ATUAL CONJUNTURA DOS CURSOS DE DIREITO

160

GESTÃO PARTICIPATIVA NO SISTEMA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO EM CONDADO-PB

171

O PADRÃO DE GERENCIAMENTO DE ESTOQUE NO
SETOR ALIMENTÍCIO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
DISTRIBUIDORA DE LATICÍNIOS DE MOSSORÓ/RN

184

QUALIDADE EM SERVIÇOS HOTELEIROS: A
PERCEPÇÃO DOS HÓSPEDES DO OLHO D'ÁGUA
PARK HOTEL-CARAÚBAS/RN

204

QUALIDADE EM SERVIÇOS: UM ESTUDO DA
PERCEPÇÃO DOS HÓSPEDES DO GARBOS
TRADE HOTEL - MOSSORÓ/RN

225

PRÁTICAS ENXUTAS APLICADAS PARA MINIMIZAÇÃO DE
DESPERDÍCIOS EM UMA EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

**W
C
I
D
N**

245 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS
EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

260 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROGRAMA PÚBLICO DE
TRANSPORTE ESTUDANTIL DENOMINADO “CAMINHO
DA ESCOLA”

273 ANÁLISE MULTICRITÉRIO COMO FERRAMENTA DE
GESTÃO DE SAÚDE PARA LEISHMANIOSE VISCERAL

287 INOVAÇÕES E NOVIDADES NA FEIRA AGROECOLÓGICA
DO CENTERN: UM ESTUDO DE CASO

302 INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO: A experiência da Fundação Banco do Brasil

321 MARKETING VERDE E CONSUMO CONSCIENTE:
Perspectiva de alunos do curso de administração

340 GREEN SUPPLY CHAIN MANAGEMEN: UM ESTUDO
BIBLIOMÉTRICO
DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS

360 DESENVOLVIMENTO LOCAL E OS ARRANJOS
PRODUTIVOS DA CASTANHA POTIGUAR

W
C
I
D
N



372 RESPONSABILIDADE SOCIAL: CONCEITOS, MODELOS E CRÍTICAS

389 ÉTICA EMPRESARIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

404 O FENÔMENO DA SECA E SUAS CONSEQUÊNCIAS: CONCEPÇÕES SOBRE O SEMIÁRIDO NORDESTINO



ÁREA TEMÁTICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

UTILIZAÇÃO DO SICONV COMO FERRAMENTA PARA CAPTAR, GERENCIAR E PRESTAR CONTAS DE CONVÊNIOS OTIMIZANDO A TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA JUNTO A EMATER/RN.

Edflávio Vicente da Silva¹
Gerlane Andrade da Silva²
Márcio Sarnento de Alencar Paiva³

RESUMO

O presente artigo visa destacar a importância da utilização do Siconv como ferramenta de gestão para convênios, otimizando a transparência no setor público, tendo em vista a necessidade cada vez maior de adequação aos princípios da administração pública (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência), mediante Contratos e Convênios. Por outro lado, o Siconv auxilia no Controle Interno, ajuda na manutenção da transparência fortalecendo a eficiência da EMATER/RN, gerando credibilidade diante dos seus mantenedores e colaboradores. O desenvolvimento deste artigo deu-se a partir da pesquisa bibliográfica, através de livros, artigos e da vivência no setor financeiro com a utilização da ferramenta mais completa para realização de uma gestão eficiente, evidenciando a importância da utilização do Siconv no Controle Interno, Contábil e Administrativo, assegurando e garantindo a preservação da própria Organização.

Palavras Chave: Siconv. Transparência. Gestão Pública

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of using Siconv as a management tool for agreements, optimizing transparency in the public sector, in view of the increasing need to adapt it to the principles of public administration (Legality, Impersonality, Morality, Advertising and Efficiency), through Contracts and Agreements. On the other hand, Siconv assists in Internal Control, helps to maintain transparency, strengthening EMATER's efficiency, generating credibility with its maintainers and collaborators. The development of this article was based on bibliographic research, through books, articles and experience in

the financial sector with the use of the most complete tool to carry out an efficient management, showing the importance of using Siconv in Internal Control, Accounting and Administrative, ensuring and guaranteeing the preservation of the Organization itself.

Key words: Siconv. Transparency. Public Management.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo destaca a importância do SICONV como ferramenta de Captação, Gestão e Prestação de Contas, otimizando a transparência no setor público, facilitando a gestão dos convênios e contratos de repasse, mediante as exigências da transparência e da legalidade, em vista do fortalecimento do trabalho do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural– EMATER/RN.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) já destacava em seu artigo 37 os princípios para o controle na Administração Pública Estatal, que os estudantes nos anos 90 chamavam de LIMP (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade). Mais tarde, por Emenda Constitucional (EC 19/98) fora acrescentado o “E” de Eficiência, ficando a sigla LIMPE (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência).

Sendo assim o Siconv vem como a principal ferramenta que possibilita a instituição Captar Recursos existentes no setor público, através de suas chamadas, gerir os recursos e prestar contas com a maior credibilidade e eficiência dentro dos princípios constitucionais.

Deste modo, conforme Flávio da Cruz, no livro Auditoria e Controladoria (2012), citando Ricardo Cunha Chimenti et al (2006, p. 194), o princípio da legalidade pode ser entendido como:

Do princípio da legalidade decorre a proibição de, sem lei ou ato normativo que permita, a Administração vir a, por mera manifestação unilateral de vontade, declarar, conceder, restringir direitos ou impor obrigações.

Deste modo, quem administra a “coisa pública” deve se sentir obrigado a confrontar suas atitudes e ações administrativas, contábeis, etc. com a legislação em vigor, para não cair em improbidade administrativa, prejudicando a Organização que está sob seu “mando”, malversando sobre o que não é seu ou particular.

O princípio da impessoalidade exige que o administrador oriente seus atos e procedimentos por critérios objetivos, sem fazer distinções fundamentadas em critérios pessoais ou grupais, tendo sempre por base o interesse público (CRUZ, 2012, p. 33).

Numa Instituição governamental, como é o caso da EMATER/RN a sua ação específica para atender determinado grupo, por exemplo, com determinado fim, quem administra a Organização não pode tratar o objeto daquele convênio dando preferência pessoal a esta pessoa ou aquele grupo ou por interesses quaisquer.

O princípio da Moralidade é um dever para o administrador público estatal. Ele consiste em não se limitar apenas em cumprir a lei no seu aspecto formal, além disso, ele deve obedecer ao conjunto de valores inerentes aos seres humanos, dentre os quais estão: a justiça, a equidade e a eficiência (CRUZ, 2012, p. 33).

Aplicando as normas, estas devem ser adaptadas às situações concretas, mediante critérios que resultem em utilidade para os envolvidos no processo.

Ainda segundo Cruz (2012, p. 33) o princípio da Publicidade é um complemento para os demais, sendo ainda um requisito da eficácia e da moralidade, pois é por meio da divulgação oficial dos atos da administração pública estatal, que se tornam conhecidos os atos da publicidade.

Qualquer Instituição que mexe com interesses coletivos deve ter o cuidado de manter a transparência sobre os seus atos, sob o risco de perder a credibilidade diante dos atores com os quais trabalha e, sobretudo, diante dos seus mantenedores.

Eficiência está relacionada a custo, à forma pela qual os meios são geridos. É a otimização dos recursos disponíveis, através da utilização de métodos, técnicas e normas, visando ao menor esforço e ao menor custo a execução de tarefas (CRUZ, 2012, p. 34).

Podemos perceber que este princípio é comum a todos nós, não só ao administrador público estatal, mas de todas as organizações, empresas, instituições, inclusive até na administração doméstica, pois diz

respeito não só a questão de economizar, mas de executar determinada atividade otimizando os recursos disponíveis e obtendo melhores resultados.

Assim, entende-se que o Siconv vem atender aos princípios, otimizando dentro da Instituição EMATER/RN a transparência de seus atos, demonstrando diante de seus colaboradores a necessidade de captar, gerir e prestar contas dentro das exigências governamentais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Entre as ferramentas de transparência, o Siconv pode ser conceituado como um elemento de controle e gestão que tem como um de seus objetivos, a avaliação dos atos internos da Instituição. Assim sendo, o Siconv constitui um controle contábil, gerencial/administrativo e captador de recursos dentro de uma plataforma governamental que funciona por meio de análise e avaliação da eficiência institucional nos procedimentos perante Convênios e Contratos de Repasse.

Sua funcionalidade se faz necessário para o bom desempenho institucional, mas para que isso seja efetivado é preciso dentro da instituição existir um Planejamento Estratégico para captar os recursos disponibilizados dentro da plataforma.

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Segundo Chiavenato (2004, p. 209) o planejamento inicia o processo administrativo. É um processo que inclui a definição dos objetivos organizacionais e a seleção das políticas, procedimentos e métodos para o alcance desses objetivos.

Planejar é decidir com antecedência algo a ser executado e as suas formas de fazer.

O planejamento deve ser dinâmico para objetivar decisões futuras dentro de um conjunto de ações interligadas para padronizar uma ação, atingindo da melhor forma atos permanentes ou não.

Segundo Maximiano (2004, p. 134), planejamento estratégico é o processo de definir os objetivos de longo e médio prazo.

O planejamento estratégico opera de forma inovadora e atual dentro das instituições, trazendo benefícios de amplitude elevada, caracterizando tempo, sujeito e prazos.

Através da prática de utilizar-se do Planejamento Estratégico a instituição poderá mapear os gargalos e identificar oportunidades para seu melhor desempenho, mostrando assim seu comprometimento.

O planejamento estratégico desponta como um mecanismo sistêmico para identificar as oportunidades e ameaças para as instituições na execução de seus processos e, principalmente, na arte de captar recursos públicos, auxiliando na tomada de decisão assertiva.

2.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

A expressão captação de recursos tornou-se a fórmula mágica para instituições, assegurando sua autossustentabilidade, para melhor desempenhar seu papel nas várias áreas da Administração Pública e Privada.

A captação de recursos não facilita só a entrada de dinheiro, mas sua função vai muito além disso, ampliando a visibilidade da instituição diante da comunidade e da sociedade em geral.

Quando a instituição utiliza de um planejamento estratégico para objetivar novos recursos, cria credibilidade e potencialidade nas ações, alavancando seus convênios e contratos.

Neste sentido o Siconv vem como uma ferramenta específica e fundamental para organizações governamentais ou não governamentais para captar recursos disponibilizados através de chamadas públicas federais.

Dentro dessas chamadas existem particularidades específicas que precisam ser verificadas, acompanhadas e cumpridas para que o objetivo do convênio ou contrato seja cumprido. A importância de uma boa gestão dos recursos captados é de extrema importância pois demonstrará a capacidade e execução institucional.

Segundo o Artigo 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Sendo o Siconv a ferramenta fundamental que permite viabilizar todas as nuances de um Convênio ou Contrato de Repasse, ele também permite aos gestores institucionais, como também seu mantenedor, uma transparência em suas tomadas de decisão fortalecendo assim a imagem da instituição perante a comunidade e a sociedade como um todo. É através da prestação de contas que a instituição sendo ela governamental ou da sociedade civil demonstra perante todos a idoneidade diante da utilização dos recursos federais.

A prestação de contas nada mais é do que o descritivo contábil, financeiro de recursos adquiridos e gestados dentro de um prazo estabelecido e acordado perante as duas partes convenientes e concedentes.

A importância de uma prestação de contas objetiva e transparente é de suma importância para que os recursos sejam bem visionados perante a sociedade civil o que facilitará captações futuras.

Segundo o ministro do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, citando o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, que arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

O não cumprimento das normas estabelecidas perante a prestação de contas acarretará a impossibilidade de receber novos recursos de convênios ou contratos de repasse e devolução de recursos públicos federais.

3. APLICAÇÃO DO SICONV NA PRÁTICA – EMATER/RN

No ano de 2017, ao chegar à EMATER/RN, fora solicitado pelo chefe do setor um minicurso sobre a utilização do Siconv na prática para os técnicos de projeto da Coordenadoria de Projetos Especiais – COPE, onde naquele período, se inscreveram dez técnicos.

Durante a preparação do conteúdo dos slides foi verificado na prática a complexidade do sistema, apesar das tentativas de torná-lo prático e objetivo.

O sistema é complexo e repleto de minúcias e em cada uma de suas etapas é exigido uma série de informações e anexos. A obrigatoriedade dos detalhes alinhado com a imensa demanda de trabalhos executados por todos os presentes naquele momento, acabou inviabilizando sua execução, o que resultou numa defasagem no aprendizado. No entanto, o conteúdo do minicurso foi de suma importância para a compreensão dos envolvidos no processo e a apresentação e constou das seguintes orientações elencadas abaixo:

O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER/RN tem executado um volume significativo de recursos financeiros por meio de convênios com o Governo Federal. As aquisições de bens e serviços oriundos desses recursos têm contribuído com a missão da Instituição, prestar assistência técnica aos agricultores familiares do estado, bem como zelar e reestruturar seu patrimônio.

Os valores captados dessa fonte são fundamentais para execução dos projetos da EMATER e hoje é a principal fonte de renda que mantém as ações da Autarquia em nosso território, haja vista que o tesouro do estado é limitado ao custeio e pagamento de folha pessoal. Resta então ir buscar recursos financeiros de fonte diversa, para dar continuidade a missão nobre de prestar apoio ao pequeno produtor rural.

Para operacionalizar com eficiência do sistema de convênios é necessária uma equipe treinada com capacidade de interagir com os diversos setores da unidade administrativa e com órgãos Federais, articulando procedimentos ordinários e secundários em momentos oportunos, a fim de dá viabilidade as fases/etapas de execução dos projetos, observando os princípios da administração pública.

3.1 PLANEJAMENTO DAS AQUISIÇÕES POR MEIO DE CONVÊNIO

O plano de trabalho deve ser elaborado levando em consideração a capacidade técnica da instituição que vai celebrar o convênio, o objeto do convenio deve ter objetivo claro para facilitar à execução, com

ajuda de um grupo multidisciplinar na elaboração do plano de trabalho serve para prever as dificuldades e planeja cada etapa do convênio, levando tudo isso em consideração, vai ajudar a execução e um melhor aproveitamento para a conclusão do objeto.

3.2 ETAPAS PARA CELEBAÇÃO DE CONVÊNIO

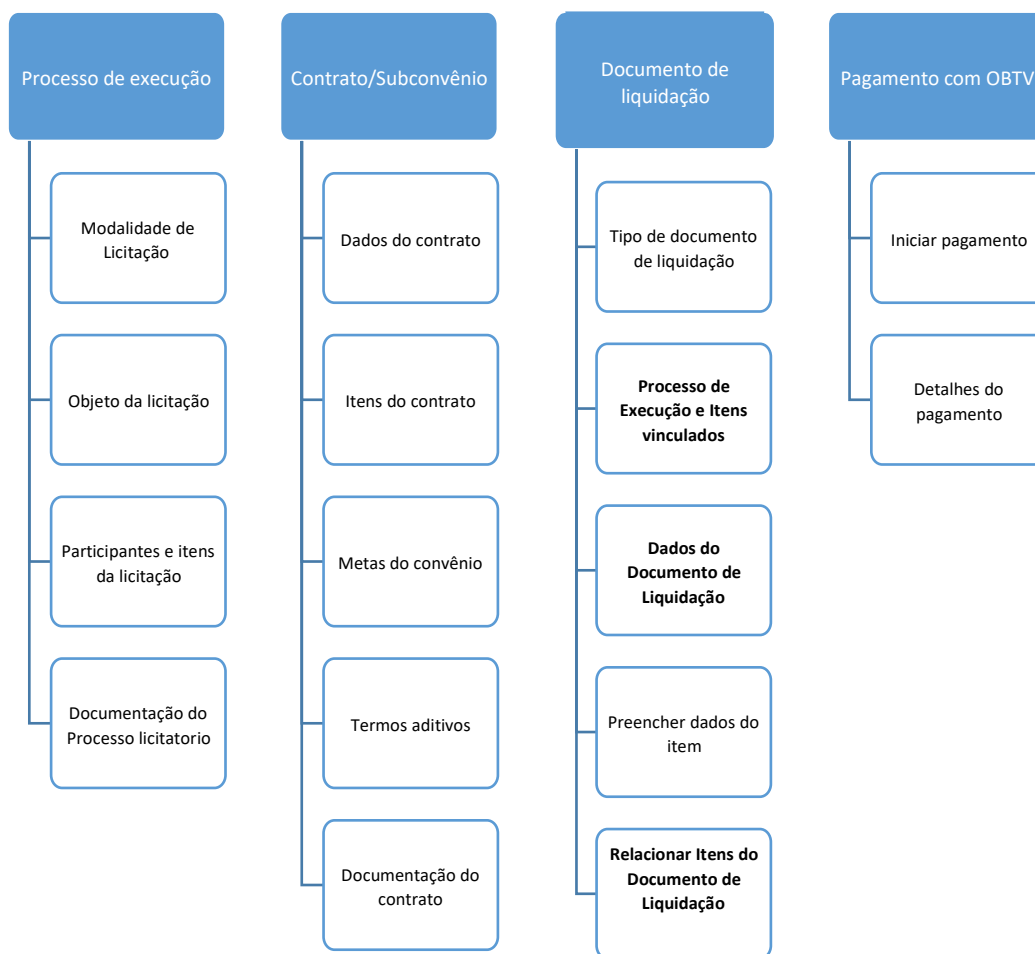
- Seleção do (s) programa (s) que será (ao) selecionado (s);
- Seleção de objeto (s) do programa (s) e preenchimento dos valores (valor global, valor de repasse, valor de contrapartida financeira e valor de contrapartida de bens e serviços da proposta);
- Registro da justificativa, objeto do convênio, capacidade técnica e gerencial, dados bancários, período de vigência do convênio;
- Inserção do cronograma orçamentário do valor do repasse, onde deverão ser informados os valores que serão empenhados no orçamento de cada exercício;
- Inclusão de participantes (interveniente, quando houver);
- Registro do cronograma físico, cronograma desembolso e plano de aplicação detalhado (bens e serviços a serem adquiridos);
- Inclusão de anexos e projeto básico/termo de referência se for o caso.

3.3 RECURSOS DE CONTRAPARTIDAS

A contrapartida pode ser financeira ou em bens e serviços.

3.4 DO PROCESSO LICITATÓRIO AO PAGAMENTO

Figura 1 – Quadro de Execução do Siconv



Fonte:

Elaboração Márcio Paiva 2020

3.5 PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é dividida em duas partes, um Relatório Técnico e um financeiro;

O relatório técnico levará em consideração o cumprimento do objeto se o objeto do convenio foi cumprido, quais foram as dificuldades, relatórios de fotos e os objetivos alcançados.

O relatório financeiro será composto dos relatórios de execução financeira, extratos bancários e devolução do Saldo Remanescente.

3.6 FATOS RELEVANTES PARA A BOA GESTÃO

A melhor dica para uma boa gestão de convenio é o Plano de Trabalho ser bem elaborado e na execução das etapas no SICONV tem que ser inseridas todas as informações corretamente, uma boa execução terá uma excelente prestação de contas final.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão pública é a arte de planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar assuntos de interesse coletivos por meio da mobilização de estruturas e de recursos do Estado.

Desse modo, o próprio Estado deve buscar os meios e instrumentos mais eficazes e eficientes para enfrentar as demandas que lhes são próprias no atendimento ao coletivo e à promoção do bem comum.

Assim sendo, os sistemas eletrônicos, como o SICONV, ganham tamanha importância para que a gestão pública dê cumprimento às suas funções, em sintonia com as demandas da Comunidade e a legislação própria que se refere ao Orçamento público.

Neste sentido, o SICONV, mais do que um instrumento é todo um sistema capaz de ajudar ao gestor público desde a captação de recursos, a realização da execução orçamentária até a devida prestação de contas, subsidiando uma leitura global e pormenorizada para a construção dos relatórios das atividades planejadas anteriormente e executadas. Portanto, é um instrumento também capaz de colaborar com a avaliação da aplicação dos recursos se, por exemplo, aquele projeto foi realizado a um custo razoável (eficiência) e se ele foi capaz de resolver os problemas da comunidade (eficácia) na perspectiva do desenvolvimento local (município, estado, federação).

Assim, entendemos que o SICONV é fundamental no trabalho de planejamento, execução, avaliação e controle dos gastos públicos, possibilitando cruzamentos de dados e análises, que nos dias atuais jamais

seria possível sem essa ferramenta tecnológica para o desenvolvimento e a promoção do bem coletivo, tendo em vista a obtenção de resultados efetivos para os problemas e as demandas inerentes ao planejamento orçamentário para um controle da gestão pública.

A complexidade para atender as solicitações do sistema Siconv muitas vezes resulta à instituição não se habilitar à chamada pública ou, ainda, no retrabalho em sua execução, podendo acarretar prejuízos pelo não entendimento de suas etapas.

Durante a execução das etapas do SICONV, como por exemplo, no processo licitatório, suas exigências documentais causam, por vezes, desconforto aos seus executores diante do não entendimento de suas fases. O sistema apesar de complexo permite à instituição e aos seus executores uma transparência total de todas as fases do convênio, eliminando para os mantenedores qualquer suspeita de irregularidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 ago 2020.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 28 ago 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. São Paulo: Campos, 2004. p. 209.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria e controladoria**. 1 vol. Santa Catarina: UFSC, 2012. p. 31-35.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Fundamentos da administração**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 134.

Área Temática: Administração Pública

A TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA

Jamillton Costa Pereira¹

Lucas Andrade de Moraes²

Resumo

A ideia de transparência como instrumento de planejamento no âmbito da gestão pública é fruto da disseminação na sociedade, onde prega a necessidade de agentes públicos se sensibilizarem de que toda informação pública é de propriedade do cidadão, cabendo ao Estado disponibilizá-la. O artigo tem como objetivo geral discutir tal ideia, posicionando esse conceito no âmbito das exigências legais e da utilização de ferramentas como auxílio de acesso às informações aos cidadãos, e relacionando-o com a própria essência do regime democrático. Quanto a metodologia da pesquisa, a mesma deu-se com base em material já publicado, como livros, artigos técnicos-científicos, documentação e legislações vigentes sobre o objeto de estudo. Por meio do estudo conclui-se que as entidades públicas precisam estar preparadas para se adequar às novas exigências da sociedade, assim como, os cidadãos aptos a acompanhar e a participar da gestão pública. A transparência como instrumento de planejamento no âmbito da gestão pública se faz de extrema

¹ Mestre em Sistemas Agroindustriais - PPGSA/CCTA/UFCG

² Doutorando Letras (UERN). Mestre em ATS (UFERSA). Professor do Curso de Administração (UEPB).

importância, pois possibilita a fiscalização da gestão pública, permite que cidadãos acompanhem o que tem sido feito e faz com que os mesmos avaliem melhor a administração pública.

Palavras-chaves: Fiscalização. Controle Social. Gestão Transparente.

Abstract

The idea of transparency as a planning tool in public management is the fruit of dissemination in society, where it preaches the need for public agents to become aware that all public information is citizen's property, and it is up to the State to make it available. The general objective of the article is to discuss this idea, positioning this concept within the scope of legal requirements and the use of tools to help citizens access information, and relating it to the very essence of the democratic regime. As for the research methodology, it was based on material already published, such as books, technical-scientific articles, documentation and legislation in effect on the object of study. The study concludes that public entities need to be prepared to adapt to the new demands of society, as well as citizens able to follow and participate in public management. Transparency as a planning instrument in the scope of public management is extremely important, since it allows for the inspection of public management, allows citizens to follow what has been done and makes them better evaluate public administration.

Keywords: Inspection. Social Control. Transparent Management.

1. Introdução

A gestão pública tem sido tema crescente de estudos no âmbito da administração, pois é composta de características e exigências próprias para atender e contemplar a demanda social. Trata-se, portanto, do

fortalecimento de procedimentos na participação da sociedade civil e nos processos de decisão e responsabilidades.

O cumprimento do princípio da transparência está assegurado pela promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 e da vigência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei Complementar 131/2009 que garante uma maior transparência dos gastos públicos para a sociedade. Sendo assim, os gestores públicos são obrigados a publicarem os seus gastos com produtos e serviços prestados por pessoa física ou jurídica utilizados pela gestão pública.

A ideia de gestão transparente é caracterizada pelo acesso às informações compreensíveis para toda a sociedade, devido à sensibilização da mesma, cabendo ao Estado disponibilizá-las por meio de ferramentas que ocorra de forma acessível para todos. Por isso busca-se de forma ampla, mostrar a maneira correta de participação popular, onde o cidadão possa verificar quais os benefícios trazidos pelos gestores públicos, como parte envolvida nos atos administrativos da gestão pública, assim como conhecer e participar das ações desenvolvidas por eles, bem como ainda exercer o papel da cidadania, fiscalizando as irregularidades, os desvios e os desperdícios.

A realidade da gestão pública brasileira é repleta de abusos de poder econômico que muitas vezes são praticadas pelos gestores públicos. A sociedade deve ser atendida por uma gestão pública que se interesse pelo leal cumprimento orçamentário, atuando com uma gestão fiscal e social, que promova ações estimulantes na participação de fiscalização e no controle social por parte da sociedade em geral.

No Brasil, a Lei nº 12.527 de Acesso à Informação, de 18 de novembro de 2011, pode ser vista como aliada nesse âmbito, pois busca tornar menos obscuro o conhecimento da informação, no que se refere à forma como os recursos públicos são geridos. Assim como a Lei da Transparência, que também representa o controle da população em relação aos atos da gestão pública. Uma vez que ela determina a divulgação das despesas e receitas de entidades públicas.

Os direitos sociais garantidos na CF de 1988 se mostram direcionados a atender a vontade da sociedade brasileira. Conforme a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), cabe ao Estado, em parceria com a sociedade civil, a tarefa de elaborar políticas (sociais) públicas especificamente quanto a Assistência Social.

É importante que a sociedade civil como parte envolvida nos atos administrativos do Estado conheça e participe das ações promovidas pela gestão pública. É papel do poder público estabelecer relações justas e equilibradas com o cidadão por meio do incentivo, promoção, apoio e participação em ações de responsabilidade social de cidadania e de incentivos voltados para o controle social e combate a corrupção.

Por isso, é importante que, num cenário democrático, a sociedade verifique se as entidades que compõem a gestão pública estão cumprindo suas obrigações determinadas pela Legislação ao cumprimento do princípio da transparência, asseguradas pela promulgação da CF de 1988 e da vigência da LRF e a Lei Complementar 131/2009 que garante uma maior transparência dos gastos públicos para a sociedade.

Sem sombra de dúvidas que a LRF seja um dos mais importantes atos de autoridade soberana, com a exigência de ser assegurada uma ampla divulgação do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunais de Conta Estadual (TCE), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF), bem como a publicação de versões simplificadas destes documentos.

Sendo assim, os gestores públicos são obrigados a publicar os seus gastos em tempo real desde a aquisição de bens como também dos serviços prestados por pessoa física ou jurídica realizados para gestão pública.

2. Referencial Teórico

A transparência na Gestão Pública

Segundo Aló (2009), por meio da definição de transparência, pode-se identificar características em relação à informação completa, objetiva, confiável e de qualidade, ao acesso, à compreensão e aos canais totalmente abertos de comunicação.

A transparência é essencial para as diversas áreas da sociedade. Sendo assim, ela se torna de extrema importância para as atividades públicas. Portanto, deve-se pensar cada vez mais na concretização de um modelo de gestão pública que privilegie uma relação com a sociedade baseada na livre e transparente circulação de informações, na publicação dos atos administrativos e no controle social das ações do governo, o que exige a possibilidade de uma maior participação popular em todo o processo de gestão, desde a formulação das políticas públicas, sua realização e posterior avaliação.

Promover transparência é dar condições de acesso a todas as informações sobre a gestão pública. Uma Administração Pública transparente é aquela que funciona de maneira aberta, sem nada às escondidas, baseada em princípios éticos e democráticos, em função da facilidade que têm os cidadãos em acessar as informações públicas [...] Transparência é, portanto, o que permite a qualquer cidadão, saber onde, como e porque o dinheiro público está sendo gasto (CGU 2010, p. 39).

A transparência nos atos da gestão pública tem como finalidade prevenir ações impróprias e eventuais, como o uso indevido dos bens públicos, por parte dos gestores públicos. Abrindo o acesso aos cidadãos sobre as informações públicas, em todas as esferas, a fim de construir um país mais democrático, onde todos os segmentos da sociedade possam desempenhar com êxito o controle social, ajudando na efetivação de uma gestão pública mais eficaz e eficiente.

De acordo com Assis e Villa (2003), como já definido, uma gestão transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle dos gastos públicos, mas para isso é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas. Contudo, a participação social consiste em canais de participação na gestão governamental, sob a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios.

Na gestão pública, todas as entidades devem estar ligadas a cinco princípios constitucionais, sendo esses: legalidade (obrigatoriedade dos servidores de fazerem apenas o que está previsto na Lei), impessoalidade (vedação de promoção pessoal de agentes públicos), moralidade (seguir padrões éticos), publicidade (os atos praticados devem ser publicados oficialmente). Dos quais unidos podem formar o conceito de transparência na gestão pública.

Lembremos que tudo o que o governo gasta vem dos impostos e taxas que os cidadãos pagam, assim, estes têm o direito de saber onde, como e quando está sendo utilizado esse dinheiro. Com essas informações, a população poderá viver melhor e ajudar os gestores a aplicar de forma apropriada tais recursos, uma vez que terá o pleno conhecimento do que precisa ser melhorado, já que é ela quem sabe realmente o que necessita ser realizado na comunidade.

Analisando o contexto dos municípios, cabe a cada gestor público, informar com clareza à população, sobre os seus gastos referentes ao dinheiro público, por meio de prestação de contas, e ao discutir o orçamento, convocar a população para audiências públicas, já que esse é um dever dos gestores públicos que está assegurado por Lei, e não um favor prestado à população. No entanto, essa prática ainda precisa ser implantada por quase todos os municípios brasileiros.

Muitos dos gestores públicos não dão a necessária importância às normas que regulam a publicação dos atos oficiais, sendo que tais atos decorrem do princípio constitucional da publicidade, e este não se satisfaz com publicações dos atos oficiais que são feitos de qualquer maneira. Todavia podem incidir em ocorrências como: infração político administrativa, crime contra as licitações, crime contra as finanças

públicas e improbidade administrativa, tendo como consequência, a cassação de mandatos dos gestores e rejeição de prestação de contas pelo TCE.

A CF brasileira assegura o acesso às informações por meio da transparência como um direito do cidadão, através dos princípios supracitados que norteiam a gestão pública, com a finalidade de garantir a população uma maior confiabilidade em relação à seriedade das ações administrativas.

A incapacidade do Estado em garantir os direitos civis e sociais básicos dos cidadãos tem como principal efeito, a exacerbada desigualdade e exclusão social, além da insegurança que aflige a sociedade brasileira.

Diante desta realidade se homologou, a LRF conhecida como a Lei nº 101 de 04 de maio de 2000, que foi formulada com o objetivo de atender as expectativas da sociedade, na busca pela responsabilidade e pelo bom uso dos recursos públicos. Sendo regulamentada pela CF de 1988 na parte referente à tributação e orçamento, onde são estabelecidas normas gerais de finanças públicas as quais serão ressalvadas pelas três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal.

A transparência como Exigência Legal

Observa-se que a noção sobre transparência é mais abrangente que a publicidade, sendo esta, um aspecto formal de publicar as informações públicas, enquanto que a transparência se concretiza a partir do momento que o cidadão tem acesso e compreende as informações.

A Lei nº 12.527/11 de 18 de novembro de 2011 por meio do Artigo 3º regula o acesso a informações previstas na CF:

- I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - Fomento do desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; e V - Desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Conforme se observa no Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão, (2010, p. 41):

A publicação mera e simples, por exemplo, de informações em linguagem extremamente técnica, como balanços orçamentários e financeiros, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seja na internet, seja em quadro de avisos dos órgãos públicos, não garante por si só, a transparência se os cidadãos não compreenderem efetivamente essas informações e não puderem fazer uso delas (BRASIL, 2010).

As informações precisam ser fornecidas de forma clara e compreensível de modo que todos os cidadãos possam decodificá-las sem dificuldades. Nestes termos então, a transparência volta-se à realização da probidade administrativa, uma vez que os meios utilizados e os fins almejados devem obrigatoriamente estar voltados para atender a necessidade de todos.

A Lei de LRF por meio da Lei complementar nº 101/2000 traz grandes avanços na transparência e controle social na gestão pública, sendo alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, obrigando os gestores públicos a publicarem suas despesas em tempo real prevendo maior esclarecimento sobre as despesas públicas. A transparência será assegurada também mediante a LRF que afirma por meio do parágrafo único, Artigo 48º:

I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48 - A da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2009).

A população também deve ter acesso às informações sobre a despesa pública e também ser estimulada a participar da fiscalização mediante controle social.

No que se refere ao gestor público municipal, o mesmo tem a obrigação de fornecer informações transparentes sobre os seus gastos e prestar contas mensais ao TCE e Câmara Municipal de vereadores de sua cidade, já este último, de posse das informações a respeito das despesas públicas do município, tem o dever de fiscalizar e fazer o acompanhamento de perto dos gastos públicos.

O gestor público deve incentivar a participação popular na discussão de planos e orçamentos, de forma que suas contas devam ficar disponíveis para qualquer pessoa que dela queira fazer uso, caso contrário, serão punidos com o não cumprimento das regras estabelecidas na LRF. Sendo assim, de acordo com Nascimento (2008 *apud* SOUZA [et all], 2009, p.14):

As punições fiscais, que correspondem ao impedimento de entes para o recebimento de transferência voluntária a contratação de operações de créditos e a obtenção de garantias para a sua contratação; e, as sanções penais, que envolvem o pagamento de multa com recursos próprios (podendo chegar a 30% dos vencimentos anuais), a inabilitação para o exercício da função pública por um período de até 5 anos, a perda do cargo público e a cassação de mandato, e, finalmente a prisão.

Sendo assim, a LRF, contribui para o exercício pleno da democracia, por obrigar o gestor público a decidir seus gastos com mais responsabilidade e dar informações sobre a utilização dos recursos. A LRF ainda assegura o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a plena publicação de relatórios para que a sociedade possa exercer o controle social para o bom andamento da gestão pública na sociedade em que vive.

3. Metodologia

Quanto a metodologia da pesquisa, a mesma deu-se com base em material já publicado, como livros, artigos técnicos-científicos, documentação e legislações vigentes sobre o objeto de estudo, que teve como principal objetivo, buscar informações, utilizando principalmente os meios proporcionados pela Internet, como consulta em sites eletrônicos especializados, destacando-se o Portal da Transparência Pública da CGU e o SAGRES online do TCE/PB disponibilizados ao cidadão por meio eletrônico.

Quanto aos tipos de pesquisa, a mesma enquadra-se entre aquelas de caráter exploratório, pois busca apresentar em uma realidade as relações entre a visão da sociedade e as instituições públicas sobre as ferramentas disponíveis no que se refere às ações do governo, a fim de obter respostas para o problema de estudo.

4. Resultados e Discussões

Uso de Ferramentas na Transparência dos Gastos Públicos

Existem vários instrumentos, órgãos, e instituições fiscalizadoras que exercem o controle social na gestão pública como a: Controladoria Geral da União (CGU), Controladoria Geral do Estado (CGE), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas do Município (TCM) Poder Legislativo, Conselhos Municipais, Congresso Nacional, entre outros, que por meio da participação popular ou de seus representantes realizam funções de fiscalização, verificação e controle dos recursos e gastos públicos exercidos em estados e municípios.

É a CGU quem fiscaliza o dinheiro que a União repassa para os estados e municípios. Recentemente foi aprovada a Lei Capiberibe, ela é de 2008, que torna regra para todos os órgãos públicos, obrigando a União, Estados e Municípios na criação de seus próprios portais de transparência.

Existem várias operações, que acontecem junto a Polícia Federal, e que começam na fiscalização dos gestores públicos e logo em seguida conseguem descobrir desvios de dinheiro público. Com o objetivo de

alcançar essas necessidades, a CGU, vem desenvolvendo ferramentas bastante eficazes que permitem o acesso de informações acerca dos recursos que o Governo Federal disponibiliza para os estados e municípios, que se dá pelo portal da transparência disponibilizado pela CGU, SAGRES online, Siga Brasil, Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, entre outros.

A CGU também oferece importante ferramenta, o Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão, que trazem informações para o auxílio dos gestores públicos na implantação de mecanismos de controle interno, de medidas de promoção da ética pública e o incremento da transparência pública. Nessa ótica, acerca da transparência como canal de acessibilidade dos órgãos públicos, dispõe: CGU (2010, p. 39):

Promover transparência é dar condições de acesso a todas as informações sobre a gestão pública. Uma Administração Pública transparente é aquela que funciona de maneira aberta, sem nada às escondidas, baseada em princípios éticos e democráticos, em função da facilidade que têm os cidadãos em acessar as informações públicas [...] Transparência é, portanto, o que permite a qualquer cidadão, saber onde, como e porque o dinheiro público está sendo gasto.

O Portal da Transparência é uma iniciativa da CGU sendo o seu principal instrumento para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos, ele foi lançado em novembro de 2004, é um canal pelo qual o cidadão pode acompanhar a execução financeira dos programas de governo, em âmbito federal, o seu objetivo principal é aumentar a transparência dos gastos públicos e o combate à corrupção no Brasil.

Esses instrumentos são ferramentas importantes na promoção da transparência nacional, diminuindo as barreiras existentes entre a informação e o cidadão.

A transparência é considerada um princípio da gestão fiscal que é derivada do princípio constitucional da publicidade que está estabelecida na CF de 1988. Segundo Cruz *et al* (2001, p. 183) a transparência na LRF pode ser entendida da seguinte forma:

A transparência na gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações (CRUZ *et al* 2001, P. 183).

A transparência é essencial para as diversas áreas da sociedade, ela se torna de extrema importância e fundamental nas atividades pública, de forma que todos fiquem informados a respeito dos gastos realizados pelos gestores públicos.

Portal da Transparência

O portal da transparência possui uma funcionalidade simples para que seus usuários possam ter bom desempenho, utilizando-se de fácil acesso (sem necessidade de senha), linguagem de fácil interpretação, navegação simplificada, informações tempestivas e de confiança, sendo uma ferramenta para controle social. É uma ferramenta que dá à sociedade uma visão mais transparente da situação de cada município.

O portal da transparência é um site lançado pelo Governo Federal em novembro de 2004, uma iniciativa da CGU, que permite ao cidadão o acompanhamento da execução financeira dos seus programas e ações, com intuito de inibir a corrupção ou qualquer outra irregularidade envolvendo a aplicação dos recursos públicos. Por meio dele, qualquer cidadão pode obter informações sobre a correta aplicação dos recursos públicos, principalmente no que diz respeito às ações destinadas à sua comunidade.

Regido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – LRF, essa Lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, e, pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 – Lei Capiberibe que acrescenta dispositivos a Lei Complementar nº 101, impondo a disponibilização em tempo real de informações sobre a execução orçamentária do Governo Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, e, também pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do 3º parágrafo do art. 37 e no 2º parágrafo do art. 216 da CF; altera a Lei 8.112, de 11 de dezembro de

1990; revoga a Lei 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

O portal da transparência disponibiliza informações importantes sobre os recursos públicos federais que são repassados do Governo Federal para os Estados, Municípios e Distrito Federal e diretamente para os cidadãos. As principais consultas disponíveis são: Gastos Diretos do Governo – referente às compras ou contratação de obras e serviços; Transferências de Recursos – como é feita a transferência do dinheiro público federal a Estados, Municípios, Distrito Federal e mesmo diretamente ao cidadão como o Bolsa Família; Recursos que transitam por convênios firmados pelo Governo Federal, possibilitando verificar se as entidades municipais, estaduais ou mesmo privadas estão dando correto andamento às atividades realizadas com recursos federais repassados via convênio e remuneração de servidores públicos federais, estaduais e municipais.

A partir de 27 de maio de 2010, o portal da transparência passou a disponibilizar informações sobre a execução orçamentária e financeira da Receita e da Despesa do Poder Executivo Federal com atualização diária. Essa ferramenta busca incluir e estimular a sociedade na prática do controle social, para que se tenha um melhor resultado nos investimentos feitos pelos tipos de governo. Para o governo a transparência é o melhor antídoto para a corrupção, onde cada pessoa pode investigar e até denunciar eventuais suspeitas ou identificação de qualquer irregularidade, emitindo um comunicado a CGU por meio de formulário específico disponível no site do órgão.

Contudo, de forma objetiva, o portal da transparência tem a função de induzir os gestores públicos, a agirem de forma responsável, permitindo que a sociedade tenha informações e que colaborem com o controle das ações de seus governantes, podendo verificar a utilização dos recursos públicos.

5. Conclusão

As entidades públicas precisam estar preparadas para se adequar às novas exigências da sociedade, assim como, os cidadãos aptos a acompanhar e a participar da gestão pública. O controle social não é um assunto novo, porém a maioria dos cidadãos desconhece as ferramentas de participação social.

A transparência caracteriza a realidade fiscal dos entes federados. É importante que a gestão pública seja transparente, incluindo a participação da sociedade na tomada de decisão. Pois promover a participação dos cidadãos, também, é a formação de sujeitos do conhecimento, ativos e envolvidos nas experiências e relações sociais voltadas para a vivência nos municípios onde moram.

A transparência como instrumento de planejamento no âmbito da gestão pública, mostra o quanto a sociedade está buscando uma forma de melhorar a gestão pública, dando sua parcela de contribuição, acompanhando os gastos do governo, tanto no âmbito Federal, Estadual e municipal, formando cidadãos mais conscientes, levando o País a um crescimento positivo.

Além da exigência legal, a demanda por maior lisura dos governos em relação aos gastos e implementações de políticas públicas, está cada vez mais forte e presente entre os cidadãos. É comum vê-los reivindicando dados e acesso à informação e buscando saber como seus representantes estão investindo os recursos e direcionando-os à gestão. Ao ter “livre acesso”, a sociedade tende a ser mais participativa, auxiliando na formulação de propostas consistentes e eficazes.

Todo cidadão deve ser incentivado a fiscalizar as atividades do governo, como a ausência de médicos em hospitais, a falta de professores nas escolas, a falta de remédios nas farmácias dos postos de saúde, a qualidade do transporte escolar, a segurança, entre outras. Isso faria com que os cidadãos exercessem a sua cidadania, evoluindo cada vez mais sua participação de forma gradativa.

Por isso, que os gestores públicos precisam colocar a transparência pública entre suas prioridades, não apenas para atender à Legislação, mas também como instrumento de aproximação entre a gestão pública e a população.

Para utilizar a ferramenta portal da transparência, basta que seu usuário possua algumas noções mínimas de navegação em web sites e de uso de links internos da página do site. Trata-se de uma importante ferramenta para o controle social, permitindo ao cidadão conhecer o destino do dinheiro público, ampliando as condições de controle desse dinheiro, por meio de informações ao usuário.

Quanto maior o interesse do cidadão em fiscalizar e ser participativo quanto ao processo de verificação dos gastos públicos, analisando se os serviços estão sendo prestados de forma correta, mais será a sua participação na sociedade. Dessa forma a sociedade poderá usufruir do poder de cobrança por um governo cada vez melhor e mais transparente. Como diz Evangelista (2010), tal realidade permite perceber que os direitos seguem o modo de vida e os interesses de uma sociedade e vão sendo ampliados, permitindo a identificação do significado e do conteúdo da cidadania em uma sociedade em várias situações.

Sendo assim, todo e qualquer cidadão, que faz parte da sociedade que caracteriza o estado democrático, tem o direito de exercer sua cidadania, podendo lutar por desenvolvimento e melhoria da dignidade social e econômica, que são direitos fundamentais de todo ser humano para que se tenha acesso ao bem-estar social.

Por fim, a transparência precisa, de fato, estar presente na gestão pública. As publicações oficiais precisam ser mais acessíveis às diversas classes sociais, tanto por meio impresso, como pela internet. Os cidadãos devem saber dos seus direitos e da importância de estarem constantemente informados sobre a gestão das políticas públicas.

Referências

ALÓ, Claudia Cappelli; LEITE, Julio Cesar Sampaio do Prado. **Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos**. 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências - Informática) Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



ASSIS, Marluce Maria Araújo; VILLA, Scatena, Tereza Cristina. **O Controle Social e a Democratização da Informação: Um processo em construção**. Revista Latino-Americana de Enfermagem [online], v. 11, n. 3, p. 376-382, 2003. ISSN 0104-1169.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal, 1988. São Paulo: Saraiva 2009.

_____. **Lei complementar Federal nº 101, (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br. Acesso em 13 fev. 2019.

_____. **Lei complementar Federal nº 131, (Lei Capiberibe)**, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101. Disponível em <www.planalto.gov.br>, Acesso em 13 fev. 2019.

_____. Leis: **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Disponível em: <http://auriflama.sp.gov.br/files/decreto_7724_16.pdf>. Acesso em: 09 de nov. 2019.

_____. CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da transparência**. Disponível em: <portaldatransparencia.gov.br/>, Acesso em: 13 fev. 2019.

_____. Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão: **Orientações para o Gestor Municipal** / Presidência da República. Controladoria Geral da União. 2. ed. Brasília: CGU, 2010.

CRUZ, Flávio da et al. Lei de responsabilidade fiscal comentada: **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle Social versus Transparência Pública: uma questão de cidadania**. Brasília. TCU, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



SOUZA, Auriza Carvalho et al. **A relevância da transparência na gestão pública municipal.** Revista Campus. Paripiranga, v.2, n. 5, p. 6-20, dezembro. 2009.

Área Temática: Administração pública

**PROCEDIMENTO PARA PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO RIO
GRANDE DO NORTE**

Mariane Dalyston¹

Ciro José Jardim de Figueiredo²

Resumo

A construção de políticas públicas é importante na escolha de ações que possam atender as necessidades de uma população. Neste estudo um procedimento metodológico participativo foi usado elaborado para ordenar ações no município de Angicos, Rio Grande do Norte. Um questionário foi elaborado para identificar as insatisfações das pessoas sob vários aspectos urbanos. O resultado obtido serviu de base para elaborar ações que possam atender os desejos de uma cidade mais agradável. Com isso, um especialista avaliou as ações considerando um conjunto de critérios. O método PROMETHEE II foi usado para agregar as informações e priorizar as ações. As ações: “Manutenção de ruas”, “Construção de ciclovia”, “Pavimentação”, “Área de lazer (pista de corrida)” e “Criação de espaços verdes”, foram ordenadas e a “Criação de espaços verdes” obteve o melhor desempenho. Portanto, o procedimento apresentado se mostra como opção no auxílio a proposição de ações relativas ao planejamento urbano.

¹ Graduanda em Engenharia de Produção – UFRSA – CMA.

² Departamento de Engenharias – UFRSA – CMA.

Palavras-chaves: Políticas públicas, Planejamento urbano, PROMETHEE II.

Abstract

The planning of public policies is important on choosing alternatives that can meet the needs of a population. In this study, a participatory methodological procedure was used designed to order actions in the Angicos county, Rio Grande do Norte. A survey was designed to identify people's dissatisfactions under various urban aspects. The result obtained served as a basis to develop actions that turn on more pleasant city. A specialist evaluated the actions considering a set of criteria. The PROMETHEE II method was used to aggregate preference information and prioritize these actions. The actions: "Street maintenance", "Bicycle path", "Paving", "Park area (race track)" and "Green spaces", were ordered and the "Green spaces" got the best performance. Therefore, the presented procedure is shown as an option to aid the proposition of actions related to urban planning.

Key Words: Public policies, Urban planning, PROMETHEE II.

1. Introdução

O processo de planejamento urbano possui diversas características e ocorre tanto nas grandes cidades e regiões metropolitanas, bem como em cidades de médio e pequeno porte. É importante ressaltar que deve haver uma fase de planejamento no que diz respeito a este planejamento, o que implica no projeto de infraestrutura, mobilidade, pavimentação de vias, rede de tratamento de resíduos, construção e manutenção de espaço públicos e segurança pública. Assim, a falta de controle do planejamento urbano é um dos grandes problemas dos países emergentes [Malmir et al. 2016].

Precisamente no contexto brasileiro a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi criada com o objetivo de desenvolver medidas para redução das desigualdades e criação de oportunidades de desenvolvimento regional que resulte em crescimento econômico, gerando renda e melhorando a qualidade de vida dos habitantes [MDR 2020]. De acordo com [Monteiro Neto et al. 2017], a Política Nacional de Desenvolvimento Regional possui recursos limitados, impactando na necessidade de planos de alocação de recursos.

O Nordeste brasileiro é uma das regiões do Brasil que ainda apresentam uma série de déficits relacionados ao desenvolvimento social, econômico bem como níveis de desigualdades expressivos. Além disso, convive com problemas constantes como as estiagens que afetam os vários segmentos da sociedade. Assim, as estratégias traçadas para o PNDR contemplam esses problemas descritos, como o item III – “estruturação de modelo de planejamento integrado, por meio da elaboração de planos regionais e sub-regionais de desenvolvimento, pactos de metas e carteiras de projetos em diferentes escalas geográficas” [MDR 2020].

Nesta situação, a utilização de modelos estruturados com a participação da sociedade civil e gestores de políticas públicas (prefeitos, governadores e secretários) podem auxiliar na priorização de alternativas para uma assertiva tomada de decisão futura. Obtendo um desenvolvimento local promissor.

Portanto, o objetivo deste estudo foi desenvolver um procedimento semi-estruturado para ordenar alternativas relacionadas a políticas públicas para que contribuam com o planejamento urbano. Para alcançar isto, uma abordagem participativa foi usada para determinar as necessidades de uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Norte (RN). Em seguida um especialista desenvolveu as ações e um conjunto critérios foi considerado. Para a ordenação final, um método multicritério com abordagem não-compensatório foi usado.

O restante do artigo segue dividido em exposição do Referencial teórico sobre o tema. Em seguida a Metodologia construída é apresentada. Na seção seguinte são apresentados os resultados e na última parte as considerações sobre o estudo.

2. Apoio Multicritério à Decisão

Consoante [Machado et al. 2019], desenvolvidos para dar preferência a alternativas, os métodos de apoio multicritério à decisão classificam as alternativas disponíveis em categorias ou ordem de preferência para tratar de problemas complexos. Essa abordagem serve para auxiliar no apoio ao processo de decisão, elaborando uma recomendação das melhores alternativas para o decisor, divergindo do conceito de se obter uma única solução ótima [Gomes e Gomes 2014].

Essa abordagem considera mais de um critério e as alternativas são avaliadas de acordo com a quantidade de critérios definidos [de Almeida 2011]. No qual cada critério induz a uma ordenação particular das alternativas, necessitando assim da adoção de mecanismos que sejam capazes de ordenar as preferências como um ranking [Kahraman 2008]. Conforme [Wang 2010], a importância desses métodos está em tratar difíceis decisões em organizações, pois auxiliam os gestores em condições de incerteza, complexidade e objetivos conflitantes.

Os problemas de decisão que envolvem a avaliação com vários critérios devem ser considerados alguns fatores para sua investigação, de acordo com [Formisano e Mazzolani 2015]:

- Um “objetivo” ou vários que representem a meta geral;
- Um ou vários tomadores de decisão (DM) que estejam envolvidos no processo de seleção e sejam responsáveis pela avaliação;
- As alternativas de decisão;
- As avaliações do desempenho das alternativas;
- As preferências do DM (podem ser em forma de pesos alocados aos critérios de avaliação);
- Um conjunto de pontuações para as alternativas em relação aos critérios.

Os métodos multicritério embasam-se de dois parâmetros, um é a matriz de decisão em que o desempenho de diferentes alternativas em consideração com cada critério são relatadas, o outro é o vetor de ponderação de critérios, onde vai fornecer a importância que o decisor, ou o grupo de decisores, atribui para cada critério [Formisano e Mazzolani 2015].

3. Metodologia

Este estudo foi realizado na cidade de Angicos, interior do Rio Grande do Norte. O estudo foi elaborado para seguir em duas etapas. Na primeira parte, um questionário foi elaborado para verificar o nível de satisfação dos entrevistados em relação a um conjunto de aspectos que envolvem o planejamento de políticas públicas. Os resultados foram usados para a segunda fase. Nesta etapa posterior, um especialista foi convidado para elaborar as ações, baseada nas respostas do questionário, e determinação de um conjunto de critérios usados para priorizar essas ações através de uma abordagem multicritério não-compensatória.

O questionário foi aplicado para um grupo de participantes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus Angicos. O intuito foi elencar preferências sobre aspectos de Infraestrutura (Pavimentação, Segurança pública, Mobilidade, Facilidades e Saúde), e aspectos Ambientais (Arborização na cidade, Áreas de lazer, Saneamento básico e Limpeza urbana). Também foi deixado um espaço para enfatizar comentário adicional. Foram incluídos dados gerais como idade, sexo e curso na instituição. Deve-se enfatizar que o procedimento foi elaborado para estruturar e validar. Desconsiderando, como intuito obter um resultado final.

Após a coleta dos dados dos questionários, um conjunto de alternativas reais foram elaboradas e mapeadas. O software QGis versão 3.4.1 foi empregado para fazer os mapas com as alternativas disponíveis. A visualização espacial se tornou eficiente para o especialista que participou na etapa 2. Com os resultados uma abordagem multicritério foi usada para ordenar as alternativas elencadas. As etapas da pesquisa podem estar resumidas na Figura 1.

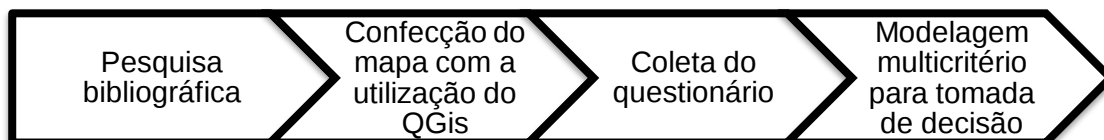


Figura 1. Elaborada pelos autores.

4. Resultados e Discussões

O município de Angicos (RN) está situado na microrregião de mesmo nome, e atualmente possui uma população estimada de 11.724 habitantes, conforme a Figura 1 (IBGE, 2018). A cidade é contemplada pelo campus da UFERSA que possui cerca 1.642 discentes ativos, 90 docentes e 41 técnicos administrativos. Também terceiriza atividades relacionadas à segurança e serviços gerais. Deste modo, a universidade tem impacto econômico na cidade devido a movimentação no comércio de gêneros alimentícios e bebidas, aluguéis e outros serviços (serviço de estética e beleza, roupas, papelaria, transporte alternativo, academias, serviço de internet e comercio de móveis e eletrodomésticos). A Figura 2 mostra o local de estudo.

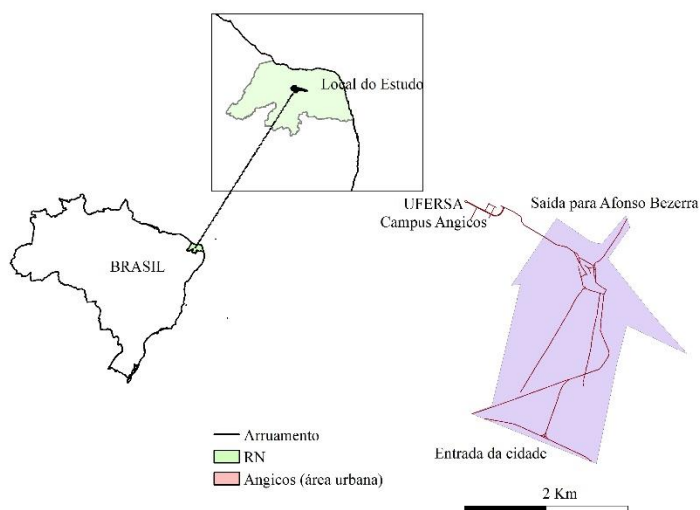


Figura 2. Localização da zona urbana de Angicos.

Para testar o procedimento foram entrevistados 79 participantes, sendo 45,6% do gênero masculino e 54,4% do gênero feminino. A faixa etária ficou distribuída em 60,8% (19 a 23 anos), 25,3% (23 a 28 anos), 11,4% (acima de 29 anos) e 2,5% até 18 anos. Os respondentes também foram categorizados em sua maioria como discentes da instituição (91,1%) e 8,9% em docentes. Pelo menos um aluno de cada curso respondeu, sendo a maioria discentes do Bacharelado em Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (44,8%) e os demais distribuídos nos curso de Engenharia de Produção (25%), Engenharia Civil (9,2%), Pedagogia (10,5%), Bacharelado em Sistemas de Informação (2,6%) e Licenciatura em Computação e Informática (7,9%).

O questionário levantou as preferências por alternativas considerando os seguintes aspectos: Infraestrutura, Ambiental. Em cada aspecto foi considerado sub categorias. Para o aspecto infraestrutura foram questionadas ações relativas à pavimentação, segurança pública (iluminação), mobilidade acessível (calçadas) e disponibilidade de facilidades. No aspecto Ambiental foram questionados fatores relativos à Arborização, Áreas de lazer, Saneamento básico e Limpeza urbana. Estes resultados serviram de base para construir as alternativas posteriormente.

Em relação a avaliação dos aspectos abordados, foi usada a escala verbal que variou entre: “Péssimo”, “Ruim”, “Regular”, “Bom” e “Ótimo”. Essa avaliação mediu a satisfação dos respondentes com relação aos fatores analisados. Então, algumas perguntas foram:

- Como você considera a pavimentação das ruas de Angicos?
- Qual a sua satisfação com relação a facilidades (mercados, farmácias e outros estabelecimentos comerciais) próximas a sua residência?
- Qual a sua opinião sobre as áreas de lazer oferecidas na cidade Angicos?

Devido ao número elevado de perguntas feitas no questionário, as informações serão resumidas, para uma melhor compreensão das análises. Para o aspecto Infraestrutura, a maioria dos respondentes considerou como “Ruim” questões relativas a “Segurança pública”, com 40,5% e “Pavimentação” representando 48,1%. Para os quesitos “Mobilidade” e “Assistência à saúde”, os resultados foram “Regular” com 53,2% e 43%, respectivamente. Como “Bom” a maioria (44,3%) avaliou somente o quesito proximidade de “Facilidades” comerciais.

Com relação ao aspecto “Ambiental”, o fator “Áreas de lazer” foi avaliado como “Ruim” 48,1%. E foram atribuídas avaliações “Regular” para “Arborização” (39,2%), “Saneamento básico” (44,3%) e “Limpeza urbana” (49,4%). Portanto, pode-se afirmar que existe uma insatisfação nos quesitos que foram levantados.

A fase seguinte foi criar as alternativas que estão baseadas nas avaliações do questionário. Portanto, foram elencadas cinco alternativas e traduzidas na forma de ações que devem ser implementadas na cidade de Angicos (RN). Estas ações são: “Manutenção de ruas”, “Construção de ciclovia”, “Pavimentação”, “Área de lazer (pista de corrida)” e “Criação de espaços verdes”. A seguir estão descritas as finalidades de cada ação:

- “Manutenção de ruas”: escolha de trechos urbanos na cidade de Angicos, que apresentem problemas de buracos que possam trazer prejuízos aos usuários de veículos (carros e motos);

- “Construção de ciclovia”: devido ao uso comum de bicicletas, esta ação se destina a criação de faixas exclusivas para usuários deste tipo de transporte;
- “Pavimentação”: a ação se destina a pavimentar trechos que não foram pavimentados até o presente momento;
- “Área de lazer (pista de corrida)”: se destina a construção de espaço público para prática de atividades físicas; e
- “Criação de espaços verdes”: áreas arborizadas destinada a recreação e a práticas de exercícios físicos.

A etapa posterior foi elencar quais critérios são essenciais para auxiliar no processo de ordenação. Estes fatores, foram levantados com um especialista no tema, tendo experiência na área de gestão obras públicas e morador do município de Angicos. Foram elencados cinco critérios para agregação das escolhas: Custo envolvido, Impacto Social, Impacto Ambiental, Oportunidade de emprego, Visibilidade para a cidade e Acessibilidade:

- Custo envolvido (C1): devido à ausência de tempo hábil, este critério foi avaliado considerando uma escala numérica indicando um grau de investimento alto, médio ou baixo. Esse custo se refere ao gasto na execução da ação;
- Impacto Social (C2): foi avaliado levando em consideração ao impacto para a população em termos de uso. Ou seja, se a execução daquela ação tem um alcance social baixo, médio ou alto;
- Impacto Ambiental (C3): se refere a impactos negativos causados ao meio ambiente. Se há algum prejuízo ambiental e que precisa ser remediado;
- Oportunidade de emprego (C4): se refere a possibilidade de geração de renda de forma direta e indireta. Investimentos em obras-pública permite que empregos sejam criados com o uso após o término da ação;
- Visibilidade para a cidade (C5): percepção dos cidadãos em relação a ação implementada;

- Acessibilidade (C6): se há oportunidade de uso pela sociedade do equipamento. Todos têm acesso a ação ou uma parcela faz uso da ação.

Neste estudo foi adotada uma abordagem não-compensatória para ordenação das ações que devem ser priorizadas. Avaliações usando trade-off entre critérios foram descartadas, por serem exaustivas do ponto de vista cognitivo, além do especialista não possuir familiaridade com a abordagem multicritério. Portanto, foi feita uma elicitación de escala de pontos para avaliação inter-critério. Para avaliação intra-critério foi considerada escalas de 0 a 10 para obter os desempenhos das alternativas em relação aos critérios.

A Tabela 1 apresenta os pesos (grau de importância) dos critérios utilizados e o desempenho das alternativas de cada alternativa/ação para cada critério. Deste modo, o especialista teve maior familiaridade para expressar a sua opinião em relação ao problema. Os pesos foram atribuídos pelo próprio especialista, através do questionamento de qual critério ele atribuída com a pontuação em função do grau de importância. Por ser um método não-compensatório, isto não afeta a obtenção dos resultados.

Tabela 1 – Desempenho intra-critério e inter-critério.

	Custo	Impacto social	Impacto ambiental	Oportunidade de emprego	Visibilidade para a cidade	Acessibilidade
Peso	7	6	3	8	4	6
Manutenção de ruas	8	9	3	5	8	3
Ciclovias	5	4	3	2	7	5
Pavimentação	10	9	6	2	8	6
Área de lazer	8	10	1	10	9	7
Espaços verdes	10	10	1	10	10	8

Como mencionado anteriormente, a abordagem usada foi não-compensatória. Assim, o PROMETHEE II foi usado para a ordenação. As vantagens neste tipo de abordagem estão direcionadas simplicidade no uso, clareza e com fácil assimilação e compreensão pelo envolvido na elicitación (Araújo e de Almeida, 2009). O

especialista precisa estabelecer de forma individual e para cada critério um peso p_j e significa o grau de importância daquele critério. Com a obtenção dos pesos o chamado grau de sobreclassificação é medido através da relação comparativa entre duas alternativas, tal que (de Almeida, 2011):

$$\pi(a, b) = \frac{1}{p} \sum_{j=1}^n p_j F_j(a, b) \quad (1)$$

Em que $\sum_{j=1}^n p_j = 1$; e

$F_j(a, b)$ é a função da diferença $g_j(a) - g_j(b)$ entre o desempenho das alternativas para cada critério j .

A situação mais simples ocorre quando:

$$F_j(a, b) = \begin{cases} 1, & \text{se } g_j(a) > g_j(b) \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Assim, fica mais simples para o decisor traduzir suas preferências. A função $F_j(a, b)$ pode ser estabelecida de acordo como a preferência do decisor aumenta em relação a diferença entre a performance das alternativas para cada critério de forma de individual. Para este estudo foi considerado um critério usual, sem parâmetros definidos, tal que:

$$F_j(a, b) = \begin{cases} 1, & \text{se } g_j(a) - g_j(b) > 0 \\ 0, & g_j(a) - g_j(b) \leq 0 \end{cases}$$

Foram adotados os fluxos de sobreclassificação para explorar as relações obtidas na Equação 1, tanto para $\varphi^+(a) = \sum_{b \in A} \pi(a, b)$ e $\varphi^-(a) = \sum_{b \in A} \pi(b, a)$. E para alcançar o fluxo líquido foi usada a seguinte expressão (Equação 2):

$$\varphi(a) = \varphi^+(a) - \varphi^-(a) \quad (2)$$

Este indicador ordena as ações em ordem decrescente, obtendo uma pré-ordem completa, considerando as seguintes relações:

- Preferência: aPb se $\varphi(a) > \varphi(b)$
- Indiferença: aIb se $\varphi(a) = \varphi(b)$

Usando uma interface própria, foram gerados fluxos positivos e negativos e posteriormente o fluxo líquido. Os resultados dispostos na Tabela 2 mostram o desempenho das alternativas em relação a cada critério. Para o critério “Custo” as ações mais interessantes são “Espaços verdes” e “Pavimentação”. No segundo critério, “Social” são mais bem avaliadas as ações “Área de lazer”. Para o critério “Ambiental” foi a ação “Pavimentação”. Em relação a “Visibilidade para a cidade” foi “Espaços verdes” e no último critério também foi esta mesma ação. Portanto, havendo uma prevalência para esta ação.

Tabela 2 – Desempenho das alternativas para cada critério.

	Custo	Social	Ambiental	Emprego	Visibilidade	Acessibilidade
Ruas	-0,25	-0,25	0,25	0,0	-0,25	-1
Ciclovias	-1	-1	0,25	-0,75	-1	-0,5
Pavimentação	0,75	-0,25	1	-0,75	-0,25	0,0
Área de lazer	-,25	0,75	-0,75	0,75	0,5	0,5
Espaços verdes	0,75	0,75	-0,75	0,75	1	1

Na Tabela 3 estão descritos os fluxos positivos, negativos e líquidos. Assim, pelo PROMETHEE II é obtida a ordenação completa. Dispostas em ordem decrescentes são as seguintes ações: “Espaços verdes”, “Área de lazer”, “Pavimentação de ruas”, “Manutenção de ruas” e “Ciclovía”. Sendo a ação que se superou em relação as demais a construção de “Espaços verdes”.

Tabela 3 – Fluxos parciais e ordenação final.

	φ^+	φ^+	φ
Esp verdes	0,7083	0,1250	0,5833
Área de lazer	0,5417	0,2917	0,2500
Pavimentação	0,4583	0,3750	0,0833
Ruas	0,2917	0,5417	-0,2500
Ciclovía	0,1250	0,7917	-0,6667

A visualização gráfica apresenta a disposição das ações na cidade. A Figura 3 mostra essa distribuição espacial. É importante mencionar que o especialista se mostrou confortável no uso do mapa. Permitindo uma visualização mais “tangível” do problema. Deve-se ressaltar que a ação mais bem ordenada, tem uma abrangência maior quando se observa o aspecto de alcance. Isto se atribui ao impacto social causado. Ou seja, mais pessoas tem acesso ao equipamento público. Além de contribuir para a própria valorização do espaço.

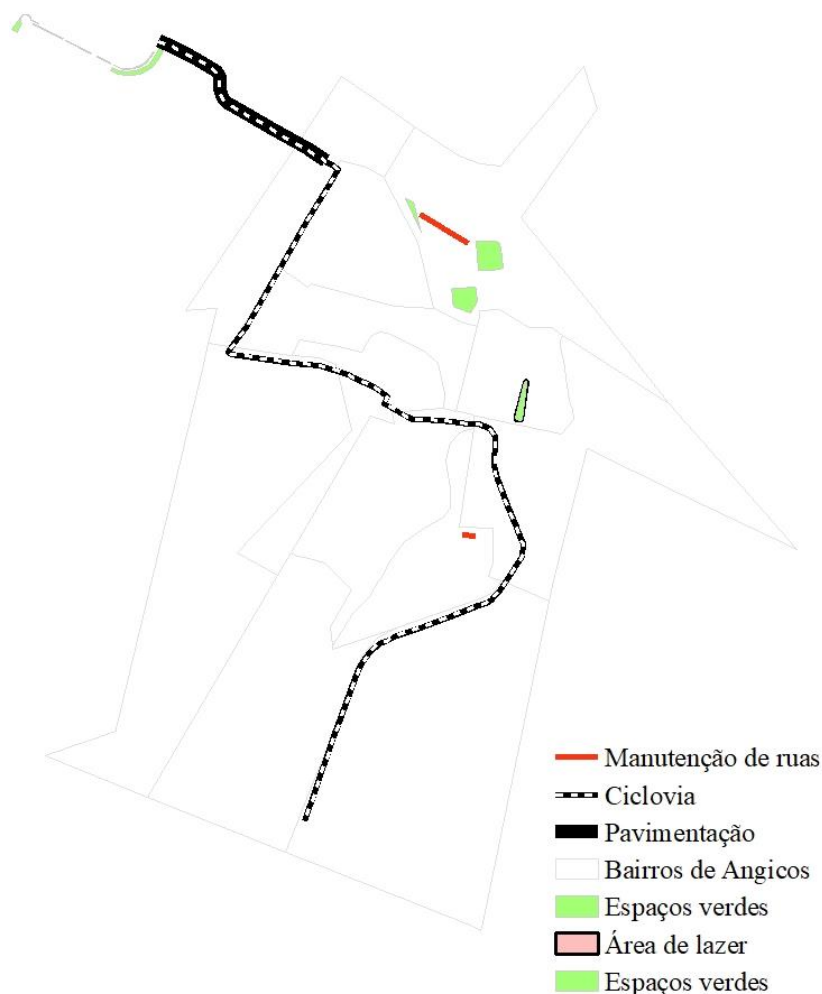


Figura 3. Distribuição espacial das alternativas analisadas.

Em relação ao processo participativo, deve-se enfatizar que o mesmo ocorreu com um público específico. Mas que serviu para construir as ações que foram avaliadas. Em cidades pequenas, é importante que esta fase seja considerada, sob três aspectos. Primeiro, o envolvimento das pessoas no processo decisório em termos de políticas públicas. Segundo, ao atendimento do anseio social em prover informações que a própria sociedade faça o uso. E por último, haver um diálogo aberto no processo de construção destas políticas públicas.

O município de Angicos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), possui 38,3% de domicílios com saneamento básico, 85,1% de casas localizadas em vias públicas com arborização e 2,1% de domicílios localizados em acessos públicos com urbanização adequada (bueiro, calçadas, pavimentação e meio-fio). Estas características são comuns nos municípios do interior do nordeste. Estes indicadores também servem de norteador no processo de construção deste tipo de planejamento.

Este tipo de procedimento também se mostra vantajoso, pois identifica as reais necessidades. Considera a informação espacial, permitindo uma construção com menor esforço cognitivo, principalmente para pessoas que nem sempre estão familiarizadas com este tipo de abordagem. O método não-compensatório, permite um aspecto facilitador e amigável no entendimento do gestor público.

5. Conclusão

Este estudo apresenta uma metodologia no âmbito de planejamento de ações de caráter público participativo. O estudo foi desenvolvido no município de Angicos, interior do estado do Rio Grande do Norte. A construção foi realizada em duas etapas. Primeiro um questionário foi aplicado a um público de uma universidade presente na cidade. Foram feitos questionamentos sobre os aspectos “Infraestrutura” e “Meio ambiente” e avaliados os níveis de satisfações para um conjunto de ações. Estas as ações se referiram a pavimentação de ruas, segurança e espaços de recreação. Na segunda etapa, usando estas informações, um especialista elencou quais ações podem ser construídas para serem priorizadas e avaliadas por um conjunto de critérios. Seis critérios foram considerados no problema. O PROMETHE II foi usado para ordenar as alternativas.

Sob o ponto de vista participativo, o procedimento construído se mostrou eficiente no sentido de permitir a participação de um público da sociedade. Para uma cidade de pequeno porte como Angicos, e população abaixo de 15.000 habitantes, este tipo de procedimento tem uma relevância, pois envolve o cidadão no

processo de escolha. Além disso, o especialista que construiu a matriz de decisão se mostrou confortável com a abordagem usada. Embora, deve-se destacar novamente que isto teve um caráter de validação da proposta. Sendo posteriormente aplicada para uma amostra representativa.

Por fim, a ação “Espaço verde” se mostrou a mais bem ordenada. A construção de áreas verdes, como praças e green landscape tem merecido cada vez mais atenção devido as questões ambientais. Em uma cidade pequena, é notório que este tema também seja debatido. Por fim, o processo metodológico adotado pode ser útil para planejadores de políticas públicas, trazendo resultados mais promissores para este tipo de problema.

Referências

- Araújo, A. G. e de Almeida, A. T. (2009). Apoio à decisão na seleção de investimentos em petróleo e gás: uma aplicação utilizando o método PROMETHEE. *Gestão & Produção*, v. 16, n. 4, p. 534-543.
- Figueiredo, G. M. P. de. (2016). Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica. In: *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 4. Porto Alegre.
- De Almeida, A. T. (2011). *Conhecimento e Uso de Métodos Multicritério de Apoio a Decisão*. Editora Universitária.
- Formisano, A. e Mazzolani, F. M. (2015). On the selection by MCDM methods of the optimal system for seismic retrofitting and vertical addition of existing buildings. *Computers & Structures*, [s.l.], v. 159, n. 1, p.1-13.
- Gomes, C. F. S. e Gomes, L. F. A. M. (2014). *Tomada De Decisão Gerencial: Enfoque Multicritério*. 5. ed. S. L.: Atlas.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades** (2017). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/angicos/panorama>. Acessado: 2020-02-15.

Kahraman, C. (2008). **Fuzzy Multicriteria Decision Making** - Theory and Applications with Recent Developments. Turkey: Springer Science.

Machado, E. L. et al. (2019). Métodos de apoio multicritério à decisão na gestão de estradas e pontes: revisão sistemática da literatura. **Revista Técnico-científica do Crea-PR**, v. 1, n. 1, p.1-16.

Malmir M. et al. Urban development change detection based on multi-temporal satellite images as a fast tracking approach – a case study of Ahwaz County, Southwestern Iran. **Enviro. Monit Assess**, v. 187, 2015.

MDR, Ministério do Desenvolvimento Regional -. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. 2020**. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>. Acessado: 2020-04-12.

Monteiro Neto, A. et al. (2017). **Desenvolvimento regional no brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea.

Wang, W. (2010). A fuzzy linguistic computing approach to supplier evaluation. **Applied Mathematical Modelling**, v. 34, p. 3130-3141.

Área Temática: Agricultura Familiar

**PROGRAMA COMPRA DIRETA EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE CASO
NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ-RN**

Danielle Aprígio da Silva¹

José Paulo de Oliveira²

Vinícius Claudino de Sá³

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar a dinâmica ocorrida na realização do PAA 1, programa compra direta executado pela EMATER-RN no primeiro semestre do corrente ano, no município de Santa Cruz-RN, mostrar os aspectos que influenciaram positivamente, assim como, os desafios postos, os diálogos e parcerias necessárias para efetivação da aquisição dos alimentos e beneficiamento das pessoas e famílias diretamente beneficiadas pelo programa, tal qual expressar a condução e implementação. Dessa forma, apresenta-se a importância do programa para os agricultores e famílias beneficiadas, assim sua efetivação fortalece a agricultura familiar e contribui para a garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional das pessoas.

¹ Tecnóloga em Gestão Ambiental, Especialista em Licenciamento, Grstão, Auditoria Ambiental .

² Pedagogo, com Aperfeiçoamento em Educação Ambiental, Graduando em Licenciatura Matemática.

³ Prof. do Departamento de Administração da UERN, Mestre em Administração, Doutor em Extensão Rural

Palavras-chaves: Compra direta, Política pública , Extensão rural.

Abstract

This work aims to present the dynamics that occurred in the realization of PAA 1, a direct purchase program executed by EMATER-RN in the first semester of this year, in the municipality of Santa Cruz-RN, to show the aspects that positively influenced, as well as, the challenges posts, dialogues and partnerships necessary for the effective acquisition of food and the benefit of people and families directly benefited by the program, such as expressing the conduct and implementation. In this way, the importance of the program is presented to farmers and benefited families, so its implementation strengthens family farming and contributes to guaranteeing people's food and nutritional security and sovereignty.

Key Words: Direct Purchase, Public Policy, Rural Extension.

1. Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar a implementação do Programa Compra Direta, uma ferramenta do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do governo federal, o qual tem como propósito fomentar a agricultura familiar como estratégia de estímulo para manutenção das famílias, assim como a produção e garantia da doação de alimentos saudáveis de base agroecológicas e diversificado para pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional.

Dessa forma, pretende-se mostrar como efetivamente se opera o programa na esfera municipal e como essa aquisição vem sendo feita e dialogada com os atores públicos a nível municipal, como foi pensada

a estratégia de execução neste período de pandemia e as articulações realizadas para atendimento das pessoas por esta política pública.

Neste estudo, buscou-se os aspectos positivos e os entraves encontrados no município de Santa Cruz - RN para a aquisição dos alimentos dos agricultores familiares, bem como as estratégias utilizadas para atingir o objetivo do programa.

2. Referencial Teórico

O Programa de aquisição de alimentos - PAA foi criado a partir do Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e sendo regulamentada pelo decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, tendo como propósito estimular a agricultura familiar, caracterizada pela Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, além de garantir o acesso a alimentação. Para isso, a disponibilidade de recurso dispensa licitação, garantindo o acesso real de agricultores familiares com produção de base agroecológica e, basicamente, de volume produtivo menor, destinando estes produtos através de uma rede formada pelos atores locais, garantindo o acesso a uma alimentação de qualidade a pessoas em insegurança nutricional e alimentar.

Desde muito tempo, os homens vêm buscando estabelecer estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, capazes de proteger os recursos naturais e que sejam duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica, ocorridos já no início do século XX.(CAPORAL;COSTABEBER, 2004, P.7)

O PAA se apresenta a nível nacional por cinco modalidades, sendo elas: Doação Simultânea, Formação de Estoques, Compra Institucional, PAA Leite e Compra Direta, sendo os dois últimos operados pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER-RN.

Os beneficiários fornecedores podem participar do programa de forma individual, de modo que para participar do programa os fornecedores deverão comprovar algumas documentações que são exigidas, entre as quais está a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, por meio desta que as famílias são reconhecidas como da agricultura familiar, bem como a documentação pessoal.

O Recurso é disponibilizado através do Ministério da Cidadania por sua Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, onde a EMATER-RN tem assinado um termo de adesão que autoriza esse repasse. Para o ano de 2020 foi disponibilizado um montante de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais) para o estado do Rio Grande do Norte, e, no caso em particular de Santa Cruz, o recurso destinado é de R\$ 67.150,00 (Sessenta e sete mil cento e cinquenta reais).

O controle social de fiscalização da implementação do Compra Direta se dava através do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional nas esferas três esferas, porém, com a última reestruturação ministerial, este conselho foi extinto e, de acordo com o decreto regulatório no capítulo VII, na ausência deste o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social deve assumir esta função.

3. Metodologia

Este estudo caracteriza-se por ser um estudo de caso, onde relatou-se uma experiência de organização de ações para viabilização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, pela EMATER de Santa Cruz – RN.

O relato aqui apresentado é de caráter qualitativo e na sua construção foram feitas pesquisas bibliográficas e documentais, além disso, a pesquisa participante foi utilizada para coleta dos dados primários.

Neste estudo, os autores acompanharam diretamente a execução das atividades e puderam checar os estudos teóricos junto a execução do PAA.

4. Resultados e Discussões

As políticas sociais vem se destacando ao longo dos anos no Brasil, apesar de vários entravés, porém ela vem se consolidando graças a luta e organização das agricultoras e agricultores familiares, que com muito esforços tem defendido uma política justa e igualitária para essa classe, onde visa garantir a sustentabilidade e segurança alimentar das famílias.

A pesar deste ano está sendo um ano atípico, onde vivemos com várias incertezas, o programa PAA1 foi desenvolvido em meio ao período de pandemia, no entanto, as famílias beneficiadas receberam os alimentos de forma segura, seguindo sempre as normas de segurança sanitária.

Mediante a atual situação, fez necessário elaborar um protocolo de garantia da segurança dos atores envolvidos no processo, além de um cronograma no qual foram postas as ações que seriam realizadas, bem como os responsáveis que estariam a frente destas ações. A equipe responsável mobilizou-se de modo a atender toda a demanda, a fim de que o programa não parasse e que as famílias em vulnerabilidade pudessem ser contempladas.

A equipe foi composta por um Técnico da Emater – RN, uma nutricionista responsável pela qualidade da entrega dos produtos e mais uma pessoa de apoio, que ajudava na pesagem os produtos, além dos agricultores que compareciam em horários agendados para a entrega de seus produtos. O processo de recebimento dos alimentos se deu na Central de distribuição, local este disponibilizado em parceria com a

Prefeitura Municipal de Santa Cruz – RN, como mostra na figura 01. Os dias de recebimento se deu sempre as quartas feiras de cada semana.

A partir do recebimento dos produtos, a Emater – RN doa os alimentos às instituições responsáveis, previamente autorizadas pelo ministério a receberem, as quais passam a ter a responsabilidade de administrar o processo de divisão e entrega dos alimentos. No caso do hospital, o mesmo utiliza os alimentos na alimentação diária, no que se refere às escolas, a instituição juntamente com a secretaria municipal de educação incorporou esses alimentos no kit de merenda escolar e distribuiu às famílias dos alunos.

Figura 01: Equipe Compra Direta e produtos adquiridos



Fonte: Acervo dos autores (2020)

Podemos destacar a importância e impacto que esse programa tem na vida dos agricultores, é possível notar devido o montante de alimentos adquiridos com recursos do programa.

A execução de políticas públicas e programas de incentivo à produção e geração de renda já se apresenta como fator desafiador em períodos normais, nesse contexto pandêmico, se fez necessário redimensionar, reestruturar as equipes e repensar as estratégias de execução deste programa, dada a importância econômica e, principalmente, social do desenvolvimento desta estratégia governamental.

Tratando especificamente de como se deu a execução do programa Compra Direta no município de Santa Cruz - RN, inicialmente foi conversado com as lideranças municipais envolvidas para avaliar a real capacidade operacional do município, neste primeiro momento, apenas o hospital e as escolas municipais estariam aptas a receber os alimentos ofertados pelo programa. Partindo deste ponto, se estabelece que a entrega das doações ao hospital continuou da mesma forma que em anos normais, já para as escolas municipais, o método foi de encorpar as cestas básicas doadas pelas escolas aos seus alunos.

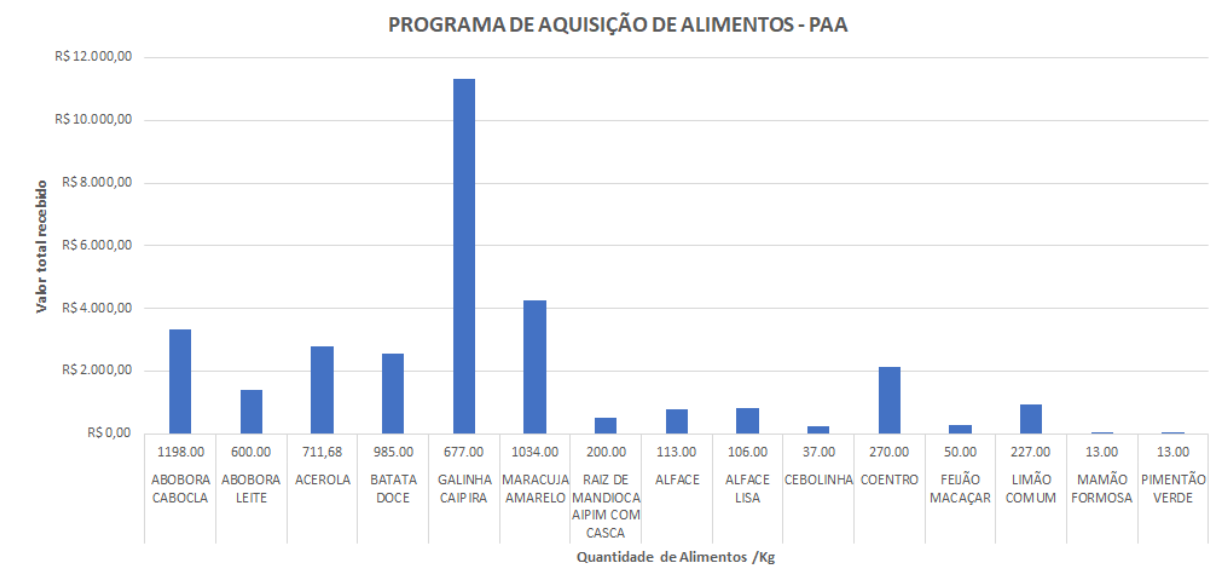
No tocante aos produtores, a receptividade foi muito positiva, tendo em vista que alguns se encontravam com dificuldades em escoar sua produção, o programa veio num momento oportuno para sanar este problema. Por outro lado, também encontramos agricultores familiares que não conseguiram manter sua produção, alegando valores elevados nos insumos incidindo negativamente para manutenção de suas atividades produtivas, inviabilizando o ingresso destes produtores no programa.

Um dos maiores entraves encontrados no que diz respeito ao empenho de produtos diversificados no município de Santa Cruz - RN, é a ausência de certificações para produtos processados ou de origem animais, como bolos, doces, ovos e proteína animal, pois, minimamente, o município não dispõe de Sistema de Inspeção Municipal-SIM, que de uma certa forma engessa o programa nos permitindo apenas a aquisição de produtos In naturas, como frutas, legumes e verduras.

Um avanço significativo que conseguimos com a união e dialogo de duas instituições do governo IDIARN/EMATER, foi a regularização dos agricultores familiares produtores de galinha caipira dentro da estratégia do PRODETER - Programa de Desenvolvimento Territorial do Trairi e a parceria com um abatedouro particular com certificação estadual SEIPOA - Serviço Estadual de Inspeção de Origem Animal, que, após varias conversas, definiu uma taxa de abate por ave, e assim garantimos a inclusão de uma proteína animal, no caso, galinha caipira, na dinâmica do programa compra direta PAA 1, estando de um lado os produtores certificados quando à sanidade do rebanho e, por outro, a certificação da qualidade da carne abatida, garantido um produto de qualidade e de alto valor proteico e sem riscos aos consumidores.

Desta feito, efetivou-se o programa, onde, em plena pandemia, conseguiu-se beneficiar 09 agricultores familiares e aproximadamente 613 famílias de alunos, ainda levando em consideração as pessoas atendidas no hospital que não conseguimos precisar a quantidade, mas estamos falando em 6.063,68 Kg (seis mil e sessenta e três quilos e sessenta e oito gramas) de alimentos e um volume de recurso de R\$ 30.457,42 (Trinta mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos), como mostra no gráfico 01, dados referentes a um período de dois meses de execução, uma vez que o programa teve de ser paralisado para execução de um recurso extra emergencial disponibilizado pelo ministério da cidadania, para operar um segundo programa compra direta extra excepcionalmente esse ano denominado de PAA2.

Gráfico 01: Alimentos adquiridos através do Programa Compra Direta



Fonte: Ceres Emater – RN (2020)

Um aspecto importante a ser levado em consideração é o limite máximo de volume de recursos por agricultor que, no caso do Compra Direta é de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), anuais, como forma de garantir o acesso a uma quantidade maior de agricultores no município, porém, diante de todos os desafios postos pela Pandemia do COVID-19, apenas conseguimos comprar aos agricultores familiares do município de Santa Cruz algo em média de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), incrementando sua renda anual, levando consideração o período de alta no preço dos insumos e dificuldade de escoar a produção o programa vem como fonte de estímulo para estas famílias continuarem produzindo.

5. Conclusão

É inegável a importância desse programa, não apenas em um viés social, mas de garantia da segurança alimentar e nutricional, garantia de diversificação de produtos ofertados aos beneficiários e enriquecendo de sua alimentação, como também, em particular, aos agricultores familiares que são diretamente beneficiados, garantindo o escoamento de parte da sua produção ao preço justo e sem a figura de atravessadores, em especial no período pandêmico, onde os insumos para produção estão com custos elevados e poucos consumidores saem para aquisição destes alimentos, que em sua maioria são perecíveis, além, é claro, da geração de renda para manutenção das famílias no espaço rural.

Com relação a execução propriamente dita, pode-se dizer que está em um patamar de desafio fora do comum e inimaginável, pois, além de enfrentarmos as dificuldades e imprevistos postos habitualmente, no que diz respeito a burocracia de prestação de contas e sistema, estamos em processo de aprendizado de convivência com um inimigo invisível, o Covid-19, que impõe cuidados redobrados, além da incorporação de hábitos e ações novas.

Por fim, pode-se afirmar que, apesar de todos os desafios postos, o período e as incertezas, o desempenho do programa foi satisfatório, atingindo seu objetivo principal de garantir preço justo e aquisição direta dos produtos da agricultura familiar do município.

Referências

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Brasília: 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003. Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. Brasília: 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20de%20Apoio,24%20de%20julho%20de%202006>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

BRASIL. Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos. Gov.br, Brasília: 04 de fev. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa.** Brasília: ASCOM/MDS, 2012. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p. Disponível em: <file:///D:/Users/ze_pa/Documents/EMATER/CURSO%20EXTENSÃO/ARTIGO/Agroecologia-Conceitoseprincípios%20caporal.pdf> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Área Temática: Agricultura Familiar

**A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES
FAMILIARES NA CADEIA DA APICULTURA NOS TERRITÓRIOS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Daura Helena Jales Dantas Duarte¹

Elisabete Stradiotto Siqueira²

Eulita de Souza Morais³

Fátima de Lima Torres⁴

Valdemar Siqueira Filho⁵

Resumo

O presente artigo teve como objetivo compreender a dinâmica da cadeia do mel considerando o papel dos agricultores familiares em relação aos demais agentes que interagem nesse processo. Utilizou-se de método qualitativo, com entrevistas semiestruturadas com a abordagem da amostra em “bola de neve” (snowball sample) em que

Agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro

¹ Graduanda em Bacharelado em Administração pela UFRSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2020).

² Possui graduação em Bacharel em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (1986), mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Atualmente é pesquisadora convidada da Universidade Federal da Grande Dourados e professora adjunta da UFRSA.

³ Graduanda em Bacharelado em Administração pela UFRSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2020).

⁴ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ (2010).

⁴ Graduanda em Bacharelado em Administração pela UFRSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2020).

⁴ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ (2010).

⁵ Possui graduação em Letras pela Universidade Metodista de Piracicaba (1985), mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professor adjunto da UFRSA.

o primeiro especialista entrevistado indicava o próximo e assim sucessivamente, até que as informações demonstrassem um padrão. O roteiro foi constituído pelos seguintes temas, a saber: perspectivas da apicultura no estado do RN; estruturação da cadeia; metodologias de comunicação dos atores sociais na atividade apícola; tecnologias e estratégias de mercado impostas pela cadeia aos agricultores familiares; principais entraves/gargalos encontrados ou existentes no setor; e a importância da qualificação técnica dos apicultores no desenvolvimento de suas atividades. Dessa maneira, foram entrevistados 4 (quatro) pesquisadores na área da apicultura e 2 (dois) especialistas atuam na cadeia mas que tem experiência significativa, que atuam na cadeia e foram apontados como conhecedores da estrutura da cadeia. Observou-se nos relatos das entrevistas que a competitividade do mel está relacionada à melhorias na coordenação dos participantes da cadeia. A falta de um comportamento comum, como a diversidade de relacionamentos horizontais exibida pelos participantes da cadeia apícola do Rio Grande do Norte, parece ser uma causa relacionada ao problema enfrentado pelo setor.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; Apicultura; Governança; Semiárido.

Abstract

This article aimed to understand the dynamics of the honey chain considering the role of family farmers in relation to the other agents that interact in this process. A qualitative method was used, with semi-structured characterization with the “snowball” sample approach (snowball sample) in which the first specialist interviewed indicated the next and so on, until the information showed a pattern. The script consisted of the following themes, a saber: perspectives of beekeeping in the state of RN; structuring the chain; communication methodologies of social actors in beekeeping; technologies and market strategies imposed by the chain on family farmers; main obstacles / bottlenecks found or existing in the sector; and the importance of beekeepers' techniques in the development of their activities. In this way, 4 (four) researchers in the beekeeping area and 2 (two) specialists who work in the chain but who have experience, who work in the chain and were identified as knowledgeable

2/10

about the chain structure were interviewed. It was observed in the reports of the information linking the honey is related to improvements in the coordination of the participants in the chain. The lack of common behavior, such as the diversity of horizontal distributions exhibited by participants in the beekeeping chain in Rio Grande do Norte, seems to be a cause related to the problem faced by the sector.

Key Words: Family farming; Beekeeping; Governance; Semiarid.

1. Introdução

Ao longo dos anos os agricultores familiares buscam alternativas para desenvolver suas práticas de reprodução econômicas e sociais. Tais atores sociais têm sido incentivados a organizar-se através de associações e cooperativas, e em especial para buscar apoio e financiamento com o intuito de promover o desenvolvimento das cadeias produtivas e gerar ocupação e renda no campo (SOUZA et al., 2005).

Segundo Barreto (2004), na região Nordeste, a cadeia produtiva da apicultura está sendo inserida neste contexto e tem proporcionado desafios como mudanças nos padrões tecnológicos, nos hábitos organizacionais e costumes dos agricultores familiares.

A agricultura familiar brasileira se desenvolve para suprir as necessidades da família e do desenvolvimento do meio rural e não apenas com intuito de geração do lucro. Aliado a isso, contribui no sentido de modificar o paradigma agrícola que é o modelo convencional para sistemas de produção alternativos e sustentáveis. Nesse viés, a agricultura nacional entra em um processo de definições de suas estratégias organizacionais e produtivas surgindo, dessa maneira, várias especialidades de produção ou, mais especificamente, cadeias produtivas (ROCHA, 2015).

No Brasil, a produção comercial do mel está ligada à apicultura cuja história teve início com a inserção das abelhas europeias *Apis mellífera* no Estado do Rio de Janeiro em 1839, realizada pelo Padre Antônio Carneiro. No entanto, a apicultura brasileira avançou a partir da introdução das abelhas africanas (*Apis mellífera scutellata*) em 1956, que culminou na africanização das demais subespécies existentes no país. Após o desenvolvimento de

técnicas adequadas de manejo ocorrido na década de 70 a apicultura passou a ser intensamente praticada em todos os estados brasileiros (SOUZA et al., 2005).

Sendo assim, a apicultura brasileira nos últimos anos vem sendo impulsionada por fatores como a grande diversidade florística, a abertura de novos mercados consumidores, e o aumento significativo na produtividade com a africanização das abelhas. A região do Semiárido Nordeste, em especial do Estado do Rio Grande do Norte, apresenta um grande potencial apícola, vejamos como exemplo o município de Serra do Mel que de uma exploração de 14 colmeias há alguns anos atrás, hoje explora aproximadamente 12000 colmeias (GRANJEIRO HENRIQUE et al., 2008).

Segundo os autores, Regis, Matos e Siqueira (2019), nos debates sobre o desenvolvimento de políticas públicas territoriais, é marcante a participação dos atores sociais, sejam eles agricultores familiares, representantes de cooperativas, associações, grupos e organizações não governamentais (ONGs) que vem desenvolvendo o papel de gestores de temáticas de interesses social, junto com o poder público, realizando proposição de projetos e controle social, haja vista que a governabilidade perpassa pela capacidade da sociedade de contribuir na implantação de políticas públicas que visam a dinamização do território em longo prazo, com o objetivo de alcançar metas e propósitos do desenvolvimento regional.

Neste sentido, se faz necessário compreender de que forma se dá a participação dos atores sociais que interagem e desenvolvem o papel de gestores. Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender a dinâmica da cadeia do mel considerando o papel dos agricultores familiares em relação aos demais agentes que interagem nesse processo.

2. Referencial Teórico

2.1 – A apicultura na Agricultura Familiar no Estado do Rio Grande do Norte

A apicultura brasileira se iniciou com enxames trazidos pelos imigrantes com a colonização. Contudo, somente com a introdução de abelhas africanas, em meados de 1956, deu-se a revolução da apicultura no Brasil com o cruzamento das duas populações, produzindo um híbrido conhecido hoje de abelhas africanizadas.

Certamente ocorreram problemas até que se chegasse ao estágio de desenvolvimento atual, dada a agressividade dessas abelhas e a inabilidade dos apicultores em lidar com a nova realidade (SOARES, 2004).

Para Pereira, et al. (2003), essa é uma das atividades capazes de causar impactos positivos, tanto sociais, ambientais quanto económicos, além de contribuir para a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes. A cadeia produtiva da apicultura propicia a geração de inúmeros postos de trabalho, empregos e fluxo de renda, principalmente no ambiente familiar, sendo, dessa forma, determinante na melhoria da qualidade de vida, preservação do meio ambiente, melhoria da renda familiar e fixação do homem no meio rural.

Segundo as pesquisas da Seagri (2004), o reconhecimento da importância social e da viabilidade faz da apicultura hoje uma das grandes opções de desenvolvimento para o semiárido. O fato já pôde ser percebido pelo número de projetos apícolas aprovados e financiados nos últimos anos, em sua maioria favorecendo associações e cooperativas.

Para Oliveira (2006), a agricultura familiar no semiárido do Rio Grande do Norte tem experimentado uma silenciosa revolução com ações para o desenvolvimento da apicultura local. Atualmente a realidade é bem distinta daquela de alguns anos atrás, quando a atividade estava desorganizada. Àquela época, a extração do mel era feita em grande parte pelos meleiros, trabalhadores de baixa renda que se embrenhavam na caatinga para extrair o mel, usando técnicas primitivas, como a derrubada de árvores e as queimadas, que exterminavam enxames e danificavam o meio ambiente.

De acordo com Rocha (2015), a produção de mel no estado do Rio Grande do Norte é uma atividade muito rentável, podendo atingir altos índices de lucratividade, incorrendo em poucos custos. No entanto, as pesquisas sobre apicultura são normalmente direcionadas a tratar o assunto tecnicamente ou mesmo na ótica econômica, sem aprofundamento na perspectiva sistêmica e na participação dos atores sociais na cadeia produtiva do mel.

No entanto, Granjeiro Henrique et al. (2008) apresenta uma pesquisa qualitativa que compreende as localidades do município de Serra do Mel/RN, averiguando o perfil dos agricultores familiares, produtores de mel, considerando os aspectos sociais, ambientais e produtivos da atividade. Desse modo, por meio de entrevistas semiestruturadas, com apicultores das principais comunidades rurais do município, os autores concluíram que a cadeia da apicultura é lucrativa para os agentes envolvidos e que, apesar de estarem dispostos em cooperativas os produtores demonstraram dificuldade em otimizar os lucros, em virtude da fragilidade organizacional dessa categoria.

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a dinâmica da participação dos atores envolvidos, com o intuito de caracterizar a estrutura dos processos da gestão da governança corporativa dentro da cadeia e como se dá a participação dos agricultores familiares na cadeia do mel no estado do RN.

3. Metodologia

A priori, os sujeitos a serem abordados nas entrevistas seriam os produtores, porém, com o início da pandemia e do decreto do isolamento social, as pesquisas de campo foram canceladas fazendo-se necessário redefinir os sujeitos a serem pesquisados. Sendo assim, o foco foram os especialistas, que responderam os questionários por e-mail ou mensagens de voz.

Utilizou-se de método qualitativo, com entrevistas semiestruturadas com abordagem de amostra em “bola de neve” (snowball sample). Sendo esta técnica, uma forma de amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994).

Dessa maneira, foram entrevistados 4 (quatro) pesquisadores especialistas na área da apicultura e 2 (dois) especialistas atuam na cadeia mas que tem experiência significativa,

que atuam na cadeia produtiva e que foram apontados como conhecedores da estrutura dessa cadeia.

O roteiro foi constituído pelos seguintes temas, a saber: perspectivas da apicultura no estado do RN; estruturação da cadeia; metodologias de comunicação dos atores sociais na atividade apícola; tecnologias e estratégias de mercado impostas pela cadeia aos agricultores familiares; principais entraves/gargalos encontrados ou existentes no setor; e a importância da qualificação técnica dos apicultores no desenvolvimento de suas atividades.

4. Resultados e Discussões

De acordo com o relato dos especialistas, revela-se que nesse cenário de ecossistemas e recursos naturais, a apicultura e a criação racional de abelhas estão apresentando melhorias no mercado, já que se dispõe de um produto de boa comercialização. Apresenta preço em alta, favorecendo assim melhorias na cadeia organizacional e na cadeia de derivados. Como também, afirmam que a atualização de informações e conhecimentos é decorrente dos processos de cooperação e participação de todos em busca de bem comum.

Segundo as análises das entrevistas, a melhorias em relação à gestão do negócio, é obtida por meio do SEBRAE e que os mesmos buscam aplicar tais melhorias na própria gestão, transferindo, repassando e compartilhando informações e admitem que esses treinamentos melhoram a viabilidade do negócio. Pois, é por meio dessa gestão que decisões são tomadas pela própria associação como também as mesmas são eficazes.

Quanto às dificuldades em relação ao processo de comercialização, apresentadas pelos especialistas em relação aos agricultores, destacam-se a questão dos atravessadores na utilização de cartel, para obtenção da baixa dos preços do mel, acabando assim por desvalorizar o trabalho dos apicultores, sendo ainda citada a dificuldade em conseguir capital de giro para a formação de estoque, como forma de suprimento de caráter de emergência.

No plano organizacional, as dificuldades surgem a partir do isolamento dos produtores, na não participação ativa e de forma coletiva nas tomadas de decisão. O custo do

negócio e a sua comercialização, foram citados como entraves e gargalos pelos agricultores. Os especialistas afirmam que os agricultores percebem a necessidade de encontrar soluções eficazes por meio do aumento da eficiência técnica e da autonomia na base de recursos.

5. Conclusão

Podemos concluir que os dados obtidos através das entrevistas entre os especialistas, indicam que a competitividade do mel está relacionada à melhoria na coordenação dos participantes da cadeia. A falta de um comportamento comum, como a diversidade de relacionamentos horizontais exibida pelos participantes da cadeia apícola do Rio Grande do Norte, parece ser uma causa relacionada ao problema enfrentado pelo setor.

Percebe-se que houve um progresso tecnológico no campo do processamento apícola, que envolve o desenvolvimento de todos os elos da cadeia, onde à medida que a organização avança ocorre um maior incentivo, citam-se aqui o aumento de cursos e treinamentos, e fornecimento de informações sobre tendências de consumo e produção, com o objetivo de fortalecer a coordenação entre os vários segmentos e, assim, aumentar seu poder de interação na cadeia.

Enfatizou-se que a estrutura de governança da agricultura familiar do RN depende do poder relativo do agente, que embora seja bastante lucrativo, a estrutura de mercado acaba implicando em particularidades dos ativos, o que afeta a interdependência dos agentes, interferindo assim em seu poder e afetando a estrutura de governança, como nos processos de comercialização e os problemas enfrentados neste quesito.

Sendo assim, mediante as análises das entrevistas, entendemos que a dinâmica de interação dos agentes, quer sejam eles especialistas práticos ou especialistas pesquisadores, que permeiam as práticas da cadeia do mel, relataram uma falta de comportamento interacional de relacionamentos horizontais entre os agentes que estão inseridos nesse processo de produção.

Referências

BARRETO, R.C.S. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no**

Estado do Ceará: Um Estudo de Caso. 2004. 91f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2004.

GRANJEIRO HENRIQUE, Rutherlan et al. **Perfil dos Produtores Familiares de Mel no Município de Serra do Mel-RN.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA), v.3, n.4, p.29-41, 2008.

OLIVEIRA, F. M. J. **Gestão Agroindustrial: Um estudo Sobre o Modelo “SEBRAE-RN” de Produção de Mel de Abelha no Rio Grande do Norte.** 2006. 45f. Natal, RN, 2006.

PEREIRA, F. M. et al. **Produção de Mel, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa Meio-Norte, Sistema de Produção,** Jul/2003. Disponível em <<http://sistemasdeprodução.cnptia.embrapa.br>>, acessado em 22 Abr. 2004.

REGIS, I. P.; MATOS, M. L. R.; SIQUEIRA, E. S. **Organização do trabalho na agricultura familiar: relações de gênero entre famílias agricultoras do Rio Grande do Norte.** VIII GESPET - Encontro de Gestão Social do PET, ISSN 2446-5224, Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, Mossoró – RN, p.1-18, 2019.

SOARES, Ademilson Espencer Egea. **Captura de enxames com caixas iscas e sua importância no melhoramento de abelhas africanizadas.** IN: XVI Congresso Brasileiro de Apicultura, 2004, Natal. Anais ... Natal: CBA, 2004. (CD-ROM).

ROCHA, R. S. **A Dinamização Econômica nos Territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN): Um Estudo na Cadeia Produtiva da Apicultura e sua Gestão nas Unidades de Produção Familiar.** 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade), Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, Mossoró, 2015.

SEAGRI - **Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária.** *Bahia Inicia a Exportação de Mel.* (11/02/2004), Disponível em <<http://www.seagri.ba.gov.br>>, acessado em 26 Ago. 2004.

SOUZA, Magna Cristina et al. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, nº 1, p.1-25, jan-mar. 2005.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes.** Geneva: WHA, 994.

ÁREA TEMÁTICA: AGRICULTURA FAMILIAR

RISCOS FINANCEIROS: PERCEPÇÃO E TOLERÂNCIA DOS GESTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO NORTE

Daura Helena Jales Dantas Duarte¹
Elisabete Stradiotto Siqueira²

Eulita de Souza Moraes³

Liana Holanda Nepomuceno Nobre⁴

Fábio Chaves Nobre⁵

Resumo

O estudo analisou a influência das relações entre os construtos de risco- percepção e tolerância de risco - percebidos pelos gestores de propriedades rurais da agricultura familiar da região de Mossoró/RN. Realizou-se uma pesquisa survey com 137 agricultores familiares de propriedades rurais. Trata-se de um estudo quantitativo, e quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritivo. Os principais resultados apontam uma percepção ao risco elevada e tolerância ao risco conservadora na amostra investigada. Nesse contexto quanto maior for o risco percebido, menos chances terá o gestor de realizar o negócio. As constatações permitiram ampliar a compreensão sobre as relações entre os construtos do risco dentro do processo decisório. De forma geral, os gestores da agricultura familiar têm a consciência da necessidade de gerir as finanças de forma mais eficiente e na maioria dos casos buscam melhorar essas práticas. Os dados, no todo, oferecem fortes sugestões da necessidade de se considerar fatores cognitivos e afetivos no processo de tomada de decisão e julgamento sob risco.

¹ Graduanda de Administração (UFERSA).

² Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora adjunta da UFERSA

³ Graduanda de Administração (UFERSA).

⁴ Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora adjunta da UFERSA.

⁵ Doutor em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba, Professor adjunto da UFERSA

Palavras-chaves: Percepção de risco. Tolerância ao risco. Processos Decisórios. Agricultura Familiar. Riscos Financeiros.

1. INTRODUÇÃO

Decidir faz parte do cotidiano dos gerentes de qualquer organização. A tomada de decisões de rotina ocorre com mais frequência e tem menos impacto nos resultados organizacionais e, de um modo geral, o risco é menor e a gerência de alto escalão está menos envolvida (NOBRE,2016). No entanto, o trabalho diário e complexo da organização demanda das pessoas necessidade de análise e investigação sobre os quais terão que decidir (PRÉVE et.al ,2010).

As decisões sempre envolvem algum tipo de risco. Elas são tomadas considerando as características e atitudes adotadas pelos tomadores de decisão, e tal processo demanda calibrar a racionalidade ou a intuição, porque muitas variáveis podem influenciar a escolha de um ou outro ou mesmo dois tipos cognitivos de maneira complementar (MORGAN, 2006; VERGARA,1991). O processo de tomada de decisão é uma atribuição dos gestores, como também de sua responsabilidade (NUTT,1986).

O processo de decisão ocorre em todo tipo de organização independente do ramo de atuação ou porte, contudo, o contexto em que estão inseridas pode conferir singularidades a tal processo (SOBRAL et al.,2008). Neste sentido este estudo se deterá na análise da percepção e tolerância ao risco diante dos comportamentos financeiros observados em gestores da agricultura familiar.

A agricultura apresenta características muito específicas quando comparada a outros setores da economia produtiva, uma das que mais se sobressai é a magnitude e natureza dos riscos aos quais está sujeita, riscos estes que não são vistos frequentemente em setores da produção industrial (EMBRAPA,2020).

O presente trabalho debruçou-se sobre a influência dos fatores comportamentais do risco financeiro diante do risco percebido e tolerância ao risco dos gestores da agricultura familiar do RN. No entanto, a maioria das decisões do agricultor familiar estão vinculadas a administração de sua propriedade com duas perspectivas

simultâneas, uma vinculada ao sustento da familiar e outra relacionada a comercialização do excedente de produção, acabando por estabelecer parâmetros de atuação vinculados a dimensão cultural e simbólica (BAIARDI et.al, 2014).

Para uma análise mais específica, foram elencados os aspectos do risco financeiro, divididos principalmente em dois fatores: percepção e tolerância ao risco. A percepção de risco está relacionada com a expectativa de consequências negativas, já o comportamento de risco está associado, há investimentos ou ações, com probabilidade de implicações adversas, sofrendo influência da percepção individual num determinado contexto no qual o comportamento ocorre (BLAIS & WEBER, 2006).

Neste contexto a pergunta que norteia esta pesquisa é: **Qual é a relação entre a percepção de risco e a tolerância ao risco na agricultura familiar do RN?**

Ante o exposto, o vigente estudo tem por objetivo analisar as relações entre os construtos de risco- percepção e tolerância de risco - percebidos pelos gestores de propriedades rurais da agricultura familiar da cidade de Mossoró/RN. Como objetivos específicos o estudo propõe verificar por meio de dados estatísticos os riscos e tolerâncias mais prevalentes diante dos comportamentos financeiros; avaliar o grau de confiabilidade da tolerância ao risco; identificar as associações com significância estatística entre os fatores e por último avaliar a tolerância ao risco e a percepção de risco, procurando perceber se os agricultores são conservadores ou tolerantes

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Agricultura familiar

Segundo Savoldi e Cunha (2010) a agricultura familiar possui uma conduta influente da família na estrutura de organização da reprodução social, por meio da elaboração de estratégias familiares e individuais que influem na transferência do patrimônio material e cultural.

A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 define que, para ser considerada agricultura familiar deve atender aos seguintes critérios: aquele que pratica atividades no meio rural possui área de até quatro módulos fiscais, mão

de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), os agricultores familiares têm participação significativa na produção dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão.

Diante dessa realidade é notória a importância da agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário no Brasil, mesmo que esta não tenha tido uma valorização no que tange as políticas públicas e na atuação do Estado Nacional.

Processo decisório

Conforme exposto por Sobral et al (2008) os tomadores de decisão fazem escolhas por meio de interações diversas, passando pelo desenvolvimento e avaliação de alternativas, para futuros planos de ação, onde estes não são apenas simples proposições concretas, e sim descrições do estado futuro das coisas, a partir de um ponto de vista empírico SIMON (1965).

Prevé et. (2010) alinha-se a Simon (1965) uma vez que define a tomada de decisão como um processo complexo, que dependem da consideração de inúmeras variáveis que influenciam os resultados, sejam elas internas ou externas ao ambiente de decisão. Corroborando Dutra (2008) acredita que quanto mais complexo for o ambiente que envolve o processo decisório, mais difícil será a decisão, dado que nem sempre é possível ter algum tipo de previsão.

Embora a incerteza figure como um elemento importante na tomada de decisão, foi percebido que os indivíduos não gostam da existência de incertezas, ou seja, a própria incerteza afeta a utilidade. (SIMON et.al., 2000), abrindo espaço para o estudo da percepção e tolerância ao risco.

Percepção ao risco

Quando introduzido por Bauer (1960), a teoria sobre o risco percebido era inicialmente definida sob duas dimensões: a incerteza e o significado das consequências (ou a importância). Servindo de entrada essencial para o desenvolvimento do perfil de risco de uma pessoa, no entanto, esses termos não são intercambiáveis

(GRABLE,2017). Para Bauer (1960), os consumidores se deparam com um dilema ao tentar efetuar determinada compra e hesitarem ao perceberem o risco envolvido na transação, podendo ocasionar perdas futuras.

De forma geral, risco percebido tem sido compreendido como adequadamente como um fenômeno multidimensional e, por esta razão, é subdividido em várias categorias de riscos ou perdas. Outros estudos demonstraram ainda que as dimensões propostas capturam uma fração muito alta do risco percebido global (STONE; GRONHAUG, 1993).

Risco

Habitualmente, costuma-se definir risco como a possibilidade de algo dar errado, ou ainda, como sinônimo de perigo. Partindo deste pressuposto, Bernstein (1997, p. 8), afirma que “a palavra risco deriva do italiano antigo *risicare*, que significa ‘ousar’. Neste sentido, o risco é uma opção, e não um destino”. Essas informações seguem a nomenclatura fornecida por Nobre e Grable (2015), que selecionaram a literatura para as seguintes estruturas de definição. Como apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Termos e definições de risco.

Termo de Risco	Definições de risco
Aversão ao Risco	O inverso da tolerância ao risco.
Capacidade de Risco	Avaliação objetiva da capacidade financeira de um indivíduo para suportar uma perda financeira.
Composição do Risco	A propensão de um indivíduo a se comportar de maneira consistente; às vezes chamado de apetite por risco (Carr 2014).
Necessidade de risco	A quantidade de risco que um indivíduo precisa correr para alcançar um objetivo financeiro; normalmente com base em uma taxa de retorno requerida predeterminada.
Percepção de risco	Uma avaliação subjetiva, com base em uma avaliação cognitiva, do risco de um resultado de decisão.
Preferência de risco	O sentimento geral de um indivíduo de que uma situação é melhor que outra.
Perfil de risco	Uma amálgama de fatores que ajudam a moldar o comportamento de correr riscos de um indivíduo.
Tolerância ao risco	A disposição de se envolver em um comportamento de risco no qual possíveis resultados podem ser negativos

Fonte: Nobre (2015); Grable (2017).

Para os mercados financeiros, o termo risco é sintetizado como "variabilidade dos retornos relacionados a ativos" (GITMAN, 2004, p. 184), ou mais precisamente, "volatilidade de resultados inesperados, geralmente relacionados ao valor".

Riscos Financeiros

Os riscos financeiros estão relacionados com a avaliação das incertezas por meio das operações financeiras em que estes podem ser motivados por fatores de origem externa, interna ou ainda fatores tanto internos quanto externos à organização, ou seja, a existência de tais riscos não depende exclusivamente da própria empresa (PEREIRA, 2014).

Para Cavalcanti (2009, p. 8), "as variações quanto à classificação de riscos podem ocorrer dependendo da organização, do mercado de atuação, além de uma série de outros fatores". Por outro lado, o comportamento de risco é de fundamental importância, pois segundo Zuckerman (2000), caso ele não existisse, a humanidade permaneceria estagnada.

Riscos na agricultura

São a base de qualquer estrutura de tomada de decisão na agricultura. Quando o conhecimento é imperfeito, você pode definir riscos e conhecer as probabilidades de possíveis resultados, e quando essas probabilidades são desconhecidas, há incerteza. É difícil imaginar um ambiente em que riscos e incertezas sejam mais importantes que o setor agrícola (AIMIN, 2010).

Escolher instrumentos de gestão de risco parece ser de importância fundamental, inclusive, para o público da agricultura familiar de base ecológica. Ressalta-se que quem toma as decisões nas organizações é o gestor e, portanto, o seu perfil de risco, composto pela preferência pelo risco, postura diante do risco e percepção de risco são importantes aspectos de análise.

Tolerância ao Risco

A atitude com relação ao risco costumava ser analisada como domínio exclusivo da racionalidade humana, ou seja, a questão da atitude com relação ao risco era vista como um construto principalmente cognitivo. No

domínio financeiro, os investidores seriam conduzidos por avaliações cognitivas de risco, considerando o trade-off entre risco e recompensa do mercado, antes de tomarem suas decisões financeiras.

Do ponto de vista do planejamento financeiro, a tolerância ao risco desempenha um papel importante na orientação dos indivíduos para fazer investimentos psicologicamente satisfatórios e confortáveis You (2008). No presente trabalho, é considerado que a tolerância ao risco representa a intenção de comportamento de um indivíduo.

3. METODOLOGIA

Este trabalho é caracterizado como um estudo descritivo/explicativo, uma vez que procura compreender o comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam um determinado fenômeno. Segundo Oliveira (2004), pesquisas desta natureza procuram abranger a correlação entre as variáveis, dando margem à explicação da relação de causa e efeito dos fenômenos.

Os dados foram levantados a partir da *survey* são provenientes dos questionários aplicados junto aos gestores da agricultura familiar.

Participaram da pesquisa 137 Agricultores familiares do Estado do Rio Grande do Norte, com mais de 2 anos de atividade no campo.

O instrumento de pesquisa utilizado para analisar as duas dimensões do risco, foi a escala criada por Weber et al. (2002), adaptada e validada no Brasil por Paulino (2009). A escala original, composta por 40 itens, abrange cinco dimensões: decisões financeiras, saúde/segurança, legal/ético, social e recreacional.

Porém, neste estudo, os autores utilizaram os itens referentes aos riscos financeiros, composta de cinco questões, empregadas para as dimensões de percepção e comportamento de risco.

A escala de percepção de risco é estruturada em uma escala likert de 5 pontos (1 - Nenhum risco e 10 - Risco Extremo), e a escala de Comportamento de risco também utilizou uma escala de tipo likert de 5 pontos (1 - Muito Improvável e 10 - Muito Provável).

A escala de risco e intenção de comportamento de risco foi organizada e orientada aos pesquisadores como demonstra o quadro 2:

Quadro 2- Escala de Risco e Intenção de Comportamento de Risco

Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias		
Ser Avalista de alguém		
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas Consequências.	Quanto Risco você percebe?	Qual a Probabilidade de você Realizar?
Investir em um negócio que possui grandes de não dar certo		
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal		

Fonte de dados: Escala de risco e comportamento de risco - Questionário de Pesquisa de Gestão e Cultura, 2019

Os pesquisadores foram orientados a avaliar duas vezes a sua percepção das respostas obtidas dos sujeitos entrevistados, como também a repetir quantas vezes necessárias, as perguntas aos sujeitos entrevistados a fim de evitar o não entendimento das mesmas.

A análise dos dados foi realizada com o software SPSS Version 2.0. Em um primeiro momento, foi feita a tabulação dos dados nos softwares, em seguida realizou-se a análise estatística descritiva dos fatores de percepção e de comportamento de risco, a fim de identificar as médias e desvios padrões.

Utilizou-se o teste de **confiabilidade**, Alfa de cronbach, para identificar a confiabilidade da escala de percepção de risco. Por último foi realizado a análise de **Correlação de Pearson**, com matriz rotada para avaliação de existência de correlações e associações entre as dimensões do de percepção de risco e tolerância ao risco, diante dos comportamentos de risco financeiro.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram analisados 05 itens referentes ao questionário elaborado para avaliar o nível de Percepção e Tolerância ao Risco dos gestores da agricultura familiar do Rio Grande do Norte. A tabela 1 abaixo apresenta os valores gerais relativos à análise descritiva das variáveis analisadas quanto à percepção dos entrevistados.

Tabela 1- Análise descritiva das variáveis quanto à Percepção e Tolerância ao Risco

Variáveis comportamentais	Percepção de Risco	Tolerância ao Risco
---------------------------	--------------------	---------------------

	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias	8,25	2,86	1,81	2,03
Ser Avalista de alguém	8,85	2,49	2,90	2,69
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas Conseqüências	8,89	2,48	1,63	1,66
Investir em um negócio que possui grandes de não dar certo	8,39	2,63	2,23	2,36
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal	7,85	2,82	4,80	3,15
Fator de Percepção	8,44		2,67	

Fonte de dados: Escala de risco e comportamento de risco - Questionário de Pesquisa de Gestão e Cultura, 2019 - IBM SPSS Statistics©

Nesse contexto, o fator de percepção para o risco (8,44), apresenta evidências de que os gestores da agricultura familiar desenvolveram uma percepção de risco um pouco mais elevada em relação as variáveis de comportamento de risco financeiro. Os resultados encontrados confirmam a afirmação anterior, ratificando que existem diferenças significativas (Sig. 0,000) entre as respostas dos gestores em todas as variáveis investigadas, bem como, no fator percepção ao risco.

No entanto, para algumas variáveis os valores médios são suficientemente próximos para que sua localização na escala do tipo likert não indique grandes diferenças de percepção entres os participantes. Por exemplo, a variável “Ser avalista de alguém” com média 8,85, apesar da significância estatística indicam que em média os gestores consideram tal percepção como muito arriscada.

Em contrapartida, a variável que apresentou menor média foi “Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal” (média de 7.85) revelando que os entrevistados compreendem que o empréstimo de dinheiro a amigo/familiar, como a ação de menor risco entre as demais questionadas. Em finanças comportamentais, o homem não é totalmente racional, é um ser normal que frequentemente age de forma irracional, por que é influenciado por emoções e erros que o levam a interpretar determinada situação de maneira diferente, de acordo com o contexto e com a forma como é analisado (HALFELD; TORRES, 2001).

Em relação à Tolerância ao Risco percebe-se que os gestores dificilmente irão desenvolver qualquer um dos comportamentos como a variável “Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal” é destacada pelos gestores (média 4,80), como a alternativa com maior probabilidade de ser realizada.

Enquanto que a variável “Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências” com (média 1,63), é revelada pelos gestores com a menor tendência de ser desenvolvida.

Portanto no setor agropecuário, além do risco de mercado, existem outros fatores que tornam a atividade arriscada, um dos principais fatores é que a atividade agrícola é completamente dependente das condições climáticas e que está fora do controle do agricultor, tais incertezas podem justificar o comportamento conservador do agricultor em relação as finanças pois as dificuldades relativas ao meio agrário não lhe oferecem segurança para gastos em situações incertas.

Com a finalidade de desenvolver os objetivos estratégicos e sugerir medidas para orientar os agricultores familiares no seu aprendizado e crescimento organizacional, buscou-se avaliar por meio de um questionário, buscando através de indicadores mensurar a percepção diante dos riscos financeiros e o quão toleráveis são diante das dimensões explanadas, e é esta a proposta da utilização do coeficiente alfa de Cronbach, expressar, por meio de um fator, o grau de confiabilidade das respostas decorrentes de um questionário.

Segundo Hair Jr. et al. (2007) para que um fator apresente consistência interna satisfatória, este deve possuir Alpha de Cronbach's superior a 0,60, abaixo desse valor a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90; acima deste valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um constructo; portanto, os itens redundantes devem ser eliminados. A estimativa da confiabilidade interna do construto e suas estatísticas descritivas encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2– Confiabilidade do Construto Percepção e Tolerância ao Risco

	Reliability Statistics	
	Percepção de Risco	Tolerância ao Risco
Cronbach's Alpha	0,875	0,560
Cronbach's Alpha based on Standadized Items	0,880	0,585
N. of Items	5	5

Fonte: Adaptado IBM SPSS Statistic, 2019.

Podemos observar que a confiabilidade da escala de percepção ao risco, obteve alpha de Cronbach's de 0,8, atingindo assim consistência interna adequada, o mesmo não ocorreu na tolerância ao risco onde a mesma obteve 0,5 de confiabilidade em relação a escala.

Ainda em relação ao teste de confiabilidade percebeu-se que o item “Emprestar para amigo/familiar parte do seu salário ou renda mensal”, estava variando muito em relação aos dados. Como apresentado na Tabela 3 de variância dos itens.

Neste trabalho buscou-se, ainda, analisar a associação entre os fatores da Percepção do Risco e a Tolerância ao Risco. Assim, com a finalidade de identificar a força e a direção da associação entre os fatores que impactam na percepção e tolerância ao risco, foi calculado o teste de correlação através do Coeficiente de Correlação de Pearson (HAIR Jr. et. al., 2009). A Tabela 03 apresentamos coeficientes de correlação para cada fator de percepção de Risco e de Tolerância ao Risco.

Tabela 3– Confiabilidade do Construto Percepção e Tolerância ao Risco

Variáveis Comportamentais	P	N	Correlations		Resultados
			Percepção do Risco	Tolerância ao Risco	
Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias	< 0,01	137	- 0,19	- 0,19	Correlação Negativa Fraca
Ser Avalista de alguém	< 0,01	137	- 0,23	- 0,23	Correlação Negativa Fraca
Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências	< 0,01	137	- 0,26	- 0,26	Correlação Negativa Fraca
Investir em um negócio que possui grandes chances de não dá certo	< 0,01	137	- 0,52	- 0,52	Correlação Negativa Moderada
Emprestar para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal	< 0,01	137	- 0,35	- 0,35	Correlação Negativa Fraca

Fonte: Adaptado IBM SPSS Statistic, 2019.

Com base no valor da correlação linear de Pearson encontrada entre os constructos percepção de risco e tolerância ao risco, diante dos comportamentos de risco financeiro, pode-se concluir que todas as variáveis apresentaram coeficientes estatisticamente significativos, com correlação negativa fraca como está apresentada pela modelagem das equações estruturais, com exceção do item “Investir em um negócio que

possui grandes chances de não dar certo”, que obteve correlação negativa moderada em que o nível de significância é menor que 0,05, a uma correlação de - 0,522.

Simon, Houghton e Aquino (2000) encontraram uma relação inversa e significativa entre a percepção de risco e a disposição de investir. Conforme verificado através da correlação, e apresentado na Tabela 04, tem-se que os fatores de percepção e de tolerância ao risco são inversamente proporcionais quando correlacionados, ou seja, são associações negativas ao nível da percepção. Foi confirmada a tendência dos gestores de serem avessos ao risco quando as possibilidades apresentavam termos de perdas potenciais.

Tabela 4: Pearson Correlation Coefficient

		Percepção de Risco	Tolerância ao Risco
Percepção de Risco	Pearson Correlation	1	-, 368**
	Sig. (2-tailed)		, 000
	N	137	137
Tolerância ao Risco	Pearson Correlation	-, 368**	1
	Sig. (2-tailed)	, 000	
	N	137	137

** . Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed). Fonte: Adaptado IBM SPSS Statistic, 2019

O teste de Pearson foi utilizado para determinar o efeito da Tolerância ao Risco diante da Percepção ao risco. Como o nível de significância do teste é igual a 0 e menor que 1% e, como resultado, que a tolerância ao risco é eficaz na percepção ao risco em até 99%. Além disso, a quantidade de correlação é igual a (-0,368), negativa se apresentando com efeito indireto.

Nobre e Grable (2015), por exemplo, observaram que a disposição de um indivíduo para assumir riscos financeiros é influenciada por sua percepção de risco, necessidade de risco e perfil de risco — que eles definiram como sendo composto por capacidade de risco, preferência de risco e compostura de risco. Quando visto dessa forma, um gestor pode estar disposto a assumir riscos quando apresentado com uma decisão financeira, mas não está disposto a assumir riscos em outra situação.

5. CONCLUSÃO

Com relação ao primeiro objetivo, o comportamento de risco financeiro, “Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências” com média 8,89 foi percebida pelos gestores como mais arriscado. Enquanto que “Emprestar para amigo/familiar a maior parte da renda do seu salário ou renda mensal”, com média 4,80 foi considerado o comportamento com maior probabilidade de ser realizado pelos gestores rurais.

Os resultados alcançados diante do segundo objetivo da pesquisa apontaram um alto coeficiente de confiabilidade, que autorizam afirmar que o instrumento de pesquisa é considerado bom, ao ser interpretável foi atingido através dos resultados da consistência interna obtida através do Alfa de Cronbach's onde o mesmo apresentou espaço ocupado de 0,8 com 5 variáveis para a percepção do risco.

Seguindo o contexto, o terceiro objetivo, o qual busca obter os resultados das associações entre os fatores, foi possível concluir que, diante das correlações de Pearson analisadas o comportamento financeiro “Investir em um negócio que possui grandes chances de não dá certo” obteve uma correlação com significância estatística de magnitude negativa moderada, em que o nível de significância é menor que 0,05, a uma correlação de -0,522, foi considerado entre os gestores rurais como um ato que deve ser bem pensado e calculado, para evitar que esse risco venha a tornar-se um fracasso.

Por fim, o último objetivo proporciona uma visão sintética sobre todo o processo de diagnóstico apresentado até aqui, sendo estes correlacionados com a literatura. Assim sendo, diante das análises de correlação entre a percepção de risco e a tolerância ao risco, apresentou-se coeficiente de correlação fraca e negativa, porém significativa (-0,368), confirmando a relação prevista entre os constructos, pois quando o gestor percebe que uma decisão é mais arriscada ele fica menos propenso a correr risco, ou seja, a tolerância diminui.

Dessa forma e com base nos resultados encontrados, sugere-se que os estudantes e pesquisadores que existe um grande percurso a ser seguido pelas Finanças Comportamentais, principalmente por o contexto ser marcado por um conjunto de teorias, que não são compatíveis e ainda não possuem significância suficiente para substituir o modelo atual de Finanças.

REFERÊNCIAS

AIMIN, H. Uncertainty, Risk Aversion and Risk Management in Agriculture. **Agriculture and Agricultural Science Procedia**, Amsterdam, n. 1, p. 152-156, 2010.

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.52 supl.1, Brasília, 2014.

BAUER, Raymond. Consumer Behavior as Risk-taking. **Proceedings of the Conference of the American Marketing Association**, p.389-398, 1960.

BLAIS, Ann-Renée; WEBER, Elke U. A domain-specific risk-taking (DOSPERT) scale for adult populations. **Judgment and Decision making**, v. 1, n. 1, 2006.

BERNSTEIN, P. L., **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. 6. ed. Tradução de: Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAVALCANTI, Carlos Diego. **Gestão de Riscos: abordagem de conceitos e aplicações**. 2009. Disponível em Acesso em: 02-de set. 2019.

DUTRA, Alberto da Silva. **O processo decisório de implantação de estrutura para armazenagem de soja ao nível de propriedade rural na região de Santo Ângelo/RS**. 2008.

EMBRAPA. Agência de Informação Embrapa. <https://www.embrapa.br/visao/riscos-na-agricultura>. Disponível em: Acesso em: 18 fev, 2020.

GRABLE, J.E.: Financial risk tolerance: a psychometric review **CFA Inst Res Foundation**.v.4, p.1-20, 2017.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2004.

HAIR, J. F. P. J.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SOMOUEL, P. Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Bookman, 2007.

HAIR, J. F. P. J.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. Análise Multivariada de Dados. São Paulo: Bookman, 2009.

HALFELD, M; TORRES, F. F. L. Finanças Comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 64-71, 2001.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 11 dez. 2019.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização: edição executiva**/Gareth Morgan; tradução Geni G. Goldschmidt. - 2. ed. - 4a reimpressão - São Paulo : Atlas, 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Disponível no link: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar>, 2019.

NOBRE, L. H. N.; GRABLE, J. E. The Role of Risk Profiles and Risk Tolerance in Shaping Client Investment Decisions. **Journal of Financial Service Professionals** v. 69, p. 18, 2015.

NUTT, P. C. Decision style and its impact on managers and management. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 29, n. 4, p. 341-366, 1986.

OLIVEIRA, M. C. Análise de periódicos brasileiros de contabilidade. Revista contabilidade & finanças – USP, n. 29, p. 68-86, 2002.

PEREIRA, Alonso Luiz: Riscos e Incertezas associados aos investimentos no mercado financeiro. **Periódico Científico Negócios em Projeção**, V.5, n.2.2014.

PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes : Organização, processos e tomada de decisão. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

SALVODI, A.; cunha, LA. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década. Revista Geografar Curitiba, n.113, p.31-58, jul.dez., 2010.

SIMON, M.; HOUGHTON, S. M.; AQUINO, K. Cognitive biases, risk perception and venture formation: How individuals decide to start companies. Journal of Business Venturing, v. 15, n. 2, p. 115-134, 2000.

SIMON, H.A. Comportamento Administrativo. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

SOBRAL, Filipe e PECCI Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. SP: Pearson Prentice Hall, 2008.

STONE, Robert; GRONHAUG, Kjell: Perceived Risk: Further Considerations for the Marketing Discipline. Emerald Insight, v.27, n.3, 1993.

VERGARA, S. C. Razão e intuição na tomada de decisão: uma abordagem exploratória. Revista de Administração Pública, v. 25, n. 3, p. 120-138, 1991.

YOU, M. **Determinants of Risk Perception Among Women with a Family History of Breast Cancer**. University of California, Berkeley, 2008.

ZUCKERMAN, M. Are you a risk taker? Psychology Today, v. 33, n. 6, p. 52-57, 2000.

Área temática: Agricultura Familiar

INFORMAÇÃO E GESTÃO: O CASO DA AGRICULTURA FAMILIA

Júlia Maria dos Santos de Freitas¹
Valdemar Siqueira Filho² Elisabete
Stradiotto Siqueira³

RESUMO

A agricultura familiar pode ser analisada pela capacidade de se desenvolver, tanto no que tange aos métodos produtivos, quanto a própria comercialização por intermédio das mudanças no trato de informações sobre administração, gestão social e inovações tecnológicas. Neste contexto, o estudo objetivou observar como o agricultor familiar procura e seleciona informações que contribuem no seu próprio processo de planejamento e gestão. Como metodologia, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter exploratório e natureza qualitativa. Como instrumento de coleta de dados foi utilizada uma entrevista semi estruturada, com questões pontuais, empregadas juntamente às anotações dos pesquisadores e observação do ambiente para a posterior análise do conteúdo das respostas. Os resultados demonstraram que o produtor orienta seu esquema produtivo com base nas relações de afeto e cordialidade que estabelece com relação aos outros produtores e a Cooperativa que faz parte, do que pelas informações recebidas mediante capacitações. O agricultor acolhe conceitos da academia quando observa alguma perda em determinado ponto de sua cadeia produtiva mas se mostra resistente quando isso não ocorre de maneira clara e direta, preferindo se apegar a escolhas com base na sua experiência e na de outros agricultores, com quem mantém algum tipo de vínculo.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização e potencial aumento de conteúdos informacionais nos ambientes de gestão, é possível perceber que o processo de busca ou tratamento de conhecimentos e informação organizacionais tendem a se expandir, como função do desenvolvimento tecnológico, na busca por inovações e métodos de produção mais eficientes. A dinâmica e a forma de movimentação desses novos conceitos transformam a sociedade, expandindo as redes de comunicação e consequentemente, as relações comerciais e sociais.

Assim, pode-se associar esse contexto a visão de Lévy (1993), que aponta a criação de novas maneiras de pensar e conviver no mundo da informática e que relações entre homens, trabalho e inteligência estão dependendo da evolução desses recursos informacionais. Ferramentas essas que foram aderidas, pouco a pouco, pelos pequenos agricultores presentes no campo, sendo utilizadas como fontes de estreitamento de relações, de transformação dos manejos produtivos e obtenção de informações.

A agricultura familiar pode ser analisada dentro desse processo porque a mesma tem se desenvolvido tanto no sentido de métodos de produção, como nos processos de comercialização, por meio de mudanças sobre o tratamento de informações de cunho administrativo e inovações tecnológicas. Essa transformação de cenário possibilitou ao agricultor juntar elementos primordiais da agricultura com ferramentas gerenciais e softwares avançados voltados para a área. No Brasil, a agricultura familiar representa um setor importante principalmente no que diz respeito à importância social e consumo nacional. (GUILHOTO et al, 2005).

No entanto existe um caminho a ser percorrido, pois nem sempre o produtor rural adere a todas as informações gerenciais a ele disponibilizadas, pelo contrário, o agricultor seleciona parte delas que são necessariamente convenientes e as utiliza como forma de manuseamento produtivo e controle de custos. Tal perspectiva se deve também, segundo autores como HOLANDA (1936), às amarras advindas do sistema colonial, que banha o cerne da formação social do país e foram responsáveis pela criação do patriarcado rural e mais tarde, do dito “Homem Cordial”. Dessa forma, a problemática desse estudo diz respeito a análise do fluxo de informações que perpassa para o agricultor, buscando compreender de que forma o mesmo busca e seleciona informações que orientam seu processo de gestão. A questão central é compreender se ele encontra dificuldades de se apropriar ou se ele descarta informações que não considera relevantes para sua lógica administrativa, visto isso, o objetivo é observar como o agricultor familiar identifica e seleciona informações que contribuem no seu próprio processo de gestão.

Estas referências conceituais serão balizadoras de nosso artigo, para estudarmos as relações entre

práticas produtivas e processos comunicativos utilizados pelos agricultores para a seleção de informações mais adequadas para sua vida no campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INFORMAÇÃO E LINGUAGEM

Pignatari (1968), apresenta o conceito de entropia juntamente com a perspectiva de criação de informação. Em sua obra “Informação, linguagem e comunicação”, ele explica a relação dual entre esses dois temas. Primeiro, cita que a entropia é explorada tipicamente na termodinâmica onde, na ocorrência de qualquer processo de mudança, há perda ou consumo de energia incontestavelmente irreversível que portanto, desorganiza componentes distintivos, transformando-os em elementos soltos e caóticos, chegando a conclusão sucinta de que é mais provável - sob esta ótica de que todo e qualquer elemento que está inserido no universo está sujeito a troca energética com um segundo elemento - que a ordem no universo é menos provável do que a desordem. Se de um lado, a entropia sustenta a desorganização, a informação transmitida através de códigos se manifesta como uma medida organizativa. O autor aponta a mesma como o negativo da entropia, ou seja, o processo de geração e compartilhamento que a envolve é variável e dinâmico, condicionado pela exploração de sinais e símbolos, que julgam o grau de informação individual e de sua importância para a vida de um determinado sistema, em nosso caso, o da produção na agricultura familiar.

Um outro modo de conceber, implica a informação e a própria linguagem como instrumento que faz parte de uma ação, transforma a ação, mas não é a própria ação. Neste ponto, Vygotsky (1934) possibilita destaques e interpretações diferenciadas: o signo como estímulo instrumental (1989/1929); a linguagem como instrumento no processo de comunicação; a linguagem como função; a função de mediação do signo. O autor refere-se ao caráter instrumental da linguagem, mas destaca e enfatiza o

signo como instrumento. Tomando o signo como instrumento, a linguagem facilmente se converte em ação, não somente "meio", mas "modo" de ação e sobretudo de alinhamento das informações.

Esta abordagem é importante para que possamos comparar o discurso das famílias no processo produtivo, com as práticas que estas acolhem em seu cotidiano, ou seja, as informações que serão transformadas em ações produtivas serão também acolhidas nas falas dos agricultores.

2.2 A CORDIALIDADE DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

Em sua obra “Raízes do Brasil”, com publicação em 1936, Buarque explora um pilar que ele julga necessário para entender a formação cultural e cordial do brasileiro: o patriarcado rural. No geral, o autor não busca representar o sistema colonial como fracasso e sim, reconstruí-lo fundamentalmente, de maneira que o mesmo conseguisse lhe oferecer pistas sobre a formação e interpretação da sociedade brasileira.

A cordialidade, alinhada a esse processo, seria uma característica da própria da formação do país, que por sua vez é avessa aos ritualismos e tem como primazia a afetividade entre aqueles que nos são próximos. Esse último conceito, que não se pode deixar confundir com a visão de bondade, diz respeito ao caráter do brasileiro que se contrapunha à racionalidade instrumental moderna. A análise do autor é em cima de um ser passionavelmente cordial, através de perspectivas psicossociais destacadas pelo personalismo em suas relações.

A primeira variante interpretativa se concentra no "homem cordial" como padrão sociopsicológico e o transforma em núcleo da identidade brasileira, que permanece constante com o passar do tempo. O "homem cordial", neste caso, não é tão somente o produto histórico de relações sociais concretas, como enfatiza o autor, mas também uma síntese a-histórica e essencialista de supostas características brasileiras que negam a racionalidade organizacional em nome do indivíduo e suas relações de afeto que contaminam sua participação ou não, em qualquer tipo de empreitada, ou seja, ele pode participar, mas somente a justificativa racional como argumento não lhe convence para aderir a

uma ação ou projeto.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR: RELAÇÕES DE AFETO E CONHECIMENTO

As relações que estabelecem e norteiam o espaço rural, compartilhado entre os agricultores, e o espaço urbano, mediado pelas cooperativas e associações, portanto são, para eles relações de afeto. Se de um lado, o pequeno produtor constrói narrativas com base na vivência de outros assentados, acolhendo e selecionando informações subjetivas para desenvolver conhecimentos que perpassam pelo seu caráter individual, do outro, o agricultor consegue mesclar esses componentes, gerando informação e conhecimento para sua produção.

De forma densa, podemos definir como agricultores familiares “[...] indivíduos e famílias que residem no espaço rural e são proprietários de pequenos lotes de terra [...]” (Schneider, 2003 p. 29), e sob a ótica dessa definição desenvolvemos esse estudo. Mais que isso, o agricultor não é um ser passivo, este constrói sua própria identidade no emaranhado campo de forças que tange a agricultura familiar, o campesinato e a sociedade moderna, lidando com a diversidade informacional concreta que as relações que a incluem.

A agricultura familiar pode ser analisada dentro de uma perspectiva diferente do próprio sistema capitalista. Como afirma Jean (1994), “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador” (p. 53).

2.4 A REDE XIQUE-XIQUE



Fonte: Google (2019)

A Rede de Comercialização Solidária é fruto de um amplo processo de construção coletiva, com a contribuição de um conjunto de organizações da sociedade civil que atuando em diferentes áreas, luta pela autonomia e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade.

Tratando-se de uma cooperativa, tem como princípios alicerçados numa economia baseada em solidariedade; no financiamento como forma de compensação e não de exploração do trabalho; na valorização do trabalho das mulheres e jovens agricultores, desvinculando a desigualdade de gênero ao seu sistema; educação para o consumo ético, principalmente na relação produtor-consumidor; os produtos são comercializados de maneira participativa entre os membros cooperados.

A rede também estabelece sua missão institucional que é “produzir, comercializar e fomentar a articulação em rede na perspectiva da agroecologia, feminismo e da economia solidária, através do comércio justo e da certificação participativa.”, e sua visão futura, “ser autossustentável socioeconomicamente, articulando - se em rede fomentando o trabalho de produtores/as, potencializando mulheres e jovens no amplo processo de auto-organização, formação, produção, comercialização e consumo.” (Dados da pesquisa, 2019).

Este projeto conta necessariamente para sua realização do uso de tecnologias e informações atualizadas e também das relações afetivas e não somente comerciais que estabelecem entre seus participantes.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A escolha da metodologia se deu baseada na premissa de que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo” (BEUREN, 2006, p. 92).

O tipo de pesquisa possibilita a análise dos dados relacionada ao quadro social, aos valores, comportamentos e motivações subjetivas dos pesquisados, em um contexto complexo e denso.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em Mossoró - Rio Grande do Norte, mais precisamente na Rede Xique-Xique, uma Associação de Comercialização Solidária localizada na zona urbana do município, onde a maioria dos associados moram em comunidades rurais. A pesquisa foi realizada na Associação por ela conter uma variedade de agricultores rurais, de cidades e especificações diferentes.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os entrevistados A e B fazem parte da composição administrativa da Rede Xique-Xique e coordenação de alguns projetos. O sujeito C é pescador, filho de pescadores e agricultores, que comercializa mariscos.

A escolha dos sujeitos ocorreu por conveniência, pela disponibilidade e presença na rede, onde os mesmos foram abordados. A partir do contato inicial, os sujeitos tinham o livre e completo direito de concordar ou não com a pesquisa.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu de quatro formas principais: primeiro, por meio de anotações de pontos-chaves e assimilações do pesquisador; por meio de um gravador de voz - devidamente autorizado pelo pesquisado -; um roteiro semi-estruturado de pesquisa que serviu como base para o diálogo e consequente conteúdo registrado nos gravadores; e pela observação do ambiente, atrelada aos comentários feitos pelos próprios sujeitos.

Para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias

momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

3.5 INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

O gravador de voz foi usado a fim de transcrever e analisar os dados com a maior verossimilhança possível. Com a realização das pesquisas, os áudios foram analisados pelos componentes e, logo após, armazenados em local seguro e de acesso restrito. Para efeito de ação legal, os pesquisados aprovaram a gravação logo no início dos áudios, onde se identificaram e falaram se permitiam que a pesquisa fosse feita diante desse sistema, sabendo que sua identidade, assim como o áudio de pesquisa, seria preservada.

A observação do ambiente, assim como as anotações deram embasamento e projeção, em tempo real, das reflexões e situações vividas pelos agricultores. Essas percepções foram transcritas e analisadas juntamente com os dados a fim de captar profundidade no que diz respeito ao conhecimento do negócio que os pesquisados estavam envolvidos. Com a obtenção dos dados brutos, os pesquisadores realizaram conexões entre pontos específicos a fim de evidenciar atitudes e sentimentos presentes nas falas dos entrevistados. No roteiro elaborado, as questões buscaram entender como se desenvolvem alguns aspectos da gestão no cotidiano dos produtores, dados de planejamento, precificação e produção no

geral.

3.6 TÉCNICA DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Bardin (2009) explica que a análise de conteúdo tem como objetivo reconhecer a comunicação oral privilegiando componentes das mensagens que se escondem atrás de símbolos e palavras na perspectiva de diminuir as incertezas e aproxima-se da real intenção do emissor.

Devido à subjetividade, complexidade e dimensão dos dados colhidos, os pesquisadores não utilizaram de softwares ou aplicativos auxiliares para a compreensão das falas. O intuito foi manter a veracidade das informações fornecidas, abrindo espaço para a interpretação apenas para o pesquisador.

Com a metodologia bem definida, a pesquisa foi desenvolvida da seguinte maneira:

- a) Reprodução e posterior transcrição das falas gravadas
- b) Reuniões entre os pesquisadores sobre os elementos encontrados no conteúdo da pesquisa, bem como debate sobre o material que não foi recolhido por intermédio do gravador.
- c) Levantamento e definição de categorias para análise dos dados;
- d) Interpretação das informações de acordo com as categorias.

Sendo assim, a análise apresentada se baseou no depoimento dos pesquisados, bem como na observação do ambiente e anotação de pontos destaques por parte dos pesquisadores. Todas as informações oferecidas aos pesquisadores foram validadas, seja como fonte e base de dados, seja como elementos ou componentes auxiliares de assimilação.

3.7 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A categorização por pontos é o procedimento inicial de todo pesquisador para conhecer melhor como agem os sujeitos da pesquisa devem se valer de esqueletos que delineiam temas e significados, aproximando-se do conhecimento a ser estudado antes mesmo de conceber suas interpretações

(SCHUTZ e LUCKMAN, 2009).

Mesmo pensando nas principais categorias antes das pesquisas, com o propósito de organização do roteiro e projeção do andamento da pesquisa, essas só foram detalhadas após a transcrição das falas, momento que precedeu a análise de conteúdo.

As categorias foram organizadas no quadro 1.

Quadro 1 - disposição das categorias de análise dos dados.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
PRODUÇÃO	Planejamento e produto; preço.
RELAÇÕES AFETIVAS E COOPERATIVISMO	Produtores/produtores; produtores/cooperativa.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

1.1 PRODUÇÃO

A análise acerca da produção permite interpretar de que maneira os pequenos produtores captam as informações e aplicam em sua produção, tal análise considera a premissa de que o agricultor estabelece suas relações mediadas pela afetividade e cordialidade, reconhecendo que este pode ser um ponto decisivo para montagem da estrutura.

As opiniões dos entrevistados se assemelham, uma vez que os sujeitos B e C afirmam, concomitantemente, que a produção é organizada de acordo com as experiências individuais e coletivas, tanto por parte de agricultores vizinhos, quanto dos que participam da Rede.

a) PLANEJAMENTO E PRODUTO

Para que o desenvolvimento do produto ocorra, é necessário que o produtor estabeleça algumas etapas organizativas que juntas formam o processo de criação. Nas falas do sujeito C, é possível identificar aspectos da gestão quando o mesmo cita como se dá o planejamento de sua produção de mariscos ao longo do ano e como ele lida com as questões climáticas:

“A gente tem uma base assim, se o inverno for bom, a gente sabe que vai ser bom. Porque assim, enquanto tá no inverno, eles abrem. Porque eles são mais resistentes a água do mar do que quando desce água doce. E aí quando desce água doce a gente já sabe e não vai pescar. Parou o inverno, a gente começa a ir de novo, de junho pra julho, a gente já começa.” (Suj. C)

O planejamento feito pelo sujeito C deriva de experiências passadas que eventualmente causaram prejuízo a sua produção. Somado a isso, o mesmo também se alinha com o conhecimento empírico que detém sobre as épocas do ano.

a) PREÇO

Com relação ao preço de seus produtos, tanto os produtores, como os dirigentes da cooperativa apresentaram dados semelhantes. De acordo com a conversa, a precificação é feita com base em alguns pontos: relação de vivência entre os cooperados, onde são consideradas experiências antigas; preço dos produtos em mercados locais de venda estabelecida; capacitações feitas pela Rede.

“O preço a gente aprendeu com o tempo, né? Porque a gente sabe que tem época que tem mais, por exemplo, quando o inverno é bom, quando passa o inverno, chega um período que ele tem bastante, então quando tem

muita gente pescando, preço geralmente vai caindo né?
Mas quando só tem a gente, só quem sobrevive da
pescaria mesmo, o preço melhora” (Suj. C)

O sujeito C forma seu preço com base no diálogo entre membros de uma
Associação que o mesmo faz parte em seu município.

“Por exemplo, eu faço parte de uma associação em
Grossos, que a gente consegue vender nosso produto a
R\$ 15,00, [...] a gente se reúne todo mês, uma vez por
mês e a gente viu que o preço que tava não dava pra
cobrir os custos pra manter a associação, água, luz [...]”

O sujeito C entende que o seu produto exige um preço mais alto por conta dos desgastes
operacionais que ele tem para entregá-lo com maior qualidade possível. Somado a isso, ele também
assume que foi por intermédio das capacitações que os demais associados puderam chegar a essa
conclusão.

“Mesmo sabendo que a gente vive numa comunidade
pesqueira, a gente arriscou aumentar porque o produto é
de boa qualidade e assim, o marisco tem muita areia
então se você não fizer um trabalho de... de... limpeza,
manuseio mesmo, ele não fica legal. E foi com essas
capacitações que a gente conseguiu ver que era melhor.”
(Suj. C)

Sobre a precificação, também é possível observar resistência com base nos agricultores e
pequenos produtores. Nas falas dos sujeitos, é evidente que foi necessário perder produto para que eles
conseguissem atingir um nível de conscientização e construísse um preço justo, com base nos conselhos

da cooperativa.

A Rede também reconhece e se preocupa com a formação de preço de seus cooperados.

“É tudo dentro desse espaço de capacitação, a gente já contou com ajuda do PET de Gestão da própria UFERSA, mas a gente sempre busca porque essa questão de preço é um gargalo pra gente porque sempre os produtores já tem uma certa dinâmica e coloca o preço que dá, e a gente tenta conversar pra modificar isso ou aquilo porque tem que ver as horas trabalhadas, um monte de coisa.” (Suj. B)

Com isso, a cooperativa recebe apoio de alguns projetos e reage de forma democrática em relação às divisões de seus produtos, buscando organizar procura e oferta de maneira justa e lucrativa para os cooperados. Além disso é responsabilidade da cooperativa, mesmo que determinada de maneira indireta, a atualização da tabela de preços com base nos produtos dos mercados locais e posterior troca de informação com o produtor.

O sujeito B explica que a resistência parte, na maioria das vezes, da utilização de termos técnicos e linguagem formal pelos dirigentes da capacitação que acaba afastando o agricultor da troca de conhecimento necessária, tomando parte de seu espaço de fala.

“

3.8 RELAÇÕES AFETIVAS E COOPERATIVISMO

Tratando-se de uma cooperativa cultural com um dos pilares que refere-se às lutas feministas, a Rede fornece apoio que embasam trabalhos de igualdade e diversidade de gênero entre os produtores e produtoras. Os dirigentes enxergam o projeto, antes de tudo, como um espaço e fala para a classe trabalhadora.

a) OS PRODUTORES E OS PRODUTORES

A relação entre os produtores é mediada por associações criadas por eles que tem como principal objetivo nortear algumas questões referentes ao produto e organização da produção. Na fala do sujeito C, o mesmo deixa claro que a relação entre os membros é de amizade e companheirismo.

“É tanto que a gente nem se conhece por nome, só por apelido, a gente tem muita amizade mesmo, ave maria, porque às vezes tem de uma comunidade pra outra, o povo nem se conhece né, mas lá não, a gente ajuda o outro, é amigo mesmo.” (Suj. C)

b) OS PRODUTORES E A COOPERATIVA

É notório, ainda, dentro de um contexto mais amplo sobre administração e gestão social, sob pretexto do próprio objetivo desse estudo, que o agricultor consegue aplicar conceitos técnicos e por vezes, busca-os a fim de racionalizar seus processos.

“Mesmo sabendo que a gente vive numa comunidade pesqueira, a gente arriscou aumentar porque o produto é de boa qualidade e assim, o marisco tem muita areia então se você não fizer um trabalho de... de... limpeza, manuseio mesmo, ele não fica legal. E foi com essas capacitações que a gente conseguiu ver que era melhor.” (Suj. C)

Em contraponto, é nítido que as relações afetivas entre os outros componentes permanecem como primeira escolha, mediada pelas relações de proximidade que o produtor tem com ambos.

“Por exemplo, eu faço parte de uma associação em Grossos, que a gente consegue vender nosso produto a R\$ 15,00, [...] a gente se reúne todo mês, uma vez por mês e a gente viu que o preço que tava não dava pra cobrir os custos pra manter a associação, água, luz [...]” (Suj. C)

Dentro disso, nota-se que o agricultor busca informações para seu processo produtivo mediante

familiares, outros agricultores, Cooperativa e universidade, através de relações que permeiam a afetividade, empatia, necessidade instrumental de inserção no mercado e consequente competitividade e percepção de desvantagem ou perda produtiva.

O quadro 2 demonstra o exposto.

Quadro 2 - processo de busca de informações do agricultor ou produtor rural.



Fonte: dados da pesquisa (2019)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso e de maneira conclusiva, os estudos do presente trabalho, que buscou observar como o agricultor familiar procura e seleciona informações que contribuem no seu próprio processo de planejamento e gestão, apontam para a realidade onde o agricultor acolhe noções da academia, desde que o mesmo observe perda ou carência em determinado ponto da sua cadeia de produção.

No entanto, o mesmo indivíduo demonstra resistência quando essa perda não ocorre de maneira clara e direta e prefere, de forma afetiva e cordial, apegar-se a escolhas baseadas na sua própria vivência no campo e na experiência de outros produtores, cooperados ou não.

Nesse contexto, a cordialidade é explorada e torna-se perceptível que, ainda que ocorra certa aderência aos conceitos gerenciais acadêmicos, existe um filtro de conveniência que permite ao produtor

acatar apenas o que o mesmo julgar importante para o seu processo individual de produção.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. Logística de energia: 2015 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JÚNIOR, Lall; INDARSANE, George. **O impacto do pagamento da participação sobre a produção de petróleo e gás natural sobre a renda familiar e a propriedade no Município de Governador Dix-Sept Rosado no período de 1998 a 2004.** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GUILHOTO, Joaquim J. M. et al . A importância do agronegócio familiar no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília , v. 44, n. 3, p. 355-382, Sept. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 fev. 2015.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e Linguagem.** 1934.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v. 6, 1994. pp. 51-75.

Área Temática: Agricultura Familiar

A COMUNICAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA CADEIA DA APICULTURA NOS TERRITÓRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Luiz José de Bessa Neto¹

Valdemar Siqueira Filho²

Elisabete Stradiotto Siqueira³

Fátima de Lima Tôrres⁴

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo mapear os atores que interagem na cadeia da apicultura nos territórios do Estado do Rio Grande do Norte (RN), bem como caracterizar como se estruturam os processos de informação e participação dos agricultores familiares no mercado apícola do vigente estado, contribuindo, dessa maneira, para a compreensão da dinâmica organizacional de cada agente envolvido. Aliado a isso,

Agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro.

¹Possui graduação em Ciência e Tecnologia pela UFRSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (2019) e técnico em Petróleo e Gás pelo IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (2016). Atualmente é graduando em Engenharia Elétrica na UFRSA.

²Possui graduação em Letras pela Universidade Metodista de Piracicaba (1985), mestrado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Atualmente é professor adjunto da UFRSA.

³Possui graduação em Bacharel em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (1986), mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999). Atualmente é pesquisador convidado da Universidade Federal da Grande Dourados e professor adjunto da UFRSA.

⁴Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Participante do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Regional: agricultura e petróleo da Faculdade de Ciências Econômicas - FACEM/UERN. Com experiência na área do cooperativismo popular e solidário, associativismo, agricultura familiar, comercialização, agroecologia e economia solidária. Atuando especialmente na gestão de cooperativas singulares, centrais e redes de cooperativas solidárias, na formação de lideranças e elaboração de projetos sociais. Atualmente, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e economia Solidária do Rio Grande do Norte, professora pesquisadora da rede E-tec Brasil através da Escola Agrícola de Jundiá (UFRN) no curso técnico em cooperativismo, Diretora da Cooperativa Central da Agricultura Familiar do RN e Gestora da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do RN localizada em Natal.

pretende-se averiguar na ótica da estrutura familiar, como decorre o procedimento de transmissão de informações entre os apicultores e de que forma tais informes tornam-se úteis no desenvolvimento das suas respectivas atividades. Almejando compreender as formas organizativas das famílias e suas estratégias de divulgação de informações sobre o processo produtivo do mel no estado do RN, realizou-se a aplicação de roteiros de entrevistas semiestruturadas, tendo como foco os atores sociais que integram a cadeia da apicultura, com ênfase em especialistas da área. Com o desenvolvimento do vigente estudo, concluiu-se que a divulgação de informações por parte dos atores sociais no desenvolvimento das atividades da apicultura é escassa e, em alguns momentos, inexistente na cadeia apícola, denotando uma fragilidade do setor produtivo.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Atores Sociais, Estruturas de Governança

Abstract

This work aims to map the actors that interact in the beekeeping chain in the territories of the State of Rio Grande do Norte (RN), as well as to characterize how the information and participation processes of family farmers in the beekeeping market in the current state are structured, thus contributing to the understanding of the organizational dynamics of each agent involved. Allied to this, it is intended to investigate from the perspective of the family structure, how the information transmission process between beekeepers proceeds and how such reports become useful in the development of their respective activities. Aiming to understand the organizational forms of families and their strategies for disseminating information on the honey production process in the state of RN, semi-structured interview scripts were applied, focusing on the social actors that make up the beekeeping chain, with emphasis on experts in the field. With the development of the current study, it was concluded that the dissemination of information by the social actors in the development of beekeeping activities is scarce and, at times, non-existent in the beekeeping chain, showing a fragility in the productive sector.

Key Words: Family Farming, Social Actors, Governance Structures

1. Introdução

Ao longo dos anos os agricultores familiares buscam alternativas para desenvolver suas práticas de reprodução econômicas e sociais. Esses atores sociais tem sido incentivados a organizar-se através de associações e cooperativas, em especial para buscar apoio e financiamento com o intuito de promover o desenvolvimento das cadeias produtivas e gerar ocupação e renda no campo (SOUZA et al., 2005). Na região Nordeste, a cadeia produtiva da apicultura está sendo inserida neste contexto e tem proporcionado desafios como mudanças nos padrões tecnológicos, nos hábitos organizacionais e costumes dos agricultores familiares (BARRETO, 2004).

Nos debates sobre o desenvolvimento de políticas públicas territoriais é marcante a participação dos atores sociais, sejam eles agricultores familiares, representantes de cooperativas, associações, grupos e organizações não governamentais (ONGs) que vem desenvolvendo o papel de gestores de temáticas de interesses social, junto com o poder público, realizando proposição de projetos e controle social, haja vista que a governabilidade perpassa pela capacidade da sociedade de contribuir na implantação de políticas públicas que visam a dinamização do território em longo prazo, com o objetivo de alcançar metas e propósitos do desenvolvimento regional (REGIS; MATOS; SIQUEIRA, 2019).

Para tanto, se faz necessário a convergência de ações para o fortalecimento das instituições territoriais, o equilíbrio entre os interesses públicos, privados e sociais, respeitando os processos e conhecimentos locais e territoriais (PERICO, 2009). Nesse sentido, o acesso a informações favorece o discernimento dos interesses coletivos e a habilidade para lidar com os conflitos existentes entre os diferentes atores sociais, sem perder a essência da construção democrática de gestão.

A agricultura familiar brasileira se desenvolve para suprir as necessidades da família e do desenvolvimento do meio rural e não apenas com intuito de geração do lucro. Aliado a isso, contribui no sentido de modificar o paradigma agrícola que é o

modelo convencional para sistemas de produção alternativos e sustentáveis. Nesse viés, a agricultura nacional entra em um processo de definições de suas estratégias organizacionais e produtivas surgindo, dessa maneira, várias especialidades de produção ou, mais especificamente, cadeias produtivas (ROCHA, 2015).

No Brasil, a produção comercial do mel está ligada à apicultura cuja história teve início com a inserção das abelhas europeias *Apis melífera* no Estado do Rio de Janeiro em 1839, realizada pelo Padre Antônio Carneiro. No entanto, a apicultura brasileira avançou a partir da introdução das abelhas africanas (*Apis melífera scutellata*) em 1956, que culminou na africanização das demais subespécies existentes no país. Após o desenvolvimento de técnicas adequadas de manejo ocorrido na década de 70 a apicultura passou a ser intensamente praticada em todos os estados brasileiros (SOUZA et al., 2005).

Nesse sentido, a apicultura brasileira nos últimos anos vem sendo impulsionada por fatores como a grande diversidade florística, a abertura de novos mercados consumidores, e o aumento significativo na produtividade com a africanização das abelhas. A região do Semiárido Nordeste, em especial do Estado do Rio Grande do Norte, apresenta um grande potencial apícola, vejamos como exemplo o município de Serra do Mel que de uma exploração de 14 colmeias há alguns anos atrás, hoje explora aproximadamente 12000 colmeias (GRANJEIRO HENRIQUE et al., 2008).

Dentre os muitos produtos advindos desta atividade pode-se citar o mel, que é o produto principal, a cera, a própolis, a geleia real, e a apitoxina (veneno). A procura por tais produtos nas últimas décadas vem aumentando significativamente, denotando que as pessoas têm se voltado mais para produtos naturais e saudáveis. No entanto, para que tais produtos adquiram espaço no mercado de alimentos, faz-se imprescindível não só que apresentem a característica de produto natural, mas que denotem qualidade e competitividade dentro deste mercado cada vez mais exigente.

Para tal, é necessário que disponhamos das mais diversas informações acerca desta atividade, tais como quem a pratica, sua situação social e econômica, a

rentabilidade desta atividade, os impactos ambientais que ela causa e por fim, o fato de ser esta uma atividade sustentável ou não (GRANJEIRO HENRIQUE et al., 2008).

Ante o exposto, o vigente estudo tem por objetivo mapear os atores que interagem na cadeia da apicultura nos territórios do Estado do Rio Grande do Norte, bem como caracterizar como se estruturam os processos de informação e participação dos mesmos na cadeia da apicultura no vigente Estado, contribuindo, dessa maneira, para a compreensão da dinâmica de cooperação de cada agente envolvido. Aliado a isso, pretende-se averiguar na ótica da estrutura familiar, como decorre o procedimento de transmissão de informações entre os apicultores e de que forma tais informes tornam-se úteis no desenvolvimento das suas respectivas atividades.

2. Referencial Teórico

2.1. A atividade apícola no estado do Rio Grande do Norte

A agricultura familiar no semiárido do Rio Grande do Norte tem experimentado uma silenciosa revolução com ações para o desenvolvimento da apicultura local. Atualmente, a realidade é bem distinta daquela de alguns anos atrás, quando a atividade estava desorganizada. Àquela época, a extração do mel era feita em grande parte pelos meleiros, trabalhadores de baixa renda que se embrenhavam na caatinga para extrair o mel, usando técnicas primitivas, como a derrubada de árvores e as queimadas, que exterminavam enxames e danificavam o meio ambiente (OLIVEIRA, 2006).

Nesse contexto, a cadeia da apicultura estar se tornando uma das atividades mais promissoras para a região do estado do Rio grande do Norte, uma vez que vem desfrutando o potencial apícola existente, além de contribuir expressivamente na geração de renda e ocupação ao homem do campo.

De acordo com Rocha (2015), a produção de mel no estado do Rio Grande do Norte é uma atividade muito rentável, podendo atingir altos índices de lucratividade, incorrendo em poucos custos. No entanto, as pesquisas sobre apicultura são normalmente direcionadas a tratar o assunto tecnicamente ou mesmo na ótica

econômica, sem aprofundamento na perspectiva sistêmica e na participação dos atores sociais na cadeia produtiva do mel.

Nessa perspectiva, Martins (2005) evidencia que sob a ótica da sustentabilidade, os aspectos sociais e ambientais têm importância tanto quanto a dimensão econômica. Quando se refere à sustentabilidade rural, a autora, pesquisando em assentamentos rurais no município de Apodi/RN, enfatiza três dimensões fundamentais: econômica, social e ambiental. Naquelas realidades, a apicultura tem se apresentado como uma atividade que contribui categoricamente para a qualidade de vida das famílias produtoras que interagem na cadeia da apicultura, com vistas à sustentabilidade.

Não obstante, um outro trabalho relevante concernente à cadeia da apicultura no semiárido potiguar é apresentado por Vilela & Pereira (2007), pelo qual fazem um diagnóstico da apicultura no Rio Grande do Norte e identificam que a atividade está em expansão em todas as microrregiões, todavia denotando uma carência no aspecto da organização e apoio à comercialização dos produtos. No entanto, os autores salientam que as perspectivas da produção de mel são favoráveis tanto em nível local, como em âmbito nacional e internacional.

Por fim, Granjeiro Henrique et al. (2008) apresenta uma pesquisa qualitativa que compreende as localidades do município de Serra do Mel/RN, averiguando o perfil dos agricultores familiares, produtores de mel, considerando os aspectos sociais, ambientais e produtivos da atividade. Desse modo, por meio de entrevistas semiestruturadas, com apicultores das principais comunidades rurais do município, os autores concluíram que a cadeia da apicultura é lucrativa para os agentes envolvidos. No entanto, apesar de estarem dispostos em cooperativas os produtores demonstraram dificuldade em otimizar os lucros, em virtude da fragilidade organizacional dessa categoria.

Portanto, percebe-se nitidamente, que embora os trabalhos dos autores mencionados anteriormente analisem a dinâmica da atividade apícola no semiárido, especialmente no estado do Rio Grande do Norte, a ideia central não é a participação e a comunicação dos agentes sociais na cadeia da apicultura, e sim a lucratividade

envolvida nesse processo, haja vista que desprezam as relações familiares, os aspectos culturais e emotivos dos apicultores.

3. Metodologia

A priori, é oportuno salientar, que em virtude da pandemia generalizada de coronavírus (Covid-19), não foi possível realizar as visitas nas associações, tornando-se impossível realizar as entrevistas com os agricultores familiares. Dessa maneira, almejando conhecer a dinâmica da atividade apícola, bem como caracterizar como se estruturam os processos de informação e participação dos agricultores familiares na cadeia do mel no estado do RN, elaborou-se roteiros de entrevistas semiestruturadas, tendo como foco os especialistas na cadeia da apicultura.

Dessarte, foram entrevistados 5 (cinco) especialistas na área da apicultura englobando perguntas nos seguintes temas, a saber: perspectivas da apicultura no estado do RN; estruturação da cadeia; metodologias de comunicação dos atores sociais na atividade apícola; tecnologias e estratégias de mercado impostas pela cadeia aos agricultores familiares; principais entraves/gargalos encontrados ou existentes no setor; e a importância da qualificação técnica dos apicultores no desenvolvimento de suas atividades.

Nesse contexto, após a aplicação dos roteiros de entrevistas, realizou-se o agrupamento dos dados em categorias, com o intuito facilitar a análise interpretativa das respostas dos especialistas, buscando evidenciar as particularidades e eventuais semelhanças expostas pelos mesmos referentes à cadeia da apicultura no RN.

4. Resultados e Discussões

Fundamentado na aplicação dos questionários com os especialistas, destaca-se, de acordo com as análises dos mesmos, que as perspectivas da apicultura no RN denotam um elevado potencial de crescimento, tendo em vista que o estado conta com

um novo entreposto de mel que atua como instrumento de representação comercial e organizacional da cadeia apícola e seus derivados.

Aliado a isso, em relação a estruturação da cadeia da apicultura, os especialistas salientaram que os integrantes principais são os agricultores familiares, associações, empresas, cooperativas, bem como entidades públicas e privadas, tais como: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater-RN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Centro Tecnológico de Apicultura e Meliponicultura do RN (CETAPIS), Centro de Capacitação da Universidade Federal Rural do Semiárido (CCTA-UFERSA), Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI) e a Cooperativa Agropecuária Cacho de Ouro (COOPERCACHO).

Em contrapartida, no que se refere a divulgação de informações por parte dos atores sociais no desenvolvimento das atividades da apicultura, os estudiosos entrevistados afirmaram que são de suma importância, no entanto, percebem que informes alusivos ao mercado produtivo, a análise de qualidade do mel e o acompanhamento técnico dos agricultores familiares são escassos e, em alguns momentos, inexistentes na cadeia apícola.

Ademais, constatou-se, baseado na ótica dos especialistas, que as tecnologias e estratégias de comércio impostas pela cadeia aos agricultores familiares são a modernização dos equipamentos, técnicas relativas ao manejo das abelhas, principalmente no período da entressafra, métodos de colheita e pós-colheita, bem como parâmetros de gestão e administração do negócio.

Contudo, de acordo com os entrevistados, os principais entraves/gargalos encontrados ou existentes no setor são a ausência de recurso financeiro para formação de estoque, custo do negócio e a comercialização dos produtos apícolas. Nessa conjuntura, os estudiosos ressaltaram que a capacitação dos agricultores familiares por meio de cursos técnicos profissionalizantes, palestras e divulgação de estratégias de marketing, embalagem e comercialização, configura-se como uma das soluções mais

promissoras para promover uma maior interação na cadeia do mel, bem como otimizar o rendimento dos atores sociais no mercado apícola.

5. Conclusão

Por todo o exposto, mediante a análise das respostas dos especialistas entrevistados no presente trabalho, concluiu-se que existe uma fragilidade acentuada em relação aos processos de informação e comunicação dos agricultores familiares na atividade apícola do RN. Além disso, de acordo com os especialistas, a divulgação de informações por parte dos atores sociais no desenvolvimento das atividades da apicultura chega a ser escassa e, em alguns momentos, inexistente na cadeia do mel, denotando uma vulnerabilidade do setor produtivo.

Aliado a isso, os especialistas ressaltaram que a apicultura é uma atividade lucrativa. No entanto, em virtude dos atores sociais não estarem organizados adequadamente, têm dificuldades em comercializar e otimizar os lucros. Ademais, o baixo nível educacional entrava à habilidade gerencial, bem como a frágil organização da categoria, parecem ser os principais gargalos precursores desta realidade.

Dessarte, faz-se imprescindível a implementação de políticas e campanhas informativas por parte das entidades que integram a cadeia da apicultura no estado, como o fornecimento gratuito de treinamentos e capacitações alusivas ao cultivo das abelhas, bem como informações referentes às medidas de segurança e boas práticas de fabricação e produção.

Referências

BARRETO, R.C.S. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no**

Estado do Ceará: Um Estudo de Caso. 2004. 91f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2004.

GRANJEIRO HENRIQUE, Rutherlan et al. **Perfil dos Produtores Familiares de Mel no Município de Serra do Mel-RN.** Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA), v.3, n.4, p.29-41, 2008.

MARTINS, J. C. V. **Adoçando Vidas no Semiárido Potiguar: Apicultura e Inclusão Social em Assentamentos de Reforma Agrária.** Potencialidades e Sustentabilidade no Semiárido Potiguar. Mossoró: CEFER-RN, 2005. 216p. p.61-85.

OLIVEIRA, F. M. J. **Gestão Agroindustrial: Um estudo Sobre o Modelo “SEBRAE-RN” de Produção de Mel de Abelha no Rio Grande do Norte.** 2006. 45f. Natal, RN, 2006.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 2009.

REGIS, I. P.; MATOS, M. L. R.; SIQUEIRA, E. S. **Organização do trabalho na agricultura familiar: relações de gênero entre famílias agricultoras do Rio Grande do Norte.** VII GESPET - Encontro de Gestão Social do PET, ISSN 2446-5224, Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, Mossoró – RN, p.1-18, 2019.

ROCHA, R. S. **A Dinamização Econômica nos Territórios Açú-Mossoró e Sertão do Apodi (RN): Um Estudo na Cadeia Produtiva da Apicultura e sua Gestão nas Unidades de Produção Familiar.** 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade), Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA, Mossoró, 2015.

SOUZA, Magna Cristina et al. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar em Assentamentos de Reforma Agrária no Rio Grande do Norte.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 36, nº 1, p.1-25, jan-mar. 2005.

VILELA, S. L. O.; PEREIRA, F. M. **Cadeia produtiva do mel no Estado do RN.** Natal: SEBRAE/RN, 2007. 130p.

Área Temática: Desenvolvimento Sustentável

MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Dayanne Vieira¹

Enaira Liany Bezerra dos Santos¹

Katianny Kelly Medeiros Costa¹

Vanessa Êmilly da Silva Rodrigues¹

Maria Betânia Ribeiro Torres²

Resumo

Em tempos de pandemia da Covid-19, refletir sobre como essa doença atinge a sociedade e o meio ambiente é primordial. O momento em que inúmeras escolas estão privadas de práticas e projetos de Educação Ambiental é também o momento em que mais se necessita refletir sobre os impactos antrópicos e os riscos à saúde humana e a outras espécies. Este trabalho teve o objetivo de analisar, a partir de pesquisa bibliográfica, a problemática ambiental e as barreiras de se trabalhar a Educação Ambiental em tempos de pandemia, quando atividades educativas ficaram dependentes do espaço virtual. A pandemia da Covid-19 manifesta a necessidade de mudança de postura que a humanidade precisa adotar. Portanto, é urgente a adaptação das práticas de Educação Ambiental ao ambiente virtual, mas de um modo que estas não se reduzam a lives e à simples transmissão de informações. A humanidade precisa enfrentar a urgência da sustentabilidade, deslocando a referência de felicidade do consumo para novas relações consigo e em comunidade.

¹ Graduanda em Gestão Ambiental da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

² Professora Doutora do Departamento de Gestão Ambiental da UERN

Palavras-chaves: Covid-19. Impactos. Resoluções. Sustentabilidade Ambiental.

Abstract

In times of pandemic covid-19, reflecting on how this disease affects society and the environment is paramount. The moment when countless schools are deprived of environmental education practices and projects is also the moment when most needs to be reflected on anthropic impacts and risks to human health and other species. This work aimed to analyze, from bibliographic research, the environmental problem and the barriers of working environmental education in times of pandemic, when educational activities became dependent on virtual space. The Covid-19 pandemic manifests the need for a change of posture that humanity needs to adopt. Therefore, it is urgent to adapt environmental education practices to the virtual environment, but in a way that they do not reduce the lives and the simple transmission of information. Humanity needs to face the urgency of sustainability, shifting the reference of happiness from consumption to new relationships with you and in community.

Keywords: Covid-19. Impacts. Resolutions. Environmental Sustainability.

1. Introdução

O ano de 2020 ficará marcado na história pelo lapso temporal em que a Terra parou para a Ciência combater um ser microscópico (CONSENZA et al., 2020, p. 12). A pandemia no novo vírus conhecido como COVID-19 tem causado estragos em diversas regiões. O vírus foi inicialmente descoberto em uma cidade chamada Wuhan na China, com mais de 11 milhões de habitantes. Dados do Grupo NotreDame Intermédica mostram que até o mês de abril de 2020 o novo vírus já havia matado cerca de 170 mil habitantes da referida cidade. De acordo com o Consórcio de Veículos da Imprensa, o Brasil somava 120.828 mortes por coronavírus até o dia 30 de Agosto de 2020.

Essa não é a primeira pandemia que acontece. Dentre tantas coisas que o momento presente nos faz perceber, uma das mais gritantes é: o modelo de desenvolvimento que a sociedade adotou é insustentável e gera riscos à existência humana e de outras espécies.

A Educação Ambiental é uma ferramenta fundamental na reorientação do modelo dominante de viver e pensar o ambiente. Apesar de oferecer um terreno fértil para discussões de cunho socioambiental, a pandemia tem limitado a educação básica e, mais ainda, as práticas de Educação Ambiental em todos os setores. A verdade é que o “novo normal” não é tão novo assim, quando a conduta humana e social repete erros, a exemplo do desejo exacerbado de consumo e da quantidade de máscaras descartadas a esmo.

Assim, este trabalho discute a necessidade da Educação Ambiental no contexto da pandemia do novo coronavírus, tendo em vista a urgência de se repensar a relação indivíduo, sociedade e ambiente.

2. Referencial Teórico

A íntima relação entre a sociedade e o aparecimento de doenças

Uma das primeiras epidemias registradas em textos históricos foi a Peste de Atenas em meados em 430 a.C. Para Ferraz (2020) ao citar o historiador grego Tucídides, os atenienses atribuíram a causa desta problemática a divindades que haviam amaldiçoado a água causando envenenamento nas pessoas. De acordo com o autor supracitado, Hipócrates (Séc V-IV a.C) em seus estudos ressaltava que todas as doenças advinham da contaminação do ar.

Posteriormente, no império romano surge a pandemia conhecida como Peste Antonina, no período de 165-180 d.C. O início da pandemia se deu entre as tropas romanas na cidade de Selêucia na região da Mesopotâmia sendo rapidamente disseminada nas demais regiões (FERRAZ, 2020). Já na Europa em meados do século XIV devido ao grande crescimento populacional, o continente passa por uma enorme catástrofe, onde cerca de um terço da população é devastada por uma praga que passou a ser conhecida como Peste Negra

(LIVI-BACHI, 2001 apud RIOS-NETO, 2007). Durante a pandemia, a sociedade como um todo vem sendo atingida, mobilizando, como afirmam Fonseca e Franco (2020) a economia, política e o meio ambiente.

Para Rei, Tautenberger e Fanning (2001 apud SOUZA 2008) outra doença que veio de forma devastadora foi a gripe espanhola. Esse surto ocorreu durante as décadas de 1918 a 1920, infectando cerca de 600 milhões e provocando a morte de 40 milhões de pessoas em todo o mundo.

Recentemente, teve-se mais uma nova descoberta de diversos casos de pneumonia que ocorreram na cidade de Wuhan na China (BELASCO; FONSECA, 2020). Essa doença que afetou de forma silenciosa as pessoas desde dezembro de 2019 já levou a óbitos milhares de vítimas. Dados registrados no BBC New revelam que até a data de 30 de agosto de 2020, o vírus conhecido como Coronavírus (2019-nCoV) já havia infectado aproximadamente 25 milhões de pessoas no mundo todo. E o Brasil ocupa o segundo lugar em número de casos registrados, passando por 100 mil mortes pelo coronavírus.

Considerada uma das principais causas de morte a nível mundial, as doenças respiratórias ocorrem devido os pulmões serem um dos órgãos mais frágeis do corpo, sujeito a infecções. Milhares de pessoas morrem em decorrência de doenças pulmonares. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2007), 65 milhões de pessoas têm doença pulmonar obstrutiva (DPCO), podendo causar por ano 3 milhões de mortes no mundo (MENDONÇA et. al., 2020).

Educação Ambiental: a cura de todos os males

Desde a década de 1970, estudos frequentemente denunciam o modelo insustentável de produção de alimentos, que se baseia fortemente na monocultura e na criação de animais em confinamento. O avanço do desmatamento, por sua vez, leva animais silvestres que antes se encontravam nas florestas a se deslocarem para outras áreas, inclusive urbanas, transformando-as em vetores de disseminação de doenças (ALENTEJANO, 2020, p. 35). Cidades que, como afirma o autor, são supridas pela mesma indústria que “fabrica” essas doenças durante a produção de alimentos. Silva et al. (2020) retrata a Pandemia do novo

coronavírus como uma característica intrínseca do Antropoceno, junto a outros efeitos colaterais como as mudanças climáticas.

Para Layrargues (2006), a figura da humanidade como centro do Universo começou a ser questionada quando foram sendo denunciados os casos de acidentes e problemas ambientais, o que mostrava o modo falho como a sociedade vinha se relacionando com o ambiente. No século XX a causa ambiental começa a ser colocada em pauta para mudar a relação desarmônica entre humanidade-natureza.

Entram em cena discussões importantes, que desencadeiam uma série de encontros e conferências, a fim de observar o que deu errado no processo de desenvolvimento e formular resoluções globais. No Brasil, um dos resultados dessas discussões foi a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental. De acordo com a Lei nº 9.795, de 1999, a Educação Ambiental compreende:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Existem diferentes correntes de Educação Ambiental, que vão desde as mais conservadoras às mais radicais. Carvalho (2001) entende como sendo as duas principais vertentes a EA comportamental e a EA popular, que para a autora é mais ampla, pois busca não só uma mudança de comportamento individual, mas a promoção da justiça social e outras mudanças sociais importantes. Independente da vertente, a Educação Ambiental (e todos os problemas ambientais que a sociedade vem enfrentando) deixa um recado: a forma como a humanidade se relaciona com o planeta precisa mudar.

3. Metodologia

O presente artigo se baseia em uma revisão bibliográfica, ou seja, a partir da perspectiva de vários autores. Como também busca trazer uma visão sistêmica sobre o assunto: através da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), do ponto de vista de Araújo e Gouveia (2016).

Objetiva focar em três aspectos: econômico, político e ambiental. Cada um se refere a um sistema menor (para entender o sistema de modo geral), em que todos se interagem e por esse motivo podem causar entre si impactos positivos ou negativos. A abordagem é feita a partir do pressuposto que a forma mais eficaz de se analisar e entender qualquer assunto, é primeiro compreendê-lo como um todo, como afirma Araújo e Gouveia (2016).

Em uma sociedade complexa e dinâmica, torna-se, portanto, impossível estudar seu comportamento e evolução baseado em uma visão atomista e estática. É imprescindível entender toda a dinâmica do contexto, estudando a complexidade e entrelinhas de seu funcionamento (ARAÚJO; GOUVEIA, 2016, p.13).

4. Resultados e Discussões

Meio ambiente em tempos de Pandemia

O Brasil tem passado por um momento de desregulamentação das leis ambientais, com fortes retrocessos (que não se limitam apenas à área ambiental) desde o ano de 2018. Como afirma Carvalho (2020), houve um aumento dos conflitos ambientais, principalmente no que tange às comunidades tradicionais, bem como a desproteção de bens naturais, que estão mais expostos à exploração do agronegócio.

A Educação Básica também passou a correr sérios riscos e, além dessa, a Educação Ambiental tem sido cada vez mais apagada do cotidiano escolar. O desmonte da educação e das políticas ambientais torna mais relevante ainda a necessidade do alinhamento da EA com o grande campo da educação diante dos enfrentamentos comuns (CARVALHO, 2020, p. 45).

Além do próprio enfraquecimento da EA desde 2018, durante a pandemia tem se colocado em prática ações que comprometem a proteção ambiental dos recursos naturais e a atuação dos órgãos ambientais. No dia 6 de Abril de 2020, o ministro de Meio Ambiente reconheceu como áreas consolidadas as Áreas de Preservação Permanente (APP) desmatadas e ocupadas até Julho de 2008, comprometendo a qualidade ambiental de APP de biomas como a Mata Atlântica, além de anistiar as pessoas que comprometem a funcionalidade desses ecossistemas (PEREIRA, 2020).

Isso já num contexto de constante aumento nas taxas de desmatamento do bioma da Floresta Amazônica. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), essa taxa aumentou 34% entre agosto de 2019 e julho de 2020. Só no mês de julho houve uma destruição considerável do bioma: foram mais de 1.500 km² devastados em 30 dias (WATANABE, 2020).

Nesse contexto, as comunidades tradicionais que habitam a região ficam cada vez mais expostas, seja pela ameaça dos empresários, seja pelo aumento de casos de COVID-19 em reservas e locais mais afastados. Embora seja de extrema importância para humanidade, nos tempos atuais muitas decisões negativas estão sendo tomadas em prol do crescimento econômico. A população precisa estar atenta, se importar e impor exigências para resguardar a proteção dos ecossistemas. Mesmo em tempos de pandemia.

Educação Ambiental durante a Pandemia de COVID-19

O contexto político do Brasil aponta, como afirma Consenza et al. (2020), para o enfraquecimento de uma consciência ecológica e da Educação Ambiental como um todo. Os desdobramentos da pandemia, como afirmam os autores, deverá ser visto e analisado a partir de uma ética diferente da que se tinha anteriormente, a fim de romper com um sistema de valores que marca a economia, política, educação e cultura. Rever ideologias pré-crise, quais sejam: antiecológica, antiescola, anti-intelectualismo, negacionismo, misoginia, entre outros, é fundamental à tessitura de compromisso ético-político-pedagógico nos campos educativo e ambiental (CONSENZA et al., 2020, p. 11).

Ao mesmo tempo que a Pandemia limitou a realização de uma gama de atividades, nela se pode encontrar um campo fértil para abordar diferentes assuntos na sala de aula. Para Fonseca e Franco (2020) a discussão acerca da pandemia nas aulas de ciências possibilita abranger discussões nos âmbitos social, político e ambiental, tais como a desigualdade social, a credibilidade e a descrença na Ciência, o papel da mídia, a necessidade de tomada de decisões democráticas e outros.

Os autores supracitados desenvolveram quatro eixos para abordar a Pandemia de Covid-19 nas aulas de ciências, como apresentado na Figura 1. O eixo 4 sugerido pelos autores enfoca na forma como o isolamento

e diminuição da intensidade de algumas atividades modificaram o ambiente, como exemplo, causou a diminuição de taxas de poluição do ar em locais da China. Além disso, pode ser abordado a atual crise socioambiental agravada pela pandemia (Fonseca e Franco, 2020, p. 13).

Figura 1: eixos de abordagem da Pandemia nas aulas de Ciências



Fonte: Fonseca e Franco (2020)

Porém, a Educação Ambiental e a Educação Básica, que já apresentavam suas dificuldades antes da pandemia, encontra mais limitações em tempos da Educação a Distância (EaD). O Brasil, assim como os países do Hemisfério Sul, enfrenta grandes problemas nesse momento, no que se refere ao acesso à internet e equipamentos eletrônicos para universalizar as aulas em tempos de pandemia.

Para França-Filho, Antunes e Couto (2020) a terminologia "EaD" foi distinguida do "ensino remoto" durante a pandemia, mas as aulas via internet continuam sendo uma prática corrida, improvisada, sem planejamento algum e que não tem tido sucesso em mostrar o sentido prático do que está sendo ensinado. Se olharmos para tempos ditos normais, os alunos de escolas particulares costumam ter mais horas dedicadas a práticas de Educação Ambiental, enquanto a maioria das escolas públicas ficam à espera de escassos projetos de extensão.

Perspectivas socioambientais pós pandemia

Para Consenza et al. (2020), a pandemia nos trouxe mudanças impensáveis em tempos ditos normais. Agora passamos mais tempo de frente a telas de computadores, valorizamos o já não mais simples ato de abraçar, substituímos as praças pelas janelas quando pensamos em protestar por alguma causa (no Brasil, os chamados panelaços foram frequentes depois do mês de abril). A pandemia nos escancarou a importância da convivência social, do estar junto, do cuidado. Escancarou também o abismo social que nos encontramos, onde grande parte da população sequer tem acesso a máscaras e álcool para se proteger.

Uma certeza parece anunciar-se em todos os cantos e recantos recuperados de nossas casas/lares/almas: nunca mais seremos os mesmos (CONSENZA et al., 2020, p. 16). De acordo com os autores, a pandemia abre uma janela de reflexões, oportunidades e pensamentos, que devem vir a orientar um novo modo de vida.

A pandemia nada deixa mais evidente a necessidade da sociedade se reinventar. Torna-se necessário, por exemplo, que as pessoas tenham noção da necessidade de dar mais espaço à agricultura agroecológica, o que por sua vez só é possível com uma ampla reforma agrária que multiplique pequenas unidades de produção de alimentos saudáveis, como sinaliza Alentejano (2020).

É necessário que as pessoas exijam habitar novos modelos de cidades, pois a maioria delas está crescendo de forma insustentável. As grandes metrópoles são lugares ingovernáveis e ambientes mais do que favoráveis à disseminação de epidemias e pandemias ligadas aos mais diferentes agentes infectocontagiosos (ALENTEJANO, 2020, p. 37).

Como mostrado por Da-Silva e Coelho (2020), algumas espécies que normalmente não eram vistas em áreas urbanas passaram a invadi-las devido à menor presença de movimentação humana nessas áreas. Após a quarentena, vamos nos deparar com alguns animais silvestres que aprenderam a chegar às cidades (DA-SILVA; COELHO; 2020, p. 9), com isso, será fundamental que os habitantes humanos das cidades repensem as suas relações com os demais seres vivos, ao invés de apenas tentar expulsar essas outras espécies do meio urbano.

Para Silva et al. (2020), a pandemia deixou algumas verdades bem evidentes: o modo como nós vivemos contribui para a rápida disseminação de doenças, a maioria das nações não estão preparadas para tomar decisões rápida e efetivamente e como a humanidade atenta apenas para objetivos e consequências a curto prazo e não se prepara para o futuro.

Para Silva et al. (2020) a pandemia evidencia problemáticas ao mesmo tempo que abre portas para mudanças positivas, tais como: mudanças na condição de vida das populações, maiores investimentos e valorização da educação e conhecimento científico, maior conscientização do impacto das atividades humanas no planeta, cooperação de países no gerenciamento de recursos e compartilhamento de informações e a conscientização da população sobre a importâncias das ações coletivas e da responsabilidade comum de todos.

5. Conclusão

Mesmo em tempos de pandemia, torna-se necessário atentar às mudanças implementadas e à postura que os diferentes setores sociais e econômicos têm adotado em relação ao meio ambiente. O Brasil sofre um contexto de desregulamentação ambiental, que se intensificou em certos contextos durante a pandemia, e de negacionismo do conhecimento científico e histórico.

A Educação Básica passa pelo desafio da adaptação ao mundo virtual, enquanto a Educação Ambiental passa pelo desafio de continuar simplesmente acontecendo. O modelo econômico instaurado pela sociedade sinaliza o fato desta não ser a última grande pandemia que a humanidade enfrentará.

Por isso, torna-se urgente repensar a convivência humana na Terra e formular resoluções para uma vida sustentável. E isso tampouco acontecerá num mundo em que as pessoas não têm consciência de seus atos e dos impactos que nossa existência causa ao ambiente físico e a todas as espécies.

Em um momento tão complexo mudar hábitos em prol da causa ambiental, mobilizar outras pessoas para exigir de empresas e do governo uma nova postura, para aderirem o modelo de desenvolvimento sustentável, como também reivindicar melhorias na qualidade de ensino (dever do Estado) é fundamental.

Referências

- ALBUQUERQUE, Carvalho Pires de. Grupo NotreDame Intermédica com informações do Ministério da Saúde, **Revista Saúde**, Aventuras na História Fantásticos e Estadão. Disponível em: <<https://www.gndi.com.br/saude/blog-da-saude/como-surgiu-o-coronavirus#:~:text=segundo%20a%20OMS,-.Como%20surgiu%20o%20Coronav%C3%ADrus,foi%20criado%20nos%20laborat%C3%B3rios%20chineses.>>. Acesso em: 11 de Ago 2020.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50242>>. Acesso: 20 Abr 2020.
- ARAÚJO, Andréa Cristina Marques de; GOUVEIA, Luís Borges. Uma revisão sobre os princípios da teoria geral dos sistemas. **Estação Científica**, Juiz de Fora, n. 16, 2016. Disponível em: <https://portal.estacio.br/media/3727396/uma-revis%C3%A3o-sobre-os-princ%C3%ADpios-da-teoria-geral-dos-sistemas.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- BBC New**. 20 milhões de infecções por coronavírus: gráficos mostram onde casos de covid-19 crescem mais. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53734786>>. Acesso em: 12 de Ago. 2020.
- BELASCO, Angélica Gonçalves Silva; FONSECA, Cassiane Dezoti da. Coronavírus 2020. **Rev. Bras. Enferm.** v.73 n.2, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672020000200100&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 12 de Ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.795 de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso: Jan 2020

CAMIZÃO, Isabel. Educação ambiental, pandemia e consumo responsável de alimentos. **SEMA**, 2020. Disponível em: <https://www.sema.ma.gov.br/>

[educacao-ambiental-pandemia-e-consumo-responsavel-de-alimentos/](#). Acesso em: 6 Ago. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural.

Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun., 2001. Disponível em:<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Revista_Agroecologia_parte11.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A pesquisa em Educação Ambiental: perspectivas e enfrentamentos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2020-15126>>. Acesso: 10 Ago 2020.

CONSENZA, Angelica et al. Voos e pousos nas janelas existenciais da Educação Ambiental. **Ambientalmente Sustentable**, v. 27, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2020.27.1.6596>>. Acesso: 1 Jul 2020.

Da Silva, Elidiomar Ribeiro; Coelho, Luci Boa Nova. Sobre incursões da fauna silvestre a áreas urbanas durante a pandemia do novo coronavírus. **Revista A Bruxa**, v. 4, n. 2, 2020. Disponível em: <[https://www.revistaabruxa.com/](https://www.revistaabruxa.com/editorial-co-volume-4-2020)
[editorial-co-volume-4-2020](#)>. Acesso: 10 Jun 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFRSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



FERRAZ, Amélia Ricon. As grandes pandemias da história. **Revista de Ciência Elementar**, v.8, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>>. Acesso 10 Ago 2020.

>. Acesso 10 Ago 2020.

FRANÇA-FILHO, A. L.; ANTUNES, C. F.; COUTO, M. A. C. Alguns apontamentos para uma crítica da Educação a Distância (EaD) na educação brasileira em tempos de pandemia. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50535>>. Acesso: 20 Abr 2020.

>. Acesso: 20 Abr 2020.

FONSECA, Eril Medeiros; FRANCO, Ronan Moura. In times of Coronavirus: reflections about the pandemic and the possibilities from approaching the Sciences Teaching through the STS Education. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5946>>.

Acesso: 12 Jun 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. & Castro, R.C. De (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 72-103. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/PhilippeLayrargues/publication/242129986_MUITO_ALEM_DA_NATUREZA_EDUCACAO_AMBIENTAL_E_REPRODUCAO_SOCIAL_1/links/55e0b7ac08aecb1a7cc53508/MUITO-ALEM-DA-NATUREZA-EDUCACAO-AMBIENTAL-E-REPRODUCAO-SOCIAL-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MENDONÇA, Flávia Daspett; ROCHA, Santiago Soares; PINHEIRO, Daniel Lucas; OLIVEIRA, Stefan Vilges de. Região Norte do Brasil e a pandemia de COVID-19: análise socioeconômica e epidemiológica. **Journal Health NPEPS**, p. 20-37, 2020.

Disponível em: < <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/4535>>. Acesso em: 2 ago. 2020.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



PEREIRA, Larissa. MPF pede que Ibama desconsidere decisão de Salles que anistia desmatadores. **ISTO É**, 2020. Disponível em: < <https://istoe.com.br/mpf-pede-que-ibama-desconsidere-decisao-de-salles-que-anistia-desmatadores/>> Acesso: 05 Mai. 2020

RIOS-NETO, Eduardo L.G. Pobreza, migrações e pandemias. **Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar**, 2007. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Rios-Neto/publication/5000564_Pobreza_migracoes_e_pandemias/links/56697a1308ae1a797e374f0f.pdf)

[Eduardo Rios Neto/publication/5000564 Pobreza migracoes e pandemias/links/56697a1308ae1a797e374f0f.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo-Rios-Neto/publication/5000564_Pobreza_migracoes_e_pandemias/links/56697a1308ae1a797e374f0f.pdf)>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, Cleyton Martins et al. A pandemia de COVID 19: vivendo no Antropoceno. **Revista Virtual de Química**, v. 12, n. 4, 2020. Disponível em: <<http://rvq-sub.sbgq.org.br/index.php/rvq/article/view/3906>>. Acesso: 10 Jul 2020.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, n. 4, p. 945-972, 2008. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702008000400004&script=sci_arttext> Acesso em: 12 de Ago. 2020.

WATANABE, Phillippe. Salles anistia desmatadores da mata atlântica em meio à pandemia de Covid-19. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/04/salles-anistia-desmatadores-da-mata-atlantica-em-meio-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

Área Temática: Desenvolvimento Sustentável

O PROBLEMA DA POLUIÇÃO PLÁSTICA: UM ESTUDO NO VALE DO JAGUARIBE

Samara Mírian Nobre de Castro¹

Thalita Myrian Silva Damiano²

Natalia Diana Rodrigues³

Emanuel Cavalcante de Sousa⁴

Patrick Steinner de Moura Silva⁵

Resumo

O presente trabalho discute a problemática da poluição plástica, investigando a percepção de 626 alunos de Escolas Estaduais de Educação Profissional do Ceará, localizadas em quatro municípios do vale do Jaguaribe. A pesquisa foi realizada por meio de questionários, com análise descritiva e observou a precariedade da percepção da comunidade frente a dimensão do problema. Este trabalho concluiu que o caminho para a sustentabilidade só é possível através de um processo de educação transformadora.

Palavras-chaves: Plástico, Poluição, Sustentabilidade.

¹ Docente FAVIL. Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade. Bacharel em Administração.

² Graduanda em Administração – FAVIL.

³ Graduanda em Administração – FAVIL.

⁴ Graduando em Administração – FAVIL.

⁵ Licenciado em Química – UECE, Pós-graduado em educação no ensino de química pela UCAM.

Abstract

This paper discusses the problem of plastic pollution, investigating the perception of 626 students from Ceará State Schools of Professional Education, located in four municipalities in the Jaguaribe valley. The research was carried out through questionnaires, with descriptive analysis and observed the precariousness of the community's perception regarding the dimension of the problem. This work concluded that the path to sustainability is only possible through a transformative education process.

Key Words: Plastic, Pollution, Sustainability.

1. Introdução

No dia mundial do meio ambiente, no ano de 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou uma campanha contra a poluição plástica, alertando que se o problema do uso desenfreado do plástico não for solucionado, haverá mais matéria plástica do que peixes nos oceanos em 2050. Pelo menos 13 milhões de toneladas desse material vão parar nos oceanos anualmente, prejudicando 600 espécies marinhas, das quais 15% estão ameaçadas de extinção (ONU, 2018).

A ONU afirma que a poluição plástica é considerada uma das principais causas atuais de danos ao meio ambiente e à saúde. A cada minuto, são compradas 1 milhão de garrafas plásticas e 90% da água engarrafada contém micro plásticos. Anualmente, descartamos 200 bilhões de garrafas plásticas, 58 bilhões de copos plásticos e bilhões de sacos plásticos. (TRASHED, 2012). A devoção ao descartável, a base de uma vida moderna de praticidade, é o maior fator contribuinte para o aumento destes dados. (ARAUJO e COSTA, 2003)

O alarmante é que mais de 40% do plástico produzido atualmente é usado somente uma única vez e jogado fora. Estima-se que de 8,3 bilhões de toneladas do material já produzidos desde sua produção, 6,3 bilhões já viraram resíduos, e deste valor 5,7 bilhões jamais chegou a passar por algum tipo de reciclagem (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2018).

O Brasil é o quarto produtor de lixo plástico do mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia, e também fica entre os países que menos reciclam esse tipo de lixo, apenas 1,2 %. Cada brasileiro produz 1 kg de lixo plástico por semana (WWF, 2019).

Diante de dados tão alarmantes algumas cidades brasileiras, como Fernando de Noronha e o Rio de Janeiro, tem aprovado projetos de lei para proibir o uso de alguns itens plásticos, como canudos. Infelizmente, essas ações não são suficientes, pois a conscientização e ações públicas precisam fluir das capitais e regiões litorâneas, para todas as demais regiões do país, como o semiárido nordestino.

Neste contexto, este trabalho objetiva investigar como a comunidade Jaguaribana, do estado do Ceará, se relaciona com o resíduo plástico, analisando a percepção de alunos de Escola Estatuais de Educação Profissional sobre a poluição plástica.

2. Referencial Teórico

2.1 Definição e grupos de Plástico

A palavra “plástico” vem do grego “plástikos” e apesar de conter vários significados, é geralmente definida como algo maleável. As substâncias utilizadas como matéria-prima na preparação de plásticos são obtidas principalmente do petróleo. Estima-se que entre 5% e 7% da produção mundial desse recurso seja destinada a produção desse material. Para produzir um quilo de plástico, são necessários dois quilos de petróleo (MALDONADO, 2012).

Na linguagem química, a palavra pode ser definida como o material cujo constituinte fundamental é um polímero, principalmente orgânico e sintético, sólido em sua condição final (como produto acabado) e que em alguma fase de sua produção foi transformado em fluido, adequado à moldagem por ação de calor e/ou pressão (PINHEIRO, PORTO e MENEZES, 2005).

O ambiente dos materiais feitos de plástico é bastante amplo e pode ser dividido em quatro grupos (MORAES et al., 2010).

- I. Termoplásticos: quando aquecido enfraquece as forças intermoleculares transformando-os em materiais flexíveis, podendo repetir-se este processo mais de uma vez. Alguns tipos de termoplásticos são: polietileno (PE), cloreto de polivinila (PVC), poliestireno (PS), poliamida e polipropileno (PP).
- II. Termofixos ou termorrígidos: por conta de seu processo de fabricação e moldagem, não podem ser amolecidos mais de uma vez, pois quando aquecidos queimam e se degradam. Um exemplo de termofixo é o poliéster.

III. Elastômeros: contém características elásticas o que permite que duplique ou até mesmo triplique o seu tamanho, o recuperando novamente quando se encerra a tensão. Um exemplo de elastômeros são os pneus.

IV. Polímeros naturais: são materiais como as proteínas, que derivam a base mecânica para grande parte dos animais e vegetais.

Segundo Parente (2006), a ausência de materiais como a madeira, o excesso de material plástico a baixo custo e o considerável consumo na produção de aço e cimento, incentivaram as pesquisas sobre as propriedades do plástico e seu uso em estruturas nas últimas décadas.

2.2 Histórico do Plástico

Os primeiros materiais utilizados como elementos estruturais, de proteção e na fabricação de instrumentos foram encontrados “prontos” na natureza, como pedras, madeiras, folhas de árvores etc. Foi através da observação de processos naturais que os seres humanos se inspiraram e, com algumas modificações, transformaram os materiais existentes, dando origem a materiais artificiais como cerâmica, vidro, papel, borracha, concreto etc.” (PIATTI; RODRIGUES, 2005)

A história do plástico começou com Alexander Parkes que, em 1862, descobriu um material orgânico derivado da celulose. Ele buscava um material substituto da borracha, matéria-prima utilizada em muitos produtos na época. A parkesina, como ficou conhecida, quando aquecida podia ser moldada e mantinha a mesma forma quando esfriava. (EDUKATU, 2014)

Segundo Guamá et al. (2008) o desenvolvimento do plástico começou a se intensificar na virada do século, onde cientistas começaram a desenvolver estudos sobre o material, o que desencadeou seu uso em larga escala na Segunda Guerra Mundial. A partir deste momento o plástico começou a entrar com vigor nas vidas e nas casas das pessoas. Essa mudança dos materiais tradicionais para os de substâncias sintéticas mudou a concepção da forma e da utilidade dos materiais que eram usados na época.

O mesmo autor salienta o fato de o plástico ter conquistado tamanho destaque na produção industrial por ser um material versátil, e simultaneamente possuir a qualidade de inúmeros outros materiais, desde a elasticidade de uma

borracha à rigidez de um metal. Além disso, a introdução do plástico no mercado mundial acarretou em novas demandas de produtos, como os descartáveis.

Um dos aspectos decisivos, responsáveis pela grande disseminação no uso do plástico, é o econômico, pois é possível confeccionar os mais diferentes artigos e objetos de plástico com custo reduzido, portanto mais acessíveis à população. (PIATTI; RODRIGUES, 2005)

De acordo com Araújo e Costa (2003), o rápido aumento da produção e do consumo dos materiais plásticos nos últimos 50 anos, mudou significativamente o tipo e a quantidade de lixo gerado. O uso exacerbado do descartável, utensílio principal característico da necessidade por praticidade nas sociedades modernas, tem cobrado um custo ambiental alto.

Conforme *The Institute of Science in Society* são consumidos 100 milhões de toneladas de plástico por ano no mundo, 38% só em embalagens, sendo que esse valor cresce cerca de 3 a 4% ao ano. Outro grande problema que surge com esse desenvolvimento tecnológico é o questionamento: o que fazer com o lixo plástico? (GUAMÁ et al., 2008)

2.3 Microplásticos

De acordo com a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional, dos EUA (NOAA) os microplásticos não são um tipo específico de plástico, mas sim qualquer tipo de fragmento plástico com menos de cinco milímetros de comprimento. Ao chegar à natureza, produtos como garrafas, embalagens e brinquedos que não foram descartados corretamente, passam por um processo de quebra mecânica realizada pela chuva, pelos ventos e pelas ondas do mar, que fazem com que os produtos se fragmentem nessas pequenas partículas (TRASEHD, 2012).

Segundo pesquisas realizadas nos últimos anos, existe seis vezes mais micro resíduos de plástico nos oceanos do que microrganismos marinhos que são base da cadeia alimentar marinha. As substâncias tóxicas que são liberadas pelo plástico podem acarretar na diminuição da reprodução animal e humana. (TRASEHD, 2012).

Um grupo de cientistas realizou estudos que constataram que o plástico não se decompõe apenas pela força das ondas e da luz solar. No laboratório, eles viram anfípodes da espécie *Orchestia gammarellus* – um crustáceo minúsculo e

parecido com camarão – devorando pedaços de saco plástico e definiram que eles conseguem cortar uma única sacola em nada menos que 1,75 milhão de fragmentos. (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2018).

Pesquisas já indicam alguns dos riscos à saúde relativos à poluição gerada pelo micro plástico. Uma pesquisa feita na Universidade de Osnabrück, na Alemanha, aponta que esse material tem a capacidade de absorver produtos tóxicos encontrados nos oceanos como pesticidas, metais pesados e outros tipos de poluentes orgânicos persistentes, o que faz com que os danos à saúde da biodiversidade sejam muito maiores.

Os plânctons e pequenos animais que se alimentam do plástico contaminado, ao serem comidos por peixes maiores, propagam a intoxicação. No fim da cadeia alimentar, quando o ser humano se alimenta desses peixes maiores, está ingerindo também o plástico e todos os poluentes que se acumularam ao longo da cadeia. Entre os problemas relacionados à intoxicação por poluentes orgânicos persistentes, estão diversos tipos de disfunções hormonais, imunológicas, neurológicas e reprodutivas (ECYCLE, 2019).

3. Metodologia

O presente trabalho é pautado em uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa. Quanto aos objetivos, classifica-se como pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos caracteriza-se como bibliográfica e de levantamento, utilizando o questionário como instrumento de coleta de dados.

O local de estudo e realização da pesquisa foram quatro Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) do Ceará, escolhidas por meio da relação de escolas da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 10 (CREDE 10 – Regional Russas) atribuindo o critério de viabilidade.

Este trabalho contou com a realização de palestras expositivas e interativas, em horários predeterminados junto à direção das escolas. Os encontros, de duração aproximada de 1 hora e 40 minutos, ocorreram nos auditórios das escolas, utilizando os recursos didáticos disponíveis nas escolas: projetor, caixas de som, microfones e notebook.

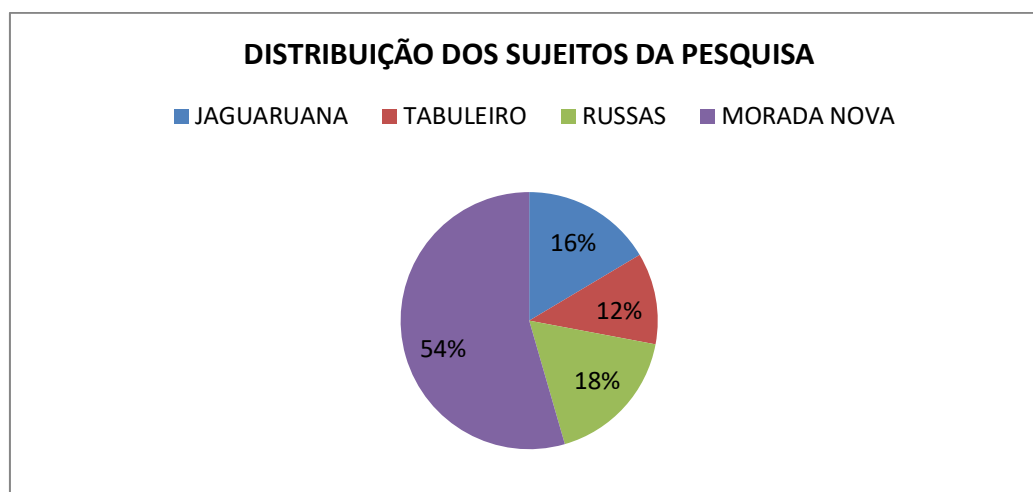
Antes do início das palestras os alunos participantes, totalizando 626 sujeitos, receberam um questionário fechado, composto por 10 questões, com a finalidade de desenvolver uma pesquisa quantitativa sobre a percepção dos alunos sobre a poluição plástica.

A análise dos dados foi fundamentada em um estudo interpretativo, portanto os pesquisadores efetuaram análises de forma a comparar com a literatura explanada.

4. Resultados e Discussões

A presente pesquisa aplicou questionário com 626 alunos do ensino médio de Escolas Estaduais de Educação profissional do estado do Ceará. A distribuição da quantidade de alunos que participaram da pesquisa em cada escola pode ser visualizada na figura abaixo.

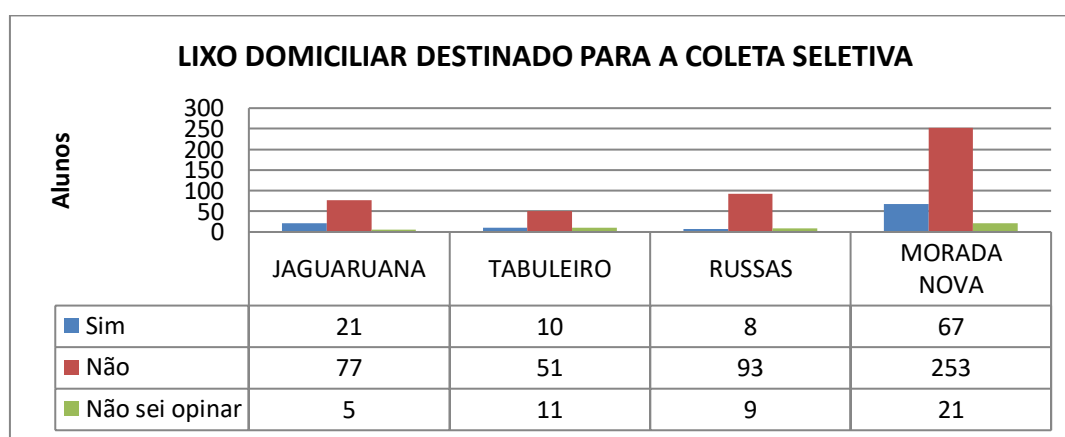
Figura 1: Distribuição dos sujeitos da pesquisa



A maior porcentagem de alunos (54%) está concentrada na cidade de Morada Nova, pois, na Escola Osmira Eduardo de Castro, todas as turmas, dos três anos do ensino médio, participaram da palestra, em turnos diferentes, enquanto nas demais cidades as escolas selecionaram algumas turmas específicas para participar do projeto.

Os alunos foram inicialmente questionados quanto a destinação do lixo domiciliar para a coleta coletiva, a figura abaixo mostra que a maioria das famílias não realiza a separação de lixo para a reciclagem, logo quase a totalidade dos resíduos familiares nessa região Jaguaribana fica concentrada em lixões.

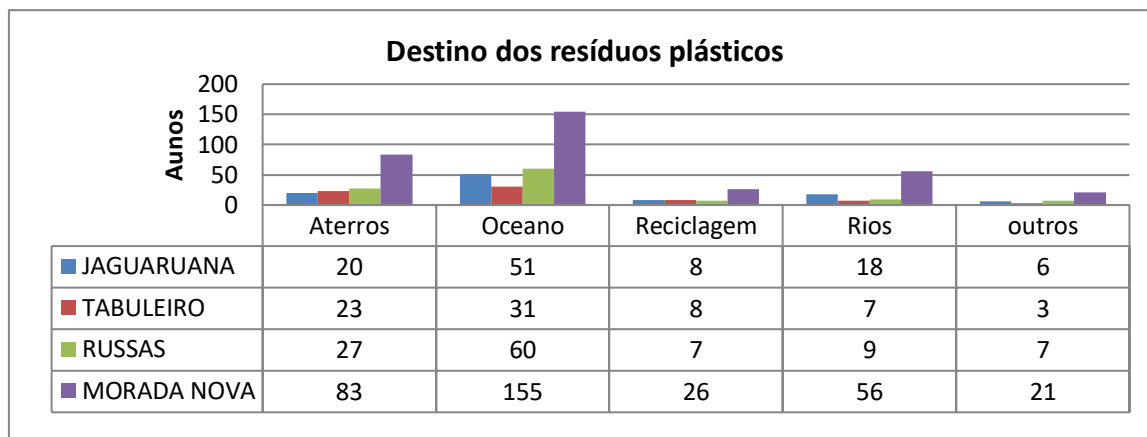
Figura 2: Lixo domiciliar destinado para a coleta seletiva.



A cidade de Morada Nova apresentou 67 famílias que destinam seus resíduos sólidos para a reciclagem, esse número expressivo se deve ao fato de a cidade possuir um programa de coleta seletiva bem estruturado, com pontos de coletas distribuídos por todos os bairros da cidade e com carro de coleta que passa semanalmente em todas as ruas. Este resultado mostra como as políticas públicas são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

Quando questionados sobre o maior destino dos resíduos plásticos a maioria dos alunos respondeu oceano e aterros.

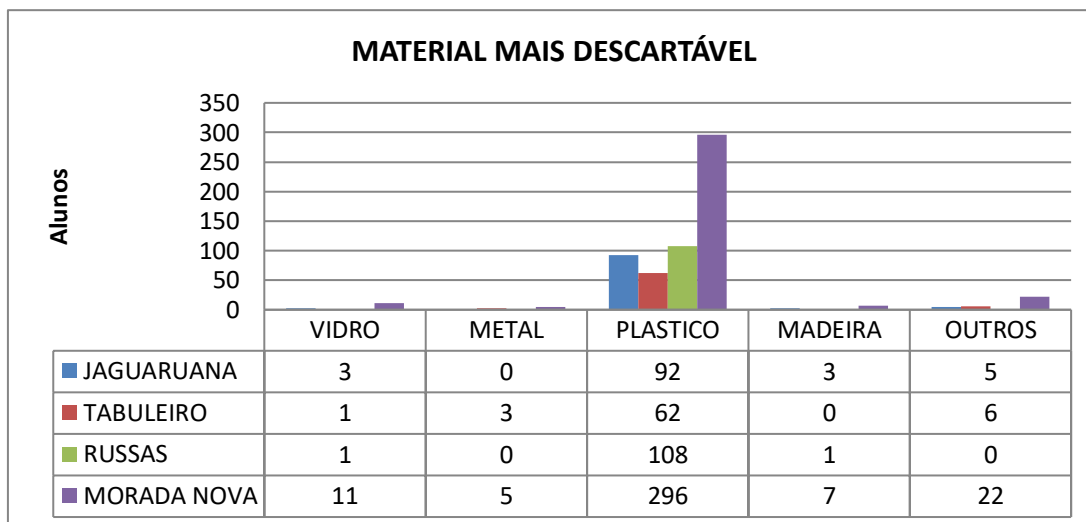
Figura 3: Destino dos resíduos plásticos



Mesmo que na região pesquisada a grande concentração de resíduos sólido esteja em aterros, num quadro global são os oceanos que recebem a maior parte desse lixo. Segundo a ONU (2018) cerca de 8 milhões de toneladas de lixo plástico são lançadas nos oceanos anualmente, É como se, a cada minuto, a carga de um caminhão de lixo cheio de plástico fosse despejada no mar. Cerca de 90% de todo o lixo flutuando nos oceanos é plástico e, até 2050, teremos mais plástico que peixes nos oceanos e 99% das aves marinhas terão ingerido o material.

Na tentativa de identificar a gravidade do problema, quanto a uso demasiado e irresponsável do plástico, os alunos foram questionados sobre qual material era mais utilizado em seu dia-a-dia, conforme figura.

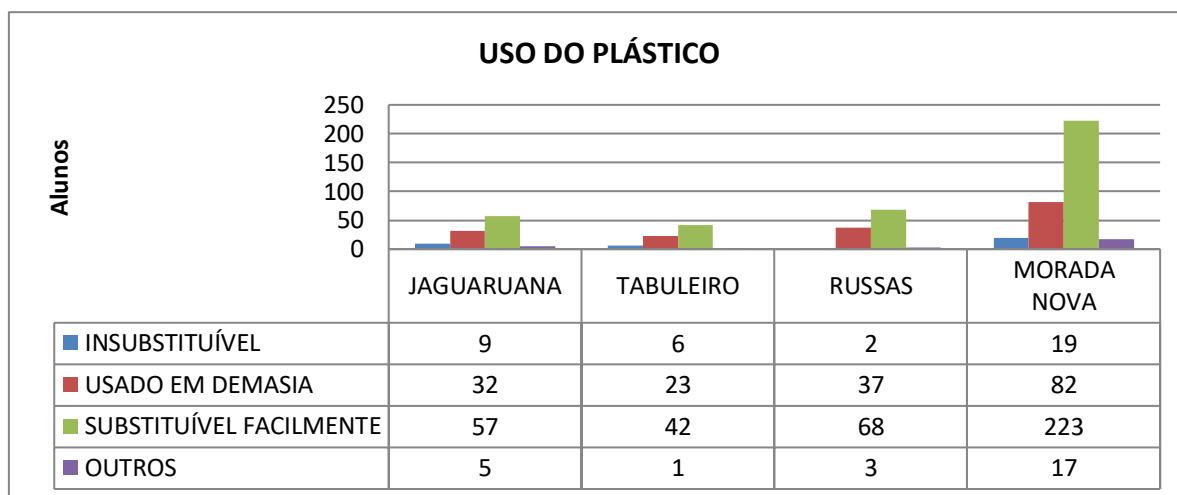
Figura 4: Material mais descartável



O gráfico mostra como em todas as cidades o plástico é o material mais utilizado no dia-a-dia das pessoas. Este dado regional é um reflexo do consumo nacional de plástico, segundo dados do Banco Mundial, o Brasil é o **quarto maior produtor de lixo plástico no mundo**, com 11,3 milhões de toneladas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Índia (WWF, 2019).

Grande parte dos alunos que participaram da pesquisa até acreditam que o plástico pode facilmente ser substituído por outros materiais. Contudo, a falta de informação sobre a gravidade do problema e a falta de alternativas viáveis disponibilizada pelo mercado, faz com que os números do plástico se tornem cada vez mais alarmantes.

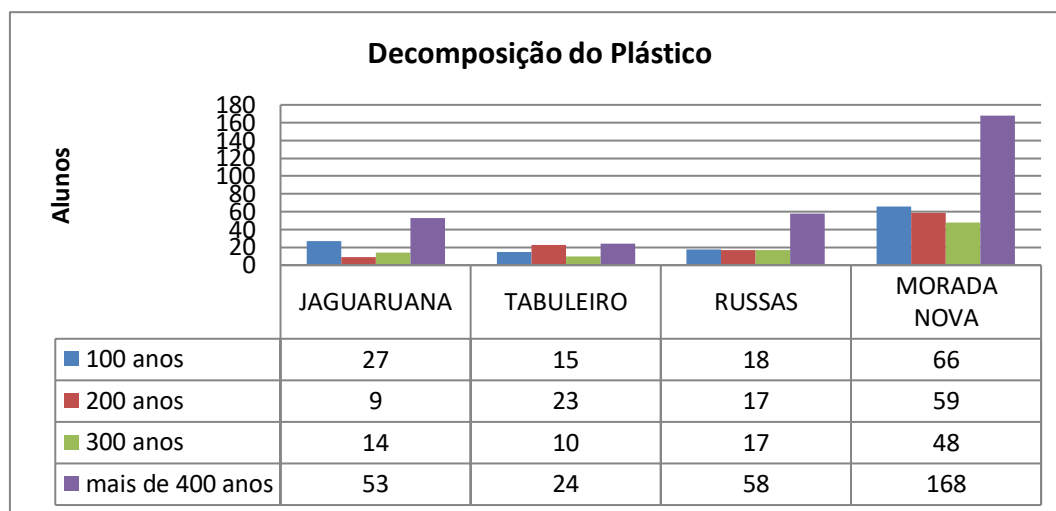
Figura 5: Uso do plástico



Um dos resultados que apontam para o desconhecimento da gravidade do problema é que muitos alunos desconhecem o tempo de decomposição do plástico. Ainda que a maioria saiba que o plástico leva mais de 400 anos para se decompor, um número representativo desconhece essa informação.

Esse dado matemático é indispensável para gerar reflexões do tipo: se o plástico demora mais de 400 anos para se decompor, porque enquanto sociedade cometemos a estupidez de utilizar de forma descartável algo tão duradouro? O copinho que usamos para beber água durante trinta segundos estará presente no meio ambiente até nossa quarta geração. Lembrando que mais de 40% do plástico produzido atualmente é usado somente uma única vez e jogado fora. (NATIONAL GEOGRAPHIC, 2018).

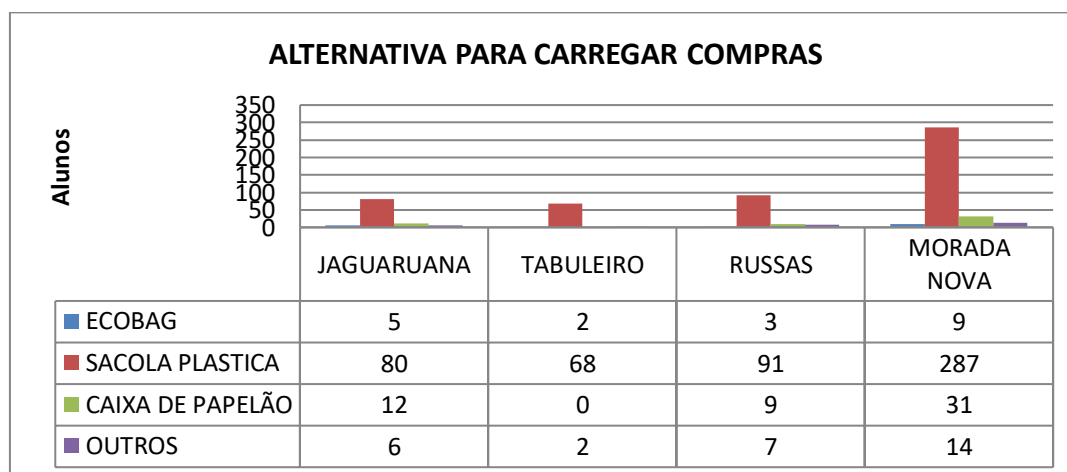
Figura 6: Decomposição do plástico



Somado ao problema do tempo de decomposição, o plástico, neste processo, transforma-se em micropartículas que são tóxicas e estão presentes no ar, na água e na cadeia alimentar por meio do consumo de animais marinhos.

Ainda analisando a gravidade do uso de plástico descartável, conforme figura abaixo, ao fazer compras, a maioria dos pesquisados utiliza sacolas plásticas para carregar seus produtos. Atualmente, consumimos cerca de 1,5 bilhão de sacolas plásticas por dia. E, em geral, as utilizamos somente uma vez, por alguns minutos (ONU, 2018).

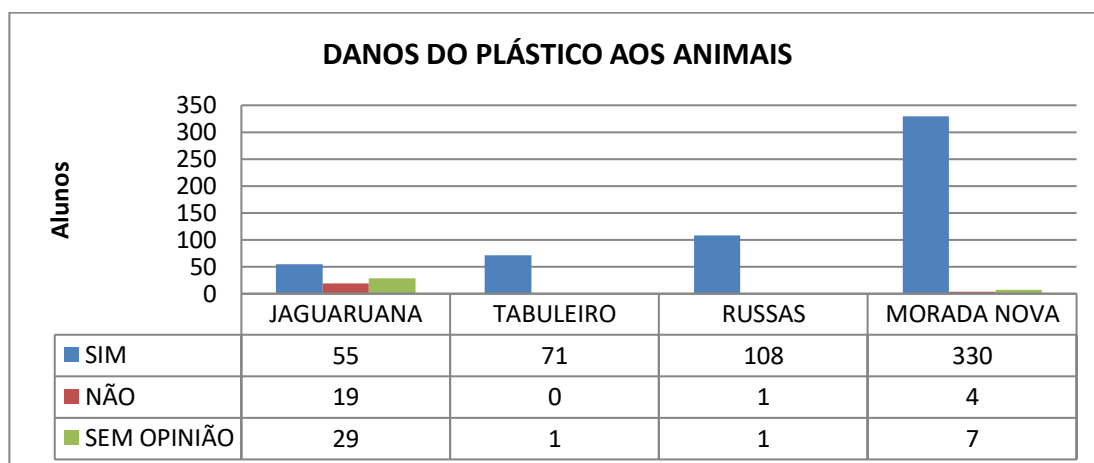
Figura 7: Alternativa para carregar compras.



Existe várias alternativas simples ao uso das sacolas plásticas, como sacolas reutilizáveis feitas de diversos materiais e caixas de papelão, por exemplo. Entretanto, percebe-se que o uso de sacolas plásticas foi naturalizado de tal forma, que alguns ambientes comerciais não sentem a necessidade de oferecer alternativas ao público consumidor.

Mesmo com os resultados que apontam para o uso irresponsável do plásticos, quase todos os alunos que participaram da entrevista estão cientes do danos que o plástico pode causar aos animais.

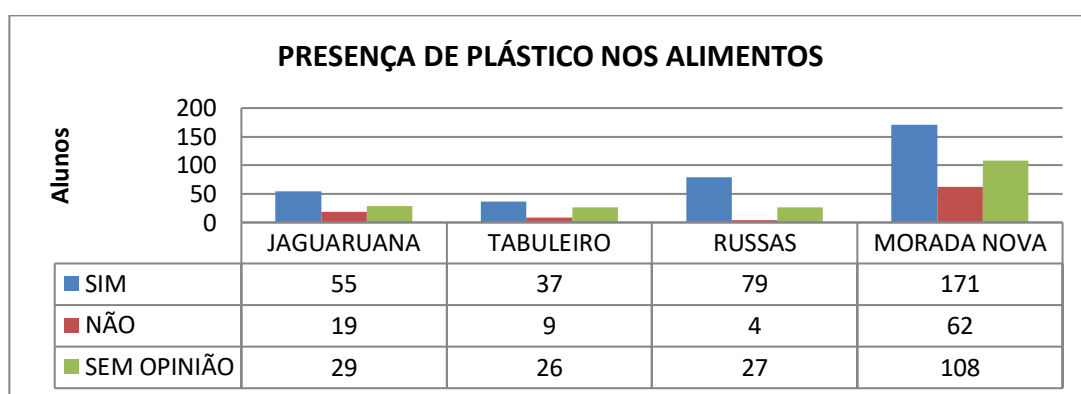
Figura 8: Danos do plástico aos animais



Estimativas dão conta de que 100 mil **animais marinhos** morrem todos os anos em decorrência da contaminação de **plástico** nos oceanos. Segundo pesquisa da Universidade de Queensland, na Austrália, mais da metade das tartarugas do mundo já ingeriram plástico (ANDA, 2018). Estes animais morrem por asfixia, contaminação e inanição.

Este trabalho também procurou investigar se as pessoas possuem consciência da presença do plástico nos alimentos e do risco que isso provoca a saúde.

Figura 9: Presença de plástico nos alimentos.

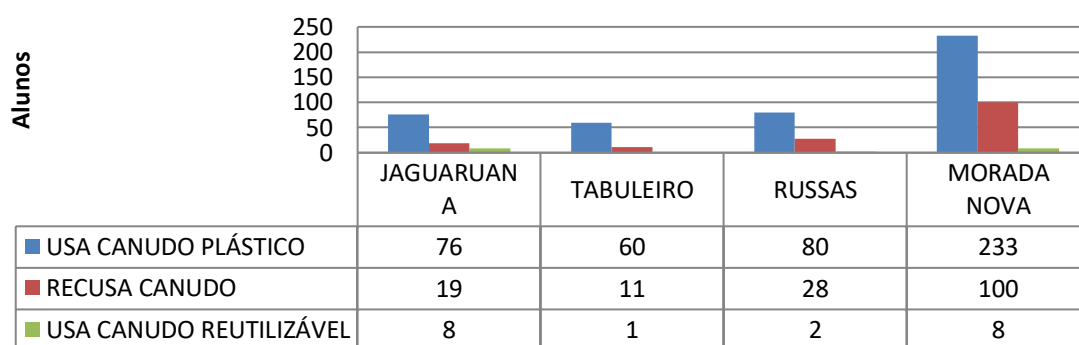


Grande parte dos entrevistados entende que o plástico tem a capacidade de entrar na cadeia alimentar. O mais alarmante é que, uma vez no ambiente, os microplásticos absorvem substâncias químicas perigosas e são ingeridos por organismos marinhos, penetrando em toda a cadeia alimentar, inclusive a terrestre.

Na tentativa de minimizar o problema, algumas políticas públicas tem caminhado para a proibição do uso de canudos plásticos no Brasil. No Ceará, a capital cearense e o polo turístico de Jericocoara já possuem projetos de leis que proíbem a venda e fornecimento de canudos plásticos em estabelecimentos. Quantos questionados sobre o uso de canudo plástico, a maioria dos sujeitos da pesquisa utiliza. Como mostra o gráfico abaixo:

Figura 10: Uso de canudo plástico

USO DE CANUDO PLÁSTICO

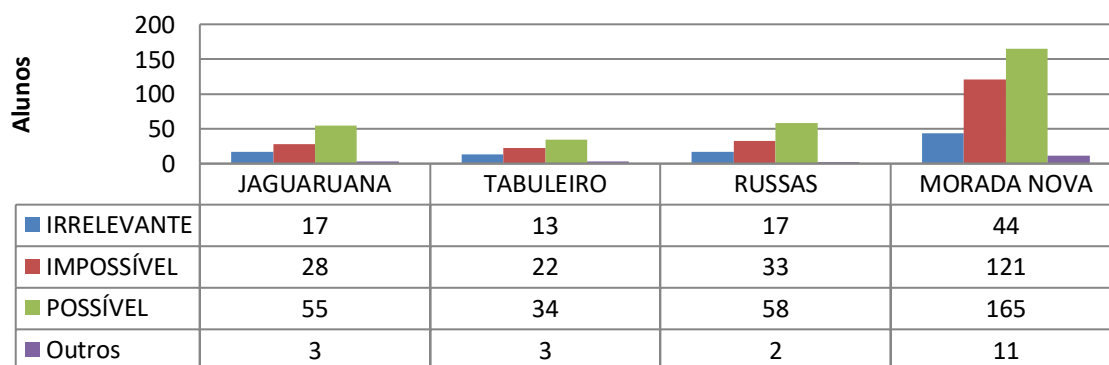


Atualmente, surgem no mercado várias alternativas ao uso de canudos plásticos, como canudos biodegradáveis, feitos de papel e de fibras de alimento, bem como canudos reutilizáveis feitos de aço inoxidável, vidro e bambu.

Mesmo com a grande dependência ao uso do plástico demonstrado nas demais respostas, a maioria dos pesquisados acredita que é possível um mundo sem plástico. Vale ressaltar que o plástico começou a ser produzido em larga escala na década de 60. Logo, um mundo sem plástico é uma realidade muito próxima de nós, nossos avós cresceram em uma realidade muito menos descartável.

Figura 11: Mundo sem plástico

Mundo sem Plástico



5. Conclusão

O presente trabalho conclui que o entendimento da comunidade sobre os impactos da poluição plástica ainda é muito precário, bem como as políticas públicas municipais, como a coleta de lixo reciclável. É notório ainda que por mais que o mercado disponibilize substitutos aos plásticos de uso único, é preciso que exista um trabalho de conscientização e educação para mudanças de hábitos.

Concluímos que o caminho para a sustentabilidade só é possível através de um processo de educação transformadora. O indivíduo que consegue entender que nossa existência é sistêmica, passa a ter mais responsabilidade pelo o que produz e consome.

Referências

ARAÚJO, Maria Christina B. de; COSTA, Mônica Ferreira da. Lixo no ambiente marinho. **Ciência Hoje**, Pernambuco, v. 32, n. 191, p.64-67, mar. 2003. Disponível em: <http://www.globalgarbage.org/lixo_no_ambiente_marinho.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ECYCLE (Comp.). **Microplástico**: Um dos principais poluentes dos oceanos. 2019. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/1267-microplastico.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

EDUKATU (Comp.). **Como surgiu o plástico?** 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2014/07/como-surgiu-o-plastico>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3ª ed.; São Paulo: Centauro, 2006

GEOGRAPHIC, National (Org.). **Plástico – Nós o criamos. Dependemos dele. Mas ele nos ameaça**. 2018. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/2018/05/lixo-plastico-planeta-poluicao-lixao-consumo>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GUAMÁ, Fernando Francisco Miranda Corrêa de et al. **LIXO PLÁSTICO - DE SUA PRODUÇÃO ATÉ A MADEIRA PLÁSTICA**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28., 2008, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://web-resol.org/textos/enegep2008_tn_sto_077_542_11394.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

LOPES, U. de M; TENÓRIO, R. M. **Educação como fundamento da sustentabilidade**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MALDONADO, Alejandra Téllez. **La complejidad de la problemática ambiental de los residuos plásticos: Una aproximación al análisis narrativo de política pública en Bogotá**. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de

Magister En Medio Ambiente y Desarrollo, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.bdigital.unal.edu.co/7080/1/905077.2012.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019

MORAES, Sandra Regina Pires de et al. **AVALIAÇÃO DE POLÍMEROS TERMOPLÁSTICOS RECICLÁVEIS COMO MATERIAIS COMPONENTES DE**

ONU, Organização das Nações Unidas. **Acabe com a Poluição Plástica**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/no-dia-do-meio-ambiente-onu-promove-atividades-para-combater-a-poluicao-plastica/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

PARENTE, Ricardo Alves. **ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE PLÁSTICO RECICLADO**. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Estruturas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016. Disponível em: <http://www.set.eesc.usp.br/static/media/producao/2006ME_RicardoAlvesParente.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PIATTI, Tânia Maria; RODRIGUES, Reinaldo Augusto Ferreira. **Plásticos : características, usos, produção e impactos ambientais**. Maceió : EDUFAL, 2005. 51p. : il. - (Conversando sobre ciências em Alagoas).

TELHAS E TIJOLOS. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 6, p.1-14, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2010c/avaliacao%20de%20polimeros.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TRASHED - Para Onde Vai Nosso Lixo. Direção de Candida Brady. Produção de Candida Brady, Titus Ogilvy. Estados Unidos: Candida Brady, Titus Ogilvy, 2012. (98 min.), DVD, son., color. Legendado.

Área Temática: Direitos Humanos

**DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO DENTRO DA ATUAL CONJUNTURA DOS CURSOS
DE DIREITO**

Antônia Alice Soares Araújo ¹

Denise dos Santos Vasconcelos Silva ²

Resumo

Nos últimos anos a discursão sobre o espaço que a mulher ocupa dentro da atual sociedade se intensificou de forma significativa, levantando à importância de trabalhar questões de gênero e de direitos humanos dentro dos programas pedagógicos dos cursos de Direito, como um meio de aumentar a discursão e a pesquisa, levantando problemáticas que possam ser expandidas para além das salas de aulas, em forma de programas de pesquisa e extensão, desenvolvendo desta forma um pensamento mais crítico e humanizado acerca das questões de gênero e da importância que a mulher tem para a sociedade. Desenvolver projetos dentro das Universidades que possam ser aplicados para além dos muros desta, é de suma importância, tendo em vista que todo trabalho social gera resultados positivos à longo prazo, que podem modificar um determinado grupo de pessoas, conscientizar a sociedade de que homens e mulheres são iguais em deveres e direitos, é um passo importante para conscientização da sociedade sobre gênero e aplicação dos direitos humanos.

¹ Graduada em Direito, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, aluna do curso de pós-graduação em Direito Criminal e Processo Penal, pela Faculdade Católica do Rio Grande do Norte alicearaujo1971@hotmail.com.

² Professora do curso de Direito, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Doutoranda em Direito, Universidade do Porto; Especialista e Mestre em Direito Constitucional, Universidade de Lisboa, denisevasconcelos_@hotmail.com.

Palavras-chaves: Direitos humanos, gênero, conscientização.

Abstract

In recent years, the discourse on the space that women occupy in today's society has intensified to a reduced extent, raising the importance of working on gender and human rights issues within the pedagogical programs of Law courses, as a means of increasing discourse and research, raising issues that can be expanded beyond the classroom, in the form of research and extension programs, thus developing a more critical and humanized thinking about gender issues and the importance that women have for society. Developing projects within Universities that identify themselves beyond its walls is of paramount importance, considering that all social work generates positive long-term results, which can modify a certain group of people, making society aware that men and women are equal in duties and rights, it is an important step towards raising society's awareness of gender and the application of human rights.

Key Words: Human rights, gender, awareness.

1. Introdução

No Brasil passamos a ter algumas mudanças significativas no ano de 2006, com a criação da Lei nº 11.340/2006, conhecida popularmente como “Lei Maria da Penha”, na qual se passou a punir os agressores de violência doméstica de forma mais severa, ganhado amplitude no meio jurídico.

Uma Lei desta magnitude, ocasionou uma série de debates sobre a temática da violência doméstica e principalmente da questão de gênero, passando a ser tema mais trabalhado nos cenários sociais, políticos e acadêmicos por todo o país, como uma forma de se criar novos paradigmas de responsabilidade social, cultural e de igualdade, o que se faz mais do que necessário tendo em vista que a nossa Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), não faz qualquer distinção de gênero.

A busca por igualdade é constante em nossa sociedade. Nos últimos anos, o debate sobre o espaço da mulher dentro do cenário jurídico e acadêmico tem se intensificado, demonstrando cenários de desigualdade dentro de espaços que teoricamente não deveriam existir distinções, por estarem todos no mesmo patamar de oportunidades.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver o debate acerca do espaço da mulher dentro do meio social, jurídico e principalmente acadêmico, buscando compreender como a mulher é vista nos referidos cenários e qual a posição que ela ocupa em ambientes que por natureza se caracterizam como masculinos.

2. Referencial Teórico

Direitos humanos são direitos, paradigmas e referenciais éticos consagrados nos tratados internacionais e orientam a ordem internacional contemporânea.³

O direito à igualdade tem como características, a universalidade, indivisibilidade e Interdependência, estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. O desenvolvimento de um direito humano facilita o desenvolvimento de outros direitos e a carência de um direito também afeta os outros.⁴

Os direitos humanos são um complexo integral, único e indivisível. Para a garantia efetiva dos direitos humanos, faz-se necessário que tantos os direitos civis e políticos como os direitos sociais sejam acessíveis a todos os seres humanos.⁵

Os direitos sociais são aqueles relacionados à proteção dos indivíduos economicamente enfraquecidos, e têm por finalidade equilíbrio social, o bem comum, prevalecendo, para o direito social, o interesse coletivo sobre o interesse privado.⁶

Nas últimas décadas, os direitos humanos e, mais especificamente, os direitos sociais, passaram a ser alvo de reivindicações relacionadas às demandas de reconhecimento. São reivindicações que, em geral, reclamam a remoção de barreiras legais, econômicas e sociais que os impeçam ou limitem sua participação ou

³ THOME, Candy Florencio. O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 55, n. 85, p. 137-168, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/74743>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

acesso a esferas sociais tais como representação política, educação ou emprego. Essas demandas têm surgido, principalmente, por parte dos movimentos de mulheres, negros, povos indígenas, homossexuais dentre outras minorias.

No âmbito específico de gênero, as organizações internacionais e suas normas passaram a se ocupar dos problemas da discriminação em razão de gênero, consagrando o princípio da igualdade de gênero em vários tratados e convenções internacionais.

A ONU produziu diversas normas sobre o direito à igualdade de gênero, podendo ser citadas as seguintes: a Convenção para a supressão do tráfico de pessoas e a exploração da prostituição de outros, de 1949, a Convenção dos direitos políticos das mulheres, a Convenção sobre a nacionalidade das mulheres casadas de 1957, a Convenção da UNESCO contra a discriminação na educação, que consagra a igualdade na oportunidade de educação para homens e mulheres, a Convenção da ONU sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW), de 1979, e a Declaração da ONU, de 1993, para a eliminação da violência contra as mulheres.⁷

A OIT também tem uma série de normas específicas para o trabalho das mulheres. Suas normas principais são, a Convenção n. 100, sobre igualdade de remuneração, a Convenção n. 111, sobre a discriminação no emprego e ocupação, a Convenção n. 156, sobre os trabalhadores com responsabilidades familiares e a Convenção n. 183, sobre a proteção da maternidade.⁸

Quanto ao ordenamento jurídico nacional brasileiro, O princípio da igualdade está previsto, na Constituição Federal brasileira de 1988. O art. 5º afirma que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza afirmando que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (inciso I). Em seu art. 7º, a Carta Magna prevê o direito à proteção do mercado de trabalho da

⁷ THOME, Candy Florencio. O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 55, n. 85, p. 137-168, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/74743>. Acesso em: 28 ago.

⁸ Idem.

mulher (inciso XX), e o direito à proibição de qualquer discriminação quanto ao salário, exercício de funções e critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (inciso XXX).

Ainda que a presença de direitos sociais seja necessária para o alcance da igualdade de gênero, sua mera presença não é suficiente, trazendo apenas uma igualdade formal, sem os efeitos de uma igualdade material.

Conforme a juíza do Trabalho Candy Florencio Thome:

“O problema da igualdade de gênero encontra-se nas formas de distribuição do poder, que se materializam nos meios de chegar-se aos recursos materiais, econômicos e até mesmo culturais. Por conseguinte, a maior inserção das mulheres no poder se decisão, por meio de sua participação nas estruturas de poder, acarretaria, possivelmente, um novo posicionamento, tornando-se as mulheres sujeitos capazes de se posicionar de maneira diferente e de se redefinir”.⁹

É função do Estado promover e garantir os direitos fundamentais, e é nesse aspecto que o ativismo do Judiciário ganha existência e força de atuação, constituindo um meio de garantir os princípios da Carta Magna. Assim pondera Konrad Hesse:

“A força que constitui a essência e a eficácia da Constituição reside na natureza das coisas, impulsionando-a, conduzindo-a e transformando-se, assim, em força ativa. Como demonstrado, daí decorrem os seus limites. Daí resultam também os pressupostos que permitem à Constituição desenvolver de forma ótima a sua força normativa. Esses pressupostos referem-se tanto ao conteúdo da Constituição quanto à práxis constitucional”.¹⁰

Considerando que o Judiciário constitui um dos Poderes do Estado, também cabe a ele dar uma resposta e atender aos anseios da população da melhor maneira. Isso inclui, principalmente, fazer valer a eficácia dos direitos fundamentais, não apenas na mera previsão no corpo legislativo.

⁹ THOME, Candy Florencio. O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores. São Paulo: LTr, 2012. p. 168

¹⁰ HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 1991. p. 20.

A discussão de gênero possui certa ligação com os direitos humanos e a dignidade da mulher. Dessa forma, mostra-se de extrema importância compreender a necessidade de respeito ao próximo e as suas diferenças, principalmente em ambientes acadêmicos.

É fato que a discussão sobre Direitos Humanos é recente, sendo facilmente compreendida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, da Organizações das Nações Unidas (ONU), marcando um período de mudanças significativas de alcance mundial.¹¹

É de suma importância destacar a referida Declaração como sendo um dos principais documentos de igualdade entre os seres humanos. Tal declaração provocou mudanças no conceito de cidadania, igualdade, democracia, além de promover significativas mudanças no cenário político, social, econômico e educacional de vários países, inclusive o do Brasil.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, é trabalhada na grade curricular dos cursos de Direito, por exemplo, na disciplina de Direitos Humanos e Direito Internacional Público, como símbolo de modelo adequado a sociedade atual, sendo um desafio a sua implementação por completo dentro das faculdades, que na maioria das vezes oferta tais disciplinas na modalidade optativa.

“Os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução”¹². Ou seja, os Direitos Humanos devem se adequar aos anseios da sociedade, sendo essencial o seu reconhecimento por completo, para alcançar resultados positivos na sua aplicação.

A história das mulheres, foi escrita dentro de um contexto patriarcal que predominou em nosso País por muitos anos, subsistindo ainda nos dias atuais resquícios de uma história contada pelos homens, com um

¹¹ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris** de 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹² ARENDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

olhar voltado para submissão da mulher perante a figura masculina, tornando lento o procedimento de reconhecimento das relações de gênero com uma linha de igualdade.

“O reconhecimento dos direitos humanos a todas as pessoas é um marco recente na história da humanidade, sendo ainda mais recente a busca da implementação dos direitos humanos das mulheres. Cabe salientar que a história das mulheres foi escrita a partir de uma perspectiva masculina.”¹³

Com o crescimento da pesquisa no ensino jurídico nos últimos anos, mostrou-se relevante para o campo acadêmico discutir questões de gênero dentro do Curso de Direito, principalmente em questões práticas do cotidiano da vida dos profissionais da área jurídica. Ou seja, é essencial que esses profissionais tenham um ensino jurídico adequado dentro da academia, de forma, que possa atuar dentro dos padrões esperados.

Historicamente os homens sempre ficaram em uma situação hierárquica perante a figura feminina, que nos grandes momentos da história, estavam subordinadas a figura do homem e isso não é diferente dentro das salas de aula.

Ademais, para enfrentar o tema da desigualdade de gênero dentro das universidades nos cursos de Direito, é indispensável que exista uma tematização desse assunto dentro das salas de aula, de forma, que seja discutido e trabalhado, por toda a comunidade acadêmica, criando uma rede de combate à desigualdade e de esclarecimentos sobre a real condição da mulher.

¹³ ZANATTA, M. Â.; FARIA, J. P.. Direitos humanos e relações de gênero e poder. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018, Rio Grande. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.** Rio Grande: Editora da FURG, 2018. v. 1. p. 01-09

Nesse sentido, o art. 2º, § 4º da Resolução CNE/CES n.º 5/2018 nos diz que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito deve trabalhar as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como políticas de educação em gênero e educação em direitos humanos¹⁴.

Além dos assuntos a serem trabalhados, os ambientes acadêmicos também devem ser propícios ao desenvolvimento do espaço da mulher dentro do cenário acadêmico, também é um ponto importante para a propositura de novos paradigmas, transformando uma cultura patriarcal em uma cultura de tolerância e respeito pela figura feminina, reconhecendo o espaço e a importância que esta tem dentro da sociedade.

Um dos pontos mais relevantes, talvez seja a desconstrução da figura feminina como um ser fraco fisicamente e limitado mentalmente, pelo fato de ser mulher. São pensamentos como esses que devem ser combatidos e abolidos da nossa sociedade, pois o gênero não deve determinar a capacidade do ser humano, nem limitá-lo a determinadas funções.

O Estado em sua função regula a atuação dos indivíduos em sociedade, criando políticas públicas que visem apaziguar a sociedade em sua complexidade de pensamentos, de uma forma que exista um equilíbrio entre os indivíduos, porém, essa regulamentação parte de um profissional do direito, o que demonstra a importância de um ensino jurídico de qualidade e dentro de parâmetros mínimos de tolerância e de respeito.

O papel das universidades é desenvolver em seus alunos, um pensamento crítico, uma comunidade acadêmica preocupada com os problemas sociais, em que se combate a discriminação de qualquer tipo seja de cor, raça, gênero, idade e classe social. É este um dos grandes papéis das universidades, formar pessoas aptas a atuarem e conviverem em sociedade equilibradamente.

Não tem como pensar em um curso de Direito sem discutir tais temáticas, trabalhar essas questões na forma de pesquisa, extensão, instigar os discentes a assumirem um papel importante dentro da graduação,

¹⁴ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 ago. 2019.

capaz de combater a discriminação, haja vista que a própria educação tem início a partir da ideia de igual respeito para todos os seres humanos e da igualdade de acesso de todos a uma gama de oportunidades humanas centrais.

A discussão sobre o ensino jurídico e o tipo de profissional que está sendo formado nos Cursos de Direito é uma preocupação antiga, desde da década de 80, FARIA já discutia tal temática, com um olhar crítico e construtivo, ao mencionar que:

“Se, a partir de uma reflexão mais cuidadosa em torno do tipo de direito ensinado nas escolas jurídicas do país, formos capazes de discutir – sem preconceitos ideológicos e suspeições recíprocas – a função social do jurista, o caráter instrumental da dogmática jurídica e as influências ideológicas na formação do conhecimento jurídico”.¹⁵

Em meio a uma diversidade grande de cursos de Direito, poucos trabalham na sua grade curricular o conceito e a importância de gênero para a sociedade como um todo e em especial acadêmica, pois, é o futuro da ciência jurídica que está sendo formado dentro das salas de aula das Universidades.

Discutir o conceito gênero e a sua importância acadêmica, é papel dos cursos de Direito, como formadores de uma consciência jurídica e de profissionais que atuarão em demandas relacionadas ao referido tema.

Como mencionado anteriormente, a Resolução CNE/CES n.º 5/2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, determinou em seu art. 2º, o que deve conter dentro do PPC, ou seja, desenvolvendo um plano mínimo a ser seguido, em seu §4º, trabalhando inclusive o ensino de direitos humanos e de gênero, além de outros, conforme redação:

¹⁵ FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 21, Nov. 1986. Apud NEDER CERZETTI, Sheila Christina *et al.* **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019. 127 p

“Art. 2º No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deverão constar: (...) § 4º O PPC deve prever ainda as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.”¹⁶

A referida Resolução, faz menção a um curso que trabalhe vários temas que garantam aos estudantes em geral um aprofundamento e conhecimento de várias temáticas relevantes, em especial a preocupação de trabalhar o espaço da mulher dentro da grade curricular.

Nos últimos anos se discutiu muito o espaço da mulher na sociedade, consequentemente o papel dela no meio jurídico, que vem ganhando espaço seja na advocacia, na magistratura, na docência, na sala de aula como aluna, vem conquistando espaços, que antes eram praticamente impossíveis pela sua condição de mulher.

A mudança dentro dos cursos de Direito é fundamental, principalmente pelas mudanças legislativas e sociais que a nossa sociedade vem passando ao longo dos anos.

Nesse sentido, a Lei nº 11.340/2006, no art. 8, II, IX, prevê o desenvolvimento de pesquisas e estudos dentro da temática de gênero, ressaltando a importância de inserir o estudo de gênero dentro de um contexto de direitos humanos em todos os níveis de educação do nosso País.

“Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: (...) II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica

¹⁶ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 ago. 2019.

dos resultados das medidas adotadas; (...) IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.”¹⁷

Os programas de ensino das faculdades de Direito, tem como base de sua estrutura conteúdos relacionados aos direitos constitucionais e humanos, gerando desta maneira um ambiente adequado de desenvolver pesquisa de gênero, pois são interligados os assuntos.

Constitucionalmente não existe diferença ou extinção pela qualidade de gênero entre a sociedade brasileira, direitos e garantias são dados a todos no mesmo patamar de igualdade, não é racional existir essa diferença dentro dos cursos de Direito, pois o gênero não define a capacidade intelectual das pessoas.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho foi necessário, inicialmente, um aprofundamento teórico, com a devida revisão e atualização bibliográfica e o consequente estabelecimento de um diálogo crítico com as diversas correntes doutrinárias que tratam da temática trabalhada.

A pesquisa utilizará o método hipotético-dedutivo, partindo-se do âmbito de uma determinada hipótese com conjecturas para se chegar a uma determinada conclusão, assim explicado por MEZZAROBBA (2009, p.6).

4. Resultados e Discussões

¹⁷BRASIL. Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

Em meio a uma diversidade grande de cursos de Direito, poucos trabalham na sua grade curricular o conceito e a importância de gênero para a sociedade como um todo e em especial acadêmica, pois, é o futuro da ciência jurídica que está sendo formado dentro das salas de aula das Universidades.

Discutir o conceito gênero e a sua importância acadêmica, é papel dos cursos de Direito, como formadores de uma consciência jurídica e de profissionais que atuarão em demandas relacionadas ao referido tema.

Como mencionado anteriormente, a Resolução CNE/CES n.º 5/2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, determinou em seu art. 2º, o que deve conter dentro do PPC, ou seja, desenvolvendo um plano mínimo a ser seguido, em seu §4º, trabalhando inclusive o ensino de direitos humanos e de gênero, além de outros, conforme redação:

“Art. 2º No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deverão constar: (...) § 4º O PPC deve prever ainda as formas de tratamento transversal dos conteúdos exigidos em diretrizes nacionais específicas, tais como as políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, entre outras.”¹⁸

A referida Resolução faz menção a um curso que trabalhe vários temas que garantam aos estudantes em geral um aprofundamento e conhecimento de várias temáticas relevantes, em especial a preocupação de trabalhar o espaço da mulher dentro da grade curricular.

Nos últimos anos se discutiu muito o espaço da mulher na sociedade, consequentemente o papel dela no meio jurídico, que vem ganhando espaço seja na advocacia, na magistratura, na docência, na sala de aula

¹⁸ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 ago. 2019.

como aluna, vem conquistando espaços, que antes eram praticamente impossíveis pela sua condição de mulher.

A mudança dentro dos cursos de Direito é fundamental, principalmente pelas mudanças legislativas e sociais que a nossa sociedade vem passando ao longo dos anos.

Nesse sentido, a Lei nº 11.340/2006, no art. 8, II, IX, prevê o desenvolvimento de pesquisas e estudos dentro da temática de gênero, ressaltando a importância de inserir o estudo de gênero dentro de um contexto de direitos humanos em todos os níveis de educação do nosso País.

“Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: (...) II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas; (...) IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.”¹⁹

Os programas de ensino das faculdades de Direito, tem como base de sua estrutura conteúdos relacionados aos direitos constitucionais e humanos, gerando desta maneira um ambiente adequado de desenvolver pesquisa de gênero, pois são interligados os assuntos.

¹⁹BRASIL. Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

Constitucionalmente não existe diferença ou extinção pela qualidade de gênero entre a sociedade brasileira, direitos e garantias são dados a todos no mesmo patamar de igualdade, não é racional existir essa diferença dentro dos cursos de Direito, pois o gênero não define a capacidade intelectual das pessoas.

5. Conclusão

A construção do pensamento crítico jurídico e social sobre gênero, ultrapassa segmentos simples da nossa sociedade, para pontos de relevância não só social, jurídica como também política, é uma construção de valores diários que devem ser trabalhados para gerarem resultados positivos em um futuro próximo.

Sendo assim, é de grande relevância trabalhar a questão de gênero dentro dos cursos de Direito das universidades brasileiras, desconstruindo um cenário desigual e ultrapassado de pensar a figura feminina dentro do contexto acadêmico.

Além disso, deve-se trabalhar e preparar os docentes em geral, de modo que sejam capazes de desenvolver a discussão de gênero enfatizando a importância da presença de mulheres dentro dos espaços acadêmicos, demonstrando que a questão de gênero não interfere na capacidade de ser um profissional de sucesso.

Por fim, ter uma sociedade que busca igualdade em todos os níveis, significa uma sociedade avançada, que cresce e se desenvolve com as mudanças sociais, isso é um passo importante dentro de um cenário em que a mulher é vista como peça dispensável em algumas decisões. Desconstruir os paradigmas atuais e reconstruir novos que respeitam questões de gênero é de suma importância para a criação de uma sociedade tolerante e igualitária.

Referências

ARENDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 26 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 ago. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 ago. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações**

Unidas em Paris de 10 dez. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FARIA, José Eduardo. **A reforma do ensino jurídico.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 21, Nov. 1986.

NEDER CEREZETTI, Sheila Christina *et al.* **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?.** São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019. 127 p.

NUSSBAUM, Martha C - Educação para o lucro, educação para a liberdade. **Revista Redescrições.** Ano 1. Num. 1. 2009 Disponível em <http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/01/5Nussbaum.pdf>. Acesso em 27 ago. 2019.

SANTOS, Claudia; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Direitos humanos das mulheres: uma análise sobre as recomendações do Comitê CEDAW/ONU ao Estado brasileiro. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, p. 152-182, 2017.

SIQUEIRA, D., & Samparo, A. J. (2017). OS DIREITOS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO À LUTA PELA IGUALDADE. **Revista Direito Em Debate**, 26(48), 287-325. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.48.287-325>. Acesso em: 28 ago. 2019.

THOME, Candy Florencio. O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG**, v. 55, n. 85, p. 137-168, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12178/74743>. Acesso em: 28 ago. 2019.

THOME, Candy Florencio. **O princípio da igualdade de gênero e a participação das mulheres nas organizações sindicais de trabalhadores.** São Paulo: LTr, 2012. p. 168.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



ZANATTA, M. Â.; FARIA, J. P.. Direitos humanos e relações de gênero e poder. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade, 2018, Rio Grande. **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.** Rio Grande: Editora da FURG, 2018. v. 1. p. 01-09

Área Temática: Gestão Ambiental

**GESTÃO PARTICIPATIVA NO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO
EM CONDADO-PB**

Antônio Augusto Martins dos Santos¹

Talita Linhares Soares²

Lucas Andrade de Moraes³

Eunice Ferreira Carvalho⁴

Cícero Otávio de Lima Paiva⁵

Resumo

Cada vez mais é necessário à participação da sociedade civil na tomada de decisões junto ao poder público, principalmente no que diz respeito às questões ambientais. Nesta perspectiva este estudo teve como objetivo

¹ Graduando(a) do Curso de Administração da UEPB- Campus VII

² Graduando(a) do Curso de Administração da UEPB- Campus VII

³ Docente Me. do Curso de Administração da UEPB- Campus VII

⁴ Docente Me. do Curso de Administração da UEPB- Campus VII

⁵ Mestre em Ensino (PPGE/UERN). Especialista em Gestão Ambiental (UFCG)

identificar a participação na estruturação do Sistema Municipal de Meio Ambiente do Município de Condado-PB. Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa, quanto a sua natureza a pesquisa denomina-se como descritiva e para instrumento de estudo utilizou-se a pesquisa documental. O estudo foi realizado no Município de Condado na Mesorregião do Sertão Paraibano, onde foram analisados os instrumentos de participação presentes no Município. Identificaram-se instrumentos e órgãos de grande relevância instituídos formalmente, no entanto percebeu-se o desconhecimento de tais políticas por parte da população e a não valorização e atuação desses instrumentos no que se refere à gestão local.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Legislação. Participação. SISMUMA.

Abstract

It is increasingly necessary for society to participate in decision-making with the government, especially with regard to environmental issues. In this perspective, this study aimed to identify the participation in the structuring of the Municipal Environment System of the Municipality of Condado-PB. For this, the qualitative approach was adopted, as its nature the research is called as descriptive and for the study instrument documentary research was used. The study was carried out in the County Municipality in the Mesoregion of Sertão Paraibano, where the instruments of participation present in the Municipality were analyzed. Instruments and bodies of great relevance formally instituted were identified, however, it was noticed the lack of knowledge of such policies by the population and the lack of appreciation and performance of these instruments with regard to local management.

Keywords: Environmental Management. Legislation. Participation. SISMUMA.

1. Introdução

A Gestão Ambiental tem ganhado destaque no governo a nível municipal, especialmente após a instituição da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) no ano de 1981 e a promulgação da Constituição Federal de 1988. (CARVALHO, et al, 2005).

Esses dois marcos normativos inseriram o meio ambiente como pauta de proteção e promoção, criando instrumentos que habilitaram a participação de diversos atores nas gestões ambientais nos três níveis de esferas do Poder Público. Em nível de estruturação da gestão ambiental local o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMUMA) se constitui como o conjunto de órgãos municipais que tem por função a preservação do meio ambiente, e o uso consciente dos recursos naturais, garantindo o desenvolvimento local e a sustentabilidade da localidade.

Alguns mecanismos contribuem para a ação do SISMUMA como as políticas públicas do município, e a participação social, assim como a atividade de entidades deliberativas como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (ÁVILA; MALHEIROS, 2012). Tendo em vista que a questão ambiental é uma discussão recorrente no âmbito acadêmico, político e social, cabe a gestão pública municipal estabelecer instrumentos legais, e espaços para a atuação da população, em assuntos que dizem respeito a realidade ambiental local.

Nunes Jr. & Fernandes (2012, p. 48), apontam que “para que haja uma efetiva gestão ambiental no âmbito municipal é necessária a participação da sociedade nos processos de gestão”. Portanto este trabalho tem como objetivo identificar a gestão participativa na estruturação do sistema municipal de meio ambiente do município de Condado, localizado no sertão paraibano.

2. Referencial Teórico

A Constituição Federal de 1988 inaugura um novo cenário na política brasileira, findo o período ditatorial, inicia-se o período de redemocratização, momento em que não somente o voto é a única forma de

atuação da população, mas também a participação em conselhos e nas diversas esferas da gestão pública surgem para democratizar as instituições e decisões referentes a setores da administração pública no país.

Na Constituição Federal de 1988 encontram-se claros sinais da luta pela democratização da gestão pública, quando nela se garantiu, por exemplo, o princípio da gestão descentralizada e participativa. Nos artigos 204 e 227, a Carta Constitucional assegura a participação da população, por meio de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis da gestão administrativa (municipal, estadual e federal). (ROCHA, 2009, p.43).

A maior participação popular é um fator positivo, uma vez que legitima a população participar ativamente de temas que lhes dizem respeito especialmente em relação a gestão ambiental municipal. A Constituição Federal institui em seu artigo 225 que todos tem direito ao meio ambiente equilibrado, e cabe ao poder público e sociedade defendê-lo. Para tanto existem meios que irão auxiliar esses atores no desenvolvimento e na melhoria do meio ambiente na localidade.

Com a promulgação da Lei nº 6.938 foi instituída a Política Nacional de Meio ambiente (PNMA), no ano de 1981, o meio ambiente passou a ser pauta de promoção e discussão em diversas esferas do poder público desde o âmbito federal até o âmbito municipal. A partir desta lei, especificamente em seu artigo 6º são elencados os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios que serão responsáveis pelo tratamento das questões ambientais e que constituirão o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981).

Ainda no artigo 6º da citada lei estão delimitados alguns órgãos que fazem parte do SISNAMA e suas finalidades, são eles o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), o IBAMA, e o Instituto Chico Mendes. Por fim está estabelecida a atuação dos estados e municípios que também irão participar dos processos, programas e políticas referentes ao meio ambiente em seus respectivos campos de atuação e dentro

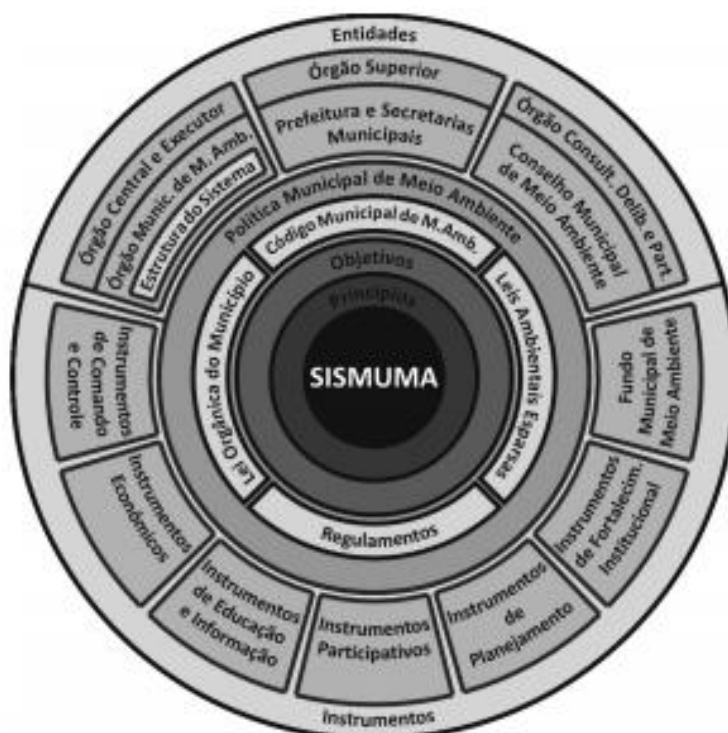
de suas competências. (BRASIL, 1981), tais órgãos possuem caráter articulador, informativo, fiscalizador, consultivo, formador dentre outros (NOVICKI; SOUZA, 2010)

Com a possibilidade de desenvolvimento de ações na esfera estadual, e principalmente na esfera municipal, o poder de discussão e decisão estão mais próximos da população que pode participar de tal processo de desenvolvimento, a partir de organismos e entidades de participação da sociedade.

A criação de organismos de participação popular nas políticas públicas foi um meio encontrado para melhorar a qualidade dos serviços e das políticas públicas e permitir que representações sociais tivessem acesso ao governo, dando início ao processo de maior interação entre o governo e as representações sociais, compartilhando a responsabilidade por tomadas de decisões sobre alguns problemas públicos. (PINTO et al, 2018, p,627).

Dentre os organismos e entidades que podem facilitar a participação popular, no tratamento das questões ambientais a nível municipal, cabe salientar a atuação do Sistema Municipal de meio ambiente (SISMUMA).

Figura 1: Estruturação do SISMUMA



Fonte: Ávila & Malheiros, 2012

Como aponta a Figura 1 o SISMUMA é constituído por um conjunto de órgãos, políticas e instrumentos estes de diferentes naturezas. De forma conjunta e integrada governo e sociedade devem trabalhar para que estes órgãos desempenhem suas devidas atribuições, para garantir a proteção do meio ambiente, assim como o desenvolvimento sustentável do município.

Em que pese exista uma gama de órgãos que compõe o SISMUMA destaca-se que os mesmos trabalham de forma integrada e multidisciplinar, tendo em vista a complexidade que permeia a temática ambiental (Guimarães, 2015).

3. Metodologia

A pesquisa é caracterizada pela abordagem qualitativa, pois busca a descrição assim como a compreensão e explicação de um problema ou fenômeno da realidade. Definindo-se quanto aos fins como uma pesquisa descritiva, pois este expõe características de uma determinada população ou fenômeno e estabelecer correlação entre variáveis; Quanto aos instrumentos de pesquisa, trata-se de uma pesquisa documental, pois é realizada com documentos conservados de órgãos públicos qualquer natureza, através de regulamentos, regimentos internos, ofícios, diários, dentre outros, que por se tratar de informações de acesso público, não se tem a necessidade de ser registrada a investigação pelo sistema CEP/CONEP (Resolução nº 510/2016, CNS) (VERGARA, 2016).

A pesquisa foi realizada no município de Condado-PB, no qual verificou-se a estruturação do SISMUMA no que tange aos instrumentos e entidades, como a existência de legislação ambiental, políticas, programas, conselhos e fundo de meio ambiente, com intuito de correlacionar a teoria com a prática, ou seja, de entender/descrever como a legislação presente tem proporcionado a gestão participativa no município.

A cidade de Condado está localizada na região oeste do Estado da Paraíba, na Mesorregião do Sertão Paraibano. O município possui uma área territorial de 265,473 km², conta com uma população 6.584 pessoas, sua densidade demográfica é de 17,31(hab./Km), tendo como vegetação predominante a caatinga-sertão (IBGE, 2019). Seu clima é quente e úmido e possui temperaturas de 34QC e mínima de 28QC e ainda encontra-se inserido na bacia Hidrográfica do Rio Piranhas, região do Médio Piranhas (CONDADO, 2020).

4. Resultados e Discussões

O Sistema Municipal de Meio Ambiente, é a estruturação da gestão ambiental nos municípios, possuindo objetivos, princípios, legislações/regulamentos, política de meio ambiente, instrumentos e entidades que proporciona a proteção e promoção ambiental local.

São vários os instrumentos de participação que compõem o SISMUMA, como órgãos consultivos e deliberativos, nesta categoria se destaca a atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Além deste o Fundo Municipal de Meio Ambiente também é considerado um instrumento do SISMUMA, (ÁVILA;

MALHEIROS, 2012). Estes quando desempenhados com eficiência garantem assim a participação efetiva da sociedade civil, bem como uma gestão ambiental eficiente. Dessa forma, este estudo buscou-se analisar o Sistema Municipal de Meio Ambiente na cidade de Condado-PB, verificando que os instrumentos existentes e a sua funcionalidade são:

Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA): foi criado pela lei municipal nº 389 de 10 de maio de 2013, de acordo com o seu artigo segundo é um órgão consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatadas do município. (CONDADO, 2013).

Órgão Municipal de Meio Ambiente: No município de Condado-PB a secretaria municipal de meio ambiente, está incorporada com a secretaria municipal de Agricultura, a partir da Lei municipal nº 285 de 13 de novembro de 2006.

Fundo Municipal de Meio Ambiente: foi instituído pela Lei Municipal nº 388 de 10 de maio de 2013, e tem como finalidade mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, projetos e programas que visem, o uso racional de recursos ambientais, melhoria na qualidade do meio ambiente, promoção da educação ambiental, e proteção do meio ambiente. (CONDADO, 2013).

Instrumento Participativo: Nessa categoria o município dispõe da Agenda 21 local instituído pela lei municipal nº 227-A de 28 de novembro de 2001. A Agenda 21 local é um processo de planejamento que envolve governo e participação social com o intuito de construir um Plano local de desenvolvimento sustentável, a partir da elaboração de projetos, onde governo e sociedade civil estarão envolvidos nas diversas fases de tais projetos (MMA).

Nestes termos, dos órgãos que compõem o SISMUMA na cidade de Condado-PB identificou-se quatro instrumentos de grande importância para uma melhor gestão ambiental, que atuam de forma geral com a interação do poder público com a sociedade civil garantindo assim propostas e ações para o desenvolvimento sustentável do município. Todavia verificou-se a não atuação desses órgãos e instrumentos no município,

existindo formalmente, porém não desempenhando sua função na prática. O conselho de meio ambiente encontra-se inativo, o fundo municipal de Meio ambiente foi apenas instituído legalmente, assim como a agenda 21 local, desses o único órgão que atua é a secretaria de agricultura e meio ambiente, o que pode ser explicado pela sua fusão.

5. Conclusão

O município de Condado-PB dispõe de vários instrumentos legais que tratam da questão ambiental na gestão local, para tanto, os mesmos como mencionados anteriormente em suas maiorias não são efetivos. Outro fator que dificulta a gestão ambiental local é a falta de conhecimento da existência de tais políticas ambientais por grande parte da população, vale salientar que apesar destes instrumentos serem instituídos legalmente e as respectivas leis estarem disponíveis para o acesso público nos portais do município, ocorre a não divulgação das ações desempenhadas, bem como da importância desses órgãos de forma mais ampla. Assim Rodrigues, M. et al. (2012 p. 108) afirma que “a sistematização das informações pertinentes às ações empreendidas pela administração pública local poderia ser motivadora de uma postura de participação da sociedade na gestão ambiental local.”.

Dessa forma percebe-se a atuação da gestão ambiental voltada a dimensão legal, com instrumentos instituídos formalmente, todavia esses órgãos não exercem ou nunca exerceram seu devido funcionamento. Não havendo atualmente na prática o desenvolvimento de ações desenvolvidas através desses instrumentos. Percebe-se ainda a não valorização dessas políticas e de sua eficácia para o desenvolvimento sustentável do município e para participação efetiva da sociedade civil na tomada de decisões em meio a questões ambientais.

Como ponto de partida para mudar da gestão ambiental municipal seria necessário a gestão local promover algum tipo de evento, ou utilizar as mídias sociais para dá a população conhecimento maior de tais políticas, e posteriormente fazer com que esses instrumentos desempenhassem seu funcionamento, isso resultaria em um avanço para passos maiores rumo a sustentabilidade do município.

Portanto cabe a gestão pública da cidade de Condado-PB, fazer com que os instrumentos legais expostos anteriormente como o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente, o programa da Agenda 21 local, estejam atuando na gestão ambiental da localidade, de maneira integrada com a população, que conhece os problemas e adversidades pelo qual o município passa, sendo assim a participação social é de suma importância para o tratamento da gestão ambiental a nível municipal.

Referências

ÁVILA, R; MALHEIROS, T. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios, **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.21, sup. 1.3, p.33-47, 2012.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

CONDADO. **Lei municipal Nº 285 de 13 de novembro de 2006**. Cria e regulamenta a Secretaria de Meio Ambiente Municipal em fusão com a Secretária Municipal de Agricultura de Condado, Estado da Paraíba, e dá outras providências. Disponível em:
<http://condado.pb.gov.br/images/arquivos/documentos/1407941318.pdf>. Acesso em: 18 de jul de 2020.

CONDADO. **Lei municipal Nº 389 de 10 de maio de 2013**. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente COMMAC e dá outras providências. Disponível em:
<http://condado.pb.gov.br/images/arquivos/documentos/1407945543.pdf>. Acesso em: 18 de jul de 2020.

CONDADO. **Lei municipal Nº 388 de 10 de maio de 2013**. Cria o Fundo municipal de meio ambiente nos termos da Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e dá outras providências. Disponível em:
<http://condado.pb.gov.br/images/arquivos/documentos/1407945508.pdf>. Acesso em: 18 de jul de 2020.

CONDADO. **Lei municipal Nº 227-A de novembro de 2001**. Cria o Programa da Agenda 21 local e dá outras providências. Disponível em: <http://condado.pb.gov.br/images/arquivos/documentos/1407937812.pdf>. Acesso em: 18 de jul de 2020.

CARVALHO, P; OLVEIRA, S; BARCELLOS, F; ASSIS, J. Gestão Local e Meio Ambiente. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

CONDADO. Prefeitura Municipal de Condado-PB- **História**. Disponível em:
<http://condado.pb.gov.br/a_cidade/historia> Acesso em: 14 de julho de 2020.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades; Censo de 2019**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/condado/pesquisa/24/76693>. Acesso em 14 de jul de 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 local**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em 11 de jul de 2020.

NOVICKI, V.; SOUZA, D. B. Políticas públicas de educação ambiental e a atuação dos conselhos de meio ambiente no Brasil: perspectivas e desafios. **Ensaio** (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 18, 2010, p. 711-736.

NUNES, M; JR, A; FERNANDES, V. A Atuação de Conselhos do Meio Ambiente na Gestão Ambiental Local. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.21, supl. 3, p.48-60, 2012.

PINTO, T; MARTINS, S; LEONEL, D; CKAGNAZAROFF, I. Governança Participativa: possibilidades e desafios na gestão local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 3, p. 627-641, jul./set. 2018.

ROCHA, R.A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais** vol. 6, nº11, 2009.

RODRIGUES, M; MALHEIROS, T; FERNANDES, V; DARÓS, D. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 96-110, 2012.

SILVA, C. V. T.; DIAS, N. S.; OLIVEIRA JÚNIOR, H. S.; SILVA, C. L. C.; LIMA, A. O.; TEIXEIRA, R. O.; MIRANDA, P. E. M. Análise da estrutura do sistema municipal de meio ambiente no município de Macau, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Espacios**. vol. 39, n. 08, 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA

**O PADRÃO DE GERENCIAMENTO DE ESTOQUE NO SETOR
ALIMENTÍCIO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA DISTRIBUIDORA DE
LATICÍNIOS DE MOSSORÓ/RN**

Benedito Ferreira da Silva Neto – benedito.neto@rn.docente.senai.br;

Eulita de Souza Moraes – eulit_@hotmail.com;

Lucas Andrade de Moraes – lucasmoraes7@gmail.com;

Rosa Adeyse Silva – rosaadeyse@gmail.com.

RESUMO

O objetivo geral do presente artigo científico consistiu em identificar como ocorre o gerenciamento do estoque em uma distribuidora de laticínios localizada em Mossoró/RN, para assim prover pistas que levem o trabalho a considerar se a política de estoques que vem sendo utilizada é ou não a mais adequada para a realidade organizacional. O estudo realizou-se por meio de uma pesquisa qualitativa com aplicação de um questionário semiestruturado, haja vista que o objetivo principal do estudo consistirá em conhecer um fenômeno e não quantificá-lo. O estudo demonstrou que o gerenciamento do estoque na distribuidora pesquisada é realizado de maneira empírica, baseado nas experiências do gestor em situações anteriores vivenciadas pelo negócio. O nível mínimo de estoque também é ditado por uma quantidade que varia de acordo com a percepção e experiência do gestor na empresa, não havendo um cálculo preciso ou um indicador que demonstre quando o nível do estoque está realmente reduzido. O estudo também demonstrou que existem dificuldades de suprimento de pedidos em grandes quantidades, o que reflete nas considerações finais que o planejamento do estoque não vem sendo articulado de maneira profícua para a organização. A política de estoque utilizada pela empresa, portanto, ainda se constitui de métodos muito primitivos de controle do estoque.

Palavras-chaves: Gestão de Estoques; Estoque e Indústria de Laticínios.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, as organizações tem mantido esforços frequentes de controle no que se refere aos níveis de estoque que gerenciam. Essa constatação é

reiterada, por exemplo, pelo surgimento e adoção de modelos de gestão de estoque como pontos cruciais de estudo na administração da produção, como exemplifica-se pelo surgimento da filosofia *just-in-time*, que pressupõe que o processo produtivo deve minimizar a existência de estoque parado, evitando desperdícios e custos de processos.

Não obstante, dadas as especificidades dos negócios em que atuam e a imprevisibilidade das demandas a que atendem, algumas organizações não conseguem se inserir nessa lógica produtiva do estoque mínimo, o que as direciona para outras possibilidades de filosofias de gerenciamento da produção, como é o caso da “produção empurrada”, que se produz em volume baseado em previsões de demanda (BARCO E VILLELA, 2008).

A indústria de laticínios compreende um desses nichos supracitados que, no geral, utilizam a metodologia empurrada de produção. Sua produção, normalmente voltada para alimentos altamente perecíveis, por um lado, não pode desenvolver-se de maneira contínua e compulsória, já que poderia causar avarias de câmara, deterioração por vencimento ou perdas de deslocamento até as unidades revendedoras. Por outro lado, a administração da produção de laticínios também não pode trabalhar com a premissa do estoque mínimo da “produção puxada”, pois uma vez recebidos os pedidos das unidades revendedoras, a ordem que vigora é o suprimento imediato.

Assim, as empresas que dialogam com essa realidade precisam prever, de diferentes formas, artimanhas e técnicas de gestão de estoques, qual o nível do estoque ideal para o suprimento da demanda que atende, de maneira que haja um equilíbrio entre o mínimo de avarias de produtos e o mais ágil suprimento da demanda.

Em Mossoró, uma distribuidora de laticínios atende todo o oeste do Rio Grande do Norte e gerencia o estoque que recebe de uma unidade industrial central a qual está vinculada, localizada em Souza, no interior da Paraíba. O gerenciamento do estoque da empresa referida é iniciado já na unidade central, antes de os produtos serem enviados pelo modal rodoviário até a distribuidora potiguar.

O presente trabalho limita-se a identificar como tem sido realizado o gerenciamento do estoque que chega até a distribuidora e é encaminhado para os

mercados, supermercados e hipermercados locais e nos municípios adjacentes.

Ou seja, o objetivo geral da pesquisa consiste, portanto, em conhecer, através de uma pesquisa qualitativa com aplicação de questionário semiestruturado, como ocorre o gerenciamento do estoque na distribuidora *locus* da pesquisa, para assim prover pistas que levem o trabalho a considerar se a política de estoques que vem sendo utilizada é ou não a mais adequada para a realidade da empresa.

Para melhor atender ao objetivo geral, também se explicitam os seguintes objetivos específicos: conhecer o perfil de estoque que se observa na distribuidora; Identificar como é realizado o planejamento e o controle do estoque; Registrar se existe um nível mínimo de estoque; Identificar como esse estoque é organizado, endereçado e classificado. O trabalho justifica-se por sua contribuição aos estudos sobre gestão de estoques na indústria de laticínios e produtos similares, já que o nível de atenção de que deve dispor o setor de estocagem das empresas do setor alimentício é indiscutível.

O texto foi dividido em três partes: a primeira, que traz uma revisão bibliográfica sobre as temáticas de estoques e gestão de estoques; a segunda, que apresenta a metodologia do trabalho científico; e a terceira, que apresenta os resultados alcançados com o trabalho. Por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceituando Estoque

O termo “estoque” pode adquirir inúmeras acepções, embora, em linhas gerais, a noção que representa pareça convergir para tudo aquilo que precisa ser armazenado no processo de transformação em uma unidade de produção ou operação. Oliveira e Silva (2013, p. 02) corroboram essa afirmação, ao frisarem, de maneira breve, que “o estoque seria tudo o que a empresa possui “guardado” para suprir as suas necessidades”. Na percepção de Moreira (2002, p. 463):

Os estoques são “quaisquer quantidades de bens físicos que sejam conservados, de forma improdutiva, por algum intervalo de tempo; constituem estoques tanto os produtos acabados que aguardam

venda ou despacho, como matérias-primas [...]”.

Slack (1997), em consonância, reconhece a existência de múltiplas exemplificações para o estoque, que pode ser usado para definir qualquer recurso organizacional armazenado para suprir as necessidades produtivas: “não importa o que está sendo armazenado como estoque, ou onde ele está posicionado na operação, ele existira porque existe uma diferença de ritmo ou de taxa entre fornecimento e demanda” (SLACK ET ALL, 1997: 167).

Assaf Neto (2009, p 06) complementa, ao afirmar em seus estudos que “os estoques são materiais, mercadorias ou produtos que são fisicamente mantidos disponíveis pela empresa, com expectativa de ingresso no ciclo de produção, de seguir seu curso produtivo normal, ou de serem comercializados”. Ou seja, o estoque é toda matéria-prima, embalagem, peças e outros tipos de mercadorias, produto acabado ou semiacabado que são armazenados em uma organização e estão à espera de seguir o curso da produção ou operação (CING, 1999).

De acordo com Slack; Chamber; Johnston (2009), toda organização possui algum tipo de estoque. Em qualquer organização é perfeitamente observável algum tipo de estoque armazenado. No entanto, alguns tipos de estoque são essenciais ao andamento da produção (totalmente necessários), enquanto que outros apenas auxiliam na consecução das atividades. Por exemplo, um estoque de peças numa linha de montagem de automóveis tem importância maior que um dos tipos de condicionador em um salão de beleza ou em uma loja de cosméticos.

2.2 A Gestão de Estoques

Para o seguimento do seu curso no sistema produtivo, é preciso compreender, no entanto, que o estoque precisa ser gerenciado e supervisionado. É esse o campo de atuação da Gestão de Estoques, que na percepção de Andrade (2011, p. 05) corresponde a tomar decisões em um âmbito mais geral da empresa, envolvendo departamentos de compras, produção, vendas e financeiros.

A administração de estoques deve levar em consideração todos os custos incorridos de qualquer decisão que venha a ser aplicada na organização. O dinamismo do mercado e a maneira como ele se comporta, sobretudo, influencia de maneira

direta nesses meios apresentados (ANDRADE: 2011). Dias (1993, p. 36) explana que:

A gestão de estoques visa elevar o controle de custos e melhorar a qualidade dos produtos guardados na empresa. As teorias sobre o tema normalmente ressaltam a seguinte premissa: é possível definir uma quantidade ótima de estoque de cada componente e dos produtos da empresa, entretanto, só é possível defini-la a partir da previsão da demanda de consumo do produto.

A literatura sobre estoque reconhece ainda a importância da logística para esse gerenciamento de estoque nas organizações, que como destaca Souza e Mello (2015, p.01) “deixaram de considerar a Logística apenas como a atividade de transporte, mas como parte da administração e gerenciamento, seja em compras, faturamento, estocagem e armazenagem”. Além disso, a logística pode ser uma fonte fiel de vantagem competitiva frente a concorrência, pois de acordo com Pozo (2008, p 112):

Uma empresa pode alcançar uma posição de superioridade duradoura sobre os concorrentes através da logística, principalmente no quesito operar com custos baixos, pois consegue gerenciar estrategicamente a armazenagem de materiais, peças, produtos e também a aquisição desses, incluindo o fluxo das informações geradas.

Assim, a gestão de estoques corresponde a uma prática necessária para que as organizações possam controlar os custos com que lidam e tenham condições de suprir os pedidos da demanda de maneira profícua e inteligível, tanto para a própria empresa (em termos financeiros e operacionais), quando para os consumidores. Nessa ambiência, as empresas precisam tomar diversas decisões ligadas ao estoque, que podem variar desde a quantidade que devem produzir ou solicitar à unidade fabril central até o nível de estoque ideal para que pedidos não deixem de ser atendidos ou os produtos sejam avariados.

3. METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, haja vista que a objetivo principal é o de conhecer um fenômeno e não quantificá-lo. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 31), a pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se classificará como pesquisa exploratória, uma vez que buscará familiarizar-se com a situação-problema, conhecendo e compreendendo a realidade do que se propõe estudar. Em consonância, para Gerhardt e Silveira (2009), “a grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

Quanto à natureza, a pesquisa se classificará como aplicada, já que seus resultados não trarão apenas contribuições à política de estoques da empresa, mas também possíveis sinais da indispensabilidade de novas posturas, orientações e padrões valorativos no fenômeno estudado, como soluções para o alcance dos objetivos de maneira mais cognoscível e exitosa por parte dos responsáveis pelo estoque (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Foi aplicado um questionário semiestruturado desenvolvido pelos autores, com perguntas abertas. O instrumento de coleta de dados foi aplicado junto ao gestor responsável pelo planejamento e controle do estoque, ao colaborador responsável pela câmara fria da distribuidora de laticínios e a mais um colaborador que tem a função principal de inserir as informações sobre o estoque no sistema automatizado e que também, vez ou outra, auxilia na contagem dos produtos. São os três colaboradores os responsáveis pelo gerenciamento de estoques do centro de distribuição *locus* da pesquisa.

As entrevistas foram registradas com auxílio de um gravador e, posteriormente, transcritas para análise e utilização no estudo. As respostas foram analisadas por meio de uma análise interpretativa das mesmas, que consiste em compreender os posicionamentos e colocações dos entrevistados para melhor conhecer o fenômeno estudado, sendo, portanto, a análise mais apropriada para o estudo (Paiva *et al*, 2011).

4. RESULTADOS

4.1 Caracterização da distribuidora de laticínios

A distribuidora de laticínios *locus* da pesquisa está situada em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Atualmente, a empresa conta com 3 espaços para manter os

produtos que recebe da unidade central, localizada em Souza, na Paraíba. No entanto, apenas um dos espaços funciona efetivamente como câmara fria e está em pleno funcionamento.

O segundo espaço também consiste em uma câmara fria e possui o aparato tecnológico necessário para comportar produtos que precisem de refrigeração, porém, atualmente, serve apenas como armazém de bebidas mistas e sucos que não necessitam de climatização. Por esse motivo, as máquinas de resfriamento do segundo espaço não são utilizadas. O terceiro espaço de estocagem, por sua vez, está desativado e funciona apenas como depósito de arquivos e materiais de almoxarifado.

A distribuidora fornece grande variedade de produtos derivados do leite no município de Mossoró e região oeste do Rio Grande do Norte, além de outras bebidas mistas. O mix de produtos envolve desde bebidas lácteas, coalhadas, iogurtes desnatados e *petit suisse*, requeijões, queijos, doces e sucos.

Atualmente, a distribuidora conta com uma frota de 2 caminhões grandes com baús refrigerados e 3 caminhões menores (também refrigerados). As operações de descarregamento e carregamento são todas realizadas no pátio principal da distribuidora, por colaboradores especificamente designados para esse propósito.

4.2 Caracterização da Gestão de Estoques na distribuidora

Por meio da análise dos discursos dos entrevistados, foi possível compreender que a necessidade de se realizar um novo pedido de estoque é identificada apenas quando o estoque atinge um nível crítico. Na literatura da administração da produção, esse nível de estoque é comumente denominado de estoque mínimo (SLACK, CHAMBER e JOHNSTON, 2009).

Esse planejamento, no entanto, não é realizado com base em um cálculo científico e sim de maneira empírica, com base nas experiências anteriores adquiridas com o gerenciamento do estoque pelo gestor. Portanto, não há na distribuidora um planejamento formal do estoque que será necessário para suprir a demanda. Existem apenas abstrações baseadas em experiências anteriores.

Quando algum produto atinge o estoque mínimo na câmara fria e outros pedidos surgem antes da semana seguinte em que o caminhão irá repor o estoque, o

gestor realiza um novo pedido de ressuprimento. No entanto, nem sempre é possível realizar essa operação de imediato, já que o caminhão que se desloca da unidade central precisa transportar uma quantidade de produtos que não ocasione maiores gastos com logística, conforme elucida o discurso de um dos entrevistados:

Normalmente, a gente tem uma média de consumo semanal, que seria o nosso estoque mínimo ou estoque de segurança. Quando a gente vê que o estoque está abaixo desse nível, a gente já providencia uma nova demanda, né? Ou seja, os pedidos de novos clientes que sejam significativos e que valham a pena o caminhão vir de Souza até aqui com essa mercadoria, por causa dos gastos com logística etc (GESTOR A).

Existe na empresa um sistema de gerenciamento de estoque que demonstra quando algum dos produtos presentes nas câmaras frias encontra-se em um nível reduzido. No entanto, conforme supracitado, os níveis de estoque são apenas considerações feitas pelo gestor (não existe um valor específico que delimite quando o nível de estoque de algum produto está ou não reduzido).

Quanto à contagem do estoque na distribuidora, é realizada diariamente pelo colaborador responsável pelas duas câmaras frias (a refrigerada e a não-refrigerada) e supervisionada pelo gestor, que confronta com as informações presentes no sistema e observa se alguma mercadoria avariada não foi contabilizada:

As conferências de estoque são feitas diariamente. Quando são detectadas divergências do estoque físico com o sistema, o [Gestor A] vai tentar descobrir porque está a mais ou menos, né? Se não foi dado entrada ou algum retorno de mercadoria que não foi dado saída ainda (COLABORADOR A).

Já no que se refere à organização do estoque nas duas câmaras frias, os produtos são posicionados de acordo com suas especificidades e embalagens. Cada espaço da câmara refrigerada, por exemplo, acomoda um tipo de embalagem: aqueles produtos que estão ensacados, como é o caso das bebidas lácteas, ficam expostos à esquerda.

As bandejas, coalhadas e requeijões, normalmente embalados em caixas, situam-se em pilhas no fim do espaço. Já os pacotes de iogurte, em todas as gramaturas, normalmente situam-se à esquerda e ao meio da câmara. No início do espaço, também à esquerda, encontra-se a seção de queijos. A câmara fria não

refrigerada comporta apenas duas gramaturas de sucos (350 ml e 1000ml), uma de achocolatados e duas gramaturas de doces, cada um dos produtos situado numa parede da câmara:

É... O estoque é organizado do lado esquerdo, normalmente onde ficam as bebidas lácteas, né? E os pacotes que são mais difíceis de se manterem organizados. Aí do lado direito da câmara fria ficam as garrafas de todas as gramaturas. No final da câmara fria ficam todas as caixas: de bandeja, de coalhada, de bicamada, tudo que vem em caixa. Logo após essa parte da entrada, onde ficam as garrafas, fica uma sessão de queijos. Na outra câmara fria ficam apenas os sucos, achocolatados e doces em todas as gramaturas (COLABORADOR C).

Tanto para o gestor quanto para o colaborador, existe uma necessidade de ampliação do espaço que poderia facilitar a escolha dos produtos para o carregamento nos caminhões. No entanto, apenas o gestor parece ter provido uma pista do que poderia necessariamente melhorar na organização do estoque e porque essa possibilidade ainda não foi colocada em prática:

Então, a gente sabe que a câmara fria está, no momento, quase no gargalo, entendeu? Porém, nós não temos ainda uma demanda suficiente para que a gente consiga manter o nosso consumo interno de energia, por exemplo. É... A gente não tem uma venda que seja suficiente para manter duas câmaras frias ligadas (GESTOR A).

Quando questionados sobre se a distribuidora já enfrentou algum problema por falta de produtos em estoque, ambos os entrevistados afirmaram que sim. Quando existe um pedido que consiste em uma demanda maior, nem sempre a empresa está preparada para fornecer o pedido imediatamente, tendo que haver solicitação de urgência à unidade fabril.

5. CONCLUSÕES

Portanto, em consonância com o objetivo geral e com os objetivos específicos, o estudo demonstrou que o gerenciamento do estoque na distribuidora pesquisada é realizado de maneira empírica, baseado nas experiências do gestor em situações anteriores vivenciadas pelo negócio.

O nível mínimo de estoque também é ditado por uma quantidade que varia de acordo com a percepção e experiência do gestor no negócio, não havendo um cálculo

preciso ou um indicador que demonstre quando o nível do estoque está reduzido (embora o sistema de gerenciamento de estoques demonstre as quantidades em estoque de cada produto).

O estoque é classificado, endereçado e organizado com base na maneira como normalmente é embalado, ainda na unidade fabril. O estudo também demonstrou que existem dificuldades de suprimento de pedidos em grandes quantidades, o que reflete que o planejamento do estoque não vem sendo articulado de maneira profícua para a organização.

A política de gestão de estoque utilizada pela empresa, portanto, ainda se constitui de métodos muito primitivos. Novos estudos podem comparar distribuidoras que atuem em nichos semelhantes e prover mais pistas da necessidade de uma alteração na política de estoques.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rafael Quintão de. **GESTÃO DE ESTOQUES: UMA REVISÃO TEÓRICA DOS CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 31., 2011, Belo Horizonte. **Anais do XXXI ENEGEP**. Belo Horizonte: Enegep, 2011. p. 1 - 10.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Barco, Clarissa Fullin; Villela, Fábio Barbin. **Análise dos Sistemas de Programação e Controle da Produção**. In: XXVIII Encontro Nacional De Engenharia De Produção, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2008.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 4 ed..São Paulo:Atlas, 1993.

ELLIS, A. DE SOUZA. **Gestão de Estoques e Armazenagem**: Estudo de Caso na Empresa Tito Embalagens na cidade de Lins/SP. 2014. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Tecnológico). Faculdade de Tecnologia Prof. Antônio Seabra –

FATEC, São Paulo. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações**. 2. ed. São Paulo: Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Marcela Maria Eloy Paixão; SILVA, Rafaella Machado Rosa da. **Gestão de Estoque**. 2013. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/895c3ab2654ab5a9c11b63e22780aaf3.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SLACK ET AL. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 1997, 726p.

SLACK, N.; CHAMBER, S.; JOHNSTON, R. **Administração de Produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANEXO – A ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Como é identificada a necessidade de se realizar um novo pedido de estoque? Como é feito esse planejamento?
- 2 – Quais as principais dificuldades que a distribuidora encontra quando precisa realizar pedidos suplementares?
- 3 – Existe um nível mínimo de estoque? Quando se sabe que foi atingido o estoque mínimo? Como é calculado?
- 4 – Qual periodicidade das conferências do estoque (contagem do estoque)?
- 5 – Existe, na empresa, um sistema de gerenciamento de estoque que avisa quando algum dos produtos da câmara está com um nível reduzido?
- 6 – Como é organizado o estoque na câmara?
- 7 - É usada alguma forma de classificação de materiais? Se sim, qual?
- 8 - Na sua percepção, existe alguma necessidade de ampliação do espaço que poderia facilitar a escolha dos produtos para o carregamento nos caminhões?
- 9 – Quanto à organização do estoque na câmara fria, se pudesse ser melhorada, o que em sua opinião poderia ser feito? E porque ainda não foi possível?
- 10 – A distribuidora já enfrentou algum problema por falta de produtos em estoque? Se sim, por qual ou quais motivo(s)?

Área Temática: Gestão de Operações e Logística

**QUALIDADE EM SERVIÇOS HOTELEIROS: A PERCEPÇÃO DOS HÓSPEDES DO OLHO
D'ÁGUA PARK HOTEL-CARAÚBAS/RN**

Edinal Salustiano da Silva - edinal2050@hotmail.com

Rérída Renata de Oliveira Sales - rerida.oliveira@hotmail.com

Ana Beatriz Ferreira Diógenes - anabeatrizdiogenes25@gmail.com

Dário Policarpo dos Santos Moreira - dariopolicarpo7@gmail.com

Yara Maria Câmara Barbosa - yaramaria549@gmail.com

RESUMO

O mercado hoteleiro está cada vez mais competitivo, fazendo com que as empresas busquem inovações diante da qualidade dos serviços ofertados para os clientes e os estabelecimentos ganham espaço no mercado através da qualidade dos serviços prestados. A metodologia desta pesquisa, trata-se por um estudo exploratório-descritivo que utilizou da técnica quantitativa e de uma abordagem não-probabilística utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com 17 perguntas, que foi aplicado, tabulado e depois analisado os resultados. Para tanto este estudo conclui que os hóspedes do hotel em questão são na sua maioria homens com idade entre 25 a 35 anos provenientes dos seguintes estados, RN, PB e PE que são satisfeitos quanto aos serviços prestados pelo hotel com um percentual acima de 80%, já no que se refere as condições físicas do meio de hospedagem pode-se perceber que existe um nível de satisfação considerável como apresentado no referido estudo, pois trouxe conhecimentos produtivos, e resultados significativos, acerca da realidade da prestação de serviços do Olho D'água Park Hotel, de acordo com a visão percebida pelo hóspede. Dessa forma, a pesquisa serve como uma maneira de avaliação, para os gestores desempenhar um planejamento melhor, analisar os setores, e aprimorar os serviços.

Palavras-chave: Qualidade. Serviços. Hóspedes. Olho D'água Park Hotel. Caraúbas - RN.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que vem crescendo constantemente, porque as pessoas estão viajando com bastante frequência, seja através do turismo de negócios, eventos ou até mesmo por lazer. Além de gerar emprego e renda, tanto na economia local e regional, como também satisfação aos turistas pelos serviços ofertados.

De acordo com o Ministério do Turismo em 2019, os meios de hospedagens apontam crescimento nos próximos seis meses no setor hoteleiro. Cerca de 57% dos empresários afirmam manter o número de funcionários, e 25,7% esperam abrir novas vagas de trabalho. Segundo o Ministério do Turismo, 43,6% preveem crescimento na demanda dos serviços ofertados.

No Brasil, segundo Pereira (2007, p. 13) “os hotéis estão sendo construídos cada vez mais com finalidade de conforto, comodidade, e satisfação para o hóspede”.

Portanto, há a necessidade de estar sempre se inovando, buscando o melhor para seus clientes, preparar seus funcionários para atender bem e acima de tudo estar atento à necessidade de cada cliente em especial.

As mudanças ocorrem frequentemente, e cada vez mais a tecnologia vem mostrando força no mercado, onde as pessoas estão mais atualizadas e com isso, os serviços hoteleiros deve se preparar e buscar dedicação na qualificação dos serviços, pois através das inovações, os clientes passam a ser mais exigentes em relação a consumir o produto, pois desejam que os serviços ofertados sejam de ótima qualidade.

Portanto, com o surgimento da oferta turística, o setor hoteleiro deve ser mais dinâmico em relação a investir nos seus colaboradores e na qualificação profissional, para o desenvolvimento do hotel mostrar serviços de qualidade e fortalecer a relação com seus clientes, tornando-os clientes fidelidade.

Diante do exposto é que surgiu o interesse pela elaboração de um trabalho voltado para a qualidade em serviços na hotelaria, realizando uma pesquisa de campo no Olho D'água Park Hotel, com uma pesquisa bibliográfica, visando definir, caracterizar, e analisar as atividades do setor hoteleiro através da percepção dos hóspedes, o grau de satisfação que os mesmos tinham com os serviços prestados pelo hotel. E por ser a pesquisadora residente no Município de Caraúbas/RN.

O Olho D'água Park Hotel é um hotel de caracterização turística no município de Caraúbas, interior do Rio Grande do Norte, localizado na zona rural, mais precisamente no sítio Olho D'água do Milho, a 6 (seis) km de distância da área urbana, na RN 233 entre os municípios de Caraúbas/RN e Apodi/RN.

O hotel foi criado pelo governador do Estado Aluísio Alves e inaugurado da década de 1960 na intenção de interiorizar o turismo na região do médio oeste potiguar. No decorrer dos anos, com as dificuldades enfrentadas na época, o mesmo foi vendido a um particular, e a partir daí passou a ser privado.

O hotel passou por grande reforma desde 2009 onde todos os equipamentos foram demolidos e se estendendo durante anos, onde a sua reinauguração foi oficializada no dia 12 de fevereiro de 2012, atendendo aos interesses do município e estados da região vizinhos.

Desta forma, surgiu o seguinte questionamento: qual a percepção dos hóspedes em relação aos serviços prestados pelo Olho D'água Park Hotel - Caraúbas/RN?

Diante deste cenário, o objetivo geral desse estudo é analisar a qualidade dos serviços, a partir da percepção dos hóspedes do Olho D'água Park Hotel, no município de Caraúbas/RN. Com isso, tem como objetivos específicos: a) Caracterizar o perfil dos hóspedes; b) Identificar o nível de satisfação dos hóspedes em relação aos serviços ofertados; c) Avaliar as condições físicas do hotel.

Contudo, o presente estudo, teve a aplicação de um questionário, composto por dezessete questões conforme-se observa no apêndice A, relacionadas aos setores do hotel escolhido para o estudo em campo. Dessa forma, o estudo consiste em considerar a visão do hóspede, diante da qualidade dos serviços prestados no Olho D'água Park Hotel.

2 A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para a implantação do processo da gestão de qualidade, começa através do entendimento do que significa qualidade. A qualidade deve ser definida segundo Cierco, Rocha; Mota, (2003, p.33) “as exigências e as necessidades do consumidor”.

Já segundo Campos (1992, p. 2) “um produto ou serviço de qualidade é aquele que atende perfeitamente, de forma confiável, acessível, segura e no tempo certo as necessidades do cliente”. A qualidade caracteriza pela adequação ao uso, mostrando que o produto é o que o cliente compra para atender suas necessidades.

As empresas se fazem necessário definir qualidade, da mesma maneira em que os clientes fazem. Caso contrário, pode seguir caminhos diferentes no sentido da qualidade e investir mal o dinheiro e o tempo. Portanto, deve-se lembrar que o que conta são os valores depositados na qualidade percebido através dos clientes.

Além dos detalhes básicos para atrair o cliente para uma estadia, é recepcionar o hóspede com ações básicas e fundamentais como desejar bom dia, cumprimentá-lo, além de fornecer informações necessárias, transmitir conforto e segurança no seu período de estada, como também, agradecer o cliente com cartões de boas-vindas no apartamento, mostrando que ele é muito importante para o sucesso da empresa.

Já os serviços, são atividades realizadas por pessoas dentro do seu ambiente de trabalho, através de atendimento, serviços, transportes entre outros, que buscam satisfazer as necessidades dos clientes de forma a atendê-las, ou seja, serviço é uma atividade realizada para alguém. “Serviço é toda atividade ou benefício no qual uma parte pode oferecer a outra e que não resulte na posse de algum bem físico” (LARA, 2001, p.17).

Um serviço prestado a um determinado cliente não é exatamente o mesmo serviço para oferecer ao próximo cliente. Como o serviço depende de quem presta, sua qualidade pode variar, sendo que tais fatores dificultam o controle de qualidade, pois de acordo com a viabilidade, erros e falhas acontecem frequentemente e são difíceis de ocultar.

As empresas, através dos serviços, podem criar instrumentos de pesquisas que pode ajudar a avaliar a satisfação do cliente, através das suas expectativas.

No hotel, cada setor é responsável por fornecer serviços para atender a demanda de seus clientes. Os profissionais de cada área devem agir com ética profissional nas suas funções, onde devem receber por parte do setor gerencial treinamentos e técnicas para desenvolver os serviços aos hóspedes. Através de treinamentos os funcionários inovam seus aperfeiçoamentos nos produtos para garantir qualidade nos serviços.

Para Caon (2008, p.26) “conseguir um alto grau de satisfação dos hóspedes através da produção e entrega de um pacote de valor reconhecido como de alta qualidade é condição necessária para que eles possam se tornar clientes fidelizados”. Pois além de ser clientes frequentes fazem a função de agentes de *marketing*, fazendo propaganda boca a boca através da sua satisfação com os serviços, atraindo novos clientes.

Diante disso, investir em serviços diferenciados, torna o hotel um ambiente mais requisitado pelos hóspedes, por outro lado esses serviços permitem cobrar preços mais altos.

Com o passar do tempo os clientes fiéis trazem mais lucratividade para a empresa, devido ser através dos serviços ofertados e de ótima qualidade.

3 SATISFAÇÃO DOS CLIENTES NO MERCADO HOTELEIRO

A satisfação do cliente/hóspede está ligada as suas expectativas com o produto ou serviço. Quanto mais produto ou serviço ofertado pelo hotel ao cliente, mais aumenta a expectativa pelo produto, satisfazendo o cliente. O consumidor de hospedagem é certamente, uma pessoa que está ligada no que acontece nas questões sobre a qualidade em serviços. E que já deve ter passado por vários lugares diferentes, certamente, é uma pessoa mais exigente, e, por essa razão demanda uma exigência maior pelo serviço.

A satisfação do turista para o sucesso da empresa, é importante, pelo fato de influenciar na escolha do destino do mesmo, pelo consumo de serviços e produtos e até mesmo na tomada de decisões de retornar ao local. Para KOTLER (2000, p.448) “serviço é qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. A execução de um serviço pode estar ou não ligada a um produto concreto”.

Durante a permanência do hóspede, há situações que envolve avaliações de qualidade, como o tempo de espera na realização de um pedido, na limpeza e organização do apartamento, até a cordialidade de um recepcionista.

Os hóspedes avaliam a qualidade dos serviços comparando o que lhe foi oferecido com o que eles esperavam receber, segundo Chon e Sparrowe (2003, p.11) mostra que “são 5 os elementos principais que compõem a escala pelo qual os serviços são julgados sendo eles: tangibilidade, credibilidade, responsabilidade, garantia e empatia”. A maioria desses fatores são resultados de interação humana, a maneira de como o funcionário se comporta durante o momento do serviço, contribuindo bastante para a percepção da qualidade do serviço prestado.

Para Paladini (2005, p.332) “serviço é o resultado gerado por atividades na interface entre fornecedor e cliente e por atividades internas do fornecedor para atender as necessidades do cliente”. Mostrando essa ligação em atividades para desenvolver atividades satisfatórias diante do produto para o cliente.

Qualquer gestão de qualidade, deve estar preparada para as queixas e reclamações dos consumidores, devido as empresas fornecerem informações fundamentais sobre pontos fortes e fracos da empresa, dando oportunidade de corrigir-se e aprimorar cada vez mais.

As empresas devem procurar métodos que cultivem o servir ao próximo, que encontrem prazer no fazer bem-feito, no ser útil e no atender bem, que possua líderes capazes de compreender que o sucesso hoteleiro depende da satisfação do cliente.

A qualidade é uma questão vital, onde os hotéis ficam mais evidentes e procuram especializar-se para oferecer aos seus clientes produtos e serviços de qualidade, mostrando estarem focados e adequados para desenvolver os serviços.

Os funcionários devem mostrar seu lado humano da qualidade, ou seja, todos os funcionários tenham atitudes positivas voltada para a satisfação dos seus clientes, que tenham orgulho do seu trabalho, acreditem nos produtos que estão ofertando aos clientes. Esse método poderá ser o verdadeiro segredo para a melhoria da qualidade.

Para que uma organização seja bem-sucedida é necessário que essa tenha uma visão humanista, não focada apenas no lucro, mas na qualidade, no prazer de servir bem e de oferecer o melhor; e trabalhe em prol de uma gestão participativa, onde todos os funcionários são fundamentais para o atendimento, e que possuam uma remuneração e se sintam valorizados como pessoas, participem de treinamentos, tenham acesso a informações fundamentais para o bom atendimento e possuam uma remuneração justa.

O primeiro passo a seguir para definir estratégias, é identificar quais são as necessidades dos clientes e as que não são atendidas de maneira correta pela empresa. Diante dos resultados, identificar quais as ações necessárias para atender melhor os clientes do que os concorrentes que existe no mercado.

O objetivo das empresas é oferecer um serviço ou produto superior ao grau de satisfação. Pois os clientes satisfeitos tendem a não se sensibilizarem com a propaganda da concorrência, permanecendo por muito mais tempo com a empresa que lhe proporciona a satisfação.

Contudo, a importância da qualidade de bons produtos, influência para o desenvolvimento dos serviços, mostrando que é indispensável investir na qualificação dos profissionais para a satisfação no atendimento ao hóspede, estando pronto para garantir o melhor funcionamento do hotel.

4 METODOLOGIA

Em conformidade aos objetivos propostos por este estudo referida a pesquisa caracteriza-se por um estudo exploratório-descritivo que utilizou da técnica quantitativa e de uma abordagem não-probabilística de acordo com o previsto e estabelecido no instrumento que foi utilizado e aplicado em campo para compreender o nível de satisfação dos hóspedes no que se refere aos serviços ofertados pelo Olho D'água Park Hotel – Caraúbas/RN

Este trabalho monográfico também é considerado bibliográfico devido sua pesquisa ser baseada em livros, artigos e Internet, visando construir uma base teórica deste trabalho, através de levantamento de argumentos e informações.

Diante disso, a pesquisa bibliográfica é também importante pois possibilita um maior aprofundamento das questões relativas a fundamentação teórica e qualidade no que se refere as questões propostas por este estudo.

A população da pesquisa trata-se do Olho D'água Park Hotel, com intuito de obter os resultados e atender os objetivos desta pesquisa. Os atores pesquisados são os hóspedes que estão em estada do hotel. E de acordo com Costa, Giannotti (2010, p. 9) população “é o conjunto de elementos portadores de, pelo menos, uma característica comum de interesse para ser estudado pela ciência estatística”.

Nesse sentido, o termo população que dizer que através da ciência desperta o interesse de conhecer mais sobre o assunto a ser analisado. Para a obtenção dos resultados, foram aplicados questionários com os hóspedes presentes no hotel, baseados nos objetivos elaborados, e seguidamente representados por meio de amostras estatísticas não probabilísticas.

Desse modo, a pesquisa foi aplicada com 40 hóspedes, de forma aleatória, na qual estes estavam hospedados no hotel durante o período da pesquisa de campo. A investigação foi realizada com uma amostra não-probabilística, devido a atender aos objetivos propostos pela pesquisa.

A coleta de dados ocorreu nos dias 11 e 18 de agosto de 2019, no horário das 07:00 as 10:00h, no Olho D'água Park Hotel. A escolha do local da pesquisa, teve como pressuposto o período de estágio em que surgiu em relação ao nível de satisfação dos hóspedes mediante aos serviços ofertados pelo hotel. Pois devido ao local que tem uma rotatividade de pessoas, tem a necessidade de compreender as práticas existentes para satisfazer as necessidades dos clientes.

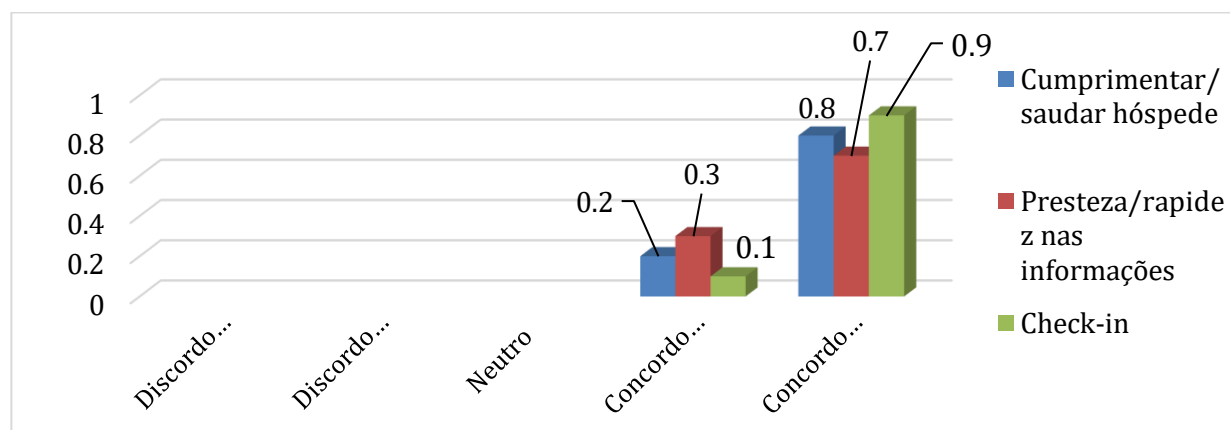
Desta forma, diante dos resultados que foram coletados em campo, foi utilizada a forma descritiva simples, que demonstrou os resultados criados pela plataforma da Microsoft Excel, onde foi inserida todas as informações e registrada, em seguida gerado gráficos que identificam a percepção dos hóspedes pelo hotel.

5 RESULTADO DA PESQUISA

Serão apresentados a seguir, os resultados obtidos com a realização da pesquisa. Foram aplicados 40 questionários com os hóspedes do hotel, onde foi analisado a satisfação dos hóspedes através qualidade dos

serviços prestados pelo hotel. Os dados foram coletados com autorização do gerente da empresa e dos entrevistados. A seguir, serão apresentados os gráficos referentes aos resultados dos questionários, e suas análises em descrição.

Gráfico 01: Excelência da recepção



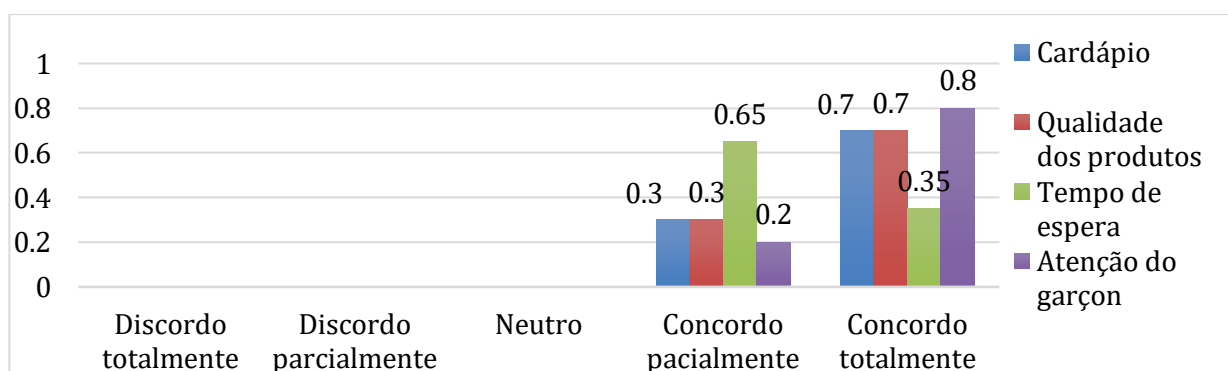
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No gráfico 01, mostra um resultado satisfatório sobre a recepção. Isso mostra que os serviços da recepção atenderam às expectativas. Com um número bastante expressivo em relação ao *check-in*, cerca de 90% concordaram plenamente e 10% concordaram parcialmente. Para o cumprimento do hóspede, os resultados mostram 80% concordaram totalmente e 20% concordam plenamente.

Por fim, na presteza e rapidez nas informações, consideram que 70% concordam totalmente e 30% concordam parcialmente. Com isso, mostra que a recepção é o primeiro local do hotel em que o hóspede tem o contato com o funcionário e seus serviços. Para Murilo, Pio e Souza (2003, p. 5) ressalta que “recepção é um dos fatores contribuintes para fidelização dos clientes, essa função é carregada de uma grande responsabilidade”.

Portanto, diante disso, a recepção através de seus funcionários é um fator importante para o acolhimento dos hóspedes, oferecendo o bom serviço e suas qualidades, mostrando o diferencial da empresa.

Gráfico 02: Excelência do restaurante

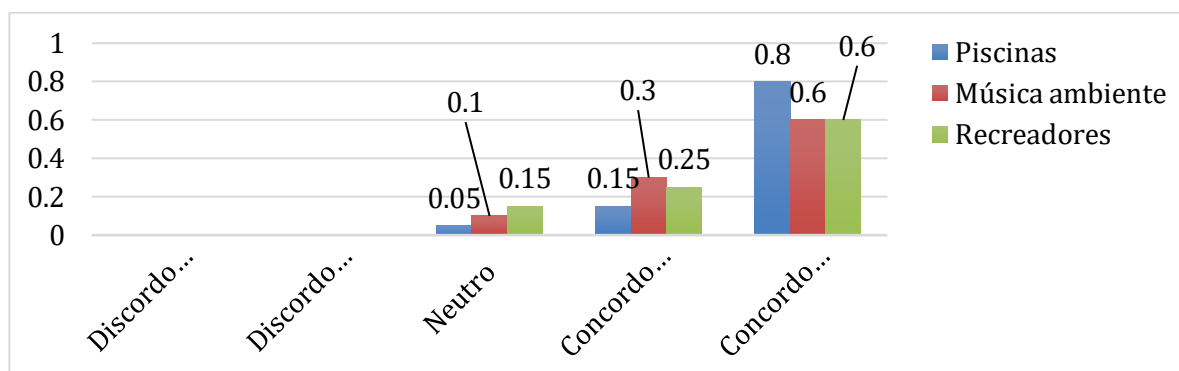


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Referente ao restaurante, a qualidade dos produtos é um ponto principal para um bom funcionamento. Cerca de 80% concordaram totalmente e 20% concordaram parcialmente. No tocante ao cardápio, 70% ressaltam concordarem totalmente e 30% concordam parcialmente. Já em relação ao tempo de espera, 65% concordam parcialmente e 35% concordam totalmente.

Dessa forma, Brasil (2014, p. 12) ressaltava que “pode ser definido como um estabelecimento onde se servem refeições avulsas a pessoas, denominadas clientes, mediante pagamento”. Nesse setor do hotel, para que haja bons resultados, tem que haver produtos de qualidade, e gastronomia regional com cardápio diversificado para atender os desejos do cliente, também é importante destacar a qualificação e preparação dos funcionários, para que possam desempenhar um trabalho satisfatório.

Gráfico 03: Excelência das atividades de lazer



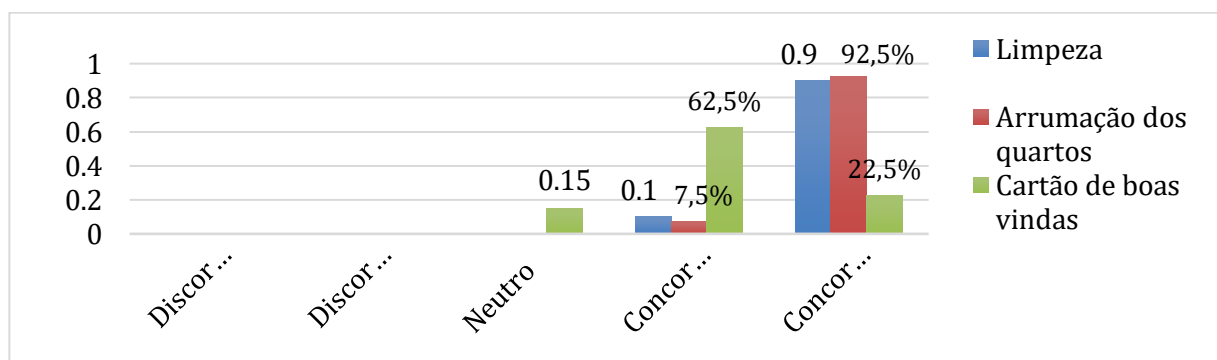
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No que se refere às piscinas, para os hóspedes surge os seguintes percentuais: 80% concorda totalmente, 15% concorda parcialmente e 5% neutro. O espaço da área de lazer é um lugar que faz a diferença no ambiente. As piscinas são diversão para todas as idades, seja para brincar ou até mesmo para relaxar. É importante que as piscinas sejam divididas de acordo com a faixa etária de cada pessoa, para evitar o risco de acidentes.

Com relação a música ambiente, mostra que 60% concorda totalmente, 30% concorda parcialmente e por fim, 10% neutro. Existe um som ambiente para o aconchego dos hóspedes no momento de sua permanência na área de lazer, como também programações musicais com música ao vivo para descontrair ainda mais o hóspede.

Para os recreadores, os entrevistados apontam que 60% concorda totalmente, 25% concorda parcialmente, e 15% neutro. Na parte dos brinquedos, cabe ressaltar que existe espaço para diversão, mas, ainda são poucos para a demanda do hotel.

Gráfico 04: Excelência da governança



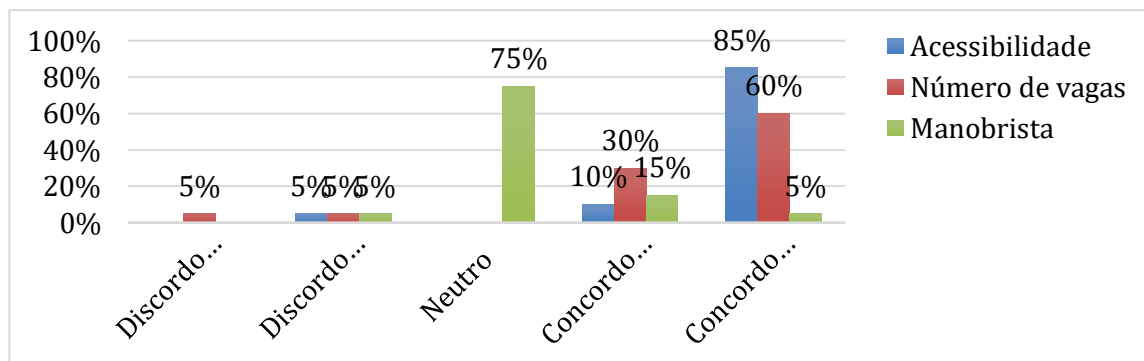
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No gráfico 04, pode-se observar os resultados dos serviços de governança, onde são desenvolvidos para atender e satisfazer as necessidades dos hóspedes. No tocante a limpeza do quarto, 90% concorda totalmente, e 10% concorda parcialmente, já para arrumação do quarto, 92,5% apontam concordarem totalmente, 7,5% concorda parcialmente. Com relação a cartão de boas-vindas, 22,5% concorda totalmente, 62,5% concorda parcialmente e 15% neutro.

A governança é um setor responsável pela limpeza e a organização dos quartos, buscando manter sempre limpo antes e durante a estadia do hóspede. Nesse sentido, Dias e Pimenta (2005, p. 258) destaca que “a atenção da governanta, deve estar redobrada para que nada aconteça fora do previsto”. Fazendo-se necessário ter um cuidado na prestação dos serviços, pois é no setor da governança que busca uma atenção e cuidado maior para a conquista e permanência do hóspede.

5.3 CONDIÇÕES FÍSICA DO HOTEL – PERCEPÇÃO DOS HÓSPEDES

Gráfico 05: Excelência do estacionamento

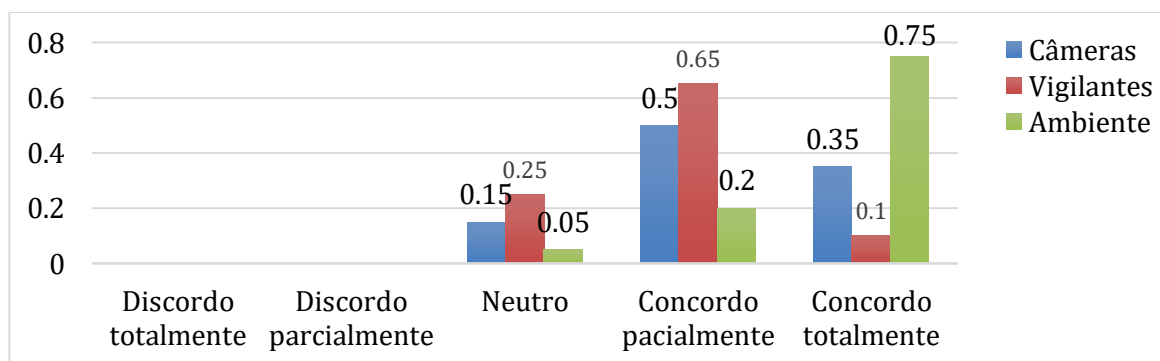


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em relação ao estacionamento, na acessibilidade são 85% concorda totalmente, 10% concorda parcialmente e 5% discorda parcialmente. Ao número de vagas, 60% concorda totalmente, 30% concorda parcialmente, 5% discorda parcialmente e 5% discorda totalmente. Para a questão de manobrista, 75% neutro, 15% concorda parcialmente, 5% concorda totalmente, e 5% discorda parcialmente.

O estacionamento, é um setor precário, pois existem poucas vagas para o uso. Já o manobrista, não utiliza essa função, o próprio hóspede faz o manuseio do veículo para o estacionamento.

Gráfico 06: Excelência da segurança

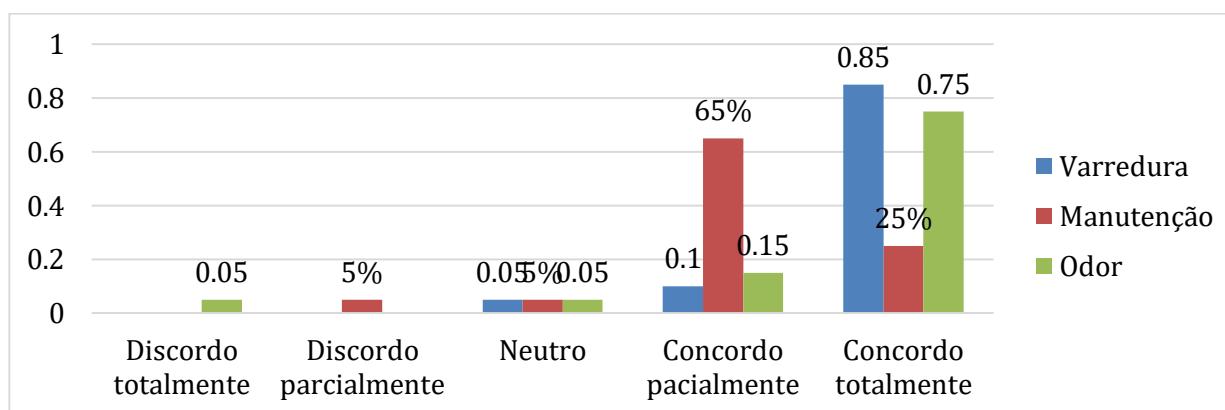


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na segurança do hotel, no tocante as câmeras de segurança, os percentuais mostram que 35% concorda totalmente, 50% concorda parcialmente, e 15% neutro. Já nos vigilantes são 10% concordam totalmente, 65% concorda parcialmente e 25% neutro. Por fim, o ambiente caracteriza-se por 75% concordarem totalmente, 20% concordarem parcialmente e 5% neutro.

Para o bom funcionamento do hotel, faz-se necessário garantir a segurança no ambiente com equipamentos inovados para a segurança dos clientes. Para Faria et. at. (2008, p. 4) “a segurança deve ser considerada como uma política fundamental de um hotel”, diante disso, investir na capacitação dos profissionais é importante para resolver qualquer situação que possa surgir futuramente.

Gráfico 07: Excelência da limpeza



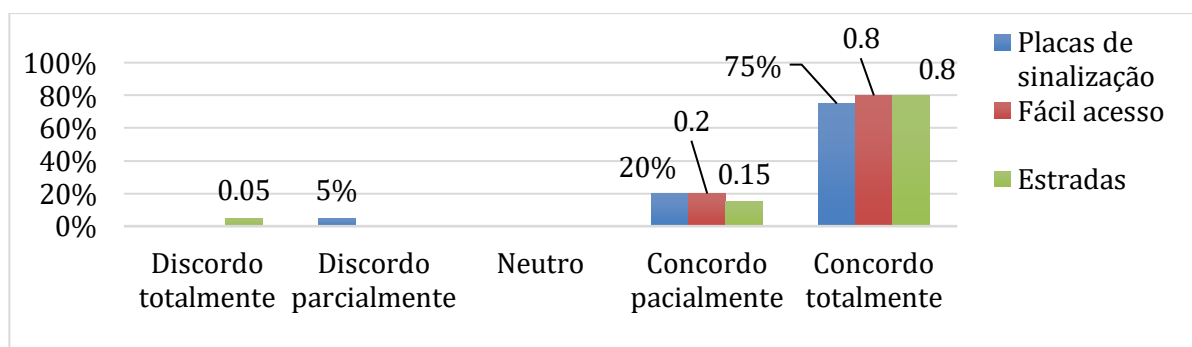
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O gráfico 07, relata sobre a limpeza com ênfase na limpeza do hotel. Em relação a varredura, os entrevistados responderam 85% concordam totalmente, 10% concorda parcialmente e 5% neutro. A questão da varredura no hotel é algo muito importante, pois é a limpeza com mais frequência e é a todo tempo.

Já a manutenção, 65% concorda parcialmente, 25% concorda totalmente, 5% neutro e 5% discorda parcialmente. A manutenção é algo primordial para o bem-estar do hóspede, mas esse tipo de serviço é um pouco escasso no hotel, sendo insuficiente sobre o serviço.

Na questão do odor, 75% concorda totalmente, 15% concorda parcialmente, 5% neutro e 5% discorda totalmente. O odor é algo que existe pouco, diante ao amplo espaço do ambiente, na maioria das vezes ele surge devido aos quartos fechados, dando um pouco de mau cheiro no ambiente.

Gráfico 08: Excelência da localização

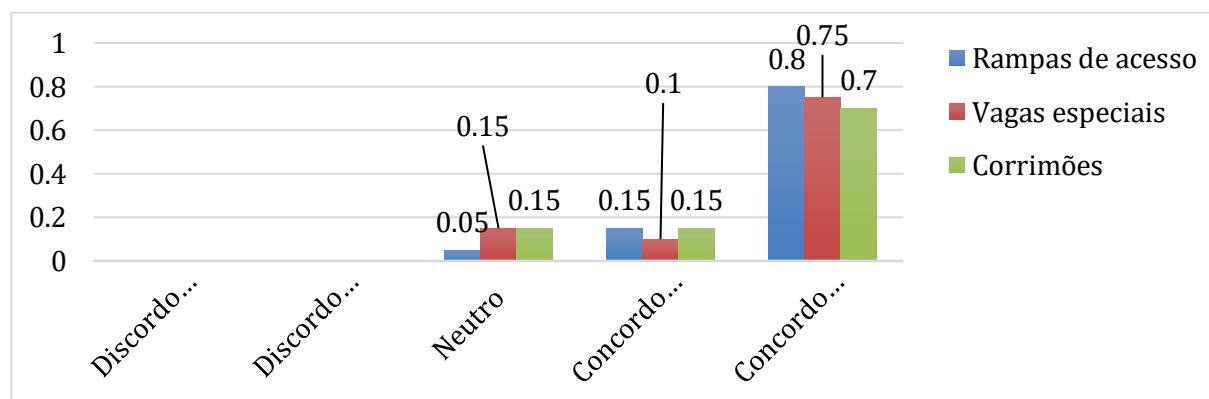


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Com relação as placas de sinalização 75% concordam totalmente, 20% concorda parcialmente e 5% discorda parcialmente. Na questão de fácil acesso, 80% concorda totalmente, 20% concorda parcialmente. E sobre as estradas, 80% concorda totalmente, 15% concorda parcialmente e 5% discorda totalmente.

Na sinalização, o desempenho é satisfatório, pois as placas contendo informações sobre o hotel é bastante frequente nas estradas, e o acesso é ótimo até o hotel. As vias de acesso estão de boa qualidade, facilitando aos hóspedes o deslocamento seguro e satisfatório, melhorando o trajeto até o ambiente.

Gráfico 09: Excelência da acessibilidade



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os resultados apresentados em acessibilidade nas rampas de acesso, mostra que 80% concorda totalmente, 15% concorda parcialmente e 5% neutro. As rampas de acesso são uma estrutura centrada no hotel, em todo o ambiente existe as rampas para melhor atender as necessidades do hóspede, proporcionando ao grupo de hóspedes especiais uma acomodação mais segura e com facilidade durante o seu tempo de estadia.

Em relação as vagas especiais, 75% concorda totalmente, 10% concorda parcialmente, e 15% neutro. Sobre as vagas especiais, é um setor novo no hotel, havendo poucas vagas, mas em processo de construção de novas vagas para o conforto e comodidade do cliente.

Para os corrimões, os resultados são os seguintes: 70% concorda totalmente, 15% concorda parcialmente, e 15% neutro. A questão dos corrimões, é bastante inserido no ambiente, principalmente nos quartos, desde a entrada até no banheiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de serviços turísticos tem crescido de maneira expressiva, mas especificamente no setor hoteleiro. Dando uma movimentação para a economia local com a geração de emprego para as localidades.

Os meios de hospedagens configuram-se como o principal segmento de atividade turística. Com o aumento da concorrência e exigência dos hóspedes, deve-se entender que é a qualidade que os hóspedes buscam, e deve ser prioridade para os gestores de hotéis. Portanto, a qualidade em serviços passa por mudanças constantemente, se adequando a satisfação do cliente.

Diante disso, o presente estudo buscou compreender a qualidade em serviços hoteleiros prestado pelo Olho D'água Park Hotel - Caraúbas/RN. Para atender a esse objetivo, foi elaborado um questionário, com intuito de identificar diante da percepção dos hóspedes a qualidade em serviços de hotelaria.

O proposto estudo mostra resultados satisfatórios que caracteriza o hotel pelo seu funcionamento de qualidade para os clientes. O perfil dos entrevistados é de clientes de cidade e estados vizinhos, com o nível de escolaridade de ensino superior, proporcionando um bem-estar favorável, proporcionando ao cliente a escolha da procura pelo hotel, devido ao espaço de lazer que a oferece.

Outro ponto analisado, foi as condições físicas do hotel, na limpeza, localização, acessibilidade, segurança e estacionamento, mostra bons resultados pela limpeza do ambiente, com fácil acesso, devido as placas de sinalização e o estacionamento especializado para deficientes.

Portanto, mostra-se que o hotel possui uma estrutura física acessível para oferecer conforto aos seus clientes, mediante dos serviços de qualidade. Dessa forma, descrever experiências daqueles que lidam diretamente com os serviços, pode-se chegar à conclusão, de quê, os setores do hotel de estudo, atende as

necessidades dos clientes, isto se deve ao fato de ter uma equipe de funcionários capazes de oferecer qualidade de serviços, nos diversos setores de um hotel.

Sendo assim, presume-se que o trabalho trouxe conhecimentos produtivos, e resultados significativos, acerca da realidade da prestação de serviços do Olho D'água Park Hotel, de acordo com a visão percebida pelo hóspede. Dessa forma, a pesquisa serve como uma maneira de avaliação, para os gestores desempenhar um planejamento melhor, analisar os setores, e aprimorar os serviços.

Conclui-se assim que o hóspede é visto como a sobrevivência do hotel, e buscar inovar e melhorar na qualidade dos serviços proporcionará a fidelização de clientes para com o hotel. Portanto, é de suma importância proporcionar aos funcionários atividades relacionadas em estratégias de qualidade, como também investir em equipamentos de meios de hospedagens moderno.

Por fim, a pesquisa proporcionou conhecimentos e informações significativas, diante do cenário dos serviços do segmento hoteleiro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Educação. **Administração de bares e restaurantes**. 2014.
- CIERCO, A. A.; ROCHA, A. V.; MOTA, E. B. **Gestão da qualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CAMPOS, V. F. TQC: **Controle de qualidade total**. Rio de Janeiro: Bloch, 1992.
- CAON, Mauro. **Gestão estratégica de serviços de hotelaria**. São Paulo, Atlas, 2008.
- CHON, Kye-Sung; SPARROWE, Raymond T. **Hospitalidade: conceitos e aplicações**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.
- COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira; GIANNOTTI, Juliana Di Giorgio. **Estatística Aplicada ao Turismo**. v. 1, 2ª ed, 2010.
- DIAS, Reinaldo. PIMENTA, Maria Alzira. **Gestão de Hotelaria e Turismo**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

FARIA, Ana Rita Rodrigues et al. **A importância da diferencial entre os diversos tipos de segurança para a gestão de empreendimentos hoteleiros.** In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL SEMINTUR, 2008, Caxias do Sul, Anais... Rio Grande do Sul, 2008.

KOTLER, P. **Administração de marketing.** São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LARA, S. B. **Marketing & vendas na hotelaria.** 2. ed., São Paulo: Futura, 2001.

MINISTÉRIO DO TURISMO: MTur realiza pesquisa inédita com hoteleiros; <http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html?id=11477> Turismo.gov.br, 05 de junho de 2018. Acessado em 27/04/2019.

MURILLO, Jean Fray Ortiz; PIO Karoline Petillo; Neves; SOUZA, Saulo Correia de. **O papel da recepção hoteleira na fidelização de clientes através do atendimento.** Semintur Jr, 09 de Novembro. 2013. p. 5.

PEREIRA, Francisco Félix; PEREIRA, Helen Rita; **Hotelaria:** da era antiga, aos dias atuais. Escola Superior de Artes e Turismo. Revista Eletrônica Aboré. v.3. p.1-16. 2007. <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Francisca%20Felix%20Pereira.pdf>. Acesso em: 05 Jan. 2020.

PALADINI, E. P. **Gestão da Qualidade no Processo.** São Paulo: Atlas, 2004.

Área Temática: Gestão de Operações e Logística

**QUALIDADE EM SERVIÇOS: UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS HÓSPEDES DO GARBOS
TRADE HOTEL - MOSSORÓ/RN**

Edinal Salustiano da Silva - edinal2050@hotmail.com

Ana Beatriz Ferreira Diógenes - anabeatrizdiogenes25@gmail.com

Yara Maria Câmara Barbosa - yaramaria549@gmail.com

Dário Policarpo dos Santos Moreira - dariopolicarpo7@gmail.com

Paula Tamires da Silva - ptss_13@hotmail.com

RESUMO

A gestão da qualidade no ramo hoteleiro vem se mostrando um dos fatores de reverência para o sucesso de um hotel. Onde a qualidade do serviço prestado é um aspecto fundamental para a concorrência. Na hotelaria, a gestão da qualidade espalhou-se por toda sua organização, passando a buscar a responsabilidade pela qualidade do serviço, assim como todos os funcionários do hotel. Desse modo, essa pesquisa tem como principal objetivo verificar a importância da qualidade dos serviços e produtos dos hotéis, realizando um estudo de campo no Garbos Trade Hotel, localizado na cidade de Mossoró-RN. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa, tendo como método de coleta de dados um questionário de 17 questões aplicado aos hóspedes do hotel. De tal modo, foi realizada entrevistas com 50 hóspedes que estavam presentes no Garbos Trade Hotel, buscando conhecer as percepções e avaliações que levaram os mesmos a se hospedarem no hotel, assim como a avaliação dos mesmos sobre os funcionários e o espaço físico do hotel. Desse modo, conclui-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, onde os resultados evidenciaram a satisfação dos hóspedes em relação aos serviços prestados pelo Garbos Trade Hotel.

Palavras-chaves: Turismo - Gestão da qualidade - Hotelaria.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata-se de uma análise sobre a gestão da qualidade na hotelaria, através de um estudo de caso no Garbos Trade Hotel. É pertinente destacar que a qualidade na prestação dos serviços se mostra como um dos fatores de sucesso de qualquer negócio, pois, uma vez que o mercado atualmente se encontra cada vez mais competitivo trazendo mudanças que fazem com que as empresas busquem novas táticas ou estratégias para se manter no topo e não entrarem em declínio.

No caso específico da hotelaria Castelli (2003, p. 144) considera que: Se todos os hotéis oferecem aproximadamente a mesma coisa, quem quiser se diferenciar deverá oferecer um serviço melhor ou diferente do que os demais concorrentes.

Complementando o pensamento de Castelli (2003) e Callan (2001) consideram que a qualidade em serviços tem sido um dos principais fatores usados para ganhos de vantagem competitiva, o que leva a indústria hoteleira a focar especificamente na necessidade e expectativa de seus clientes (CALLAN, 2001). No entanto, há uma falta de consenso quanto ao modelo ideal que possa avaliar a qualidade dos serviços de hospedagem.

Isso pode ser visto, através da elaboração de um modelo de gestão da qualidade em serviços, o que no caso de um hotel, deve ser feita com muito cuidado e atenção, tendo em vista que as necessidades variam de hóspede para hóspede, que por sua vez, são os clientes do setor hoteleiro, logo a qualidade precisa ser entendida a partir do ponto de vista do hóspede, já que é ele o avaliador em questão.

Diante do exposto, esta pesquisa se limita a um estudo de campo do Garbos Trade Hotel que ao receber hóspedes de diferentes locais, faz crer que têm visões e necessidades distintas, e por sua vez, precisam ser atendidas de maneira que todos os hóspedes tenham o bem-estar garantido.

Com isso conjecturou-se o seguinte questionamento: **Qual a percepção dos hóspedes em relação a qualidade dos serviços prestados pelo Garbos Trade Hotel em Mossoró/RN?**

O motivo da escolha do tema se deu pelo fato de trabalhar no hotel e ter uma conexão do curso, o tema se faz relevante para a área de estudo e que pode contribuir para a ampliação do mercado de trabalho.

O estudo se faz importante nos âmbitos acadêmico-científico. No econômico, é importante analisar a satisfação dos hóspedes, assim como uma ferramenta de análise a qualidade do serviço do hotel. As melhorias no atendimento, no âmbito da estrutura física e principalmente na qualidade dos serviços cordiais dos funcionários, uma vez que são os pontos mais avaliados no hotel.

Já para o campo acadêmico o tema se faz relevante, pois os estudos hoteleiros vêm sendo discutidos nos âmbitos de aprimoramento e modernização. No qual a qualidade é uns dos pontos que estará sempre em debate nos espaços acadêmicos, assim como, contribui como uma ferramenta de orientação para os hoteleiros.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o grau de satisfação dos hóspedes em relação aos serviços prestados pelo Garbos Trade Hotel, Mossoró/RN. Para alavancar o objetivo geral, foram escolhidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar o perfil dos hóspedes do Garbos Trade Hotel através do levantamento de suas características (gênero, faixa etária, motivo da hospedagem, nível educacional); b) Detectar a avaliação dos hóspedes referentes a qualidade dos serviços prestados pela equipe de colaboradores do Hotel; c) Descrever as condições de infraestruturas das áreas interna e externa do hotel a partir do olhar do hóspede.

No tocante a descrição do objeto de estudo o Hotel está localizado na Avenida Lauro Monte Nº 1301, Abolição 1, Mossoró/RN. Fundado em dezembro de 2008, foi construído no intuito de suprir uma deficiência da rede hoteleira executiva, e assim oferecer espaços multifuncionais com diversos serviços. Segundo os dados da empresa, o hotel dispõe de 8 andares com 110 apartamentos, 264 leitos em 4 categorias: Suítes com sala e quartos, apartamentos de luxo, superiores e executivos, mezanino com 5 salas para eventos, criados com o objetivo de atrair o público empresarial, promover treinamentos, reuniões e exposições, dentre outros.

2 HOTELARIA: BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA, TIPOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO

É preciso entender que com a necessidade de se instalar, desde os tempos primitivos onde os povos das aldeias se abrigavam em cavernas, barracas, para manter seu sustento através da caça e da pesca. Com o crescimento da população nas aldeias, foram ampliando e dando espaço a junção com outros povos, criando

povoados, vilas, vilarejos e cidades. A partir daí surgiu a relação de comunicação entre povos de diferentes localidades, dando início a intensa troca de mercadorias e serviços. Essa relação gerou a necessidade do surgimento das estalagens em consequência das antigas viagens no passado.

Após a revolução industrial, foram criadas vias de acesso para que as pessoas tivessem uma melhor locomoção, tornando mais viável as viagens, tanto para a população nobre quanto para a carente, com isso a procura por albergues britânicos, na cidade de Londres evoluiu de forma notória que ganharam a fama de serem os melhores do mundo até surgirem os grandes e famosos hotéis modernos e de primeira classe nos Estados Unidos.

Com a facilidade em viajar movida a vários tipos de motivações, decorrentes no século XX, o setor hoteleiro passou a ocupar um lugar de destaque no setor de turismo, o que foi interrompido na ocasião da Primeira Guerra Mundial. Entre as décadas de 1910 e 1920 o setor de hotelaria volta a ocupar seu lugar de destaque, passando por um crescimento mais elevado em virtude da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil o setor hoteleiro passa a existir durante o período de colonização, porém em pequenas proporções, há relatos de que o primeiro hotel oficial de São Paulo, foi construído no século XVII, após isso surgiram também as primeiras estalagens com serviços gastronômicos.

Cabe destacar que a evolução do setor hoteleiro é vista a partir dos diversos tipos de hotéis que vem surgindo, cada um com sua particularidade e cada tipo de hotel possui sua classificação. O Ministério do Turismo é o principal órgão responsável em classificar oficialmente os meios de hospedagem, através da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo.

Segundo Aldrigui (2007) “em 23 de abril de 2002 foi aprovado a Deliberação Normativa nº 429, que apresentou o Regulamento do Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem”.

A autora (2007, p. 38-39) ainda menciona em destaque, dois artigos aprovados nessa Deliberação Normativa, são eles:

Art. 3º. A classificação constituirá um referencial informativo de cunho oficial, destinado a orientar os mercados turísticos interno e externos, e também:

I – a sociedade em geral – sobre os aspectos físicos e operacionais que irão distinguir as diferentes categorias de meios de hospedagem;

II – os empreendedores hoteleiros sobre os padrões que deverão prever e executar seus projetos, para obtenção do tipo e categoria desejados.

Art. 4º. O Sistema Oficial de Classificação dos Meios de Hospedagem é instrumento para a promoção do desenvolvimento da indústria hoteleira, cabendo-lhe classificar, categorizar, qualificar os meios de hospedagem, em território nacional, simbolizados por estrelas, de acordo com as condições de conforto, comodidade, serviços e atendimento que possuam.

3 QUALIDADE: UMA BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL

No século XVII dá-se início à revolução industrial, marcando o fim da manufatura e dando início a produção por meio de máquinas, fabricação de novos produtos químicos, novos processos de produção, avanço de novas e velhas formas de gerar energia, tais avanços geraram diversos conflitos entre as potências industrializadas, o que logo depois eclodiu com a primeira guerra mundial.

Após o início da Revolução Industrial, que deu início à produção por meio de máquinas. Surgem no século XX, duas novas formas de produção industrial, que se tornaram mundialmente conhecidas, são elas o Taylorismo, que recebe esse nome por causa do engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor (1856-1915), e o Fordismo, que recebe esse nome por causa de Henry Ford (1863-1947), ambos os sistemas buscavam massificar/maximizar tanto a produção, quanto os lucros.

Foi a partir dessa produção em massa que surge a história da gestão de qualidade, quando se fez necessário inspecionar os processos de produção, bem como os produtos finais, a fim de que tais produtos fossem capazes de satisfazer as necessidades dos clientes; desde então, a qualidade de produtos e serviços gerados dão um diferencial atrativo, que por sua vez, garantem o bom funcionamento e sobrevivência de uma organização.

Destarte, o conceito de qualidade não é algo de uma única definição, sofre alterações com o passar dos anos. Um serviço prestado na década de 80, que era classificado como sendo de altíssima qualidade, nos

dias atuais poderia não ter muita relevância para o consumidor moderno, em virtude disso as empresas precisam se renovar periodicamente, fazendo estudos que identifiquem as mudanças sofridas pela sociedade onde está instalada, oferecendo seus produtos ou serviços, e como as mudanças sofridas pelos clientes, logo, a qualidade oferecida a diferentes clientes em determinados produtos ou serviços, vai variar também de um cliente para outro.

Assim, tais mudanças nos conceitos expostos para qualidade do serviço e produto, tornam possíveis, a existência de um fator que tem movido o mercado consumidor, a competitividade da concorrência, que por sua vez, impulsiona as empresas à renovação e a buscar novos métodos que façam com que a satisfação dos clientes seja garantida e suas perspectivas sejam supridas, ou até mesmo, superadas

É importante ressaltar que na gestão da qualidade o foco principal é a satisfação do cliente, sendo esta satisfação um dos principais motivos que determina a existência e a sobrevivência da empresa no mercado competitivo.

O cliente é o principal agente do processo, pois a utilização e avaliação da qualidade da empresa são feitos pelos clientes e a forma com que é oferecida a qualidade dos serviços é que vai gerar a satisfação do consumidor.

Para Giancesi (2010), “a avaliação que o cliente faz, durante ou após o término do processo, se dá através da comparação entre o que o cliente esperava do serviço e o que ele percebeu do serviço prestado”.

Dentre os modelos utilizados para mensurar a qualidade dos serviços os mais estudados são o SERVQUAL e o SERVPERF no qual o primeiro possibilita a avaliação da satisfação dos clientes através das percepções e expectativas e o segundo apenas as percepções (SALOMI, 2004).

Na norma da ABNT NBR ISO 9000 - 2015 – Sistemas de gestão de qualidade – Fundamentos e vocabulário descrevem os conceitos fundamentais e princípios de gestão de qualidade que são universalmente aplicáveis a: organizações que buscam sucesso sustentado pela implementação de um sistema de gestão de qualidade; clientes que buscam confiança na capacidade de uma organização prover consistentemente produtos e serviços em conformidade com seus requisitos.

Com isso é extremamente importante a observação de quesitos como:

- Execução do serviço: Preço, tempo e eficiência;
- Atendimento oferecido: Receptividade, agilidade e eficiência;
- Ambiente: Acesso, limpeza e conforto.

A partir dessa observação, torna-se mais fácil oferecer produtos/serviços capazes de satisfazer as perspectivas dos clientes. Pois assim, a qualidade do serviço é percebida (medido) ficando claro a satisfação do hóspede.

4 METODOLOGIA

A pesquisa contribuiu com dados que foram coletados e investigados no decorrer do estudo. Nessa perspectiva, as técnicas usadas na pesquisa foram de campo e bibliográfica onde buscarão mostrar a relevância da qualidade dos serviços na visão dos hóspedes do Garbos Trade Hotel – Mossoró/RN.

Para Chiara (2008):

A Pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades.

Portanto vale ressaltar que a pesquisa será de caráter quantitativa, para atender os objetivos propostos pela pesquisa e por estar alinhada ao instrumento de coleta de dados, um questionário estruturado.

O foco da pesquisa volta-se para os hóspedes do Garbos Trade Hotel – Mossoró/RN, onde foram investigados por meio de um questionário que contará com 17 questões objetivas, composto por uma base 50 entrevistados, como amostra dessa pesquisa, a fim de coletar informações a partir do instrumento aplicado em campo com os hóspedes que frequentam o referido estabelecimento de hospedagem.

A pesquisa foi realizada através de dois questionários compostos por questões fechadas e abertas para uma amostra não probabilística e mensurada por meio de planilha *Excel* e análise de conteúdo.

5 ANÁLISE DOS DADOS: A SATISFAÇÃO DOS HÓSPEDES COM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS

A partir desta seção são apresentados os resultados da pesquisa. Estes foram encontrados depois da análise dos questionários aplicados com os 50 entrevistados nos quais eram os hóspedes do Garbos Trade Hotel - Mossoró/RN. Após a aplicação, os questionários foram quantificados e passam a ser apresentados em forma de gráficos para uma melhor compreensão das respostas relacionadas ao tema da pesquisa.

Gráfico 01. Equipe de Funcionários



Fonte:

Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

Quando se analisa o uso dos uniformes atendendo a um padrão de qualidade da equipe de profissionais do hotel foi identificado que um número expressivo de respondentes representado por 72 % considerou “plenamente satisfatório”, seguido de 16% avaliaram “satisfatório”, totalizando a opinião de 88% da opinião dos hóspedes ficando acima da média. Com base nos percentuais apresentados podemos averiguar que o hóspede avalia de maneira positiva os uniformes usados pelos colaboradores.

Sendo assim, para Kalkmann (2002) relata a importância da excelência em serviços como elemento fundamental para a qualidade, uma vez que estar bem uniformizado faz parte da qualidade. Esta questão retrata

a importância dos uniformes posto que, proporciona a formalidade e organização que um ambiente de trabalho necessita. O uniforme facilita a identificação do funcionário e gera um sentimento de pertencimento à equipe, promovendo uma maior integração.

Em suma, gera a identificação do Hotel, funciona como um cartão de visitas, preserva a imagem dos serviços que oferecem tornando-o mais atrativo aos hóspedes.

Já em questão do pronto atendimento a pedidos ou reclamações e informações precisas a solicitações de deslocamentos, foi identificado um número positivo de 65% que avaliaram como “plenamente satisfatório” e 25% como “parcialmente satisfatório” sendo assim foi identificado uma porcentagem significativa e positiva ao que se avalia na questão de informações e atendimentos aos hóspedes.

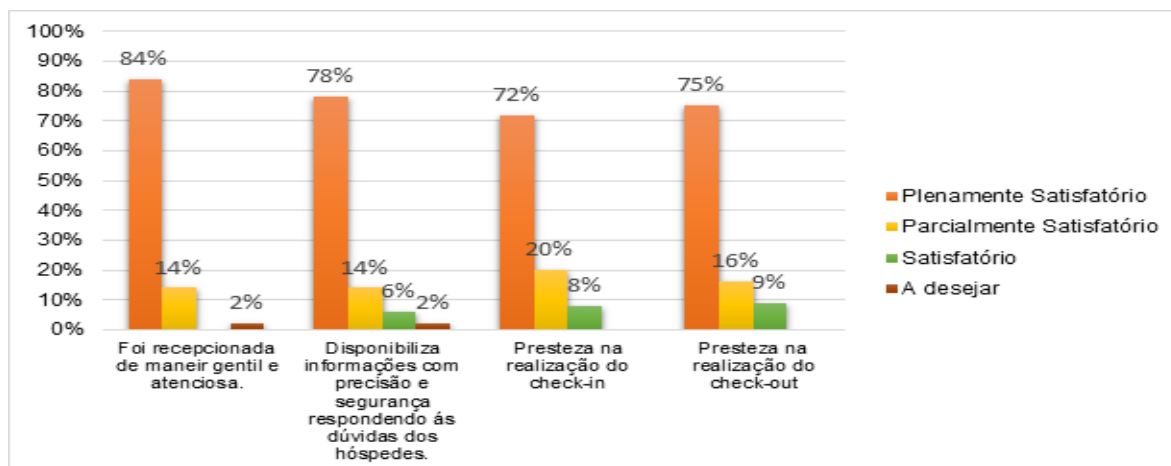
De acordo com Freemantle (1994) ele diz que é fundamental que todos os colaboradores saibam se relacionar bem com os clientes da organização, pois, o cliente deseja ser bem tratado desde a telefonia até o atendimento presencial.

A informação transmitida pelo colaborador é necessária, pois tanto pode orientar o hóspede como pode também dificultar o entendimento e não resolver a dúvida questionada. Aceitar as críticas e reclamações contidas pelos hóspedes é interessante para que possa melhorar os aspectos estruturais e organizacionais.

Quanto a análise a qualidade no atendimento se atendeu as expectativas 66% avaliaram como “plenamente satisfatório” e 22% avaliaram como “parcialmente satisfatório” observa-se que um número significativo representado pelos respondentes, sendo assim atinge 88% das expectativas esperadas.

Garvin (2002) cita que a qualidade apresenta diversas interpretações e por isso, é essencial um melhor entendimento do termo para que a qualidade possa assumir um papel estratégico. Seja no âmbito atendimento ou produto é interessante que para conquistar a excelência do cliente, os dois pontos sejam praticados.

Gráfico 02. Recepção



Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

No que diz respeito a recepção gentil e atenciosa. No entendimento dos hóspedes constatou-se os seguintes percentuais: 84% “plenamente satisfatória”, 14% “parcialmente satisfatório” e 2% “a desejar”. Com um total de 98% foi percebido que é satisfatória para os respondentes. O hotel segue um padrão de atendimento satisfatório para quem frequenta o ambiente, os funcionários são prestativos e atendem as expectativas exigidas.

No que se refere as informações e dúvidas disponibilizadas para os hóspedes 78% dos hóspedes avaliou como “plenamente satisfatório”, 14% responderam parcialmente satisfatório” e 6% “satisfatório”, totalizando 98% da opinião dos respondentes. O elevado grau de satisfação dos hóspedes é consequência da política da qualidade no atendimento, adotada pelo Garbos Hotel, ao padronizar informações em que o colaborador passa ao hóspede todos os detalhes sobre os serviços do hotel como horário do café da manhã, horários das arrumações, localização do restaurante, piscina e outros espaços, bem como a data e horário do término de seu *check-in*.

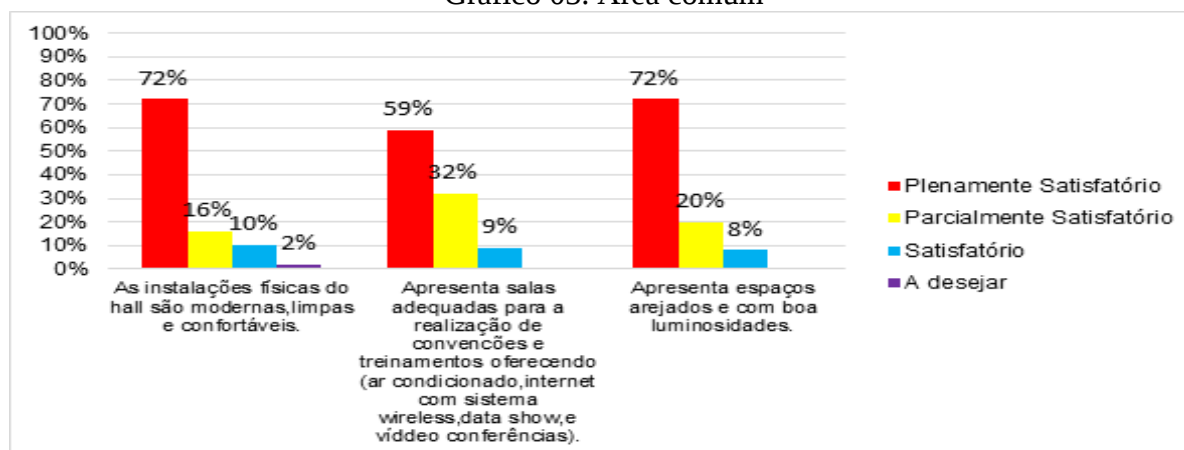
Com relação a presteza no *check-in* foi avaliado da seguinte maneira: para 72% dos respondentes apontam como “plenamente satisfatório” e 20% apontam como “parcialmente satisfatória”.

O grau de satisfação do *check-out*, procurou mensurar presteza desse procedimento, já que o mesmo requer um período de tempo para ao verificar as acomodações e instalações utilizadas pelo hóspede, bem como o consumo do frigobar e a emissão da nota de despesas a serem pagas, dentre outros.

No tocante o *check-out* 75% dos hóspedes apontam como “plenamente satisfatória” e 16% consideraram como “parcialmente satisfatória”. A avaliação positiva, feita por parte dos entrevistados, indica o compromisso e agilidade dos funcionários do hotel.

É pertinente destacar que a eficiência na realização do *check-out*, faz a diferença na expectativa que o cliente tem sobre o hotel, pois deve-se considerar que neste momento o hóspede tem pressa para ir embora, ou embarcar para uma nova viagem.

Gráfico 03. Área comum



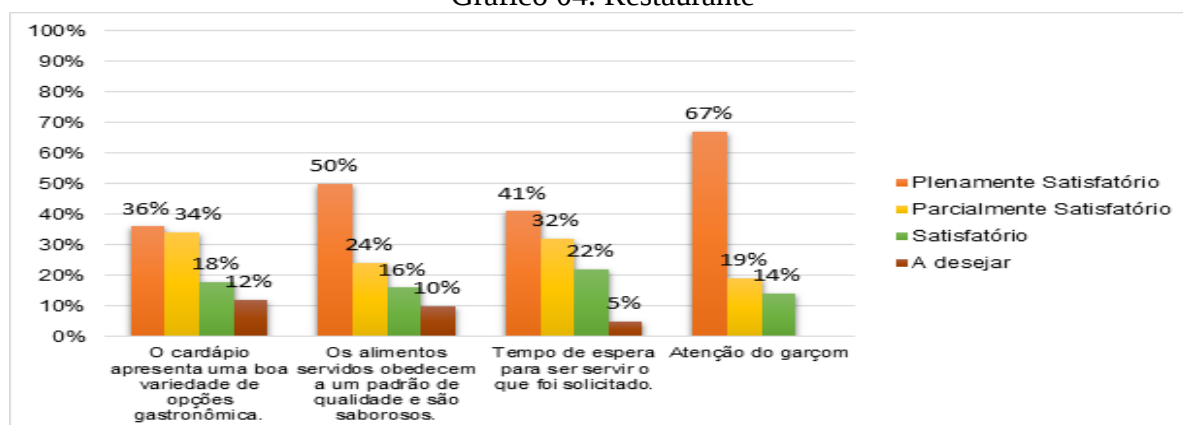
Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

As instalações físicas do *hall* são modernas, limpas e confortáveis 72% dos hóspedes apontam como “plenamente satisfatório” e 16% consideraram “plenamente satisfatória”, totalizando a opinião de 88% considera que as instalações e o modernismo são satisfatórios na visão dos hóspedes. O *Hall* do hotel tem um espaço aconchegante e apresentável, com moveis rústicos onde chamam a atenção para fotografias, oferece lugares onde o cliente pode aguardar enquanto é feito *check-in* ou *check-out* ou até mesmo aguardar outros

procedimentos. No tocante a apresentação das salas de eventos onde são realizadas reuniões 59% dos hóspedes consideraram “plenamente satisfatória”, enquanto que para 32% são “plenamente satisfatória”.

Quando indagados a respeito da apresentação dos espaços se tem boa iluminação, para os hóspedes, os conceitos atribuídos foram de “plenamente satisfatório” para 72% seguido de “parcialmente satisfatório” para 20% e “satisfatório” para 8%. Se considerarmos o total do mais avaliado apresenta-se 100% foi avaliado de maneira positiva. A iluminação é importante pois alguns hóspedes se reuni para conversar, ou ler um jornal, e ao entrar em uma recepção que é o cartão de visita do ambiente, é interessante ter uma iluminação propicia ao lugar.

Gráfico 04. Restaurante



Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

Referente a questão da boa variedade de opções gastronômica 36% avalia como “plenamente satisfatório” e 34% “parcialmente satisfatório” tendo um total de 70% atribuíram que o cardápio apresenta uma variedade de opções satisfatória. O setor de restaurante, é um setor indispensável para um hotel.

Dessa forma, no hotel, este setor, oferece as alimentações diárias dos clientes, portanto, a partir de sua estrutura, organização, até a sua gastronomia, são fundamentais para atender as necessidades dos clientes. É

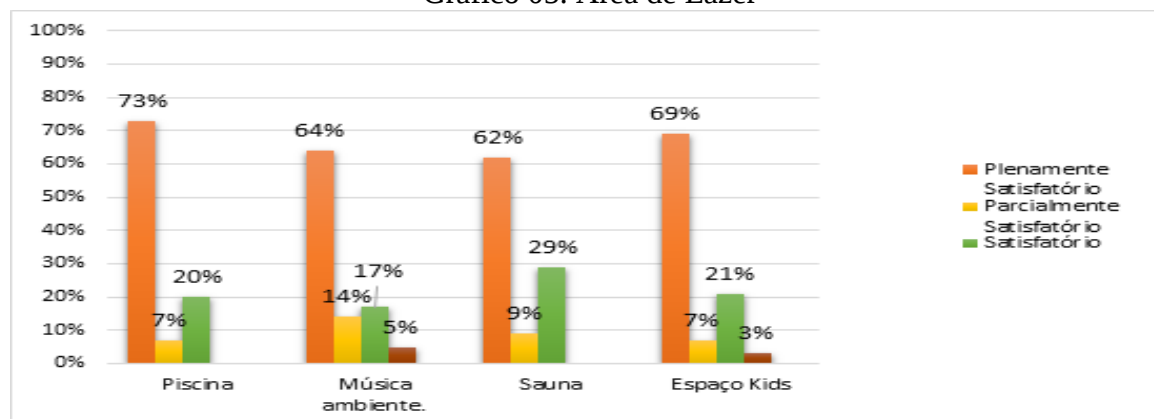
importante destacar a qualificação e preparação dos funcionários, para que possam desempenhar um trabalho eficaz, atendendo as necessidades dos clientes.

Já os alimentos servidos obedecerem a um padrão de qualidade e serem saborosos 50% responderam que é “plenamente satisfatório” e 24% “parcialmente satisfatório” somando 74% positivamente satisfazendo a necessidade do cliente.

Quando se avalia o tempo de espera para os pratos solicitados serem servidos, 41% avaliaram “plenamente satisfatório” e 32% parcialmente satisfatório”.

Já ao avaliar a atenção do garçom 67% responderam “plenamente satisfatório” 19% “parcialmente satisfatório” e 14% responderam “satisfatório”, podendo se observar que o ponto representativo das quatro questões pesquisadas, a atenção do garçom foi representativa com 86% satisfatório no olhar dos hóspedes. É importante que o garçom se torne uma pessoa influente na percepção do hóspede pois ele é essencial na apresentação organizacional do estabelecimento.

Gráfico 05. Área de Lazer



Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

No que diz respeito a utilização da piscina. No entendimento dos hóspedes constatou-se os seguintes percentuais: 73% “plenamente satisfatória”, 20% “satisfatório” que, se somadas como respostas de aceitação, se obterá 93% da satisfação dos respondentes. É um diferencial e tanto na área de lazer de um hotel, a piscina é diversão certa para todos. Seja ela para relaxar ao chegar do trabalho ou até mesmo para o lazer do final de

semana e para a prática de exercícios, ter uma piscina agrega muito valor ao local. É importante que as piscinas adulto e infantil sejam separadas, assim evita o risco de acidentes com crianças.

No que se refere a música ambiente, 64% dos hóspedes avaliou como “plenamente satisfatório”, 17% responderam “satisfatório”, e 14% “parcialmente satisfatório”. De acordo com estudos recentes, a música afeta tanto o sabor da comida quanto o apetite, portanto, recomendamos levar em conta esse elemento de tamanha importância.

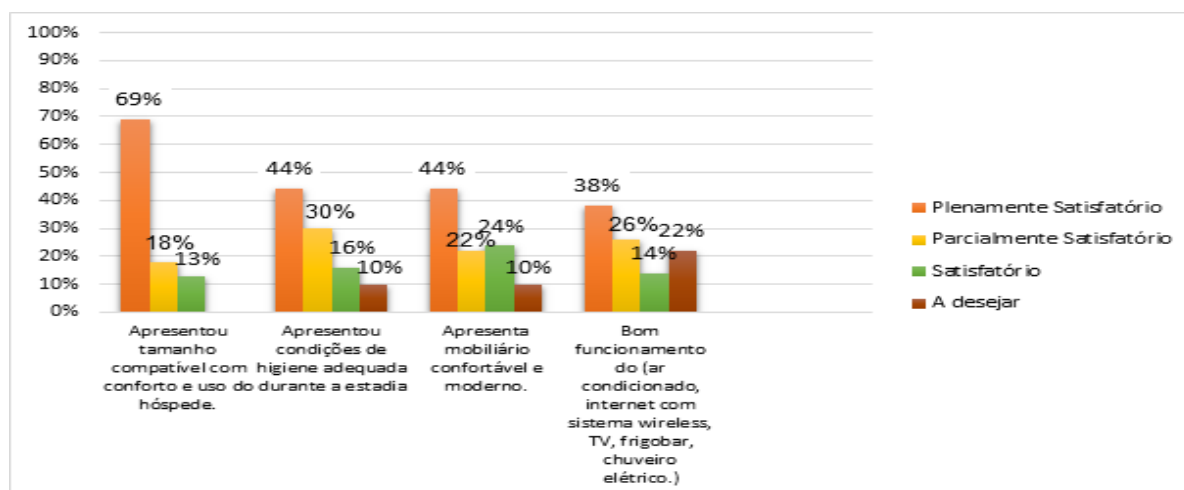
Em primeiro lugar, é um indutor de estados de **espírito**, relacionamos as melodias com memórias ou experiências vividas. Porém faz-se necessário esclarecer que a música ambiente para restaurante que queremos ouvir café da manhã não tem nada a ver com o que poderia estar em um jantar e que tem que ser refletido no restaurante. Há momentos do dia mais relaxantes e outros que mais gostamos com algo tranquilo (ambiente calmo). No restaurante, é fundamental interpretar os tempos e manipular a música como se fosse o fogão da cozinha todos os dias. Como recomendação, nas primeiras horas você não deve ter um som muito alto; é melhor estar acompanhado de música suave e relaxada.

Como mencionamos anteriormente, também precisamos observar que tipo de clientes há em cada turno e seus desejos ao ir ao seu restaurante.

Com relação a sauna foi avaliado no tocante aos materiais e equipamentos da seguinte maneira: para 62% apontam como “plenamente satisfatório” no aspecto materiais e para 29% também apontam como “satisfatória”. As saunas são ótimas, mas com uma finalidade para saúde e relaxamento. Nem todos os hotéis possuem, mas são um grande bônus para os hóspedes.

Com relação ao espaço *kids* 69% dos hóspedes apontam como “plenamente satisfatória” e 21% consideraram “satisfatória”. Cabe ressaltar que os hotéis com lazer completo sempre têm um bom espaço reservado para esta finalidade.

Gráfico 06. Quarto



Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

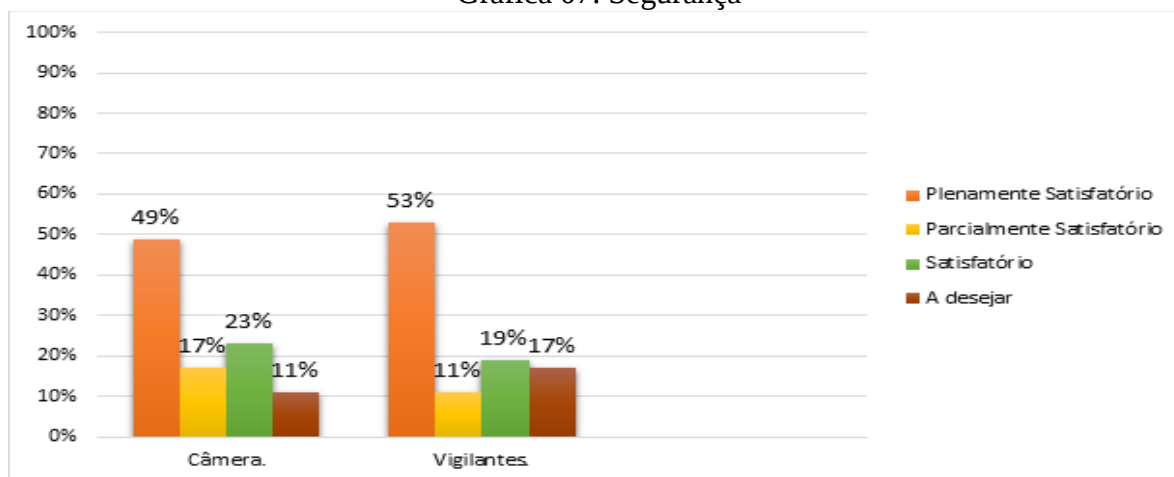
Já no que se refere ao tamanho compatível com conforto e uso do hóspede 69% dos hóspedes apontam como “plenamente satisfatório” e 18% consideraram “plenamente satisfatória”, totalizando a opinião de 87% considerada o tamanho do quarto satisfeito.

No tocante a higienização adequada durante a estadia 44% dos hóspedes considerou “plenamente satisfatória”, enquanto que para 30% são “plenamente satisfatória”.

Quando indagados a respeito da apresentação mobiliária se é confortável e moderno para os hóspedes, os conceitos atribuídos foram de “plenamente satisfatório” para 44% seguido de “satisfatório” para 24% e “plenamente satisfatório para 22%. Se considerarmos o total do mais avaliado apresenta-se 90% foi avaliado de maneira positiva.

Com relação aos bons funcionamentos dos equipamentos do quarto (televisão, ar condicionado, chuveiro, frigobar etc.) foi avaliado da seguinte maneira: para 38% dos respondentes apontam como “plenamente satisfatório” para 26% “parcialmente satisfatória” e 22% apontam como “a desejar”.

Gráfica 07. Segurança



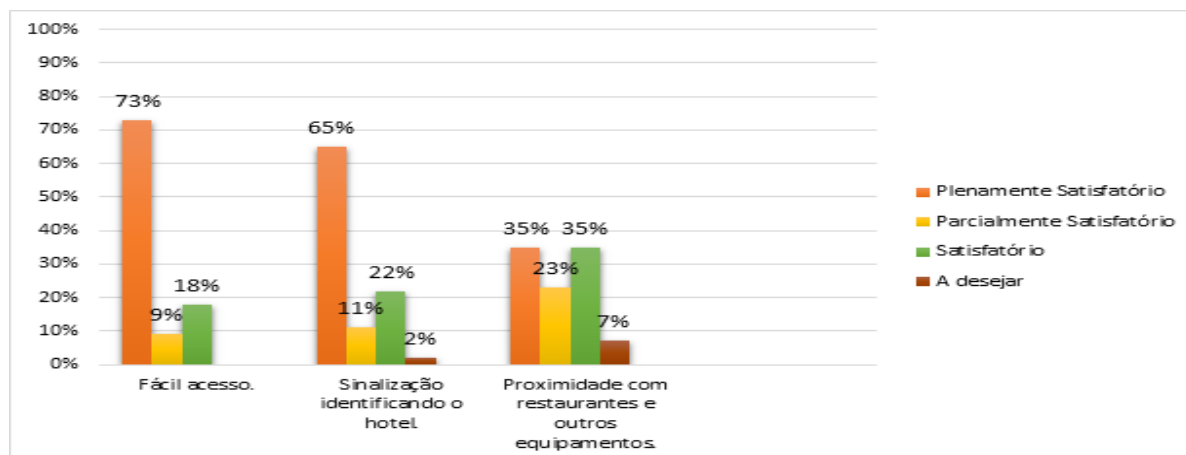
Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

No que concerne à segurança com 49% afirmaram “plenamente satisfatório” e 23% afirmaram “satisfatório”, o que corresponde 72% da opinião dos respondentes. O resultado da avaliação deste critério retrata o esforço dos gestores na busca por excelência em políticas de segurança do hotel, pois a eficácia deste serviço proporciona mais conforto e tranquilidade para os hóspedes e também para seus funcionários.

Dentre as principais ações de segurança praticada no hotel destaca-se: câmeras de segurança nas áreas coletivas; presença de cofres nas Unidades Habitacionais; chaves eletrônicas e mecânicas, registros de quais funcionários realizaram a limpeza e manutenção dos aposentos, dentre outros.

A opinião no tocante aos vigilantes 53% responderam “plenamente satisfatório” e 19% “satisfatório”.

Gráfico 08. Localização



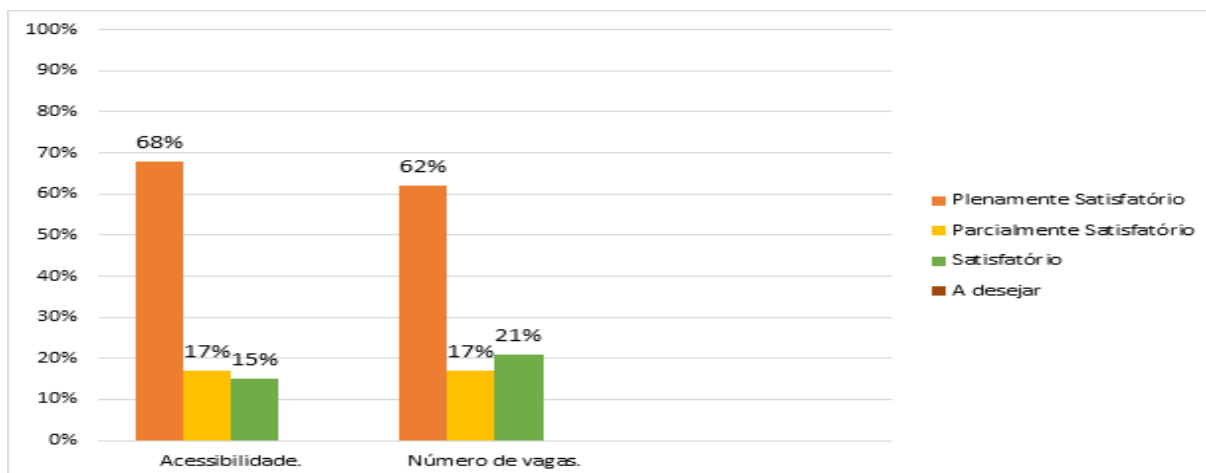
Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

Quando questionados a facilidade no acesso constatou-se os seguintes percentuais: 73% “plenamente satisfatório”, e 18% “satisfatório”. Ou seja, 91% dos hóspedes consideram “plenamente satisfatório” o acesso ao hotel. O referido meio de hospedagem se encontra localizado nas proximidades da BR e de uma das principais avenida de acesso a cidade de Mossoró. Conta com a presença de pavimentação de boa qualidade, radar de velocidade.

Já no tocante a sinalização identificando o hotel 65% afirmam “plenamente satisfatório” e 22% “satisfatório, tendo um percentual de satisfação de 87%. Na via do entorno do hotel observa-se a existência de placas de sinalização que informem ao condutor a velocidade máxima permitida.

Quando questionado a proximidade com restaurantes e outros equipamentos 35% assinalam “plenamente satisfatório” e 35% “satisfatório” somando um número de 70% avaliado positivamente, enquanto 23% avaliaram “parcialmente satisfatório”. No bairro onde está localizado o hotel existe a presença de restaurantes de comidas regionais, escolas, rede de supermercado, igrejas, lojas, entre outros.

Gráfico 09. Estacionamento



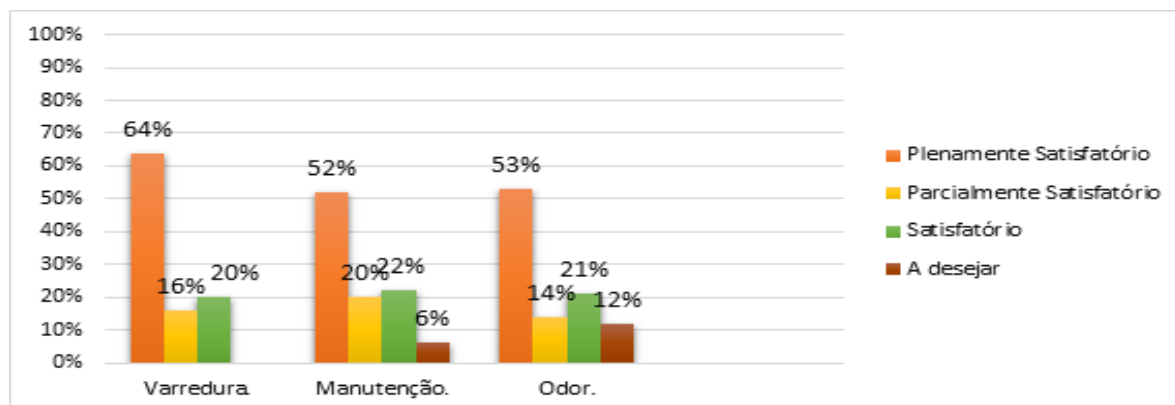
Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

Os resultados apresentados em questão da acessibilidade mostram que 68% dos entrevistados avaliam como “plenamente satisfatório” enquanto 17% “parcialmente satisfatório” e 15% satisfatório”. Próximo à entrada do hotel existem vagas destinadas ao uso de idosos e cadeirantes, neste mesmo local há rampas que garantem a acessibilidade direta e facilitada até a entrada do hotel.

Já em questão do número de vagas 62% avaliaram como “plenamente satisfatório” e 21% “satisfatório” sendo um número representativo como 83% na satisfação dos hóspedes. O estacionamento é exclusivo para clientes do Hotel Garbos e monitorado por circuito interno de câmeras. Existem vagas de estacionamento na parte frontal do hotel e área para embarque e desembarque de hóspedes, o que facilita a rotina e a mobilidade dos clientes.

A avaliação positiva do estacionamento do empreendimento hoteleiro contar com uma ampla área interna totalmente pavimentado e interligada ao hotel. Mais da metade das vagas são cobertas, os espaços para cada um dos veículos estão demarcados com faixas pintadas na pavimentação.

Gráfico 16. Limpeza



Fonte: Elaborado pela autora e dados coletados nos questionários (2019).

O questionamento a respeito da limpeza, na percepção do hóspede, inserido no instrumento de pesquisa se deve ao fato de que a realização ou ausência da higienização de um hotel, interfere diretamente no bem-estar do hóspede bem como na qualidade do empreendimento. Assim, a deficiência na limpeza do ambiente tende a gerar incômodos aos hóspedes, tanto pelo seu mau cheiro quanto pela poluição visual e degradação do espaço utilizado. Por isso, foi perguntado ao hóspede qual a opinião a respeito da varredura, manutenção e odor do Garbos Trade Hotel.

Analisando o critério de varrição ou varredura, foi verificado que 64% dos hóspedes responderam a alternativa “plenamente satisfatório” e 20% “satisfatória”. Esta informação retrata que para 84% dos entrevistados consideram que a limpeza das áreas externas (estacionamento, parquinho infantil locais públicos em áreas abertas onde existe a presença de resíduos como areia, folhas carregadas pelo vento, papéis, dentre outros) e internas do Hotel (unidade habitacional, *hall*, salão de festas, restaurante, dentre outros) são satisfatórias.

Quanto à manutenção constatou-se os seguintes percentuais: 52% “plenamente satisfatória”, 21% na “satisfatória”. Ou seja, 73% dos hóspedes consideram que a manutenção é realizada “sempre” ou “na maioria das vezes”. A manutenção é mais uma das funções estratégicas da hotelaria. Afinal, ela interfere no perfeito andamento da operação e evitará insatisfação dos hóspedes gerada por problemas de funcionamento dos equipamentos e serviços oferecidos pelo Hotel.

No tocante ao odor 53% dos hóspedes consideram que “plenamente satisfatório” e 21% consideram “satisfatório”. Com base nos dados apresentado constata-se que para 74% dos hóspedes considera que é satisfatório o odor dos espaços físicos do Garbos Trade Hotel.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa do referido estudo, cujo objetivo principal foi analisar os níveis de satisfação dos hóspedes em relação aos serviços prestados pelo Garbos Trade Hotel, Mossoró/RN foi alcançado. Importa também refletir que foi possível ir de encontro aos objetivos específicos propostos: caracterização do perfil dos hóspedes do hotel; identificar como os hóspedes avaliam a equipe de colaboradores do hotel Garbos; e avaliação das condições físicas e estruturais do hotel.

Com as informações do questionário aplicado foi possível identificar a resposta da pergunta-problema ao indagar a percepção dos hóspedes em relação a qualidade dos serviços prestados pelo Garbos Trade Hotel em Mossoró/RN. Nesta perspectiva os hóspedes avaliaram positivamente: as informações em que o colaborador passa ao hóspede todos os detalhes sobre os serviços do hotel como horário do café da manhã, horários das arrumações, localização do restaurante, piscina e outros espaços, bem como a data e horário do término de sua estadia; compromisso e agilidade na realização tanto no *check-in* como *check-out*.

Em suma, pode-se concluir que a grande maioria dos hóspedes do Hotel Garbos está satisfeita com os serviços oferecidos e com o atendimento recebido por parte dos funcionários do hotel.

No tocante a avaliação dos hóspedes referente a infraestrutura do hotel na área interna do hotel tais como: instalações do *hall*, salas para a realização de eventos e treinamentos; restaurante, unidades habitacionais e espaços de lazer. Todos os espaços citados foram considerados confortáveis, arejados e com boa luminosidade e sinalização adequada. Ou seja, foram avaliados satisfatoriamente.

No que se refere ao espaço específico para a realização de eventos, convenções e treinamento, o mesmo possui salas equipadas com ar condicionado, *internet* com sistema wireless, *data show*, e vídeo conferências.

O restaurante, por se tratar do local onde são realizadas as refeições é considerado um espaço fundamental para atender as necessidades dos clientes. O desempenho deste setor, segundo a percepção dos

próprios hóspedes, foi que: o cardápio apresenta uma boa variedade de opções gastronômica, os alimentos servidos obedecem a um padrão de qualidade, dentre outros aspectos.

Em suma, os resultados apresentados e discutidos neste trabalho indicam que a pesquisa respondeu a hipótese elaborada bem como atingiu o objetivo geral. Todavia o presente estudo pode ser complementado, através de um outro estudo que investigue a qualidade no atendimento na hotelaria, diante do contexto econômico-financeiro atual, calcado realmente nas questões relativas ao cliente e ao atendimento de qualidade para com o mesmo.

REFERÊNCIAS

ALDRIGUI, Mariana. **Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2007.

CASTELLI, G. **Administração Hoteleira**. 6 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

CALLAN R.J.; KYNDT G. *Business Travelers Perception of Service Quality: A Prefatory Study of Two European City Centre Hotels*. International Journal of Tourism Research. n.3, p. 313-323, 2001.

CHIARA, I. D. et al. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

FREEMANTLE, David. **Incrível Atendimento ao Cliente**. São Paulo: Makron Books, 1994.

GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H.L. **Administração Estratégica de Serviços: operações para a satisfação do cliente**. São Paulo: Atlas, 2010.

GARVIN, D. A. **Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva**. Rio de Janeiro: Qualitymark. Ed., 2002.

KALKMANN, Luiz Geraldo. **Qualidade necessária para empresas de serviços contábeis: como conquistar um selo de qualidade**. Itajaí: Editora e Gráfica Berger, 2002.

SALOMI, G. G. E., Miguel, P. A. C., & Abackerli, A. J. **Servqual x Servperf: comparação entre instrumentos para avaliação da qualidade de serviços internos**. Gestão & Produção, 12(2), 279-293. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2005000200011>. 2004.

AT 3.8 GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA

PRÁTICAS ENXUTAS APLICADAS PARA MINIMIZAÇÃO DE DESPERDÍCIOS EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Haroldo Lhou Hasegawa – haroldo.hasegawa@unifei.edu.br

Márcio Dimas Ramos – mdr@unifei.edu.br

Sander Gabaldo – sander.gabaldo@prof.uniso.br

Andrea Kovesdy – andrea.kovesdy@gmail.com

Délvio Venanzi – delvio.venanzi@fatec.sp.gov.br

RESUMO

O presente estudo de caso foi desenvolvido em uma empresa de pequeno porte, que presta serviços de montagem de conjuntos de rodas para montadoras de automóveis, na forma de uma pesquisa exploratória envolvendo a implementação da filosofia da manufatura enxuta (ME) focada na eliminação dos desperdícios. Dentre os ganhos destaca-se a redução dos estoques de contrapesos para o balanceamento das rodas, que passou de uma média de 44 dias para 26 dias, gerando uma economia anual de mais de R\$ 39.700,00 no inventário deste. Destaca-se também a redução do custo de frete pelo uso do *milkrun* para aquisição de insumos resultando na economia anual de mais de R\$ 10.800,00. A execução de outros projetos, também contribuiu para a redução de aproximadamente R\$ 13.500,00 por ano na compra de insumos e também dos gastos fixos. Com isto, a empresa passou a economizar anualmente em torno de R\$ 64.000,00. Os gestores da empresa afirmaram, em uma entrevista semiestruturada realizada em abril de 2020, que a filosofia da ME criou bases e condições para a empresa continuar a operar sem grandes mudanças até o final do ano de 2020, mesmo com a baixa demanda do mercado resultante da pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Práticas enxutas. Manufatura enxuta. Redução de estoques. Desperdícios.

1. INTRODUÇÃO

A atual crise global de pandemia, promovida pela propagação do COVID-19, trouxe mudanças significativas no contexto social e econômico das pessoas e das corporações, muito em função, da adoção da política de isolamento social e em alguns casos chegando ao *lockdown*. Tal situação traz preocupações, não somente com a saúde pública, mas também com a manutenção de empregos e a sobrevivência das empresas e organizações, fazendo com que estas passem a se preocupar sobre os impactos negativos para o desenvolvimento econômico não somente para o presente, mas também para o futuro pós pandemia.

Conforme o portal industrial (2020) ao longo do primeiro quadrimestre de 2020, no Brasil, duas em cada dez empresas se utilizaram da demissão como mecanismo para tentar contornar a crise, muitas outras se encontram em dificuldades para manutenção de empregos ou salários e também para a obtenção de créditos dos sistemas financeiros. Já a Agência Brasil (2020) faz uma estimativa de que os efeitos da pandemia no país ao longo do primeiro semestre de 2020, sobre a economia das empresas, se encontra na casa dos R\$ 900 bilhões em dívidas, sendo que os setores mais afetados são: o de comércio, o de serviços e o de transportes, principalmente nas micro e pequenas empresas.

Normalmente as micro e pequenas empresas encontram maiores dificuldades devido as suas fragilidades de ordem financeiras e tecnológicas, principalmente. O SEBRAE (2020) afirma que em média, aproximadamente entre 20% a 25% das micro e pequenas empresas criadas, acabam encerrando suas atividades em até dois anos de existência, muito em função dos motivos supracitados.

O BNDES (2020) classifica uma empresa (independente se é comércio, serviço ou indústria) que possui receita bruta anual inferior a R\$ 360.000,00 como microempresas e as que se encontram na faixa entre R\$ 360.000,00 e R\$ 4.800.000,00 como pequenas empresas. Por outro lado o SEBRAE (2020), possui uma classificação baseada em número de funcionários, no caso de serviços e comércio, a microempresa deverá ter até 9 funcionários e uma pequena empresa entre 10 a 49 funcionários, porém alerta-se o fato desta classificação não possuir base legal sendo necessário uma consulta mais detalhada da lei n.123/2006.

Dentro deste contexto, o presente trabalho, de caráter exploratório baseado em um estudo de caso, foi realizado em uma empresa de pequeno porte que presta serviços de montagem de conjunto de rodas balanceadas para montadoras de automóveis, possuindo capacidade para a montagem de até 160 conjuntos por hora. Entende-se por conjunto a montagem final formado pelo pneu, a roda, a válvula de pressão (conhecidos também como “bico”) e os contrapesos de balanceamentos internos e externos. O trabalho foi desenvolvido entre os períodos de maio de 2016 a outubro de 2018. A empresa, na época, contava com um quadro em torno de 35 funcionários, localizado no interior paulista atendendo clientes nas regiões expandidas dos municípios de Campinas, Sorocaba e Piracicaba,

A motivação para o desenvolvimento do trabalho, se deu pelo fato da empresa ter sido reclassificada o seu porte de uma microempresa para uma de pequeno porte. Com isto passou a enfrentar problemas como atrasos no recebimento de matérias primas, falta de materiais devido à falta de um controle dos pedidos e estoques, dificuldade em atender os pedidos na quantidade e tempo programado. Estes problemas passaram a resultar em frequentes paradas da linha de montagem, gerando desconforto e conflitos com seus clientes, forçando a busca de uma solução a fim de evitar multas e perdas de contratos. Para tanto, a mesma contratou estagiários e se envolveu em um projeto de extensão para consultoria, em parceria com uma universidade local. Portanto, o objetivo do presente trabalho foi estudar a causa raiz dos principais problemas e buscar soluções viáveis e com resultados robustos e sustentáveis sem a necessidade de grandes mudanças ou investimentos.

Dentro deste contexto, após 2 anos de trabalho, foi observado que a aplicação de práticas enxutas como o controle e gerenciamento de almoxarifado, ações para eliminação de desperdícios e a implementação de rotinas e métodos para a otimização dos processos, foram fundamentais para a empresa eliminar boa parte de seus problemas e ainda economizar um montante monetário da ordem R\$ 64.000,00 por ano.

No mês de abril de 2020, foi realizado uma entrevista semiestruturada com os gestores, a fim de obter informações sobre as ações da empresa perante a redução da oferta de serviços durante o período de pandemia. Eles afirmaram que as mudanças promovidas como a melhora na gestão do estoque e a minimização dos desperdícios, foram importantes e permitirá a manutenção da empresa até o final do ano de 2020, sem

mudanças significativas. Também afirmaram que dependendo da obtenção do auxílio do Governo Federal e dos sistemas financeiros, a empresa poderá operar neste ritmo até meados do ano de 2021.

Apesar dos resultados terem coincidido para auxiliar a empresa neste cenário de pandemia, pode se afirmar que a filosofia da eliminação de desperdícios é um processo importante, não somente para melhorar a produtividade, mas também para aumentar a lucratividade, resultando em um caixa saudável e com isso criando maior fôlego financeiro para as empresas realizarem novos investimentos ou para superar e contornar imprevistos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Após o final da Segunda Guerra Mundial, os processos produtivos passaram por mudanças rápidas que foram acompanhadas por novos modelos de produção, novas filosofias, novas tecnologias e novas práticas de gestão e controle da qualidade. Atualmente, mais precisamente após o ano de 2011, grandes corporações multinacionais e também empresas do ramo de tecnologias começaram a adotar os conceitos da indústria 4.0, onde os seus principais pilares, basicamente, são a integração total dos sistemas produtivos com a internet das coisas, as tecnologias de inteligência artificial e processos de automação, fazendo com que a fabricação e processos de montagem sejam mais rápidos, precisos, com zero defeitos, personalizados e com menores desperdícios (HASEGAWA e GABALDO, 2019).

Vale lembrar que antes mesmo da onda da Indústria 4.0, a automação e integração das máquinas com o ser humano, já estava presente na indústria desde a introdução de comandos numéricos programáveis, robôs e as tecnologias digitais primitivas na década de 1960 (no início da terceira revolução industrial). Porém em meados da década de 1970 o mundo vivenciou o crescimento tecnológico e industrial do Japão, onde muitos países do ocidente, mesmo utilizando extensamente das máquinas, da automação e da eletrônica, tinham dificuldades em competir com os preços e a qualidade oferecidas pelas empresas japonesas. O ponto máximo, deste fato, se deu com o governo dos Estados Unidos da América encomendando um estudo, ao MIT, a fim de realizar um *benchmarking* sobre a competitividade das empresas japonesas. O resultado foi apresentado em

meados da década de 1980 na forma do conceito de *Lean Manufacturing*, este fortemente baseado no Sistema Toyota de Produção (STP), que é conhecido no Brasil como Manufatura Enxuta (ME). Desde então a filosofia da ME tem atraído o interesse de gestores de empresas de diversos portes e áreas de atuação, assim como o meio acadêmico e também das indústrias multinacionais (WOMACK, JONES e ROOS, 1992).

O tempo mostrou que a filosofia é bastante sólida e várias empresas no mundo passaram a adotar ou adaptaram esses conceitos, tanto que os trabalhos de Mrugalska e Wyrwicka (2017) e de Pereira *et al* (2019), mostram a existência de uma forte conexão estratégica entre a ME e a Indústria 4.0, ou seja, para que uma empresa passe a integrar os conceitos da indústria 4.0 é necessário que a mesma tenha implementado as filosofias da ME, a fim de garantir uma transição mais suave em um tempo mais curto, com menor choque cultural e com menores gastos e investimentos em novas tecnologias.

A ME se baseia na filosofia do “fazer mais com menos”, ou seja, reduzir ao máximo os tempos, materiais e processos que não agregam valor, e buscam maximizar os esforços necessários de forma sinérgica e inteligente. Portanto neste conceito é importante fazer o produto fluir sobre o processo, sem interrupções, em um sistema puxado pela demanda do consumidor ou da próxima etapa do processo, baseados em uma cultura onde todos os atores deverão se concentrar em eliminar os desperdícios. (WOMACK, JONES e ROOS, 1992).

Por outro lado, é sabido que a implementação desta cultura demanda tempo e também se torna necessário que os funcionários passem a pensar de modo enxuto e utilizar-se das práticas enxutas de modo sistêmico, porém o processo deve ser realizado com objetivos realistas assim como as mudanças devem estar dentro do espectro do possível para as empresas, envolvendo os recursos materiais, financeiros e humanos. Para tanto para sua implementação deve levar em consideração algumas estratégias baseadas nos seus princípios, como: 5S, automação, fluxo contínuo, melhoria contínua, *kanban*, troca rápida de ferramentas (SMED), manutenção produtiva total (TPM), gerenciamento total da qualidade (TQM), mapa de fluxo de valor (VSM), gestão visual, padronização de processos, nivelamento da produção, gerenciamento de inventário e estoques, conceito de zero defeito, trabalho no processo (WIP) e o pensamento enxuto (CHAHAL e NARWAL, 2017; IRANMANESH *et al*, 2019).

Dentro deste contexto, para as empresas que buscam a implementação do pensamento enxuto, pela primeira vez, deve se iniciar programas para promover a mudança de cultura e o uso de estratégias baseadas no 5S, gestão visual, padronização de processos e principalmente a eliminação dos desperdícios. As ferramentas supracitadas são importantes para que o conceito da ME auxilie a identificar e minimizar ou eliminar os principais tipos de desperdícios: produção excessiva, espera (tempo sem trabalho), movimentações desnecessárias, defeitos, retrabalhos, processos excessivos e estoques (SLACK, 2009; CHAHAL e NARWAL, 2017)

No caso dos desperdícios referentes ao estoque e movimentação desnecessária, o uso do método *First In First Out* (FIFO) com auxílio do *kanban*, permite estabelecer uma cadência no fluxo de materiais em função de sua chegada ao almoxarifado, ou seja, o primeiro que chega deve ser o primeiro a sair. Este processo possibilita manter os materiais atualizados e também visualizar, não somente o nível dos estoques, mas principalmente o montante financeiro destes a fim de estipular o tempo médio de permanência no almoxarifado ou supermercados, e com isto buscar o nivelamento (*heijunka*) que completa o sistema *Just in Time* (SIMAQ, 2020)

Estas condições são alcançadas com treinamento, mudança de cultura e capacitação para alinhar as ações e pensamentos de todos os funcionários e para que a implementação da ME seja de forma integral estes conceitos também devem ser empregados por todos os elos da cadeia de suprimentos. Dentro deste contexto, Womack, Jones e Roos (1992) e Ohno (1997), afirmam que quanto o maior número de funções e responsabilidades atribuídos aos funcionários, estes passam a visualizar melhor o processo e a valorizar sua responsabilidade, resultando naturalmente em uma cultura para a identificação e eliminação de defeitos e desperdícios. Para tanto, os processos devem ser auxiliados por técnicas, ferramentas de gestão e máquinas ou dispositivos, que permitam a busca de soluções práticas a fim de otimizar os processos, buscando elucidar e solucionar os problemas na sua causa raiz. Por final, torna-se importante elaborar um registro detalhado, para que a empresa tenha um material de consulta para direcionar as ações, caso o problema volte a ocorrer futuramente, e também servir como material para o ponto de partida para resolução de problemas similares.

Por outro lado, é fato que as filosofias e os conceitos da ME não é livre de problemas e também de polêmicas o que não o torna como consenso geral. O trabalho de Shalney e Sanson (2005) mostra que os problemas relacionados com a baixa adesão, aversão a mudanças por parte das pessoas envolvidas, a diferença de conhecimentos e habilidades entre os funcionários e a baixa autoestima (devido em muitos casos, pelos resultados não obtidos de forma imediata ou esperada), criação de rotinas e processos rígidos entre outros acabam prejudicando a implementação, resultando no estresse mental dos funcionários e consequentemente a diminuição da produtividade e maiores ocorrências de não conformidades na linha de produção. Tais problemas também são relatados por Jabbour *et al* (2013) e Castro *et al* (2019) como as causas de falhas no processo de implementação da ME. Por outro lado, é inegável que a ME, apesar de não ser um consenso comum, é uma filosofia que visa ganhos de produtividade, otimização de processos e satisfação de funcionários e clientes, trazendo como resultados as vantagens competitivas e maior lucratividade nas empresas que tiveram sucesso em sua adoção.

3. METODOLOGIA

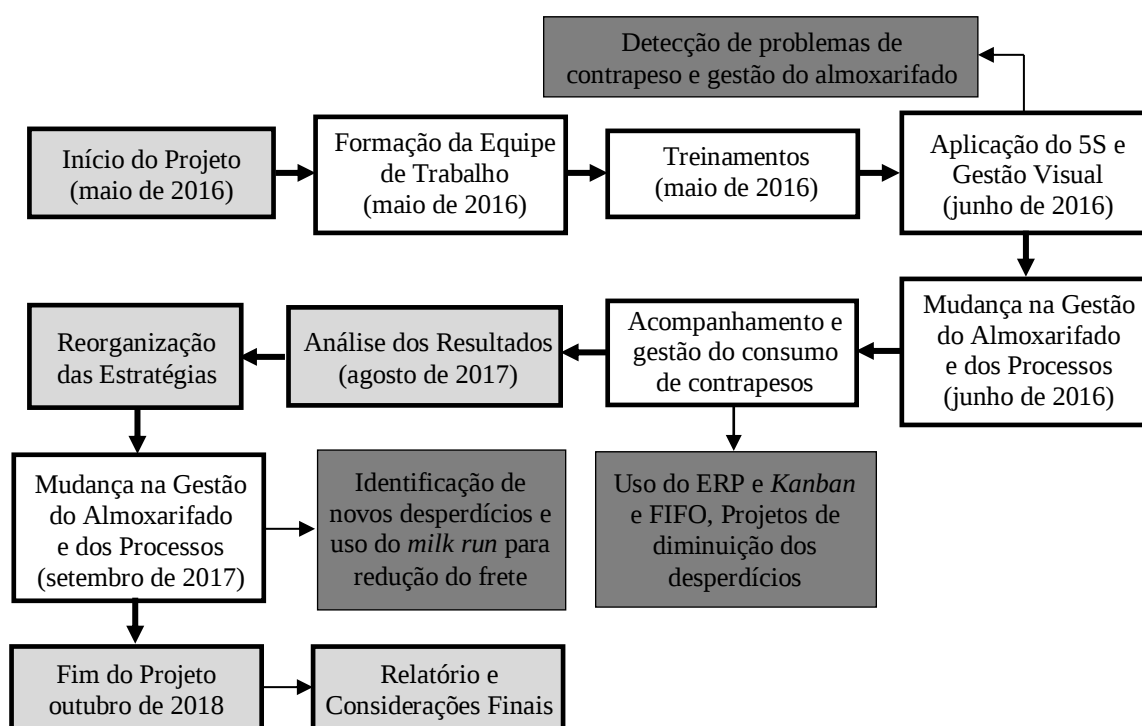
O presente trabalho, conforme Gil (1996) e Yin (2001), pode ser classificado como uma pesquisa do tipo exploratória onde a análise dos resultados se deu de forma qualitativa e quantitativa pelo método da análise por conteúdo, o seu desenvolvimento se deu *in loco*, na forma de um estudo de caso.

A empresa, objeto do estudo, é classificada como de pequeno porte e presta serviços de montagem de conjunto de rodas e pneus balanceados para montadoras de automóveis. O estudo se deu início em maio de 2016 e teve a sua finalização em outubro de 2018. O *roadmap* ilustrado na Figura 1 mostra de modo simplificado como o trabalho e o processo de coleta de dados e informações foram desenvolvidos.

Por final é importante destacar que os dados utilizados, foram extraídos de documentos internos, por observação direta, acompanhamento do processo de montagem dos conjuntos *in loco*. Os pontos positivos e os melhoramentos foram discutidos se utilizando de entrevistas semiestruturadas e reuniões de *brainstorming* com os gestores e funcionários. A identificação das pessoas envolvidas, assim como da empresa não foram

permitidos em função do caráter de confidencialidade amarrados por contratos com os fornecedores e clientes da empresa pesquisada.

Figura 1 – *Roadmap* utilizado para o desenvolvimento do trabalho de estudo de caso.



Fonte: Elaboração própria

4. RESULTADOS

O início da pesquisa se deu com a elaboração de um planejamento para detectar os pontos que necessitavam de melhorias, sendo que este, foi realizado pelo processo de observação e levantamento seguido

de compilação dos dados, neste primeiro momento as entrevistas semiestruturadas com funcionários e gestores da empresa também foram fundamentais para nortear o início dos estudos.

Os resultados mostraram que a gestão de estoque dos contrapesos das rodas era problemática, tanto que, após a realização do 5S no almoxarifado foram anotadas diferenças entre a quantidade destes itens no estoque, no sistema (ERP) e no inventário. Também foram encontrados vários materiais, de até 3 anos atrás, que estavam acondicionados fora de seu local usual e de difícil acesso dentro do almoxarifado. O Quadro 1 ilustra, no primeiro momento, os principais desperdícios encontrados na empresa.

Quadro 1 – Principais desperdícios encontrados e apontados na gestão dos contrapesos no almoxarifado da empresa pesquisada.

Descrição dos Apontamentos	Tipo de Desperdício
Excesso de contrapesos no almoxarifado sem identificação e histórico	Estoque
Contrapesos armazenados de forma inadequada e de difícil acesso	Espera e Movimentação Desnecessária
Falta de controle de entrada e saída dos contrapesos do almoxarifado	Movimentação Desnecessária
Montador é o Responsável para reposição de contrapesos na linha	Espera/Movimentação Desnecessária
Falta de determinados tipos de contrapesos no almoxarifado	Espera, Retrabalho, Movimentação Desnecessária e Espera

Fonte: Empresa pesquisada

Conforme os apontamentos indicados no Quadro 1, foi diagnosticado a necessidade de um processo mais eficiente para o controle e gestão de estoques dos contrapesos. Apesar do resultado ter surpreendido no início, em um segundo momento ficou explícito que a empresa negligenciou o controle dos contrapesos, por se tratarem de itens com relativo baixo custo unitário e de difícil controle, uma vez que existem massas que

variavam entre 5g a 50g (com incremento de 5g) e modelos para parte interna e externa das rodas. Dentro deste contexto foi decidido juntamente com a alta direção de que as filosofias e conceitos de manufatura enxuta deveriam ser implementadas de forma simplificada para buscar as melhorias, sendo que a primeira ação foram as rodas e ciclos de treinamentos no mês de maio de 2016.

Com relação ao consumo dos contrapesos, a elaboração de um procedimento definido e padronizado para o controle destes é dificultado por não existir uma lógica de qual tipo e quantidades de contrapesos são necessários para a montagem de um conjunto, sendo que este processo depende diretamente da variação natural das dimensões e massas das rodas e dos pneus a serem montados. Também não é possível limitar os tipos de contrapesos como, por exemplo, ter disponível apenas os modelos de 5g e 10g. Tal fato além de diminuir o ritmo do trabalho de montagem, os clientes não aceitam uma “fileira de contrapesos”, exigindo por contratos a instalação de um número mínimo e estritamente necessário na parte interna e na parte externa das rodas, fazendo com que o consumo varie em função do residual obtido no processo de balanceamento do conjunto montado após um determinado período.

Para descrever, com mais detalhes este processo, torna-se necessário entender que a montagem de um conjunto envolve: pneus com diâmetros que variam de 14 a 17 polegadas, a roda que pode ser de aço ou de liga-leve, válvula de pressão (conhecido também como “bico”), contrapeso interno e o contrapeso externo, estes últimos que ainda podem ser do tipo “garra baixa” para as rodas de aço e “garra alta” para as rodas de liga-leve e por final os pneus devem ser calibrados de acordo com a pressão estabelecida pelos clientes.

Ao estudar o processo de montagem, notou-se também que não existia um sistema e também um responsável direto para o controle dos estoques de contrapesos no almoxarifado. O local tinha acesso irrestrito para retirada das peças, que era realizado conforme a necessidade onde os funcionários da linha de montagem. O controle de retirada era realizado por um bloco de notas na qual o próprio montador, anotava a data, horário, tipo e as quantidades retiradas do almoxarifado que ao final do dia era encaminhado ao administrativo da empresa a fim de cadastrar no sistema integrado de gestão empresarial (ERP).

Por outro lado, um estudo no setor administrativo possibilitou descobrir que existia um módulo “escondido” no ERP, este sendo mais adequado do que o utilizado até então, para o controle e gerenciamento

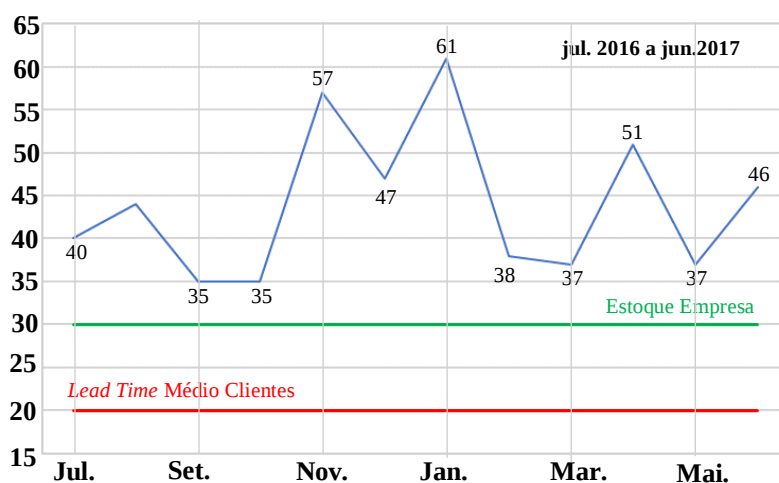
de estoques. Este fato, facilitou a integração do sistema com a gestão do almoxarifado, não somente dos contrapesos, mas de todos os itens que não eram cadastrados no sistema. Para tanto, a empresa investiu em mais dois microcomputadores e dois leitores óticos (um fixo e outro portátil sem fio), permitindo a criação de um modelo de gerenciamento mais efetivo. Os treinamentos para o uso do ERP e da implementação da filosofia ME foram realizados por intermédio de um projeto de extensão e também de uma parceria de estágio para estudantes de engenharia com uma escola de ensino superior da região.

As mudanças permitiram a criação de um sistema FIFO em todos os itens estocados no almoxarifado, com atenção especial aos contrapesos. Neste caso específico, foram desenvolvidas etiquetas impressas com um número de controle coladas aos pacotes, sendo que o número de controle passou a ser gerado automaticamente pelo ERP, assim que a empresa cadastrava a nota fiscal de entrada. No almoxarifado, foi criado também um sistema para o controle de contrapesos por sistemas de *kanban*, possibilitando uma melhor visualização, uma identificação rápida e também de quais os tipos que estão sendo mais consumidos. Estas mudanças também facilitou e simplificou a realização do inventário. Vale destacar que a princípio, optou-se pelo uso do *kanban* tradicional com cartões e quadros físicos sem a interação direta com o ERP (via *e-kanban*), por decisão da gerência e também para aculturação dos funcionários com a lógica de funcionamento do FIFO.

Normalmente, em um processo de ME, o *lead time* que se deve se levar em consideração é o do cliente, neste caso o das montadoras, que é em média 20 dias. Porém de acordo com os gestores, por precaução, optou-se em manter um estoque de segurança, devido ao projeto estar em seu início e a importância de uma ação, para mitigar os riscos de ocorrências de problemas no fornecimento dos conjuntos montados, pois o *lead time* de seus clientes possuem variações e a empresa não estava confortável para mudanças profundas, optando por realizar em etapas. Para tanto definiu que um estoque de 30 dias, seria importante para evitar problemas de atrasos na entrega dos conjuntos aos clientes fora do prazo. Para esta primeira etapa se definiu que os estoques de contrapesos deveriam variar entre o *lead time* dos clientes e o estoque estabelecido, ou seja entre 20 e 30 dias.

Dentro deste contexto, foi proposto como ponto de pedido, todos o dia quinze de cada mês, com isso a entrega dos pedidos foi fixada para o dia cinco do mês subsequente ao do pedido. Paralelamente foi realizado o monitoramento do consumo dos contrapesos a fim de estabelecer o número real de consumo dos contrapesos. No primeiro ano do projeto entre julho de 2016 e junho de 2017 a quantidade de dias de estoque variou conforme ilustra o gráfico da Figura 2 chegando-se a uma média anual de 44 dias de estoques.

Figura 2-Descrição da variação dos contrapesos em função de dias de estoques no almoxarifado da empresa pesquisada entre julho de 2016 a junho de 2017.

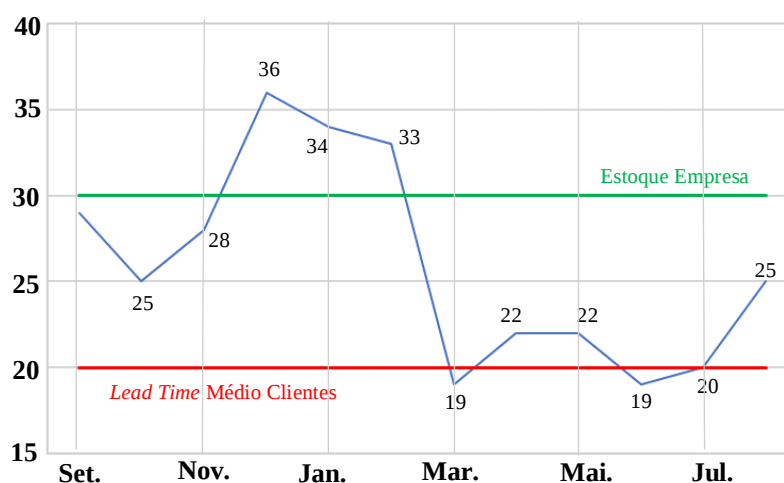


Fonte: Adaptado de dados da empresa estudada

Passados um ano desde o início do processo, chamou a atenção o fato da dificuldade em manter o estoque abaixo de 30 dias como pode ser observado na Figura 2. Para a explicação, em partes, dos resultados foi levantado duas hipóteses: primeiro, pelos funcionários estarem se adaptando e absorvendo a nova filosofia de trabalho, e a segunda hipótese, pelo fato da empresa ter passado a atender um novo cliente a partir do mês de outubro de 2016 e a consequente abertura de um segundo turno. Estes pontos foram discutidos com a

equipe a fim de fazer uma reflexão sobre os erros e os acertos. Estes pontos e a aplicação dos conceitos da ME foram fundamentais para atingir os resultados apresentados no gráfico da Figura 3.

Figura 3-Descrição da variação dos contrapesos em função de dias de estoques no almoxarifado da empresa pesquisada entre setembro de 2017 a agosto de 2018.



Fonte: Adaptado de dados da empresa estudada

Nota-se que nesta segunda etapa, nos três primeiros meses a empresa conseguiu nivelar e acertar o controle de estoque, porém nos três meses seguintes houve um aumento nos dias de estoque e esta anomalia pode ser explicado pela necessidade de ajustes no gerenciamento o que pode ter resultado em um desequilíbrio momentâneo.

Por outro lado, nesta nova fase do projeto, os pedidos dos contrapesos já se encaixaram próximos da linha do *lead time* médio entre os clientes e o estoque estipulado. A comparação entre as Figuras 2 e 3 mostram nitidamente este avanço e ao final dos doze meses da segunda fase, a empresa atingiu a média anual de 26 dias de estoque. Tais resultados foram importantes para elucidar à empresa que, apesar do valor unitário dos contrapesos ser baixo, até então o almoxarifado tinha estoques de R\$ 97.076,88 (para 44 dias) e com a nova

gestão passou a ter R\$ 57.363,61 (para 26 dias) em valores monetários somente de contrapesos, resultando em uma economia média de mais de R\$ 39.700,00 por ano.

Para a obtenção deste resultado, destaca-se a adoção de supermercados, nesta segunda fase, próximo ao setor de montagem na forma de magazines juntamente com o controle *kanban*, conforme observado nas fotos da Figura 4. Isto deu maior agilidade aos montadores, ou seja, reduziu o tempo para repor sua estação de trabalho eliminando também a necessidade do preenchimento da requisição de material, diminuindo a movimentação desnecessária e principalmente a economia de tempo que o montador gastava ao procurar o material dentro do almoxarifado e anotar as retiradas no sistema antigo.

FIGURA 4- Fotos do sistema *kanban* e dos magazines de supermercado instalado na linha de montagem onde se encontram os principais insumos utilizados na montagem dos conjuntos.



Fonte: Setor de montagem da empresa estudada

Neste sistema de supermercado, os produtos são repostos por um funcionário do almoxarifado, este que também é o responsável pelo controle da entrada e saída dos materiais. Nesta mudança também foi agregado uma nova função a este colaborador, que é a de verificar e repor as estações de trabalho dos montadores após o final do expediente, a fim de garantir que no turno seguinte não ocorresse a falta de material para o início das atividades de montagem.

Uma outra ação, não menos importante, que promoveu além da economia, uma melhor organização e aumento no nível de segurança e de higiene do ambiente, foi a criação de um sistema de rodízio, na qual todos os dias uma hora antes do final de expediente, um montador passou a ser responsável por limpar a área de montagem e coletar as caixas de descarte de materiais, para separar os itens e encaminhá-los ao seu destino adequado ou para reciclagem quando fosse o caso.

Desde o início do projeto, observou-se ao grande interesse por parte da diretoria e também dos funcionários para a implementação das filosofias da ME, sendo que paralelamente ao projeto da gestão do almoxarifado, foram realizadas melhorias pequenas e simples, porém que resultou em uma economia anual de aproximadamente R\$ 13.500,00. Estas melhorias incluíram a diminuição do número de paradas para manutenções corretivas dos equipamentos (principalmente do compressor), a diminuição do consumo de energia elétrica e água, a diminuição da frequência de reposição de ferramentas como, por exemplo, martelos, chaves de diversos tipos, marteletes pneumáticos e também um maior controle e diminuição do consumo de insumos como: materiais de higiene pessoal de uso comum, lubrificantes, vaselina, papel toalha, estopas, pinceis, EPIs, óleo em spray entre outros itens.

Destaca-se também o fato que na segunda fase do projeto, foi observado que a empresa poderia diminuir o custo do frete para o transporte de materiais de seus fornecedores, pois este consumia uma quantidade razoável de tempo e recursos. Os relatórios de balanço financeiro dos anos de 2014, 2015 e 2016, mostraram que a empresa gastou em média R\$ 26.689,00 por ano somente com frete. Isto sem contar os inúmeros problemas com atrasos e erros das entregas, resultando em instabilidade na linha de montagem, além de obrigar a empresa a comprar insumos em lojas no comércio local, promovendo perda de tempo e prejuízos financeiros.

Dentre as várias ideias, a proposta que se mostrou mais interessante foi a do compartilhamento de frete com um cliente utilizando-se do sistema *milkrun*, uma vez que, além de otimizar o processo, a empresa de passou a utilizar embalagens, paletes e caixas padronizadas e devidamente etiquetadas e integradas com o ERP o que facilitou a sua identificação e segregação resultando em um controle mais rígido e preciso, além do fato de previsibilidade da rota e dos horários e agendas de coleta e entregas dos caminhões.

Tal fato só foi possível porque alguns dos caminhões de um dos clientes, possuía uma rota que passava próximo aos fabricantes e fornecedores dos contrapesos e de alguns outros insumos. Após negociação foi possível dividir as despesas de frete com o cliente, já no primeiro ano de implementação do projeto, a média anual com o frete foi de R\$ 15.877,00 em comparação a média anterior de R\$ 26.689,00. Portanto as mudanças resultaram em uma economia anual média de aproximadamente R\$ 10.800,00.

Com os resultados destas mudanças, a empresa se convenceu da importância e os benefícios da nova filosofia de trabalho. E desde então, mesmo após o término do projeto, buscou aperfeiçoar o processo e também criar uma cultura de eliminar e se atentar com os desperdícios. A realização destas mudanças relativamente simples, possibilitou uma economia anual de mais de R\$ 64.000,00 onde aproximadamente R\$ 39.700,00 foi pela melhor gestão dos estoques dos contrapesos, R\$ 10.800,00 com a mudança do sistema de frete, e R\$ 13.500,00 com as demais mudanças na planta de montagem.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo de caso mostrou que com criatividade, treinamento e aculturação, mesmo em empresas de pequeno porte com pouco aporte financeiro e tecnológico, a aplicação dos conceitos básicos da ME traz ganhos significativos. Neste caso a eliminação dos desperdícios e um controle mais efetivo do almoxarifado, possibilitou o desenvolvimento de um fluxo de recebimento de materiais. Este que foi o resultado da criação de metodologias de trabalho padronizadas onde se visou a agregação do valor e a diminuição dos desperdícios.

Dentre as padronizações, pode se destacar a definição de uma data base para o envio do pedido firme ao fornecedor de contrapeso e a data de entrega do produto, a implementação do FIFO, supermercados na linha de montagem e um controle mais rígido das entradas e saídas dos diferentes tipos de materiais no almoxarifado, especialmente os contrapesos.

No caso específico dos contrapesos, foi verificado a necessidade urgente para um controle. Mesmo com a criação de um estoque de segurança, por decisão estratégica dos gestores, a empresa conseguiu controlar

a sua gestão. Tal controle permitiu também de forma natural que os níveis de estoque que passou de uma média anual de 44 dias para 26 dias, ou seja, quatro dias abaixo da meta inicial de 30 dias estabelecidos. Este processo possibilitou a empresa a economizar anualmente valores aproximados da ordem de R\$ 39.700,00.

Esta ação fez com que a empresa passasse a fazer reposições de forma programada levando em consideração apenas os itens mais críticos, ou seja, os contrapesos mais consumidos no período, a fim de balancear o consumo de forma mais suave e lógica, sem que ocorresse a falta de um determinado tipo, evitando a paralisação do processo de montagem dos conjuntos ou a compra excessiva de um determinado item presente no almoxarifado. Porém deve se destacar que a mesmo com a implementação das melhorias, ainda existe uma dificuldade bastante considerável para o controle dos pedidos em função da imprevisibilidade da necessidade mensal dos tipos de contrapesos, a fim de garantir um fluxo mais contínuo com estoques próximos ao *lead time* médio dos clientes.

O compartilhamento do frete com uma outra empresa também foi importante possibilitando a realização do processo de *milkrun*, trazendo ganhos para ambas as empresas, além de otimizar o processo de entrega de material e eliminação de falhas e entrega de pedidos errados devido a adoção de caixas e embalagens padronizadas integradas com o ERP. Portanto, é possível destacar as mudanças na postura da empresa, sendo que o resultado deste trabalho se traduz em uma economia de mais de R\$ 64.000,00 por ano, na qual aproximadamente R\$ 39.700,00 são referentes aos estoques de contrapesos, mais R\$ 10.800 com o frete, e R\$ 13.500,00 com demais mudanças.

Uma dificuldade encontrada neste processo foi a manutenção dos princípios da ME entre os funcionários e a alta gerência, ou seja, é necessário lembrar constantemente todos da empresa a continuarem adotando as metodologias de trabalho, bem como a necessidade de treinar novos funcionários quando estes chegam à empresa.

Portanto, conclui-se que o processo de mudança adotada na empresa permitiu ganhos significativos e também a criação de uma cultura de combate ao desperdício, favorecendo a economia de recursos e também um aumento significativo no caixa da empresa o que faz dela uma organização sólida que possibilita enfrentar cenários críticos, como este promovido pela pandemia do COVID-19, de modo mais efetivo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/divida-das-empresas-mais-afetadas-pela-pandemia-soma-r-900-bilhoes>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

BNDES. s.d. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente/>
<https://blog.sebrae-sc.com.br/numero-de-empregados-receita-bruta-para-mei-me-epp/>. Acesso em: 20 de jun.2020.

Castro, F., Figueiredo, P. S., Pereira-Guizzo, C., & Passos, F. U. (2019). Effect of the motivational factor on lean manufacturing performance: the case of a multinational consumer goods company. *Gestão & Produção*, 26(3), e4850.

CHAHAL, V.;NARWAL, M.S. An empirical review of lean manufacturing and their strategies. *Management Science Letters*.7. 2017. p. 321-355.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Brasil: Atlas, 1996.

HASEGAWA, H.L.; GABALDO, S.. Medidas de produção In: VENANZI, D.; LEANDRO, C.R.; DA SILVA, O.R. (org.). **Engenharia de sistemas logísticos e cadeias de suprimentos-medidas de desempenho**. 1.ed. Taboão da Serra (SP): LIVRUS. 2019. p. 131-179.

IRANMANESH,M. et al. Impact of lean manufacturing practices on firm's sustainable performance: lean culture as a moderator. *Sustainability*. 11. 2019.

JABBOUR A.B.L.S., TEIXEIRA A.A., FREITAS W.R.S., JABBOUR C.J.C., Análise da relação entre manufatura enxuta e desempenho operacional de empresas do setor automotivo no Brasil. Revista Administração. v.48, n.1, p.843-856, 2013.

MRUGALSKA, B., WYRWICKA, M. K., Towards Lean Production in Industry 4.0, Procedia Engineering 182, p.466-473, 2017.

OHNO, T. **O Sistema Toyota de Produção, além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Bookman, 1997. 137p.

PEREIRA A.C., CARVALHO J.D., ALVES A.C., AREZES P., How Industry 4.0 Can Enhance Lean Practices, FME Transactions 47, p.810-822, 2019.

PORTAL INDUSTRIAL. 2020. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-77-impactos-da-covid-19-na-industria/>. Acesso em: 15 de jun. 2020.

Sawhney, R., & Chason, S. (2005). Human behavior based exploratory model for successful implementation of lean enterprise in industry. Performance Improvement Quarterly, 18(2), p. 76-96.

SEBRAE. 2019. <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

SLACK, N.; JOHNSTON, R; CHAMBERS, S. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



SIMAQ como utilizar o FIFO no estoque. s.d. disponível em: <https://simaq.com.br/como-utilizar-o-fifo-no-estoque/>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. (1992). A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Campus.

YIN, R. K. **Case study research, design and methods**. 2. ed. London: Sage, 2001.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS EMPREENDEDORES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

Daura Helena Jales Dantas Duarte¹-helenaj13@outlook.com
Aline Leandro Nunes²-aline-leandro@hotmail.com
Luís Renato de Lima Régis³-luizrenatol@hotmail.com
Sheila Maria Messias Lima ⁴- sheylla_biel@hotmail.com
Raissa Rani Batista de Oliveira Tavares⁵- raissarani@outlook.com

Resumo

Em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, o sucesso ou insucesso das organizações depende da qualidade de vida no trabalho no ambiente administrativo. Ela deve estar atrelada a um plano de negócio adaptável as atividades da empresa, as quais devem estar em condições favoráveis, pois não estão completas se seus empregados não estiverem bem. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho teve como principal objetivo analisar a Qualidade de vida dos empreendedores de três distribuidoras de polpas da cidade de Mossoró. Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada. Os principais resultados apontam que os empreendedores de polpas no município de Mossoró possuem um nível de Qualidade de Vida no Trabalho adequado. Nesse contexto, refletido através de estratégias empreendedoras utilizadas para lidar com o risco do mercado que atuam.

¹Graduanda de Administração (UFERSA).

²Graduanda de Administração (UFERSA).

³Graduanda de Administração (UFERSA).

⁴Graduanda de Administração (UFERSA).

⁵Graduanda de Administração (UFERSA).

Palavras-chaves: Empreendimento. Empreendedores. Qualidade de vida no trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a grande competitividade no mercado entre as próprias empresas e os profissionais, faz com que seja preciso que os empreendedores sejam criativos e planejem o seu empreendimento a médio e a longo prazo. Segundo Maximiano (2008, p.179), o “desempenho é positivo quando o resultado beneficia a própria pessoa, o grupo do qual ela participa, um cliente ou uma organização na qual trabalha”. O desempenho, a dedicação e os resultados obtidos em qualquer atividade é diretamente influenciado pelo motivo de fazê-lo, são as forças que nos levam à motivação para o trabalho (SENAI, 2015).

A imagem do empreendedor assenta nas seguintes características: iniciativa, perseverança, criatividade, empenho, persuasão, bom networking, autoconfiança, automotivação, capacidade de inovação, aproveitamento de oportunidades, assumir riscos, planejamento de riscos e capacidade de planejamento (TAJRA, 2014).

Na dimensão da motivação na qual surge uma força interior a qual se modifica durante toda a vida, acaba por direcionar e intensificar os objetivos de um indivíduo. Dessa forma, atribuir a motivação a algo ou alguém é errado, uma vez que a motivação é um processo pessoal. (JURAN, 2002). De acordo com Limongi-França (2004), As empresas que desejam ter sucesso precisam investir em empreendedores mantendo sempre uma equipe motivada, pois a qualidade de vida é um elemento indispensável na vida pessoal e organizacional. (LIMONGE-FRANÇA, 2004). É a O QVT apoia o desenvolvimento de estratégias empreendedoras e representa as decisões e ações realizadas por esses atores, é importante entender como os empreendedores desenvolvem suas competências, para concretizar novas oportunidades, maximizar seus benefícios e minimizar seus riscos. (MENDES, 2017; HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2014).

Para progredir e ter sucesso no mercado de trabalho, Chiavenato (2008) relata que qualidade de vida significa criar, manter e sustentar a vida. Melhorar o ambiente de trabalho, seja fisicamente, mentalmente ou

psicologicamente Social. Isso trará um ambiente de trabalho agradável e amigável e melhorará a qualidade de vida das pessoas da organização. (SENAI,2015).

O mercado está cada vez mais desenvolvido e concorrido, por apresentar mudanças significativas em seu cenário, tanto tecnológicas quanto sociais. Mas, para que o empregado desempenhe suas funções de forma positiva, ele precisa de uma boa saúde e bem-estar. Nesse contexto é necessário que se faça estudos para que possa contribuir significativamente com a seguinte problemática: Qual o nível de qualidade de vida no trabalho dos empreendedores da cidade de Mossoró? Com base nisso, o objetivo do trabalho consiste em compreender os principais aspectos que envolvem a QVT com base na percepção dos empreendedores do município investigado.

Portanto, esta pesquisa adquire significado social, pois ao adotar o plano de QVT, pode-se entender que são produzidos: resistência à fadiga, resistência ao estresse, índice de satisfação, certa eficiência e motivação da atividade realizada. Portanto, pesquisas sobre o QVT na organização para deixar os funcionários satisfeitos com o meio ambiente e as condições de trabalho podem ser uma contribuição da gestão para a organização.

A motivação e o empreendedorismo são conceitos que se relacionam. A imagem do empreendedor assenta nas seguintes características: iniciativa, perseverança, criatividade, empenho, persuasão, bom networking, autoconfiança, automotivação, capacidade de inovação, aproveitamento de oportunidades, assumir riscos, planejamento de riscos e capacidade de planejamento (TAJRA,2014), desta forma, para desenvolver tais características a motivação é fundamental.

Além disso, é preciso ressaltar que, considerando que este trabalho ainda agrega contribuição significativa para pesquisas sobre o tema, o qual possui amplo significado literário. Quanto à estrutura do trabalho, a primeira parte é a introdução, que tem como pano de fundo a pesquisa, destacando os objetivos gerais e específicos. A segunda parte fornece uma base teórica para o tema de pesquisa. A terceira parte enfoca métodos e procedimentos. A quarta parte apresenta e discute os resultados e a quinta parte trata das considerações finais da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Empreendedorismo

A palavra empreendedor “entrepreneur” tem origem francesa e indica aquele que assume riscos e começa algo novo, mesmo dentro de uma corporação existente (DORNELAS, 2005). Este mesmo autor afirma que somando-se esta ideia ao processo de industrialização que ocorria no mundo houve assim uma diferenciação entre empreendedor e capitalista seguindo às mudanças no cenário econômico mundial. Economistas como Cantillon, Adam Smith e Schumpeter foram os precursores no estudo do empreendedorismo e destacaram a importância do empreendedor para o desenvolvimento econômico da sociedade, voltando-se para os resultados e o impacto dos empreendedores no sistema econômico (FILION, 1999).

Segundo Dornelas (2005, p.39), “empreendedorismo é o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam a transformação de ideias em oportunidades e a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”. Ou seja, ser empreendedor não é apenas saber tocar um empreendimento, é preciso que as ideias sejam criadas e avaliadas antes que sejam postas em prática, calculando riscos e observando as necessidades dos compradores, verificando as ofertas e as demandas.

Para o GEM (2019) empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo empreendimento, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento já existente.

Não podemos nos esquecer, contudo, de que este homem singular é, para Weber, um tipo social. E, portanto, enganoso seria concluir que, ao tratar do tema empreendedor, Weber privilegia o indivíduo em detrimento do contexto socioeconômico ou das instituições (MARTES, 2010). Schumpeter (1928) associa o empreendimento a inovação. Segundo ele, a base do empreendedorismo está em perceber e desfrutar das oportunidades no que diz respeito ao trabalho.

Mas para que um empreendimento esteja funcionando devidamente é preciso também que sua mão de obra esteja em perfeita organização. Para isso, a preocupação do empreendedor não deve ser apenas nos produtos e nos serviços ofertados pelo seu estabelecimento; a sua qualidade de vida também deve ser preservada para que a produção e o desempenho não sejam diminuídos (PADILHA, 2009).

Diante dessa realidade é notória a importância do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como o próprio nome já diz, foi criado para dar apoio aos pequenos empresários ou cidadãos comuns que querem abrir o próprio negócio. Presta assessoria e dá suporte aos brasileiros na difícil tarefa de empreender no Brasil. A partir do surgimento do órgão SEBRAE o termo empreendedor se popularizou e alcançou todas as classes da população, e a Softex que também é uma entidade de fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil apoiando o desenvolvimento do empreendedorismo em software.

Qualidade de vida no trabalho

A partir da década de 1970, a qualidade de trabalho e de vida melhorou com a implantação de um centro de aprendizagem sobre o assunto nos Estados Unidos (SAMPAIO, 2004). Naquela época, não havia trabalho instável ou fenômeno de facilitação do trabalho na empresa, mas sim psicologia organizacional comportamental, ou seja, mudar o foco do trabalho e dar atenção à saúde física e mental dos empresários para que possam trabalhar bem e aumentar sua capacidade para o trabalho através da produtividade.

Nos séculos XVIII e XIX, durante a Revolução Industrial, o foco principal das organizações era a produtividade, e para o lucro as pessoas eram apenas assistentes. Ignoram o longo dia de trabalho, as condições instáveis em que se encontram as pessoas, como a exploração do trabalho infantil, graves acidentes no meio ambiente, etc. Essa situação faz parte do dia a dia das pessoas, mas não existia fiscalização.

Walton (1973) é um dos estudiosos mais citados nas pesquisas sobre o assunto. Ele enfatizou a importância do comportamento do indivíduo na organização e no plano de PQVT de qualidade do trabalho relacionado à produtividade, e propôs a relação entre a vida e o trabalho pessoal (FERREIRA et al., 2009).

Segundo Maximiano (2000), a QVT está baseada em uma visão completa do indivíduo, ou seja, olhar para a pessoa não apenas como um mero receptáculo de atividades, o que é chamado de biopsicossocial, que tem origem da medicina psicossomática que sugere uma perspectiva do indivíduo como um todo.

Para Walton (1973), a QVT está atrelada às necessidade e metas dos colaboradores, e fatores que colaboram para o bem-estar no trabalho. O modelo proposto por Walton está dividido em oito fatores de

QVT, e seus respectivos indicadores conforme indicado e descrito no Quadro 1 abaixo.

Destaca-se que o conhecimento destas oito dimensões de pesquisa faz-se necessário, tendo em vista que o roteiro de pesquisa aplicado baseou-se nestas estruturas.

Quadro 1 – Modelo de QVT de Walton (1973)

Fatores de QVT	Dimensões
1.Compensação justa e adequada	1.Renda (salário) adequada ao trabalho. 2.Equidade interna (compatibilidade interna) 3.Equidade externa (compatibilidade externa)
2.Condições de segurança e saúde no trabalho	4.Jornada de trabalho 5.Ambiente físico (seguro e saudável)
3.Utilização e desenvolvimento da capacidade	6.Autonomia 7.Significado da tarefa 8.Identidade da tarefa 9.Variedade de habilidades 10.Retroação e retro informação
4.Oportunidade de crescimento e segurança	11.Possibilidade de carreira 12.Crescimento profissional 13.Segurança do emprego
5.Integração social na organização	14.Igualdade de oportunidades 15.Relacionamentos interpessoais e grupais 16.Senso comunitário
6.Garantias constitucionais	17.Respeito às leis e direitos trabalhistas 18.Privacidade pessoal 19.Liberdade de expressão 20.Normas e rotinas claras da organização
7.Trabalho e espaço total de vida	21.Papel balanceado do trabalho na vida pessoal
8.Relevância social da vida no trabalho	22.Imagem da empresa 23.Responsabilidade social pelos produtos/serviços 24.Responsabilidade social pelos empregados

Fonte: Chiavenato (2010, p.491).

Percebe-se que as dimensões da Qualidade de vida no trabalho são abrangentes, m impulsionadas por exigências da sociedade, basicamente envolvem a vida tanto organizacional como social, o que confirma a visão biopsicossocial, já definida anteriormente por Limongi-França (2004).

3. METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo descritiva e possui tipologia qualitativa básica (MERRIAM, 1998). Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como meta principal apresentar as qualidades de uma comunidade ou fenômeno. Já o método qualitativo tenta compreender os motivos de tal comportamento e fenômeno, em seu ambiente natural ou contexto social, aspectos estes que não podem ser quantificados (MINAYO, 2008).

Para a execução da pesquisa, foram realizadas entrevistas com três gestores de empresas de diferentes posições, como: Gerente geral, Gerente de Recursos Humanos e Gerente de produção.

O roteiro semiestruturado para identificar os aspectos de QVT tomou como base a escala de Walton (1973).

A seleção dos sujeitos e a quantidade de entrevistas utilizou como critério a saturação de discurso, ou seja, a partir do momento em que o discurso foi se repetindo entre os entrevistados, chegou-se à conclusão de que esse número era necessário para atingir os objetivos da pesquisa (GASKELL, 2002). As iniciativas sob esta denominação ainda são recentes e muitos gestores não se encontram suficientemente convencidos de sua efetividade.

O quadro 2, em seguida, apresenta a caracterização dos respondentes da pesquisa.

CÓDIGO ENTREVISTADO	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	CARGO	FORMAÇÃO
E1-Empresa 01	M	55	CASADO	GERENTE	Pós-graduação
E2-Empresa 02	M	42	CASADO	GERENTE	Graduado
E3-Empresa 03	F	47	CASADA	GERENTE	Graduado

Fonte: Autoria própria (2019)

Foi aplicada a técnica ANS – Analise do Núcleo de Sentido –, criada por Mendes (2007) com base em Bardin (1997). De acordo com Mendes (2007), a ANS significa dividir o discurso em temas que são mais

frequentes nas falas dos empregados, possibilitando fazer o agrupamento do conteúdo oculto e evidente no texto, facilitando o trabalho de interpretação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No desdobramento da análise desta pesquisa, com base na Análise do Núcleo de Consciência (ANS), são relatados os resultados das entrevistas sobre a qualidade de vida e trabalho dos empresários de Mossoró.

Em termos de compensação justa, observa-se que a maioria dos respondentes acredita que seus salários são condizentes com suas atividades. E1 e E2 acreditam que suas atividades são realmente remuneradas. E3 disse que por ser dona de seu próprio negócio, ela trabalha mais do que o trabalho remunerado, e seu salário pode ser aumentado, mas devido à crise financeira, avaliando o cenário em relação à remuneração fica difícil no momento.

Para Rodrigues (1994), esta dimensão da QVT aborda noções dos salários se estão de acordo com as jornadas de trabalho como também sobre gratificações com trabalhos desenvolvidos em hora extra. Garcia (2010), acrescenta que por sua vez, um ponto importante dessa concepção o fato do foco da QVT não estar somente no modo através do qual os trabalhadores podem desempenhar melhor a tarefa, mas em como o trabalho pode contribuir para tornar as pessoas melhores através do processo de gestão.

Em relação às condições de trabalho seguras e saudáveis da QVT, os empresários entrevistados foram questionados sobre a jornada de trabalho. E2 e E3 deram respostas muito semelhantes. A jornada de trabalho era em torno de 40 horas semanais, mas E1 disse que às vezes é em dias quentes Comparado com o aumento da compra de celulose nos dias que se aproximam do feriado, a loja vai fechar um pouco mais tarde, e a carga horária da E3 é muito diferente das demais, pois seu negócio leva 12 horas por dia para abrir, e há um meio-termo entre os funcionários.

A jornada de trabalho deve ser razoável e ocorrer dentro de um turno padrão. As condições físicas devem ser apropriadas, assim como as condições do material e equipamento disponíveis para o cumprimento da tarefa, para não pôr em risco a saúde e o bem-estar do trabalhador (RODRIGUES, 2001). Walton (1973) analisa a realidade do ambiente laboral, que interfere diariamente na vida dos trabalhadores, contribuindo para promover saúde e bem estar, consequentemente, trazendo resultados na QVT (FERREIRA; MENDONÇA,

2012).

Questionado se o entrevistado se sentia cansado ao final da jornada de trabalho, E1 e E2 responderam de forma semelhante, confirmando isso. Embora a carga horária seja semelhante a outras, E3 destacou que não está cansada do trabalho porque gosta do trabalho. E1: Sim, ninguém é feito de ferro, certo? (Risos) E2: Um pouco.

Na entrevista QVT, em termos de uso e desenvolvimento de capacidades, alguém perguntou sobre a autonomia e o plano de execução da atividade, quais são os fatores que constituem este aspecto. O Entrevistado E1 afirmou ter total liberdade para desenvolver suas funções sem problemas, enquanto E2 disse que sua atuação e treinamento na empresa o garantiam. E3 destacou que as únicas funcionárias da empresa são ela e a filha. Walton também propôs que os horários devem ser razoáveis, reforçados por um período normal de trabalho padronizado (RODRIGUES, 2001).

Segundo os psicólogos Maslach e Leiter (1999), citados por Alves (2011), nos dias de hoje, os trabalhadores passam muito mais tempo no ambiente de trabalho do que em convívio familiar. Dessa forma, o esgotamento físico e emocional estende-se nos ambientes laborais. Isso geralmente acontece pelo desacerto da natureza do trabalho e a natureza da pessoa que realiza esse trabalho.

Diante das oportunidades de crescimento e segurança no futuro, a primeira coisa a se perguntar a eles (empresários) é se eles se sentem seguros na empresa, só E1 pensa positivo e quer melhorar suas atividades. Por outro lado, E2 e E3 desaprovaram porque o país está em crise e acreditam que isso prejudica as vendas. Pode-se verificar a partir do depoimento dos seguintes respondentes:

E1: Não importa em que país esteja, sempre tenho uma atitude positiva em relação às minhas ações. E2: Não estou seguro, mas não estou preocupado com o que vai acontecer, porque é um hobby para mim, porque me aposentei. E3: Provavelmente porque o volume de vendas caiu muito, e também tem o problema da crise financeira.

A questão da insegurança relaciona-se à segurança no emprego, possibilitando investigar o sentimento de segurança em relação à preservação do emprego (TIMOSSI et al., 2009).

Nesta dimensão da integração social corporativa, pode-se observar que o clima organizacional é muito

harmonioso nas empresas pesquisadas, o que é muito importante para analisar o relacionamento entre funcionários e colegas e chefes. A partir daí, os empresários foram questionados sobre seu relacionamento com colegas de dentro e de fora da empresa. Em resposta, E1 disse que por não haver funcionários, ele só poderia conversar com os clientes; E2 achou que era bom porque não havia funcionários reclamando; E3 disse que a única funcionária da empresa era sua filha, então essa conversa e o relacionamento entre elas fica mais fácil de chegar a acordos ou conclusões quando necessário.

Na dimensão **uso e desenvolvimento da capacidade** na entrevista sobre QVT, perguntou-se sobre a autonomia e o planejamento para a execução das atividades, que são fatores que englobam esta dimensão. O respondente E1 afirma ter total liberdade para desenvolver suas funções sem nenhum problema e o E2 diz que sua função dentro da empresa e formação o asseguram isto. E3 afirma que as únicas funcionárias que a empresa possui é ela e a filha.

E1: Não, pois não possuo funcionários.

E2: É bom, nenhum dos meus funcionários reclamou não.

E3: Assim, minha única colega de trabalho é minha filha (risos), então acho que nosso relacionamento é bom, aqui e em casa.

Fatores como as relações sociais contribuem com a qualidade de vida e satisfação no trabalho (REQUENA, 2003), a existência de um relacionamento interpessoal entre os empregados promove o respeito entre os mesmos (HITZ, 2010).

O principal quesito nesta dimensão é que o constitucionalismo está relacionado ao direito do trabalho, neste caso, as entrevistas podem ser utilizadas para observar se os empresários respeitam as leis e os direitos.

Perguntou-se aos empresários se a organização cumpre a legislação trabalhista, e o entrevistado respondeu que tudo está de acordo com a legislação. A E1 afirma que cumpre a legislação e a E3 afirma que tem trabalhado muito para garantir que sua empresa seja sempre consistente. O primeiro entrevistado respondeu E1: Gosto de sempre respeitar a legislação trabalhista. E2: Se são leis e direitos civis, então devemos obedecê-los. O terceiro E3: procuro fazer minha empresa sempre cumprir a lei.

Hitz (2010) especifica que este indicador está associado à divulgação clara das normas e regras da empresa.

A partir desta dimensão, pode-se entender que o trabalho e o espaço total de convivência de QVT se equilibram entre a jornada de trabalho e as tarefas pessoais, portanto, é imprescindível que esse indivíduo esteja de forma integral e que desempenhe atividades com resultados satisfatórios na empresa.

Com esses aspectos em mente, alguém perguntou como os empreendedores gerenciam o tempo no trabalho e na vida social. E1 respondeu que procurava administrar esse tempo para não ter muito trabalho, e também poderia dar um pouco de esforço pela família. E2 disse que isso não é problema para ele. E1: Sempre procuro poupar tempo duas vezes. E2: Para mim, isso nunca foi um problema. E3: Quando eu tiver tempo em casa, vou me dedicar às atividades em casa e com minha família.

Walton (1973) destacou que a experiência pessoal de trabalho terá efeitos positivos e negativos em outros aspectos, incluindo o relacionamento com os familiares, e o objetivo desta norma é avaliar o trabalho e o tempo com a família, o lazer e o equilíbrio familiar. O relacionamento entre. Jornada de trabalho para medir o impacto na QVT (SANTOS, 2012).

Analisar a relevância social do padrão de vida no trabalho nesta dimensão é a imagem da empresa perante a sociedade, a responsabilidade do funcionário na prestação de serviços aos clientes e o cuidado da empresa com os funcionários. Por meio dessas normas, pergunte aos empresários se eles acham que a empresa se preocupa com os serviços que oferece à comunidade e seus funcionários. Em geral, a resposta é positiva. E2 disse que os clientes não devem reclamar. E1: Acho que sim, pelo menos sempre procuro dar o meu melhor para atender os clientes de forma a manter uma boa imagem e atrair mais clientes. E2: Sim, meu cliente não tem reclamações. E3: Sim.

Geralmente, é sabido que a qualidade de trabalho e de vida afeta diretamente a linha de produção da empresa. A partir dos resultados das entrevistas realizadas em Mossoró, verifica-se que embora o município seja relativamente pequeno e não haja grandes empresas, os empresários usam o bom senso e sempre consideram o bem-estar de seus funcionários para garantir sempre uma vida com qualidade no trabalho.

5. CONCLUSÃO

Em relação ao objetivo geral, pode-se destacar que os empreendedores de Mossoró participaram de

todos os aspectos da análise de QVT baseada no modelo de Walton (1973). Portanto, percebe-se que o nível de QVT dos empresários no município é bastante satisfatório. O conceito de QVT (atualmente o mais aceito) proposto por Limongi-França (1997) explica que o foco está em uma série de ações a serem realizadas para a melhoria do ambiente de trabalho.

Essa conclusão apoia o escopo da consideração de Walton. Este estudo pode ser de grande valia para pesquisadores que buscam repensar questões relacionadas à qualidade de vida no trabalho. Deve-se sempre buscar aprimorar o conhecimento nesta área.

A contribuição deste estudo para a organização é percebida pelo levantamento de postos-chave, através do mapeamento de satisfação em diversas frentes, que devem ser considerados para que se atinja um aumento na Qualidade de Vida e que outros pesquisadores continuem estudando outros aspectos da cidade. Recomenda-se a realização de outras pesquisas acadêmicas, uma análise mais aprofundada e abranger empreendedores mais expressivos. Embora o nível de QVT do município seja muito alto, ainda não há planos para ajudar a aumentá-lo, por isso é recomendado que os empreendedores implementem planos para apoiar o desenvolvimento de estratégias empreendedoras em suas empresas.

Além disso, considerando as múltiplas realidades possíveis desta pesquisa, novas pesquisas são recomendadas para promover os mais recentes desenvolvimentos em qualidade de vida no trabalho. Não se limitando a isso, também é recomendado que o programa de melhoria da QVT da empresa seja continuamente aprimorado, sempre considerando a literatura mais recente sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1997.

CAVASSANI, A. P.; CAVASSANI, E.B.; BIAZIN, C. C. **Qualidade de vida no trabalho**: fatores que influenciam as organizações. - XIII SIMPEP – Bauru, São Paulo, Brasil. 06 a 08 de novembro de 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTE, A.L. Qualidade de vida no Trabalho: funcionários com qualidade de vida no trabalho são mais felizes e produzem mais. **Revista Fae Business**, nº 7, p. 32-34, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAeiKwAG/qualiidade-viida-no-trabalho>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento humano no trabalho**: uma abordagem organizacional. São Paulo: Pioneira TL, 2001.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

. _____, **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FILION, L. J. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: Identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. **RAE**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 63-71, jul./set. 1991.

FERREIRA, Rodrigo R. *et al.* Concepção e implantação de um programa de qualidade de vida no trabalho no setor público: o papel estratégico dos gestores. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (Rausp)**, v. 44, n.º 2, p. 147-157, abr./mai./jun. 2009.

FRANÇA, A. C. L. Qualidade de vida no trabalho: conceitos, abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras. **Revista brasileira de medicina psicossomática**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 79-80, abr.-mai.-jun. 1997.

FRANÇA-LIMONGI, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade Pós-industrial**. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2004.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER; M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (p.64-89).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.a., 2008.

GEM Report. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil 2019: Relatório Executivo**. Babson College, London Business School, Korea Entrepreneurship Foundation, Coreia do Sul, 2019.

HISRIC, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. AMGH Editora, 2014.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HONÓRIO, Delcio Efigênio. **A qualidade de vida do operário da construção civil e sua importância na qualidade e produtividade em obras**. 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

IBGE. Cadastro Central de Empresas. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/parellhas/pesquisa/19/29761?ano=2015>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

. Censos demográficos e contagens populacionais. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240890>>. Acesso em: 01 de agosto de 2018.

LAPENDA, José Ticiano Beltrão. **Planejamento estratégico e processo decisório**. 2012 Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/planejamento-estrategico-e-processo-decisorio/64798/>>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana digital**. 6.ed.: Atlas, 2006.

MENDES, J. **Empreendedorismo 360º: a prática na prática**. São Paulo: Atlas, 2017.

MERRIAM, S. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NADLER, D. A.; LAWLER, E. E. Quality of work life: perspectives and directions. **Organizational Dynamics**, v. 11, n. 3, p. 20-30, Winter 1983.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, nov.2009/fev.2010.

PONTES, B. R. **Avaliação de desempenho: nova abordagem**. 6. ed São Paulo: LTr, 1996.

RODRIGUES, M. V. C. Qualidade de vida no trabalho: evolução e Análise no nível gerencial. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAMPAIO, J. R. Qualidade de vida no trabalho e psicologia social. 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. Técnicas e fundamentos da qualidade. Departamento Regional de Santa Catarina. Brasília: SENAI/DN, 2015.

SCHUMPETER, J.A. The instability of capitalism. Economic Journal, 1928, p. 361-386.

SOUZA, Janice Janissek De; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Programas de qualidade de vida no trabalho em contextos diferenciados de inovação: uma análise multivariada. Revista eletrônica de administração (on- line), [S.L.], v.15, n.2, p.409-421, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/39066/25054>>. Acesso em: 15mar. 2018.

TAJRA, Sanmya Feitosa: Empreendedorismo: conceitos e práticas inovadoras. 1. Ed. São Paulo: Érica, 2014.

VASCONCELOS, A.F. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e perspectivas. Caderno de pesquisas em administração. São Paulo, v. 08, nº 1, p. 23-35, janeiro/março 2001.

WALTON, R. Quality of working life: what is it? Slow Management Review, USA, v. 15, n. 1, p.11-21, 1973.

Área Temática: Gestão Social e Políticas Públicas

**ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O PROGRAMA PÚBLICO DE TRANSPORTE ESTUDANTIL
DENOMINADO “CAMINHO DA ESCOLA”**

ANTÔNIO ALLISSON DE MORAIS FRANCA¹

JOSÉ ANDRÉ BRITO LINHARES²

RODERICK DAYVISSON DA FONSECA MOURA³

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise breve e crítica sobre o programa de transporte público estudantil “*Caminho da escola*”. Desde o princípio, o programa procurou alcançar resultados concretos e eficientes para transpor as conhecidas dificuldades de veículos que trafegam na zona rural e enfrentam condições severas de operação, como vias sem asfaltamento, com poeira, lama, buracos, pontes precárias, assim como as embarcações, que navegam com estiagens e enchentes por rios caudalosos e com grande incidência de troncos e galhos, sem píer para atracação. Com tudo isso em mente, fizemos a análise no para explicitar quais os maiores problemas e dificuldade enfrentado por usuários desse programa. Por meio de análise documental, disponível no site do Governo do Brasil, foi feita a análise contida neste trabalho. Foi constatado que o programa, traz inúmeros benefícios aos seus usuários.

Palavras-chaves: Programa, Transporte, Caminho da Escola, Governo.

¹ Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. alisson.7810@gmail.com.

² Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. andrelinhares0002@gmail.com.

³ Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil. dayvisson63@gmail.com.

Abstract

This paper presents a brief and critical analysis of the student public transport program “Caminho da escola”. From the beginning, the program sought to achieve concrete and efficient results to overcome the known difficulties of vehicles that travel in the rural area and face severe operating conditions, as unpaved roads, with dust, mud, holes, precarious bridges, as well as the vessels, which navigate with droughts and floods by large rivers and with a high incidence of trunks and branches, without a pier for mooring. With all this in mind, we did the analysis to explain what are the biggest problems and difficulties faced by users of this program. Through documentary analysis, available on the website of the Government of Brazil, the analysis contained in this work was made. It was found that the program brings numerous benefits to its users.

Key words: Program, Transport, Caminho da Escola, Government.

1. Introdução

O programa Caminho da Escola, desenvolvido pelo governo federal, vêm servindo como incentivo e facilidade de acesso ao ensino e educação para as crianças de zonas rurais. Também serve para àquelas crianças que não residem, e que não tem condições e acesso a transporte público pago, próximas às escolas da sua região. Ano a ano as prefeituras dos municípios do país recebem esses incentivos e recursos para manterem suas crianças, até mesmo os adolescentes em sala de aula, aprendendo para dar um futuro diferente a nação. Exemplo disso foram os 319 ônibus entregues ao Estado do Tocantins, que beneficiará mais de 21 mil alunos, somente naquele estado (ASCOM FNDE 2020).

Com frota sempre nova, os jovens e adolescentes podem se deslocar diariamente com destino ao aprendizado, rumo a uma universidade. E com base nesses pontos análise será feita com os seguintes pontos em mente: a frota está realmente sempre nova? O que ainda pode ser melhorado?

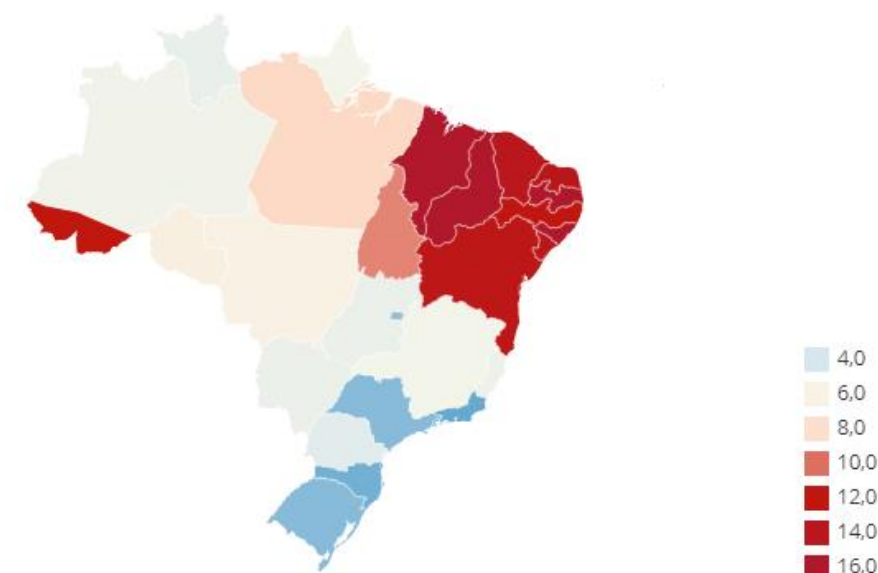
Dados **referente** **ao** **acesso** **à** **educação**

Com base no censo feito no ano de 2011 pelo IBGE, o Nordeste concentra 52,7% do total de analfabetos do

Brasil. O estudo realizado em 2011 aponta que 12,9 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade não sabem ler e muito menos escrever. Destes, 6,8 milhões estão na região Nordeste, que tem taxa de analfabetismo de 16,9%, quase o dobro da média nacional, de 8,6%. Foram ouvidas 358.919 pessoas em 146.207 domicílios. Segundo o IBGE, a população residente em 2011 no país era de 195,2 milhões.

De acordo com outra pesquisa feita pela Pnad contínua Educação 2019, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao decorrer dos anos o analfabetismo no Brasil apresentou algumas baixas em relação as suas taxas, como, por exemplo, no ano de 2018 onde as taxas de analfabetos a partir dos 15 anos eram de 6,8% e já no ano 2019 a mesma decresceu para 6,6%. Das cinco grandes regiões do país, o analfabetismo recuou em quatro regiões durante o ano de 2019. Os melhores indicadores estavam no Sudeste (de 3,5% para 3,3%) e no Sul (de 3,6% para 3,3%). Já no Nordeste, região que concentra metade dos analfabetos no país, as taxas ficaram praticamente estagnadas, pois no ano de 2018 apresentava-se 13,87% de analfabetos, enquanto no ano de 2019 apresentou-se uma taxa de 13,9%.

Abaixo imagem com o panorama do analfabetismo brasileiro:



Fonte: IBGE

Figura 2 - Taxa de analfabetismo por UF

2. Referencial Teórico

Panorama Atual

O FNDE, por meio do CEFTRU – Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (UnB) coletou outras informações, dados estatísticos e informações sobre as reais necessidades de transporte escolar rural em uma pesquisa em cerca de 4.500 municípios. Os resultados mostraram-se alarmantes quando nos deparamos com 8,4 milhões de estudantes da educação básica pública (FNDE, 2017). Ou seja, ônibus muito velhos e em péssimas condições de conservação, vans totalmente sem segurança, caminhões, e até mesmo tratores, como foi mostrado pela imprensa brasileira. Sem mencionar as crianças das regiões ribeirinhas, que passam horas dentro de uma pequena embarcação sem as mínimas condições de segurança e conforto (FNDE, 2010).

Alguns fatores justificam e exigem medidas que possibilitam um maior equilíbrio entre a demanda e os meios necessários para atendê-la. Exemplo desse fator pode ser a inexistência de transporte suficiente para a demanda; as dificuldades das prefeituras para a aquisição, não só pelas questões relativas a licitações, mas, especialmente, pelos poucos recursos disponíveis; o mau estado de conservação dos poucos veículos existentes; a utilização de veículos inadequados ao transporte de alunos; os retraídos resultados das ações do MEC (Ministério da Educação), uma vez que os recursos disponibilizados pelo FNDE para a aquisição de veículos e para a manutenção do sistema mostraram-se insuficientes para satisfazer as necessidades da maioria dos municípios do país.

Renovação e manutenção da frota

O Programa Caminho da Escola foi criado em 2007 com intuito de renovar a frota de ônibus escolares, mantendo a segurança e servir de um dos motivos diminuição da evasão escolar. Além da renovação da frota o programa busca pela padronização dos veículos, deixando todos iguais e novos. Desde a sua criação, esse projeto já destinou mais de 47 mil veículos aos municípios de todo o Brasil (Governo do Brasil, 2019). O

presidente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil), Rodrigo Dias resume o objetivo desse programa:

Esse é um programa que vai evitar a evasão escolar, que dará qualidade no transporte para as crianças. São ônibus que têm acessibilidade, e é uma forma de fazer com que na infância e nos primeiros anos dos nossos jovens possamos começar construir um país melhor (DIAS, 2019).

Toda educação é válida e útil. Mas é claro que o desenvolvimento dos grandes centros, permitem assim uma educação mais completa, com uma maior qualidade. O FNDE financia ainda outro programa referente ao transporte escolar. Além do programa em questão neste artigo, o Caminho da Escola, existe também o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). O Pnate transfere recursos para o custeio, manutenção e até mesmo a terceirização desse serviço. Conforme citado anteriormente, o enfoque deste artigo será o programa Caminho da Escola.

Dessa forma, como as frotas dos municípios se renovariam? O programa preconizava três formas dessa renovação: com recursos próprios, com convênio do FNDE ou com financiamento do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento). E assim, mesmo as cidades menos favorecidas poderiam adquirir a um veículo para condução dos seus alunos. De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub (2019), essa frota pertence a população que paga os impostos e o intuito disso é “devolver para o povo o dinheiro suado dos impostos, para as crianças. É a prioridade”.

Mas será que isso realmente está acontecendo? Os municípios brasileiros estão recebendo novos veículos de condução dos alunos. Existe parceria firmada entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e o FNDE para adequação e inspeção dos veículos na fábrica da Neobus, em Caxias do Sul, e na utilização desses veículos em suas necessidades e em suas localidades.

Nos anos de 2019 e 2020 a frota desse programa continuou a se renovar e a levar alunos ao acesso escolar. O atual presidente do FNDE, Marcelo Ponte, disse:

O Caminho da Escola é um programa já consolidado e muito importante, que auxilia na redução da evasão escolar. [...] no censo escolar de 2019, foi registrado que 8,5 milhões de alunos utilizaram o transporte escolar, o que representa 22% do total de matrículas da rede pública da Educação Básica [...] (PONTE, 2020).

Falando sobre a renovação da frota do projeto a Assessoria de Comunicação Social do FNDE diz:

Entre o final de 2019 e início de 2020, o MEC e o FNDE disponibilizaram atas de registro de preços para aquisição de 6.200 novos ônibus escolares por parte dos estados e municípios. E, de janeiro a julho deste ano, foram entregues mais de 1.300 veículos em todo o Brasil. O programa dispõe de sete modelos de ônibus e, para Tocantins, foram entregues dois modelos: Um com capacidade para 29 estudantes sentados, no total de 270 veículos. E outro com capacidade para 59 estudantes sentados, totalizando 49 veículos. (Assessoria de Comunicação Social do FNDE, 2020).

O que se vê, com base no exposto até aqui, é que existe uma grande atualização e compras de novos veículos para este programa. O que isso mostra? Mostra que o trabalho das autoridades competentes está sendo realizado. Mostra que o programa está sempre sendo atualizado e também implementado. Dessa forma, com base nessa perspectiva, pode-se dizer que o programa está em funcionamento e, sempre que possível, evoluindo de maneira positiva além de suprir as necessidades demandadas.

A diversidade dos veículos para atender a diversidade regional

Um dos detalhes importantes do programa é que ele não se limita apenas a veículos automotores. O programa procura adequar às mais diversas realidades de nosso país. Como temos uma variedade de realidades, de situações, de necessidades, cada veículo é então assim comprado para que venha a atender a todas essas demandas. Exemplos disso é o que aconteceu em Junho de 2010, 03(três) anos após a implementação do programa. As cidades ribeirinhas amazonenses receberam para suas localidades, além dos ônibus, lanchas para o deslocamento estudantil. Uma estudante chegou a contar para a reportagem da época que ela precisava de 02(duas) horas de canoa para poder chegar à escola. Segundo ela, com o recebimento das lanchas a “nossa ida a escola vai ficar bem melhor” (Jaqueline de Sena Cavalcanti, 2010). Um dos pontos positivos da produção de lanchas é que o FNDE procurou ajuda da Marinha para produção das lanchas (MEC, 2010). Segundo Rafael Torino (2010), diretor de ações educacionais do FNDE da época, a Marinha é que detêm os melhores meios para produção de veículos aquáticos, e por isso essa parceria foi tão essencial.

Na Figura 1, em uma reunião entre o senador Luis Carlos Heinze e Prefeitos, é possível ver uma miniatura de uma Lancha Escolar que serve para transportar os alunos das regiões ribeirinhas.



Fonte: Ascom FNDE

Figura 1 - Senador Luis Carlos Heinze e Prefeitos

Outra adaptação foi feita no município de Andaraí-BA. Foram compradas bicicletas para auxiliar ao transporte de alunos no trajeto casa-escola. Somente para chegar ao ponto de ônibus, os alunos andavam de 1,5 a 3 KM. Isso somente para chegar ao ônibus, tendo ainda o trajeto que eles faziam para chegar a escola, de ônibus. Antes do programa, a ida a escola era algo cansativo e desafiador para os estudantes dessa localidade. Supõe-se que devido a distância havia um aumento da evasão escolar. Apesar de todos esses veículos, no município ainda não era suficiente. A frota ainda contava com 13 veículos alugados, tudo isso para dar conta de levar a todos os alunos à escola. Todo esse trabalho contribuiu para um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, no 4º e 5º ano, de quatro pontos em 2011. Elas, vão assim servir tanto para a zona rural como para a

zona urbana. Mas como assim na Zona Urbana? Ainda hoje existem áreas em que o transporte público pago não opera. E nessas áreas existem famílias, estudantes, etc. Dessa forma, de acordo com Isa Dourado Neto de Abreu Bacelar (2013), secretária de Educação, as bicicletas vêm servindo para “diminuir a falta e os atrasos em escolas da rede pública”, no município de Andaraí, centro-sul baiano.

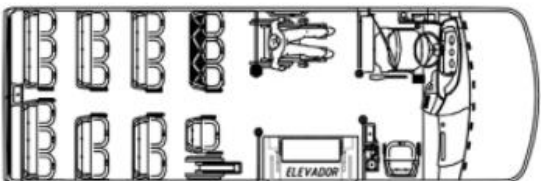
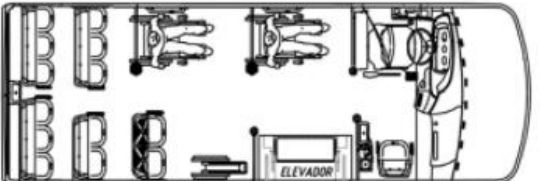
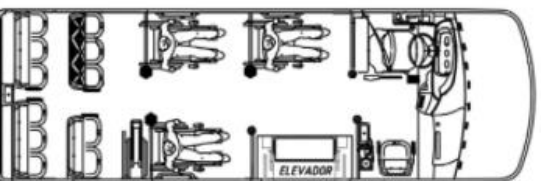
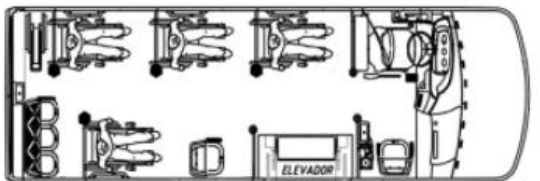
Outro fator importante na aquisição e adequação das necessidades é a compra de ônibus que são acessíveis às pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 garante o acesso à educação para todos. Assim o Governo Federal deve garantir e atender a necessidade dos estudantes que possuam alguma deficiência. E não é diferente com esse projeto. Na negociação de compra dos veículos, seja ele qual for, o FNDE leva em consideração as mais diversas necessidades, conforme demonstrado no Quadro 1.

Configuração do ônibus		Capacidade aproximada
Opção 01	uma área reservada (box) para cadeira de rodas	Até 20 estudantes sentados e um estudante com cadeira de rodas
Opção 02	duas áreas reservadas (box) para cadeira de rodas	Até 13 estudantes sentados e dois estudantes com cadeira de rodas
Opção 03	três áreas reservadas (box) para cadeira de rodas	Até 11 estudantes sentados e três estudantes com cadeira de rodas
Opção 04	quatro áreas reservadas (box) para cadeira de rodas	Até quatro estudantes sentados e quatro estudantes com cadeira de rodas

Fonte: Portal de Compras do FNDE/MEC.

Quadro 1 - Configurações do ônibus urbano escolar acessível.

E na Figura 2 é possível ver a configuração gráfica apresentada no Quadro 1.

Opção 1: Veículo com uma área reservada (box) para cadeira de rodas 	Opção 2: Veículo com duas áreas reservadas (boxes) para cadeira de rodas 
Opção 3: Veículo com três áreas reservadas (boxes) para cadeira de rodas 	Opção 4: Veículo com quatro áreas reservadas (boxes) para cadeira de rodas 

Fonte: Portal de Compras do FNDE/MEC.

Figura 2 - Configuração gráfica do ônibus escolar acessível.

Vale ressaltar que é de grande importância a implementação do programa diante da sociedade, pois o mesmo procura estabelecer e cumprir com todas as necessidades que lhes são repassadas, favorecendo da melhor maneira possível o ensino e aprendizagem de todos. E além disso, como é de obrigação do governo de prover acesso à educação a todos, o mesmo tem que cumprir com essa obrigação e facilitar a vida acadêmica dos estudantes com necessidades especiais.

3. Metodologia

Com base na análise de sites, reportagens, portarias e leis foi construído a base para este trabalho. Analisou-se notícias que relatam atualizações dos veículos que são a base desse programa. Nos sites vimos como que era o andamento desse programa. E nas leis, vimos qual a base desse programa. Assim, pudemos montar todo o nosso parecer e toda a nossa base para que fosse feito este trabalho.

4. Resultados e Discussões

Análise Dos Dados

Pode ser observado que, nesta política Pública, implantada pelo MEC, o programa *Caminho da Escola*, foi constatado um aumento expressivo de estudantes ingressantes no ensino fundamental e médio desde sua criação. Porém esse programa resolve parcialmente, não totalmente o problema de transporte para acesso a educação básica de qualidade ou até mesmo o acesso à educação. Cabe ao poder público zelar pelos direitos destes cidadãos, implantar através de medidas públicas eficientes como, oferecer transporte de qualidade disponíveis para as regiões com mais carência à educação, além de melhorar as vias de acesso para que tais modais de transporte possam chegar até o aluno e posteriormente a escola. Desta forma isso possibilitará o ingresso desses estudantes ao ensino fundamental e médio.

Mesmo com todo o incentivo, com todo investimento, o programa ainda tem suas falhas. A professora Rita Fonseca, da Escola Estadual Abel Freire Coelho, no município de Mossoró, Rio Grande do Norte nos contou que seus alunos que precisavam se utilizar do transporte era os que tinha os piores desempenhos. Ela nos falou que eles perdiam avaliações, iam por meios próprios sem ao menos poder e, na maioria das vezes, desistem do ano letivo devido a toda falta de incentivo que tinham e a dificuldade de deslocamento para as escolas.

Por isso é responsabilidade das autoridades competentes a fiscalização, implementação e realização desse e de os demais programas que englobam o projeto Caminho da Escola.

5. Conclusão

Apesar de o programa ter melhorado bastante a perspectiva de ensino nas escolas, apesar de toda a melhoria, o mesmo ainda precisa de muitas mudanças para ser completamente eficiente e eficaz. É necessário uma frota

ainda maior, um transporte realmente digno e pontual. Pessoas que trabalhem de forma diligente e que venham a sempre trazer melhorias para o programa. Dessa forma, o campo para melhoria sempre haverá, em todos os setores. O que se pode fazer é uma contínua evolução e atualização desses programas. Finalmente, cabe aos programas de poderes maiores tais como, o FNDE e o MEC, além dos outros envolvidos fazer o seu melhor para vistoriar essas frotas, e veículos buscando sempre alcançar o máximo de eficiência, assim como de eficácia para/com esses alunos, dando-lhes oportunidades cabíveis para seu futuro de ensino, e aprendizado.

Referências

Assessoria de Comunicação Social do FNDE. Alunos já podem ir de lancha a escola em cidades amazonenses. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/395-transporte-escolar-742863653/15614-alunos-ja-podem-ir-de-lancha-a-escola-em-cidades-amazonenses>. Acesso em: 10/09/2020.

LORENZONI, Ionice. Bicicletas ajudam a reduzir as faltas em município baiano. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/395-transporte-escolar-381739249/18950-bicicletas-ajudam-a-reduzir-as-faltas-em-municipio-baiano>. Acesso em: 10/09/2020.

Governo do Brasil. Municípios paulistas recebem 180 ônibus do programa Caminho da Escola. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2019/10/municipios-paulistas-recebem-180-onibus-do-programa-caminho-da-escola>. Acesso em: 10/09/2020.

BOAS, Bruno Villas. IBGE: Analfabetismo cai no país, mas fica estagnado no Nordeste. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/15ibge-analfabetismo-cai-no-pas-mas-fica-estagnado-no-nordeste.ghtml>. Acesso em: 10/09/2020.

Governo do Brasil. Ônibus do programa nacional Caminho da Escola são inspecionados por técnico do Tocantins. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/assuntos/noticias/onibus-do-programa-caminho-da-escola-sao-inspecionados-por-tecnico-do-tocantins>. Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/caminho-da-escola/sobre-o-plano-ou-programa-suple/historico>. Acesso em: 12/09/2020.

Assessoria de Comunicação Social do FNDE. 319 Ônibus do programa Caminho da Escola são entregues ao estado do Tocantins para beneficiar mais de 21 mil estudantes. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/319-onibus-do-programa-caminho-da-escola-sao-entregues-ao-estado-do-tocantins-para-beneficiar-mais-de-21-mil-estudantes>. Acesso em: 10/09/2020.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 3, de 28 de março de 2007. Cria o Programa Caminho da Escola. Brasília, DF: 2007b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-legislacao>>. Acesso em: 11/09/2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2020. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fndemec1/>. Acesso em: 11/09/2020.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 45, de 20 de novembro de 2013. Dispõe sobre os critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/5032-resolucao-cd-fnde-n-45,-de-20-de-novembro-de-2013>. Acesso em: 11/09/2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10/09/2020.

RIBEIRO, Andreia Couto; TENTES, Vanessa Teresinha Alves. O Caminho da Escola para os Estudantes com Deficiência: o Transporte Escolar Acessível no Plano Viver sem Limite. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382016000100027&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11/09/

Área Temática: Gestão Social e Políticas Públicas

**ANÁLISE MULTICRITÉRIO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DE SAÚDE PARA
LEISHMANIOSE VISCERAL**

José Eric da Silva Queiroz¹

Larissa Leykman da Costa Nogueira²

Sthenia Santos Albano Amora³

Breno Barros Telles do Carmo⁴

Resumo

A Leishmaniose Visceral é uma zoonose parasitária endêmica no Brasil, sendo considerada um problema complexo de gestão de saúde. Atualmente ainda há uma indefinição quanto a uso de uma ferramenta eficaz que auxilie a gestão municipal no processo de tomada de decisão. Nessa perspectiva este trabalho objetiva a utilização de um método multicritério para auxiliar a gestão de saúde no processo de priorização e escolha.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. j.ericqueiroz@gmail.com

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. larissaleykmam@gmail.com

³ Docente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. sthenia@ufersa.edu.br

⁴ Docente na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. brenobarros@ufersa.edu.br

Para este estudo foi utilizado um questionário a três decisores locais, que por meio da avaliação de julgamento de valor, definiram o grau de importância dos critérios com base em uma escala de zero a cem pontos, conforme previsto no método *Swing Weights*. Após a normalização dos pesos, foi obtido como resultado um ranqueamento para priorização de critérios que devem ser considerados no processo de tomada de decisão. Com este trabalho foi percebida a viabilidade de em estudos futuros possam ser inseridos as alternativas estratégias para elaboração de uma matriz de decisão, no entanto será necessário a utilização de um método multicritério mais robusto. Além disso, foi percebido a necessidade de inclusão de um quarto decisor que representasse a classe da comunidade local.

Palavras-chave: Zoonose. *Swing Weights*. Tomada de Decisão. Gestão Municipal.

Abstract

Visceral Leishmaniasis is an endemic parasitic zoonosis in Brazil, and is considered a complex health management problem. Currently, there is still a lack of definition as to the use of an effective tool that helps municipal management in the decision-making process. In this perspective, this work aims to use a multicriteria method to assist health management in the process of prioritization and choice. For this study, a questionnaire was applied to three local decision makers, who, through the evaluation of value judgment, defined the degree of importance of the criteria based on a scale from zero to one hundred points, as provided for in the *Swing Weights* method. After the normalization of the weights, a ranking was found as a result for prioritizing criteria that should be considered in the decision-making process. With this work, the feasibility of future studies was perceived, if inserted as alternatives implemented to elaborate a decision matrix, however it will be necessary to use a more robust multicriteria method. In addition, the need to include a fourth decision maker representing the class of the local community was realized.

Key Words: Zoonosis. *Swing Weights*. Decision Making. Municipal Management.

1. Introdução

A leishmaniose visceral (LV) é uma zoonose que atinge principalmente regiões menos favorecidas economicamente, sendo causada no Brasil pelo parasito *Leishmania infantum* (BARBOSA et. al, 2016; BASTOS et. al, 2016). O cão é considerado o principal reservatório da doença em áreas urbanas, e o flebotomíneo *Lutzomyia longipalpis* o vetor de maior importância epidemiológica (WERNECK, 2014).

Inicialmente a LV era uma doença com características predominantemente rurais, porém, a partir da década de 1980 passou a se expandir, se apresentando como problema de saúde pública também em áreas urbanas (ZUBEN, DONALÍSIO, 2016). Esse processo de urbanização pode estar relacionado a diversos fatores, como a ocupação urbana desordenada, o surgimento de assentamentos urbanos não planejados, falta de saneamento básico e dificuldades no acesso e planejamento de serviços de saúde, que acaba por promover condições favoráveis à reprodução dos flebotomíneos (CARMO et al., 2016; ABRANTES et al. 2018).

Com o aumento de municípios afetados, assim como do número de casos e óbitos, o Ministério da Saúde (MS) publicou em 2006 o Programa de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral (PVCLV), adotando medidas preventivas e de controle que incluíam o vetor da doença, seus reservatórios e a população humana (ZUBEN e DONALÍSIO; CARDIM et al., 2016). Porém, apesar dos esforços para cumprir com as medidas estabelecidas pelo programa, ainda há expansão dos casos autóctones humanos e das áreas endêmicas de LV no Brasil.

Devido seu caráter complexo, a LV deve ser avaliada sob uma perspectiva sistêmica e integrada, considerando os aspectos sociais, ambientais, políticos e culturais, aliados com os aspectos econômicos e técnicos. Desta forma, modelos matemáticos, como a Análise Multicritério de Decisão (AMD) podem auxiliar de forma positiva na tomada de decisões mais eficazes quanto as estratégias de controle e prevenção da doença, já que esta é utilizada em situações em que ocorrem várias opções para serem analisadas, em busca de uma alternativa mais eficiente (LONGARAY et al., 2016).

2. Referencial Teórico

2.1 Dados epidemiológicos e transmissão da leishmaniose visceral

A LV é uma doença tropical negligenciada, que se não tratada, pode apresentar alta letalidade em humanos. É uma doença de transmissão vetorial que ocorre nos países mais pobres e atinge as populações mais vulneráveis e com difícil acesso aos serviços de saúde (COSTA et al., 2018). Embora esteja distribuída mundialmente, 90% dos casos da doença estão concentrados em sete países, sendo estes Etiópia, Índia, Quênia, Sudão, Sudão do Sul, Somália e Brasil (WHO, 2020).

Nas Américas a LV é endêmica em 12 países e no período de 2001-2017 foram registrados 59.769 novos casos, uma média de 3.516 casos por ano, sendo o Brasil responsável por 96% destes (OPAS/OMS, 2019). Até 1980 a doença apresentava características rurais no Brasil, com 90% dos casos concentrados na Região Nordeste, porém devido a alguns fatores como ocupação urbana desordenada, a LV vem passando por um processo de urbanização, se tornando um problema de saúde pública em praticamente todo território brasileiro (COSTA et al., 2018).

Em 2018 o Brasil registrou 3.466 casos de LV, onde 50% (1.735) ocorreram na Região Nordeste, seguida pelas Regiões Norte com 21,2% (737), Sudeste 12,3% (428), Centro-Oeste 3,5% e Sul 0,3% (11). O maior número de registros da LV na Região Nordeste ocorre nos estados Maranhão, Ceará e Bahia, porém o Rio Grande do Norte também vem apresentando um número considerável de casos, com 731 confirmados entre 2008 e 2018 (BRASIL, 2019).

No Brasil a doença é causada pelo parasita *Leishmania infantum*, sendo este transmitido principalmente através da picada do flebotômíneo *Lutzomyia longipalpis* (PEREIRA et al., 2020). Os flebotômíneos são pequenos insetos, de um a três milímetros, que costumavam habitar principalmente áreas de florestas e suas proximidades, porém com a urbanização da doença, o vetor vem sofrendo adaptações, sendo agora encontrado em ambientes peridomiciliares onde há abrigo de animais, lixo e matéria orgânica em decomposição (FELICIANGELI, 2004; AMORA et al., 2009). Em áreas muito urbanizadas também é comum encontrá-lo no interior das residências, sobretudo durante o período crepuscular (MARCONDES e ROSSI, 2013).

Apenas as fêmeas de *Lu. longipalpis* são hematófagas e possuem hábito alimentar eclético, podendo ingerir sangue de humanos, cães, gatos, cavalos, jumentos, cabras, bois, galinhas, porcos e animais silvestres. Os machos se alimentam de seiva e néctar de plantas, além de frutas maduras e matéria orgânica (MARCONDES e ROSSI, 2013).

2.2 Prevenção e controle da leishmaniose visceral

Por ser um importante problema de saúde pública, o Ministério da Saúde publicou em 2006 o Programa de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral (PVCLV), adotando medidas que incluíam o vetor da doença, seus reservatórios e a população humana. As propostas sugeridas pelo PVCLV surgiram com o intuito de contribuir com as secretarias municipais de saúde na organização e execução das atividades de prevenção e controle da doença (BRASIL, 2017; ZUBEN e DONALISIO, 2016).

Para que as ações de prevenção e controle da LV sejam efetivas, é necessário intervir em áreas onde a zoonose é endêmica, respeitando as particularidades de cada município e desenvolvendo a integração de serviços que antes atuavam de forma fragmentada (BARBOSA et al., 2016). As medidas relacionadas ao reservatório doméstico da LV incluem o controle da população canina errante, vacinação, uso de coleiras inseticidas, aplicação de inseticidas tópicos e a eutanásia de animais positivos.

A eutanásia dos cães soropositivos é baseada na justificativa de que os caninos são responsáveis pela dispersão da doença, e que a infecção de animais, geralmente, precede a humana. Porém trabalhos científicos demonstram resultados pouco satisfatórios quanto a essa estratégia, já que a prevalência local da LV possui características multifatoriais. Além disso, a eutanásia apresenta baixo nível de aceitação pela população, o que pode estar relacionado ao afeto que os tutores desenvolvem por seus animais (MACHADO et al. 2016; ZUBEN e DONALÍSIO, 2016; SILVA et al., 2017).

Com relação às medidas direcionadas ao homem, algo que deve ser encorajado à população é o uso de repelentes como proteção individual, devendo ser estimulado também a adesão de mosquiteiros com malha fina, telagem de portas e janelas, e a não exposição nos horários de atividade do vetor em ambientes

considerados de risco (BRASIL, 2017). No Brasil, o controle da LV é responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo assim, as Secretarias de Saúde possuem o dever de fornecer as condições necessárias para detecção precoce da doença, tal como o seu tratamento.

Apesar das medidas relacionadas ao diagnóstico e tratamento precoce de casos humanos e eliminação do reservatório da LV, o controle do vetor é, de longe, a forma mais eficaz de combate a doenças vetoriais (WERNECK, 2014). O controle químico, de acordo com o PVCLV, é dirigido apenas ao inseto adulto, objetivando evitar ou reduzir o contato dos flebotomíneos com a população humana, ajudando, desta forma, a diminuir a transmissão da doença (BRASIL, 2017). Porém a estratégia constitui um dos maiores desafios para alguns municípios, o que pode ser atribuído a descontinuidade das ações por falta de bens materiais ou humanos, recusa da comunidade, além da sua complexidade e custo elevado (ZUBEN e DONALÍSIO, 2016)

A identificação de características nos peridomicílios que sejam favoráveis a manutenção do ciclo de vida do vetor, permite a atribuição de medidas viáveis para alterar as condições do meio, reduzindo desta forma o contato entre flebotomíneos e o homem (MACHADO et al., 2016; CARMO et al., 2016). Precauções como limpeza dos quintais, eliminação de resíduos sólidos orgânicos e de fontes de umidade, além da não permanência de animais domésticos dentro das residências, podem impedir o estabelecimento de criadouros da forma imatura do flebotomíneo (CARMO, 2016). Porém, para que essas providências sejam bem acatadas pela população, é necessário associá-las também com atividades de educação em saúde, visto que a compreensão do público perante o problema é capaz de se reverter em participação efetiva nas ações sanitárias aplicadas em uma comunidade

2.3 Análise de decisão multicritério

Os órgãos públicos enfrentam grandes dificuldades na aplicação de soluções que atendam a grande demanda por resultados efetivos e sustentáveis. A necessidade de ferramentas que ajudem os gestores e tomadores de decisões é cada vez mais urgente. Sendo assim, modelos matemáticos práticos, juntamente com

soluções tecnológicas e analíticas podem ser ferramentas importantes para apoiar essas tomadas de decisões (GONZALEZ et al., 2015).

Os métodos da AMD têm um caráter científico e, ao mesmo tempo, subjetivo, trazendo consigo a capacidade de agregar, de maneira ampla, todas as características consideradas importantes, inclusive as não quantitativas, com a finalidade de possibilitar a transparência e a sistematização do processo referente aos problemas de tomada de decisões (GOMES et al. 2011). Nas últimas décadas os métodos multicritério têm sido aplicados em diversas áreas sociais, inclusive na da saúde.

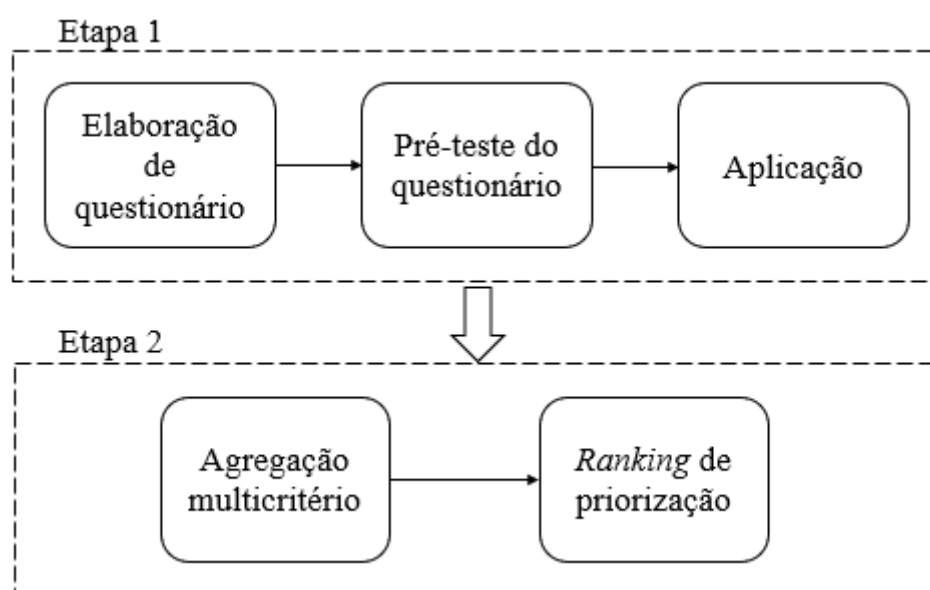
De forma geral, isso é feito através da decomposição dos objetivos em critérios, que recebem valores de importância e têm alternativas de decisão avaliadas em cada um dos critérios estabelecidos. Construído o modelo, é possível realizar a avaliação global de qualquer alternativa proposta, levando em conta o peso de cada critério e sua performance no modelo desenvolvido (LONGARAY et al., 2016). Dentre as técnicas mais utilizadas para a atribuição de pesos destaca-se o *swing wheighting*, que se caracteriza por comparações par a par de critérios, com a atribuição de pontos em uma escala de 0-100 (CAMPOLINA et al., 2017).

3. Metodologia

Esta pesquisa possui natureza descritiva, tendo em vista a aplicação de questionários para a tabulação dos dados, e caráter quali-quantitativo, devido a necessidade de avaliação subjetiva de decisores para quantificação das importâncias de critérios de gestão de saúde para o caso da LV.

A seguir será apresentado esboço das etapas desenvolvidas neste estudo.

Figura 1 – Esboço das etapas.



Fonte: Autores (2020).

Este trabalho foi realizado em duas etapas, a primeira está relacionado a todas as fases para o desenvolvimento do questionário, desde sua elaboração até o momento de aplicação prática, enquanto a segunda etapa é relativa a agregação do método *Swing Weights* do *Smarts* para elicitação de preferências e definição das importância dos critérios de gestão de saúde para o caso da LV.

3.1 Etapa 1

A etapa de elaboração do questionário se iniciou com a inserção de quatro critérios de gestão de saúde adotado para a definição de estratégias de prevenção e controle da LV. A partir disso, foram estabelecidas duas questões, a primeira objetivando a ordem de preferência de cada decisor, e em seguida o seu indicador baseado em uma escala de zero a cem pontos.

Após elaboração do questionário, foi realizado um pré-teste, com o intuito de identificar a percepção e clareza do questionário por um grupo de três médicos veterinários. Em seguida, após fase de pré-teste, o

questionário foi aplicado individualmente, por meio da submissão via e-mail eletrônico, devido as recomendações de saúde em virtude da pandemia do Covid-19, a três decisores (médico veterinário, especialista acadêmico e agente municipal de endemias), com o intuito de promover uma tomada de decisão participativa.

3.2 Etapa 2

Após todo o processo de elaboração e aplicação do questionário, os dados foram coletados e tabulados em planilha eletrônica. Em seguida foi realizada a agregação prevista na técnica *Swing Weights* para definição das importâncias. Para isso foram realizadas as normalizações baseadas no somatório de pontos estabelecidas na escala.

Por fim, após obtenção das importâncias numéricas dos critérios, foi elaborado um *ranking* de critérios priorizados, isto a partir da média de avaliação dos resultados obtidos por cada decisor.

4. Resultados e Discussões

O questionário após elaborado passou por um pré-teste, que foi aprovado sem ressalvas pela equipe avaliadora. Em seguida, o questionário foi submetido de forma individual aos decisores, evitando desse modo que um representante interferisse na decisão de outro, com o intuito de captar a voz dos representantes por meio de sua avaliação pessoal de julgamento de valor. Os resultados normalizados obtidos desta avaliação estão descritos na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Avaliação de julgamentos de valor normalizada dos decisores.

Decisores	Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4
	Aceitação social	Impacto	Tempo	Custo
Médico Veterinário	31,7%	25,4%	20,6%	22,2%

Especialista Acadêmico	28,6%	25,4%	22,2%	23,8%
Agente de Endemias	14,8%	37%	22,2%	25,9%
Média	25,03%	29,27%	21,67%	23,97%

Fonte: Autores (2020).

Com a normalização dos valores obtidos pela escala no processo de julgamento dos decisores, foi calculado a média aritmética dos pesos individuais dos critérios com o intuito de agregar os resultados e auxiliar no processo de tomada de decisão coletiva, possibilitando assim um meio participativo para as decisões de gestão de saúde pública. Após isso, pode ser definido o ranqueamento de preferência dos decisores nos critérios estabelecidos, conforme apresentado na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – *Ranking* de priorização de critérios para o caso da Leishmaniose Visceral.

1°	Impacto
2°	Aceitação Social
3°	Custo
4°	Tempo

Fonte: Autores (2020).

Conforme apresentado no ranking de preferências, os critérios foram avaliados com importâncias bem próximas, com variação máxima de 7,6% entre o critério mais importante, primeiro colocado, e o de menor importância, último colocado. O critério mais bem avaliado pelos decisores foi o impacto, que se remete a capacidade que uma intervenção mitigadora pode trazer diante da situação e contexto local. Em último ficou o tempo, que de acordo com a percepção dos avaliadores é um critério que possui um menor grau de importância, tendo em vista que a LV é uma doença que está associado a ações que podem trazer resultados também a longo prazo.

Nas posições intermediárias ficaram os critérios aceitação social, segundo, e o custo, terceiro. A importância do critério aceitação social pode ser percebida em virtude de algumas estratégias voltadas para a LV estarem associadas a uma grande resistência social, como é o caso da eutanásia dos cães com diagnósticos

soro positivo. O grau de importância desse critério vai estar associada a cultura e valores da comunidade local em relação a saúde animal e humana. O custo, apesar de ser um critério de grande importância no que diz respeito a gestão de saúde pública, obteve uma posição de menor relevância pelo fato de algumas estratégias atualmente adotadas para a LV estarem associadas a intervenções de manejo e educação ambiental. Apesar de existir medidas de alto custo, atualmente há uma percepção de que ações como a de sensibilização da comunidade pode trazer resultados mais expressivos do que medidas de alto custo que isoladamente e sem apoio social não tem trazido a eficácia desejada.

A LV por ser uma doença endêmica e de natureza complexa para a gestão de saúde pública, envolve diversos outros critérios além dos indicados acima, desse modo acredita-se que seja necessário a inclusão de algum método que auxilie na escolha dos critérios. Além disso, há a necessidade de inserção das alternativas estratégicas de prevenção e controle, que com o auxílio de um método multicritério mais robusto, poderá auxiliar a gestão de saúde a nortear e classificar as melhores ações baseado nos contextos sociais do município.

Outro ponto a ser citado refere-se a necessidade de participação da sociedade no processo de tomada de decisão, tendo em vista que o engajamento das pessoas de um município é de suma importância para a boa eficácia das ações propostas, desse modo sugere-se que nos próximos trabalhos seja incluso um quarto decisor que represente os valores da comunidade local.

5. Conclusão

Este trabalho utilizou uma abordagem de decisão baseado em julgamentos de valores individuais, sendo necessário um estudo que utilize uma abordagem de decisão em grupo, para que os decisores possam apresentar suas visões e experiências, para que juntos respondam a um único questionário que represente a visão de todos os participantes do processo de tomada de decisão. E assim, posteriormente realizar uma análise comparativa entre as duas aplicações, individual e em grupo.

Referências

ABRANTES, T.R., WERNECK, G.L., ALMEIDA, A.S.D., FIGUEIREDO, F.B. Fatores ambientais associados à ocorrência de leishmaniose visceral canina em uma área de recente introdução da doença no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00021117, 2018.

AMÓRA, S.S., BEVILAQUA, C.M., FEIJÓ, F., ALVES, N.D., MACIEL, M.D.V. Control of phlebotomine (Diptera: Psychodidae) leishmaniasis vectors. **Neotropical entomology**, v. 38, n. 3, p. 303-310, 2009.

BARBOSA, M.N., GUIMARÃES, E.A.A., LUZ, Z.M.P. Avaliação de estratégia de organização de serviços de saúde para prevenção e controle da leishmaniose visceral. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 25, p. 563-574, 2016.

BASTOS, T.S.A., LINHARES, G.F.C., MADRID, D.M.C. Identificação morfológica de flebotomíneos capturados em área urbana. **Ciência Animal Brasileira**, v. 17, n. 3, p. 395-401, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde : volume 3 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 1. ed. atual. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Sistema de Informação de Agravos de Notificação-SINAN: Casos confirmados de Leishmaniose Visceral, Brasil, Grandes Regiões e Uniões Federadas. 1990 a 2018. 2019.

CARDIM, M.F.M., GUIRADO, M.M., DIBO, M.R., CHIARAVALLLOTI, N.F. Visceral leishmaniasis in the state of Sao Paulo, Brazil: spatial and space-time analysis. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 48, 2016.

CARMO, R.F., LUZ, Z.M.P., BEVILACQUA, P.D. Percepções da população e de profissionais de saúde sobre a leishmaniose visceral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 621-628, 2016.

COSTA, D.N.C.C., BERMUDI, P.M.M., RODAS, L.A.C., NUNES, C.M., HIRAMOTO, R.M., TOLEZANO, J.E., CHIARAVALLLOTI, F. Human visceral leishmaniasis and relationship with vector and canine control measures. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 92, 2018.

FELICIANGELI, M. D. Natural breeding places of phlebotomine sandflies. **Medical and Veterinary Entomology**, v. 18, n. 1, p. 71-80, 2004.

LONGARAY, A.A., DA SILVA MUNHOZ, P.R., TONDOLO, V.A.G., QUADRO, R.C. Análise multicritério de decisão e sua aplicação na gestão da saúde: uma proposta de revisão sistemática da literatura. **Exacta**, v. 14, n. 4, p. 609-618, 2016.

MACHADO, C.J.S., SILVA, E.G., VILANI, R.M. O uso de um instrumento de política de saúde pública controverso: a eutanásia de cães contaminados por leishmaniose no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 247-258, 2016.

MARCONDES, M., ROSSI, C.N. Leishmaniose visceral no Brasil. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v.50, n.5, p.341-352, 2013.

OPAS/OMS Organização Pan-Americana de Saúde: Leishmanioses: Informe epidemiológico das Américas: Washington: Organização Pan-Americana de Saúde, 2019.

PEREIRA, N.C.L., MICHALSKY, É.M., LARA-SILVA, F.O., LANA, R.S., PAULA, A.J.V.D., PEREIRA, D.M., DIAS, E.S. Ecology of phlebotomine sand flies in a Brazilian area with recent leishmaniasis transmission (Itaúna, in Minas Gerais state). **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 53, 2020.

SILVA, S., FERREIRA, L.V.V, COELHO-LAMOUNIER, K.C., M-DE-CASTRO, J., BORJA-CABRERA, G.P. Leishmaniose visceral humana: reflexões éticas e jurídicas acerca do controle do reservatório canino no Brasil. **Revista de Bioética y Derecho**, n. 39, p. 135-151, 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



WERNECK, G.L. Visceral leishmaniasis in Brazil: rationale and concerns related to reservoir control. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 5, p. 851-856, 2014.

WHO. Global Health Observatory Data Repository. Number of visceral leishmaniasis reported, data by country. 2020.

ZUBEN, A.P.B., DONALÍSIO, M.R. Dificuldades na execução das diretrizes do Programa de Vigilância e Controle da Leishmaniose Visceral em grandes municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, p. e00087415, 2016.

Área Temática: Inovação e Tecnologia Social

**INOVAÇÕES E NOVIDADES NA FEIRA AGROECOLÓGICA DO CENTERN: UM
ESTUDO DE CASO**

Naara Roberto Almintas¹

Vinícius Claudino de Sá²

Resumo

Diante da proposta de melhorias de qualidade de vida (Que agrega, saúde, economia, sustentabilidade, agronegócio, valorização do trabalho rural, geração de renda, socialidade, viabilização de comercialização, inclusão das mulheres e jovens dentre outros fatores) de famílias rurais existente na comunidade de Maninbu pertencente ao município de São José de Mipibu, foi realizado um planejamento e execução de uma feira agroecológica do CENTERN. Atualmente existem 10 unidades de produção familiar, que cultivam dentro do centro de treinamento na área rural, tais alimentos: Hortaliças, leguminosas, frutas, raízes e tubérculos e criação de gado (Leite). Esse projeto foi criado pela servidora Engenheira Florestal Albanita Peixoto e acompanhada pela bolsista Nutricionista Naara Roberto Almintas, que funciona da seguinte forma: O centro permite as 10 famílias rurais a plantação e o cultivo da terra, cedendo também água, energia, e comercialização

¹ Especialista em Nutrição Clínica- Metabolismo, na prática e terapia nutricional pela Universidade Estácio de Sá, Nutricionista formada pela Universidade Potiguar, bolsista nutricionista EMATER/RN pela FUNCITERN.

² Doutor em Extensão Rural, Mestre em Administração e professor do departamento de Administração da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

dos alimentos plantado. Com isso, obteve o aumento da venda virtual dos produtos agropecuários do município de São Jose de Mipibu, da comunidade (Maninbu), desencadeou interações entre os consumidores e produtores rurais, diminuiu o comércio terceirizado, extinguiu alguns obstáculos da comercialização, ocasionou o aumento da renda e de produção de hortaliças, que contribuíram para o balanço entre gastos e as vendas dos produtos.

Palavras-chaves: Agroecologia, Feira Agroecológica, Inovações, Novidades, Gestão.

Abstract

In view of the proposal for improvements in the quality of life (which adds, health, economy, sustainability, agribusiness, valorization of rural work, income generation, sociality, making commercialization feasible, including women and young people, among other factors) of existing rural families in community of Maninbu belonging to the municipality of São José de Mipibu, a planning and execution of a CENTERN agroecological fair was carried out. Currently, there are 10 units of family production, which cultivate inside the training center in the rural area, such foods: Vegetables, legumes, fruits, roots and tubers and cattle raising (Milk). This project was created by the server engineer Engenheiro Florestal Albanita Peixoto and accompanied by the scholarship holder Nutritionist Naara Roberto Almintas, which works as follows: The center allows the 10 rural families to plant and cultivate the land, also providing water, energy, and food marketing planted. As a result, it obtained an increase in the virtual sale of agricultural products in the municipality of São Jose de Mipibu, in the community (Maninbu), triggered interactions between consumers and rural producers, decreased outsourced trade, eliminated some obstacles to marketing, caused an increase in income and vegetable production, which contributed to the balance between spending and sales of products.

Key Words: Agroecology, Agroecological Fair, Innovations, News, Management.

1. Introdução

O Centro de Treinamento da Emater-RN (CENTERN), de São José de Mipibu, foi fundado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte em 1986, com o objetivo de sediar e executar treinamentos de técnicos, produtores rurais e famílias assistidos pela Emater-RN. Localizado a 42 Km de Natal, mais precisamente na comunidade de Maninbu, o CENTERN possui área total de 65 hectares de terras agricultáveis, com características de um hotel rural, mantendo em seu território várias atividades agrícolas, aliadas à preservação da mata nativa.

Atualmente a equipe de colaboradores do CENTERN é composta por: 01 coordenadora, 02 servidores (administrativo e motorista), 01 nutricionista (bolsista), 01 cozinheira, 02 auxiliares de cozinha e 03 auxiliares de serviço geral que são terceirizados. O perfil da clientela atendida no CENTERN nos dias atuais é muito variado, dependendo da contratação, atende as demandas dos servidores públicos que estão em capacitação no local, assim como o público externo que contratam o serviço de hospedagem e alimentação. O cardápio servido vai de acordo com o evento contratado por *per capita*, e dependendo da contratação, é oferecido desde entradas (Saladas cruas e cozidas), como duas opções de carne, e os seus acompanhamentos e guarnições (arroz, purê, farofa, e suco) e quando solicitado serve-se sobremesas, sempre priorizando a produção de alimentos rural do local.

Figura 01 - CENTERN (Centro de Treinamento da Emater-RN)



Fonte: Página do Facebook @centernsjmipibu (2016)

A importância de um acompanhamento com profissional nutricionista é um diferencial, tanto na parte de plantação, colheita e consumo dos alimentos, pois, a mesma realiza capacitação sobre a utilização da água potável, manejo correto dos alimentos e sua utilização durante o processo de preparo e consequentemente distribuição. Segundo a normativa RDC 216, da ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2004), busca a conformidade, o fortalecimento e o gerenciamento do setor com qualidade, evitando risco emergente e agravos decorrentes a manipulação e produção de alimentos que possam ser agentes contaminantes e prejudiciais à saúde coletiva, a segurança dos alimentos tem por objetivo principal assegurar que o consumo dos alimentos por hipótese nenhuma cause prejuízo ao consumidor seja de forma direta e indireta. Tal importância dessa execução se dá a partir da execução de atividades que podem ser denominadas de boas práticas, que envolve: A parte operacional, ambiental, estrutural como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Figura 02- Curso de Capacitação de Boas Práticas de manipulação e fabricação de alimentos com os colaboradores e a Nutricionista do CENTERN.



Fonte: Arquivo Próprio (2020)

Figura 03- Curso de Capacitação de Boas Práticas de manipulação e fabricação de alimentos com os colaboradores e a Nutricionista do CENTERN.



Fonte: Arquivo Próprio (2020)

No CENTERN existem 10 famílias rurais, que por muitos anos se amoldaram-se a um conformismo sem desenvolvimento e avanço da plantação e cultivo do local. Diante da acuidade, que foi observado pela profissional Engenheira Florestal Albanita Peixoto, foi realizado um estudo para elaboração do planejamento e a necessidade de melhorias da qualidade de vida dessas famílias rurais que residem na comunidade Manimbu localizado no município de São José de Mipibu, e com isso foi criado a feira

agroecológica do CENTERN, e acompanhada pela bolsista Nutricionista Naara Roberto Almintas, funciona da seguinte forma: Atualmente existem 10 unidades produtivas de família rural, que cultivam dentro do centro de treinamento na área rural, tais alimentos: Hortaliças, leguminosas, frutas, raízes e tubérculos e criação de gado (Leite). O centro permite as 10 famílias rurais a plantação e o cultivo da terra, cedendo também água e energia, e comercializa 10% desses alimentos em uma feira agroecológica nas sextas feiras no centro administrativa da Emater/RN estadual, e os demais 90% é de lucro dos agricultores. Com essa parceria, garante:

- Desenvolvimento socioeconômico do local, ocasionando um impacto produtivo positivo;
- Estimula a produção agrícola da região;
- Incentiva a comercialização dos alimentos agroecológicos;
- Criações de receitas saudáveis com reaproveitamento integral dos alimentos e orientação de boas práticas manipulação;
 - Orientação sobre manejo do solo;
 - Encorajamento de não utilizar produtos químicos na plantação como fertilizantes e agrotóxicos, pois esse tipo de agricultura não é considerado sustentável, afeta o meio ambiente, origina o desmatamento da flora, prejudicando a fauna, e traz um impacto negativo a biodiversidade, sem falar na saúde do trabalhador rural, que está em contato intenso com agrotóxico e fertilizantes, pois, já existe estudos científicos que comprovam o impacto prejudicial do uso desses produtos químicos não só na saúde de quem consome, mas também de quem manipula e das famílias que vivem ao redor;
 - Viabilizou o acesso também a população da zona urbana a desfrutar de alimentos mais saudáveis e seguro acompanhado pela nutricionista do CENTERN.

2. Referencial Teórico

2.1 AVANÇO NA AGRICULTURA

O constante desenvolvimento da agricultura no Brasil, tem gerado impactos em diferentes aspectos, como a procura da população por alimentos saudáveis, consequentemente em busca de qualidade de vida, e na contribuição significativa para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar. O avanço da modernização na agricultura trouxe mudanças no trabalho rural e em sua produção. Proporcionou vertentes de benefícios para o agronegócio, em contrapartida desencadeou desafios para comercialização de pequenos produtores rurais.

De acordo com Balsan (2006,-.124) apud Barros (2019,p.10) A modernização da agricultura e seus desafios a explosão da atual agropecuária no Brasil, vem desde a Revolução Verde, que nada mais é que a modificação de toda estrutura de produção e modo de vida na zona rural e em todo o seu contexto territorial, durante o período na segunda metade dos anos 50 a meados dos anos 60. “Emergem nessa década, com o processo de modernização da agricultura, novos objetivos e formas de exploração agrícola originando transformações tanto na pecuária, quanto na agricultura”. (BARROS,2019).

O crescimento da expansão da agricultura moderna origina em sincronia a constituição do complexo agroindustrial, trazendo consigo o avanço da modernização em ferramentas, base técnica e em todo meio de produção, modernizando e alterando as formas de produção. Mesmo com os avanços, o campo sofre um impacto de uma transformação não homogênea, originando uma desigualdade em seu meio. Nem todos os agricultores obtinham o privilégio de acesso as linhas de créditos, oferecidos e financiados pelos bancos. Quem obteve mais vantagem ao acesso à linha de crédito foi a chamada burguesia rural, que havia surgido no Brasil desde o período colonial. então, a modernização do campo no Brasil é desigual, pois ela não chegou de maneira uniforme aos agricultores brasileiros. Todavia, o agricultor permaneceu ainda mais com dificuldades de auxílio tecnológico.

Segundo Alves (2019) a crise econômica na década de 80 no Brasil viabilizou a diversificação de atividades oriundas no meio rural como forma de incentivar a permanência do homem no campo. Ao inserir

questões como contribuição à segurança alimentar; à preservação ambiental; às funções econômica e social e a manutenção do tecido, social e cultural, surge também em contexto europeu a noção de multifuncionalidade, no sentido que além de sua função primária de produção de fibras e alimentos, a atividade agrícola tem várias outras funções relacionadas com a conservação dos solos, da biodiversidade, dos recursos naturais, etc. As transformações das modificações no meio rural brasileiro são nítidas sendo a pluriatividade um dos acontecimentos de ênfase de destaque. Entretanto, é importante levar em consideração os principais preconceitos "econômicos" inerentes ao conceito de versatilidade da agricultura familiar, social e de cidadania, pois estabelece uma série de relações com a segurança alimentar, com foco na alimentação; tendo funções ambientais, com ênfase na proteção do solo, águas e biodiversidade: no âmbito do valor cultural, as funções econômicas representam a eficiência econômica e as funções sociais.

2.2 SURGIMENTOS DE FEIRAS

O contexto nacional das feiras no Brasil, tem uma grande representatividade em todo país, estado e município. De acordo com Santos (2013, p.10) apud Avelar (2019, p.29) o histórico da primeira feira no Brasil foi em 1548, quando no regimento enviado ao Governador Geral, o rei Dom João III, ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários.

Todavia, os portugueses já tinham experiências e habilidades com feiras, e não obtinham interesse de ajudar a população local, mas tinham o interesse de explora-los por meio de diversos produtos nativos. Nesse histórico pode se dizer que a feira livre no Brasil é constituída em uma modalidade de mercado comercial, como serviço de utilidade pública, com variedades de gêneros alimentícios, produtos básicos, tendo sua herança cultural oriunda da tradição Ibérica com mesclagem africana em diversas regiões do Brasil. Já o surgimento das feiras agroecológicas iniciou no século XXI, mesmo diante desse surgimento é notável os desafios que são ocasionados para sua realização no mercado dos agricultores. Alguns aspectos que podem ser citados como desafios constantes para os agricultores rurais, são: produtividade continuada, qualidade e regularidade no fornecimento de insumos, ânimo para empreender, incapacidade e ausência de inclusão para

a integração em avanços tecnológicos e redes sociais de divulgação e certificação dos produtos. De acordo com Niardelle (2015) em se tratar de uma cultura antiga, a criação das feiras tem um papel crucial, quando acompanhada com os avanços e desenvolvimentos necessários para a segurança alimentar e geração de renda.

2.3 AGRICULTURA SUSTENTAVEL: AGROECOLOGIA

A compreensão da agroecologia visa promover a identidade de uma feira de exposição agroecológica, em um debate conceitual que visa aprofundar a compreensão referente a agroecologia. Segundo Guzman (2001), faz a seguinte discussão referente à agroecologia e à crítica a ciência convencional: ao contrário da ciência convencional, que utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista, a agroecologia, discorre que propõe metodologias de desenvolvimento endógeno para o manejo dos recursos naturais na perspectiva ecológica, bem como necessita utilizar os elementos de resistência de cada identidade local. É importante a realização dos encontros de feiras que interagem experiências exitosas, bem como a mobilização para um processo de avanço, representatividade e valorização na comercialização dos produtos nativos de cada local, em sua fala Guzmán (2001) diz, “não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e "acompanhar" e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa” (GUZMÁN, 2001, p. 36). Na agricultura sustentável se faz necessário priorizar vários aspectos tais como: conservação do solo, água e as comunidade rurais dentre outros pontos. Uma boa utilização da água e sua conservação é vital para todos. A sua utilização de forma correta além de evitar desperdícios desnecessários, garante saúde a população, tendo em vista que é um solvente universal. Conservar o solo também é um papel muito crucial para evitar uma erosão, que consequentemente prejudica a capacidade de produção agrícola. O solo quando se encontra em perfeitas condições proporciona melhor absorção de nutrientes necessários, assim como adubação para as possíveis plantações. As feiras agroecológicas ajudam e facilitam a transição da inclusão do avanço tecnológico, culturais, regionais, ambientais relações sociais, bem como econômico, dentro de um enquadramento só. Facilita ao acesso ao conhecimento e aplicação de métodos, sempre que necessário para desenvolver de uma forma benéfica a agricultura ambiental, que reflete diretamente ao contexto produtivo e economicamente

viável a todos, sem esquecer da valorização e respeito dos conhecimentos locais e empíricos dos agricultores. Em um conceito dinâmico, a sustentabilidade deve considerar as mudanças temporais das necessidades humanas, especialmente as mudanças relacionadas ao crescimento populacional, e uma compreensão plena da relação ambiental com a agricultura, sem degradar o meio ambiente.

Segundo Caporal, 2009 agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica.

3. Metodologia

Foi realizado uma entrevista com 01 família rural pertencente a unidade produtiva do CENTERN para o levantamento de necessidades e inovações necessárias para o desenvolvimento e avanço do projeto de melhorias. Com os alimentos foi realizado receitas e reaproveitamento integral dos alimentos, respeitando a sazonalidade das FLV (Fruta, verduras e legumes), sempre que necessário prestação de assistência técnica, transporte com o carro da Emater/ São Jose de Mipibu- CENTERN até a Emater/ Estadual nas sextas- feiras de cada semana, com gandulas e sacolas para colocar os produtos. Foram criados como meio de comunicação e comercialização: Vinculação de informação por meio de comunicação via Whatsapp (Grupo de Whatsapp CENTERN- Delivery in table) para solicitação de encomendas e pedidos; Divulgação pela rede social comunicação instagram e criação de cartilhas e folheto para o programa de aquisição de alimentos - PAA/Compra Direta, que desenvolve estratégias de segurança alimentar e nutricional, estimulando a produção, venda, manipulação e beneficiamento de alimentos saudáveis. Como fonte de pesquisa para realização das cartilhas e folhetos foram utilizado o treinamento do combate ao covid-19 da Ministério da Saúde, Cartilha do Centro colaborador em alimentação e nutrição escolar da Universidade do Rio Grande do Norte /CECANE e cartilha de boas práticas de manipulação da ANVISA/04.

Figura 04 Cartilha – PAA/ Compra Direta 2020



Fonte: Arquivo Próprio (2020)

4. Resultados e Discussões

Com a criação da Feira Agroecológica ocasionou a facilitação de plantação e cultivo dessas 10 famílias rurais, que através das informações coletadas obtivemos os seguintes resultados:

- Aumentou a venda virtual dos produtos agropecuários do município de São Jose de Mipibu, da comunidade (Maninbu) dos produtores que cultivam no CENTERN;
- Surgiu o aumento de número de interações entre os consumidores e produtores rurais;
- Reduziu o comércio terceirizado de produtos agropecuários, direcionando o maior lucro para o produtor rural do município;
- Eliminou alguns obstáculos da comercialização;
- Aumentou a renda dos produtores rurais que cultivam no CENTERN;
- Aumentou o contato estratégico com produtores de hortaliças agroecológicas facilitando o planejamento para criação de um folder de divulgação dos produtos agroecológicos para ser enviado via WhatsApp;
- Pôde estabelecer a realização de planejamento produtivo das hortaliças para atender a demanda do mercado consumidor semanalmente;
- Contribuiu o balanço entre os gastos e as vendas dos produtos;

- Ocasionou a definição do capital lucrado, como consequência aumento da lucratividade na produção de hortaliças agroecológicas, agregando valor aos produtos através da comercialização, pois há o incentivo da agricultura sustentável que engloba tudo ao redor, a sociedade que vive, a economia e o meio ambiente.

A origem do alimento deve ser de uma agricultura sustentável, respeitando a sua sazonalidade, pois cada alimento tem uma época do ano específica que há maior oferta, e isso favorece também o agricultor local, sem a necessidade de grandes recursos e valorização a produção e oferta local mais próxima. Uma das principais funções do alimento é fornecer nutrientes, e se o solo for contaminado com produtos químicos, ficará desgastado ocasionando a perda do nutriente desse alimento e sua respectiva propriedade vigentes, contaminando o solo o produto final acaba sendo prejudicado, por isso é importante se ter uma parcimônia de suas melhores escolhas alimentares. Além disso, o uso desses produtos químicos é considerado disruptores endócrinos, que são substâncias exógenas que agem como hormonas no sistema endócrino e causam alterações fisiológicas no organismo. Podendo surgir doenças multifatoriais como diabetes, inflamação intestinal, intolerâncias e até mesmo alergia alimentar. Por isso a importância de produzir e consumir alimentos isentos de fertilizantes e agrotóxicos, pois garante um alimento seguro e saudável desde do produtor ao consumidor que terá acesso a feira agroecológica.

Figura 05 - Feira Agroecológica na EMATER/RN Centro Administrativo



Fonte: Gilmara Silva (2020)

Figura 06- Produto Fabricados da agricultura familiar



Fonte: Gilmara Silva (2020)

Figura 07- Cultivo de Hortaliças no CENTERN



Fonte: Arquivo Próprio (2020)

Figura 08- Inclusão de Mulheres no Plantio



Fonte: Arquivo Próprio (2020)

5. Conclusão

Em se tratar de agricultura sustentável é pensar a respeito de uma atividade que produza ao mesmo tempo em que respeite o planeta, e as futuras gerações. Tanto o desempenho econômico quanto o meio ambiente fazem parte desses objetivos. O propósito principal da realização da criação da feira agroecológica foi potencializar o cultivo dos agricultores da região, assim como prestar assistência técnica, auxílio, e colaborar na comercialização desses alimentos garantindo subsídios e segurança alimentar nutricional para quem planta, cultiva, colhe e consome. As ações elaboradas pela EMATER/RN têm como propósito a melhoria das condições de vida das famílias rurais, favorecendo as ações de conhecimento dos avanços e estratégias tecnológicas relacionadas a agricultura, sem a utilização de agrotóxico e fortalecimento ao agronegócio. Contudo os resultados esperados foram satisfatórios, pois apesar de ser um projeto piloto, se encontra em construção para melhorias e avanços no desenvolvimento para ampliação e aperfeiçoamento da feira agroecológica.

Referências

AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA- ANVISA. Resolução de Diretoria Colegiada no 216°. **Estabelece procedimentos de Boas Práticas para serviço de alimentação, garantindo as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 setembro de 2004.

ALVES, Lidiane. **AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGOCIO: Expressão do Espaço Rural Brasileiro no Livro Didático de Geografia do Ensino Fundamental II.** Ed.v.34. Florianópolis, GEOSUL, abril de 2019, p.858.

AVELAR, Clarice. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE: Projeto Técnico para criação de uma Feira Agroecológica na Universidade Federal de Lavras-MG Lavras.** Minas Gerais, 29 de outubro de 2019, p. 29.

BARROS, Arthur; OLIVEIRA, Ricardo. **O EMPREENDEDORISMO NO AGRONEGÓCIO FAMILIAR.** Alagoas, fevereiro de 2019, p.7.

CAPORAL, Francisco. **AGROECOLOGIA: Uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Santa Rosa, 2009, p. 220.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Boas práticas para a atuação do nutricionista e do técnico em nutrição e dietética durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).** 3a ed. Brasília, 2020. 15p.

GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. **Higiene e Vigilância: Sanitária de Alimentos.** 3. ed., São Paulo: Varela, 2008. p.515-529.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **UMA ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA.** Agroecologia. e Desenvolvimento. Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

NIEDERLE, Paulo André; VERARDI, Marco Antônio; CONTERARO, Marcelo Antônio. **Editorial a pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil – APRENDIZAGENS, ESQUECIMENTOS E NOVIDADES.** Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015.

Área Temática: Inovação e Tecnologia Social

INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS SOCIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A experiência da Fundação Banco do Brasil.

Iriane Teresa de Araújo ¹

Natália Queiroz da Silva Oliveira ²

Resumo

O tema Tecnologia Social tem crescido consideravelmente no Brasil nos últimos anos. É um conceito que remete uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação da inovação social no Brasil. Estas, podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Neste sentido o presente artigo tem como objetivo trazer uma reflexão conceitual das tecnologias sociais numa perspectiva inovadora, abordando o caso da Fundação do Banco do Brasil. Adota-se como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica, pautada nos principais temas que norteiam esta questão. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa e utiliza-se dados e informações de fontes secundárias, tais como: sites oficiais, bases de pesquisa (*scopus*, *emerald* e *scielo*) entre outras. O campo de estudo é o semiárido brasileiro. A pesquisa aqui proposta é válida na medida em que, permite a discussão teórica aprofundada sobre inovação e tecnologias sociais. O artigo está estruturado da seguinte forma, inicialmente discute-se os conceitos iniciais de tecnologia social, empreendedorismos e inovação, posteriormente abordar-se a Fundação Banco do Brasil e o banco de tecnologias sociais, em sequência discute-se a reaplicação das tecnologias sociais originadas pela fundação Banco do Brasil e aplicadas no Semiárido, e por último as considerações finais.

Palavras-chaves: Inovação social; Tecnologias sociais; Semiárido;

Abstract

¹ Doutora em Administração - UNP (2020) - Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA (2013), especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Potiguar - Unp (2011), Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - (2009).

² Mestre em Administração – UECE (2014) - Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2010).

The Social Technology theme has grown considerably in Brazil in recent years. It is a concept that refers to an innovative development proposal, considering the collective participation in the process of organization, development and implementation of social innovation in Brazil. These can combine popular knowledge, social organization and technical-scientific knowledge. In this sense, this article aims to bring a conceptual reflection of social technologies in an innovative perspective, addressing the case of the Banco do Brasil Foundation. A bibliographic review is adopted as a methodological procedure, based on the main themes that guide this issue. It is a quantitative and qualitative research and uses data and information from secondary sources, such as: official websites, research bases (scopus, emerald and scielo) among others. The field of study is the Brazilian semi-arid. The research proposed here is valid insofar as it allows for in-depth theoretical discussion on innovation and social technologies. The article is structured as follows, initially the initial concepts of social technology, entrepreneurship and innovation are discussed, then the Banco do Brasil Foundation and the social technologies bank are discussed, followed by the reapplication of social technologies originated by the Banco do Brasil Foundation and applied in the Semi-arid Region, and finally, the final considerations.

Key words: Social innovation; Social technologies; Semi-arid;

1. Introdução

Ao longo do tempo a escassez de água ou sua insuficiência, foi indicada como grande causadora do atraso socioeconômico no semiárido brasileiro. Tal ideia apenas serve para conferir a natureza problemas econômicos, sociais e políticos que foram historicamente enraizados e disseminados por agentes detentores dos meios de produção. Essa situação fez com que a água se tornasse um recurso crucial e adquirisse uma importância ainda mais relevante para as sociedades, pois além de ser imprescindível à vida humana e animal, sua oferta proporciona benefícios econômicos para a população.

Tal recurso, como aponta Malvezzi (2007) apresenta como principais características deste elemento no semiárido em particular, a precipitação pluvial abaixo de 650 mm, o coeficiente de escoamento superficial é baixo, a evapotranspiração potencial é elevada, e que possui em sua maioria rios intermitentes, secas frequentes, o rendimento hídrico dos reservatórios é baixo e predominância de solos cristalinos no “polígono das secas”. Está problemática é uma questão essencial para superação dos entraves ao desenvolvimento.

No Brasil as políticas públicas voltadas para os recursos hídricos foram chamadas de emergenciais, para permitir sua implantação, foram criadas estratégias de “combate à seca”, com a criação de vários mecanismos ou órgãos que atuassem neste sentido ao longo do tempo. Entretanto, essas políticas não traziam a perspectiva inovadora de convivência com o semiárido, por esta razão se mostraram ineficientes. E é nessa perspectiva que surge a necessidade de implantar técnicas que venham a subsidiar a convivência com a seca garantindo uma maior eficiência, mas isto pressupõe a necessidade de alternativas inovadoras no que tange a esta questão.

Surge então as chamadas Tecnologias Sociais (TS) que foram desenvolvidas com o intuito de contribuir na melhoria da qualidade de vida da população, assim como minimizar os conflitos oriundos desta problemática. Essas TS refletem o aperfeiçoamento de técnicas que surgiram ao longo dos anos em todo o mundo, e que foram adaptadas a realidade dos Estados localizados na região semiárida do Brasil e põe em prática a inovação social. Estas possuem um alinhamento entre o saber popular, a organização social e o próprio conhecimento técnico-científico. Onde, precisam ser efetivas e reaplicáveis, para, dessa forma, propiciar o desenvolvimento social em escala.

Neste sentido o presente artigo tem como objetivo trazer uma reflexão conceitual das tecnologias sociais numa perspectiva inovadora, abordando o caso da Fundação do Banco do Brasil. O campo de estudo é o semiárido brasileiro. Como procedimentos metodológicos adotados, foi realizada uma revisão bibliográfica, pautada nos principais temas que norteiam esta questão. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa e utiliza-se de dados e informações de fontes secundárias, tais como: sites oficiais além de bases de pesquisa (*scopus*, *emerald* e *scielo*) entre outras. O artigo segue estruturado da seguinte forma, inicialmente discutiremos os conceitos iniciais de Inovação e tecnologia social, posteriormente abordaremos a Fundação Banco do Brasil e o banco de tecnologias sociais, em sequência discutiremos a reaplicação das tecnologias sociais originadas pela fundação Banco do Brasil e aplicadas no Semiárido, e por último a considerações finais.

2. Referencial Teórico

Inovação e Tecnologia Social

A inovação é definida como um processo contínuo (TIGRE, 2006; COAD, SEGARRA, TERUEL, 2016). As empresas realizam constantemente mudanças em produto e processo e buscam novos conhecimentos, e vale lembrar que é mais difícil medir um processo dinâmico do que uma atividade estática. A inovação é justamente a implementação ou melhoria significativa de produto novo ou já existem, seja ele um bem ou serviço. Bem como também um novo processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, ou simplesmente algo simplesmente que adicione riqueza ou valor social (MANUAL, 2005; TIDD, BESSANT, PAVITT, 1997).

Na atualidade a disseminação e apropriação de conhecimentos desempenham um papel fundamental na sociedade, tornando-se estratégica e passando a ser visto como instrumento indutor a inovação social.

O tema inovação social tem sido amplamente discutida por vários estudiosos pelo mundo. Mulgan (2006) afirma que a inovação social se refere a atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que devam ser predominantemente difundidas. Já Mumford (2002) traz uma perspectiva fundamentada na implantação de novas ideias, onde é pautada na lógica de objetivos comuns com finalidades em propósitos sociais. Esta ideia corrobora com Phills Jr. et al. (2008), que afirma que a inovação social possibilita criar novas abordagens e processos, com foco em solucionar questões sociais.

Para Bignetti (2011, p.4), a inovação social é definida como,

[...] o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.

Ambos os autores compartilhavam da ideia que o aspecto social traz a inovação. O ponto de partida para discutir inovação social é que haja uma necessidade que não estão sendo suprida, e acoplar a essa ideia para que ela possa ser atendida. Mulgan (2006) afirmar existir muitas possibilidades de compreender a inovação social, mas, entretanto, hoje tende-se adotar duas linhas específicas. A primeira, afirma que a inovação social é conduzida por um número muito pequeno de indivíduos. E a segunda e que esses indivíduos são os portadores de ideias que impulsiona a inovação social.

Ao considerar a necessidade de ampliar e aprofundar o debate sobre as tecnologias sociais, vista como expressão de redes de conhecimentos, e considerando ainda seu potencial para gerar inovação social no Brasil é que passaremos a discutir a origem e o conceito de tecnologia social. As primeiras discussões relacionadas à temática da tecnologia social surgiram na década de 80, em meio às críticas tecidas ao movimento da Tecnologia Apropriada (TA), perdendo espaço posterior como meio ao plano tecnológico, sendo forma alternativa ao crescimento para países em desenvolvimento, observados até então, quando se verifica em todo o mundo uma expansão do pensamento neoliberal. É nesse período que emergem, por parte de vários atores, as discussões sobre as tecnologias sociais.

Entende-se por Tecnologias Sociais técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social evidenciado, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social. Uma tecnologia social considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, conexas às formas de organização coletiva, concebe soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (LASSANCE, PEDREIRA, 2004).

Para Costa e Hoyler (2012, p. 5)

As Tecnologias Sociais, tidas enquanto técnicas, métodos ou artefatos produzidos na interação com a comunidade, tal que apresentem efetivas soluções a demandas de uma localidade, quando incorporada como política pública, são representativas dessa nova arquitetura de vínculos entre Estado e Sociedade Civil.

Ambos os autores caminham na mesma direção quando definem tecnologias sociais.

A Tecnologia Social é um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento. A inovação é vista para Schumpeter (1934) como algo essencial ao desenvolvimento econômico dos países, e está não se limita unicamente à esfera tecnológica. Ele afirma que o empreendedor é o indivíduo ou agente que destrói a ordem econômica existente por meio da introdução nova ordem, ou seja, inovação (SCHUMPETER, 1982).

O Estado entra na condição de indutor do desenvolvimento socioeconômico por meio da criação e aplicação de políticas públicas. Mas onde devem ser implantadas essas políticas públicas? A implantação dessas políticas públicas (devem ser endógenas por incorporar características locais) devem ocorrer em regiões cuja capacidade de geração de renda é comprometida pela falta ou inadequação da tecnologia gerada nos setores/segmentos mais dinâmicos da sociedade, cabendo ao Estado, abdicar dos processos autoritários de transferência, estimular o surgimento, a validação e a reaplicação de tecnologias socialmente apropriadas.

As crises ambientais recentes provocaram na sociedade a necessidade de fomentar a utilização de recursos, produtos, serviços e processos tecnológicos gerados a partir da experiência de base social, que sejam mais simples, baratos e acessíveis, sinalizando para o Estado um novo papel de indução desse processo, mediante o apoio financeiro e institucional de organizações e experiências locais. No processo de gestão social, as tecnologias sociais tornaram-se ferramentas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e seu escopo é utilizado para a construção de modelos e aplicação prática simplificada na solução de problemas sociais.

A Fundação Banco do Brasil e o Banco de Tecnologias Sociais.

No Brasil especificamente a Fundação Banco do Brasil (FBB) tem tentado construir políticas alternativas na área de Ciência e Tecnologia, que expressa a ideia de Tecnologias Sociais. A Fundação Banco

do Brasil se caracteriza por um processo histórico de atuação em causas sociais desde a sua fundação, em 1985. Sucessivos programas voltados para o homem do campo, comunidades carentes, associações esportivas, educação, crianças, cultura, geração de emprego e renda, entre outros, e um pouco mais recente, as tecnologias sociais.

A adoção de um conceito de tecnologia social por parte da Fundação Banco do Brasil começou a se desenhar em 1999, durante as discussões sobre ciência e tecnologia realizadas por iniciativa da instituição. O papel da Fundação Banco do Brasil em meio às discussões que levaram à consolidação do conceito de tecnologia social no Brasil é reconhecido como preponderante por estudiosos que se dedicaram ao tema (Banco do Brasil, 2009).

Atualmente, a fundação mantém o Banco de Tecnologias Sociais, um banco de dados que contempla informações sobre as tecnologias certificadas no âmbito do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, desde a primeira edição (realizada em 2001), que representou uma substancial contribuição para a disseminação do conceito e da prática da tecnologia social no país, produzindo automaticamente a multiplicação de informações sobre tecnologia social e que continuam sendo aplicadas até hoje.

A Fundação Banco do Brasil vem se destacando nos últimos anos pelo trabalho realizado mediante o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, por ser um instrumento de identificação, seleção, certificação, promoção e fomento de tecnologias que apresentem respostas efetivas para diferentes demandas sociais e possam integrar o Banco de Tecnologias Sociais. O Prêmio é realizado a cada dois anos para que possa permitir o processo de captação e posterior disseminação de soluções sendo outra vertente que a fundação trabalha.

As tecnologias captadas juntamente com a disseminação de soluções formam um banco de dados que contemplam informações sobre problemas solucionados, municípios atendidos, recursos necessários para implementação, entre outros detalhamentos das tecnologias sociais certificadas. Trata-se, portanto, de um

importante *Know-how* sobre as tecnologias sociais que estão em processo de afirmação, desenvolvimento e reaplicação.

A Fundação Banco do Brasil passa a promover a inclusão social por meio da inserção econômica de agricultores familiares, quilombolas, catadores de material reciclável, entre outros grupos sociais excluídos ou em vulnerabilidade social.

3. Metodologia

A pesquisa aqui proposta visa desenvolver uma percepção sistêmica da importância das tecnologias sociais para o semiárido brasileiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, onde busca explicar e discutir as Tecnologias sociais hídras. Utiliza-se de natureza cujas fontes são secundárias (Revistas publicadas, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, sites, anais de congressos etc.).

Trata-se de um estudo de caso, sendo que este investiga uma unidade social que se analisa profundamente. Aborda uma investigação empírica onde o pesquisador não possui qualquer controle sobre eventos e variáveis. (COLLIS; HUSSEY, 2005). Por se tratar de um estudo de caso, exige automaticamente um nível elevado de atenção e habilidades no processo de condução da pesquisa com abordagem metodológica mais convencional.

A pesquisa tem conotação quanti-qualitativa por buscar mensurações além de descrever, compreender e interpretar os fatos e fenômenos (MARTINS, 2008). Foram pesquisados artigos nas bases de pesquisa (*scopus*, *emerald* e *scielo*) entre outras. A coleta de dados foi realizada a partir da combinação de observação direta (no período de maio de 2001 a 2015) no site da fundação banco do brasil e especificamente no banco de tecnologias sociais hídras, além de análise de conteúdo numa perspectiva de compreensão, e, descrição e análise para atribuir um significado à complexidade do tema (DELLAGNELO; SILVA, 2006).

4. Análise e Discussão da Reaplicação das Tecnologias Sociais

Para a Fundação, o conceito de tecnologia social constrói uma nova perspectiva: a comunidade organizada passa, ela própria, a solucionar os seus problemas.

O processo de inovação social ocorre com base em tecnologias sociais, o termo reaplicável está ligado à ideia de um espírito inovador. Nesta perspectiva a reaplicação de uma determinada TS pressupõe a existência de um padrão tecnológico cujos elementos essenciais permitam escalar. Em 2005 foi criada no Brasil, a Rede de Tecnologia Social (RTS) que possuía como principal meta a reaplicação em larga escala das TS numa ação inovadora onde busca promover o desenvolvimento sustentável estimulando a reaplicação e a adoção de TS através de políticas públicas. Ao longo do tempo e dentre as diversas experiências do banco de tecnologias sociais da Fundação Banco do Brasil, serão destacadas logo abaixo as mais disseminadas socialmente por meio de implantação de políticas públicas ou por iniciativa de reaplicação local.

Quadro 1: Tecnologias sociais certificadas e finalistas do Prêmio Fundação Banco do Brasil.

TECNOLOGIA SOCIAL	ANO	RESUMO
Pneus usados: eficiência das barragens subterrâneas	2001	A construção da Barragem Subterrânea tipo lona plástica é realizada por abertura de trincheiras em riachos temporários até a camada impermeável. O barramento com pneus usados e os cordões em contorno com tiras de pneus em curva de nível no entorno são feitos para contenção de solo e água.

Dispositivo automático para proteção da qualidade da água de chuva das cisternas	2013	Foi concebido um dispositivo para proteção sanitária de cisternas. Este faz o desvio automático das primeiras águas de chuva e permite que impurezas, introduzidas na água da chuva durante a lavagem da atmosfera e superfície de captação (telhado e calhas), sejam desviadas e não atinjam as cisternas.
Barragem subterrânea transformando vidas no Médio Sertão de Alagoas	2013	A barragem subterrânea é uma tecnologia de captação e armazenamento da água da chuva que está promovendo o redesenho de agro ecossistemas no Médio Sertão do Estado de Alagoas por meio da valorização de metodologias que utilizam o saber popular em diálogo com o conhecimento científico.
Bomba D'água Aro Trampolim	2009 2011 2013 2015	A bomba trampolim tem uma estrutura fixa adequada e maior capacidade e qualidade na coleta de água das cisternas. A interação das famílias beneficiadas da tecnologia social bomba d'água bola de gude, cujo custo era alto, portanto, de difícil acesso por parte das famílias rurais, deu origem uma nova tecnologia social.
Cisterna calçadão para Potencialização de Quintais Produtivos	2011	A tecnologia cisterna-calçadão consiste em um espaço de 200m ² para captação de água da chuva e reservatório com capacidade para 52mil litros e tem como finalidade armazenar água para a produção de alimentos, plantas medicinais e criação de

		pequenos animais potencializando os quintais produtivos.
Cisterna Chapéu do Pe. Cícero	2013	É uma cisterna com capacidade de estocar 52 mil litros de água. Ligada a um calçadão circular, que somado ao seu teto obtém-se 80 m ² , servem como área de captação da água das chuvas que escorre para seu interior através de fendas nas bordas. Utiliza-se bomba elétrica para retirar a água e usar.
Cisterna Enxurrada para água de uso na produção de alimento	2015	A tecnologia Cisterna Enxurrada consiste em um reservatório de água, de formato cilíndrico, com capacidade para 52 mil litros, provida de decantadores, e tem sua estrutura fundamentada no uso de placas de areia e cimento. A água das chuvas é captada num terreiro, estrada ou córrego, passa pelo decantador que nada mais é do que uma caixa de retenção de sedimentos, adentra a cisterna por meio de canos, e destina-se ao uso na produção de alimentos através do cultivo de hortas, pomares, plantas medicinais, e criação de animais de pequeno porte, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional de famílias no Semiárido brasileiro.

Dispositivo automático para proteção da qualidade da água de chuva das cisternas	2013	Foi concebido um dispositivo para proteção sanitária de cisternas. Este faz o desvio automático das primeiras águas de chuva e permite que impurezas, introduzidas na água da chuva durante a lavagem da atmosfera e superfície de captação (telhado e calhas), sejam desviadas e não atinjam as cisternas.
Pneus usados: eficiência das barragens subterrâneas	2001	A construção da Barragem Subterrânea tipo lona plástica é realizada por abertura de trincheiras em riachos temporários até a camada impermeável. O barramento com pneus usados e os cordões em contorno com tiras de pneus em curva de nível no entorno são feitos para contenção de solo e água.

Projeto Pingo D'Água	2013	É uma adaptação da tecnologia de perfuração de poços rasos para solo específico do semiárido. O acesso ao poço é democrático por ele ter uma metodologia simples de perfuração, que pode ser apropriada facilmente por qualquer pessoa, ter um custo de material baixo e sua utilidade ser inquestionável.
Sistema de Boia Para Lavagem do Telhado	2013 2015	Reservatório para solucionar a necessidade de água para lavagem do telhado. Na descida do cano, que está conectado na bica, há um cano T em que uma garrafa pet de um litro funciona como válvula. Na parte inferior do reservatório, há um registro para a descarga da água armazenada após cada chuva. O dispositivo permite desviar os primeiros milímetros das chuvas.
Sistema de Descarte Automático das Primeiras Chuvas	2009	Filtro em cisternas rurais, com reservatório de 100 l entre as calhas das residências e a cisterna. As águas lavam o telhado e vão para a cisterna, repletas de coliformes fecais. Com o filtro, elas são armazenadas no depósito. As chuvas posteriores vão para a cisterna, pois o filtro está cheio.

Tanques em Lajedos de Pedra	2011	Visando reduzir a vulnerabilidade de famílias rurais do semiárido frente à escassez de água e a irregularidade na distribuição de chuvas, foi resgatada e aplicada uma técnica que permite a captação de água de chuva. Esta técnica se refere aos tanques construídos em lajedos de pedras.
Cisternas de placas pré-moldadas	2001	Reservatórios cilíndricos, construídos próximo à casa da família agricultora, que armazenam a água da chuva captada por uma estrutura com calhas de zinco e canos de PVC, proporcionando água de boa qualidade e saúde aos moradores do semiárido
Pingo d'água - água para beber e produzir	2009	Construir, com a participação de comunidades rurais do semiárido, o desenvolvimento local sustentável através do acesso a água para consumo humano, animal e produção de alimentos, contribuindo com a redução da fome e da pobreza, gerando ocupação e renda no campo, mesmo nos períodos de estiagem.
Fossas sépticas econômicas	2011	As fossas sépticas econômicas visam a diminuição dos custos em saneamento básico da população de Caratinga a fim de garantir esse direito e reduzir os riscos de doenças ligadas à insalubridade.

Fonte: adaptação do banco de tecnologias sociais da FBB (2017).

Já ocorreram 8 (oito) edições entre o período de 2001 a 2015, foram recebidas mais de 6.000 inscrições e concedidos mais de R\$ 3,8 milhões em premiações destinadas ao aprimoramento das tecnologias sociais vencedoras. Neste mesmo período foram exatas 850 tecnologias sociais certificadas, dentre elas se destacam

as na modalidade recurso hídricos com a conotação de inserir uma estratégia de convivência do semiárido como o texto aqui propõe, podemos visualizar no quadro 1 acima as principais tecnologias sociais disseminadas localmente.

Um bom exemplo de como as tecnologias sociais aplicadas por meio da política pública pode ser eficiente, foi o Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido: uma terra e duas águas, ou p1+2. – tecnologia social reaplicada cujo objetivo foi fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, mediante o acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos, constituindo-se uma política pública.

5. Considerações Finais

As Tecnologias Sociais certificadas pela Fundação Banco do Brasil estão sendo disseminadas de várias formas no semiárido, seja por meio das políticas públicas, seja pela iniciativa privada, mas o mais importante é o processo de mudança que ela proporciona, em que há claramente uma mudança de gestão social provocada pela implantação dessas técnicas. Criam-se possibilidades de convivência com a limitações impostas pelo clima da região, onde problemas simples, como por exemplo, a captação e armazenamento de água para consumo humano, puderam ser resolvidos além de ideias produtivas. E isso tudo fulgura na possibilidade de permanência do homem no campo.

Desta forma, a Tecnologia social é uma estratégia para o desenvolvimento e aproximação de soluções concretas aos problemas sociais brasileiros. Assim, o Banco de Tecnologia Social é a forma pela qual a Fundação Banco do Brasil dissemina soluções geradoras de transformação social, considerando tecnologia social todo processo, método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda

aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado. Como meio de obter esses conhecimentos sociais que se encontram nas associações comunitárias, universidades, centros de pesquisa, prefeituras, ONGs, entre outras organizações da sociedade, estas informações vindas posteriormente a integrar as políticas públicas com características de desenvolvimento endógeno.

Referências

BAUMGARTEN, M. Ciência, tecnologia e desenvolvimento—redes e inovação social. *Parcerias Estratégicas*, v. 13, n. 26, p. 101-124, 2010.

BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais**: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

COAD, Alex Coad; SEGARRA, Agustí; TERUEL, Mercedes. Innovation and firm growth: does firm age play a role? *Research Policy* . nº 45. p. 387–400, 2016

COSTA, B.; HOYLER, T. **Tecnologias sociais e políticas públicas**: desafios e abordagens necessárias para implementação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 6., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: ENAPEGS, 2012. Disponível em: <<http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/237.pdf>>. Acesso em: 22 Maio de 2017.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAGNINO, R. **Ciência e Tecnologia para a cidadania ou Adequação Sociotécnica com o povo?** Instituto de Estudios Sociales y Culturales PENSAR: Ciencia e Tecnologia para la ciudadanía. Bogotá, 2008.

DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C. **Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração**. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DIAS, T. F. et al. **Water Resources Management: Coexistence and Conflict in Semiarid Brazil.** Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 34, p. 91-126, 2016.

DUQUE, T. O. **Tecnologia social e gestão social: interfaces e conexões.** 2016. 150 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015.

FUJISAWA, Yoshikazu et al. **A study of social innovation concepts: a Japanese perspective.** Japan Social Innovation Journal, v. 5, n. 1, p. 1-13, 2015.

FUNDAÇÃO Banco do Brasil (FBB). **Banco de tecnologias sociais.** Disponível em: <www.tecnologiasocial.org.br/bts>. Acesso em: 17 mai. 2017.

INSTITUTO de Tecnologia Social (ITS). **Caderno Tecnologia Social: Conhecimento e Cidadania.** São Paulo: ITS Brasil, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa.** 8º ed.. Rio de Janeiro: Record, 2004

LASSANCE JR, A.; PEDREIRA, J. **Tecnologias Sociais e Políticas Públicas** In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: FBB, 2004.

LIMA, M. M. T. **As concepções dos cientistas Brasileiros sobre a Tecnociência: um estudo a partir da CTNBIO.** Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, SP.: [s.n.], 2009. (defendida em agosto/2009)

MANUAL, O. **The measurement of scientific and technological activities.** Proposed guidelines for collecting and interpreting innovation data, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2008.

MULGAN, G. **The process of social innovation.** innovations, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006,

_____ **Social innovation:** What it is, why it matters and how it can be accelerated. Oxford:Oxford SAID Business School; 2007.

MUMFORD, M.D. **Social innovation:** Ten cases from Benjamin Franklin. Creativity Research Journal, 4(2), p. 253-266, 2002,.

MURRAY, R; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G.. **The open book of social innovation.** London: National endowment for science, technology and the art, 2010.

NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. **The nature of social innovation.** In: Social innovation. Palgrave Macmillan UK, p. 1-30, 2012.

PHILLIPS, W. et al. **Social innovation and social entrepreneurship:** A systematic review. Group & Organization Management, v. 40, n. 3, p. 428-461, 2015.

_____. **Rediscovering social innovation.** Stanford Social Innovation Review, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. **A emergência da tecnologia social:** revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, nov./dez. p. 1069-1094, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHUMPETER, J A. **The theory of economic development:** An inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle. Cambridge, MA: Harvard University Press., 1934.

_____ **A teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste, maio 2006. (Série BNB Teses e dissertações, n. 12). Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=758 >. Acesso em: 19 maio. 2017.

Tecnologia Social na Fundação Banco do Brasil: Soluções para o Desenvolvimento Sustentável .Fundação Banco do Brasil, p.100, 2009.

TIDD, J.; BESSANT, J. R.; PAVITT, K. **Managing innovation:** integrating technological, market and organizational change. Chichester: Wiley, 1997.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. **Das redes sociais à inovação.** Ciência da informação, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, 2005.

WORCMAN, K.. **A história da Fundação Banco do Brasil:** realizar sonhos, transformar realidades. 1.ed. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

Área Temática: Marketing Verde

MARKETING VERDE E CONSUMO CONSCIENTE: Perspectiva de alunos do curso de administração

Francisca dos Santos Lopes¹

Talita Linhares Soares²

Lucas Andrade de Moraes³

Resumo

No mundo globalizado é crescente os problemas ambientais decorrentes da exploração dos recursos naturais, e a retirada desses insumos para suprir as necessidades humanas, vêm causando grandes impactos negativos e levantando a reflexão sobre o consumo dos indivíduos e sua participação nesse quadro. Logo, essa investigação objetiva-se analisar a influência do Marketing Verde nas práticas de consumo, a partir da perspectiva de alunos do curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba. Para tanto, procede-se ao método de abordagem qualitativa com fins descritivos, por meio da aplicação do questionário estruturado como instrumento de pesquisa, aplicado com 110 discentes (25% do total de alunos matriculados). Desse modo, observa-se que os graduandos não apresentam uma preocupação com relação as questões ambientais, bem como parecem não ser influenciados pelo Marketing Verde, ainda que em algum momento tenha cursado ou

¹ Administradora. Graduada em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

² Graduanda em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

³ Doutorando em Linguagem e Discurso (PPGL/UERN). Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (UFERSA). Bacharel em Administração Pública (UFRN). Bacharel em Direito (UFCEG). Professor Substituto na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus VIII.

tido contato com disciplinas que enfoquem a temática ambiental e os hábitos de um comportamento consciente.

Palavras-chaves: Marketing verde, Consumo consciente, Alunos de administração.

Abstract

The globalized world is growing and the problems of the world have the nature of natural resources, and one of these opportunities to meet the needs of human rights, the development of large negative profits and the analysis of the consumption of individuals and their participation in the board. Therefore, the objective of the research is the influence of marketing on consumer practices, from the perspective of students of the Administration course of the Universidade Estadual da Paraíba and practical practices of consumption. To do so, we proceed to the qualitative approach for descriptive purposes, through the application of the structured script as a research tool, applied with 110 students (25% of the total enrolled students). Thus, it is observed that undergraduates do not present a problem of relation with the environmental issues, but as they are not influenced by the Green Marketing, although at some point it has studied or has had a problem with the environmental discipline and the habits hum behavior conscious.

Key Words: Green Marketing. Conscious Consumption. Students of Administration.

1. Introdução

A partir da década de 70, disseminou-se pelo mundo uma preocupação ambiental, onde pessoas passaram a defender as causas voltadas ao meio ambiente (DONATO, 2008). O envolvimento de grupos nas movimentações e manifestos em defesa de um planeta mais saudável despertou a consciência da sociedade. Assim sendo, os valores ambientais que pareciam estar adormecidos, passaram para o topo das prioridades das várias discussões pelo mundo, a exemplo do protocolo de Montreal.

Com a crescente adesão de consumidores pela busca de bens e serviços ambientalmente corretos, as organizações acabam por aproveitar as novas oportunidades de negócios, incluindo em suas estratégias produtos saudáveis ao ambiente. Observa-se que a partir do final do século XX, os consumidores passaram a incluir em suas listas de compras, além da qualidade, preço e conveniência, outro atributo (NEVES e CASTRO, 2011).

Essa valorização que o consumidor vem apresentando quanto a bens e serviços ecologicamente corretos é o fator primordial para o desenvolvimento sustentável, pois é a partir dos desejos e anseios do mercado que empresas passam a aderir a essas novas práticas, pois isso ao longo dos anos, o marketing vem sofrendo alterações em relação ao foco contextual, em que tem no marketing verde um caminho que se preocupa com as questões ambientais, buscando infundir uma consciência ecológica tanto para consumidores como para empresas.

Portanto, esse trabalho se fundamenta por buscar identificar como alunos do curso de Administração se comportam em suas práticas de consumo, e a influência que os novos mercados, sobretudo o marketing verde exerce sobre estes.

2. Referencial Teórico

O marketing ambiental (ou Verde) “[...] busca formas de atender aos ilimitados desejos e necessidades dos consumidores, sem prejudicar o meio ambiente natural, e ao mesmo tempo realizando os objetivos de comercialização das organizações” (DIAS, 2012, p. 73). Nesse sentido, favorece ambas as partes, promovendo ações sustentáveis e ao mesmo tempo gerando lucros e uma imagem positiva para empresa.

Esse tipo de marketing pode ser compreendido em dois aspectos: o de causas comerciais e o de causas sociais. O primeiro, refere-se a alcançar os objetivos da empresa de forma que os desejos dos consumidores

sejam satisfeitos e princípios ambientais sejam incorporados, já os do segundo, enfatizam os valores sociais, o consumidor consciente e a preservação ambiental (DIAS, 2012). Sendo assim, as organizações adotam uma responsabilidade social que favoreçam suas ações mercadológicas e ao mesmo tempo respeite o meio ambiente.

Entretanto, não é apenas um conceito ecológico a servir de publicidade, ou um diferencial competitivo no meio comercial a ser propagado. Deve-se de fato haver uma ação concreta, adotar valores e práticas verdes:

Não é suficiente falar a linguagem verde; as companhias devem ser verdes. Longe da questão de apenas fazer publicidade que muitos comerciantes perceberam originalmente, a abordagem satisfatória da preocupação requer um esverdeamento completo que vai fundo na cultura corporativa. Somente por intermédio da criação e implementação de políticas ambientais fortes e profundamente valorizadas é que a maioria dos produtos e serviços saudáveis podem ser desenvolvidos (OTTMAN, 1994 *apud* DIAS, 2012, p.75).

Logo, consiste também em uma ética ambiental que envolve um conjunto de ideias, e mudanças de comportamentos, exigindo responsabilidade ambiental e social da empresa, para uma gestão de qualidade, uma opção que provoca mudanças em toda a cadeia organizacional.

As ações de marketing verde estão diretamente relacionadas a todas as atividades organizacionais, em que se deve investir fortemente em produtos ecológicos, substituindo assim os produtos tradicionais.

A preocupação do marketing convencional é lançar no mercado produtos com preços reduzidos que satisfaçam os desejos e anseios de consumidores, porém o marketing verde, além de oferecer esses atributos, também leva em consideração a qualidade de vida do indivíduo a curto e longo prazo, isso é, pensa também nas gerações futuras.

Por isso as organizações devem trabalhar com o perfil do consumidor consciente, pois aquelas que almejam sobreviver no mercado devem dar respostas coerentes as exigências da demanda, a partir do entendimento do comportamento do consumidor.

Para uma compreensão do consumo, é preciso entender o que é o consumidor. De acordo com Samara & Morch (2005, p. 2): “O consumidor é toda entidade compradora potencial que tem uma necessidade ou um desejo a satisfazer”.

O comportamento do consumidor está ligado a seus hábitos, costumes e nível de consciência ambiental, entre outros fatores, que podem fazer com que a escolha seja por produtos ambientalmente corretos ou por aqueles que não se amoldem a esse requisito (DIAS, 2012).

Contudo, há diversas características, influências e motivações que condiciona o comportamento consumista, tanto aspectos individuais, sociais, psicológicos e culturais, quanto os processos que vai da compra até seu destino final faz relação com esse comportamento.

É o estudo de como os indivíduos tomam decisões de gastar seus recursos disponíveis (tempo, dinheiro, esforços) em itens relacionados ao consumo. O comportamento do consumidor engloba o estudo de o que compram, por que compram, onde compram, com que frequência compram e com que frequência usam o que compram (SCHIFFMAN & KANUK, 2000 apud SAMARA & MORSCH, 2005, p. 3).

A compreensão desses hábitos facilita a influência do comportamento das pessoas, visto anteriormente que as atitudes consumistas podem gerar impactos positivos ou negativos, sendo necessário que o conceito de desenvolvimento sustentável seja implantado nas ações e atitudes dos indivíduos para que se formem consumidores conscientes.

Dias (2012, p. 29) defende que “[...] o consumo responsável em relação ao meio ambiente pode ser incentivado numa perspectiva mais geral ou mais particular, com a adoção de gestos conscientes e hábitos responsáveis”. Podendo-se dizer que os hábitos ambientalmente corretos são intrínsecos a cada consumidor.

Segundo Neves e Castro (2011), o consumidor verde apresenta diversas características, dentre essas: a busca por bens que causam menos impacto ambiental, a escolha por produtos que contêm os selos verdes ou que sejam biodegradáveis, a opção da redução do número de embalagens e a disposição de pagar mais caro por produtos que sejam ambientalmente corretos. Logo, considerando o contexto atual, as estratégias de marketing devem ser elaboradas com base em dados obtidos sobre os hábitos dos consumidores.

Portanto, as organizações devem alinhar seus objetivos a nova realidade ambiental, uma vez que o mercado competitivo impõe à adesão as novas práticas responsáveis de marketing.

Entendendo os estudantes de Administração como os sujeitos que tem maior contato com estudos sobre marketing verde, comportamento do consumidor, responsabilidade socioambiental e outros componentes curriculares com foco na gestão ambiental. Acredita-se que a partir dessas mudanças nos currículos, o futuro profissional da administração apresentará características sustentáveis na realização de suas atividades (FERREIRA & FERREIRA, 2008).

A obrigatoriedade da inserção da Educação Ambiental como tema transversal em todos os níveis de escolaridade com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, em 7 de Abril de 1999), ainda tem sido uma realidade distante, pois Ribeiro e Miranda (2008) alertam para a deficiência de conhecimentos sobre a temática de muitos gestores de empresas, decorrentes de uma má formação desde o ensino básico e/ou superior.

Formar administradores comprometidos com a questão ambiental é de extrema relevância, pois as organizações que têm, em seu comando, executivos preocupados com a proteção e preservação do meio ambiente ocuparão um lugar de destaque no

mercado, além de estarem ratificando a credibilidade em relação ao seu público consumidor (RIBEIRO & MIRANDA, 2011, p.213).

Deve-se considerar também que não basta somente que instituições adiram a essa nova grade curricular, mas que estas despertem os discentes para o entendimento e a necessidade de adaptar-se a essas novas práticas. Quanto as organizações, essas devem entender que a vantagem competitiva que buscam está atrelada diretamente a como sua cúpula administrativa introduzir os processos, pois o objetivo da discussão ambiental no campo da gestão é “(...) desenvolver uma população consciente e preocupada com o meio ambiente para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos” (BARBIERI, 2007, p. 77), e o marketing verde e o consumo consciente são temáticas que vem ganhando discussões no mercado e na academia, porém se faz necessário entender se essa teoria está na prática dos alunos de administração.

3. Metodologia

3.1 TIPO DE PESQUISA

A investigação é classificada como uma pesquisa qualitativa com fins descritivo, de modo que seus objetivos se constituem como uma investigação exploratória, descritiva e de campo, ao possibilitar que se tenha um conhecimento maior do contexto a ser discutido e identificar como as práticas do Marketing Verde podem ou não influenciar estudantes do curso de administração no seu consumo (MARCONI & LAKATOS, 2018).

3.2 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa se constituirão de discentes do curso de Administração, dos turnos manhã e noite, do Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (*Campus VII*) da Universidade Estadual da Paraíba.

3.3 INSTRUMENTO, PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Referindo-se a técnica utilizada para a coleta de dados, a pesquisa em campo se deu por meio da aplicação de questionário estruturado, pois segundo Aaker, Kumar & Day (2007) expressa que é preferível optar por perguntas fechadas quando o questionário é respondido individualmente.

O questionário foi formado por 18 (dezoito) perguntas de múltiplas escolhas e por perguntas ao qual se pode responder sim, não, às vezes e sempre, para que se pudesse verificar o nível de conhecimento dos discentes quanto a temática problema consumo consciente atrelado ao Marketing Verde, bem como analisar as influências que essas novas práticas exercem sobre o consumo desse grupo.

A amostragem é composta por 110 discentes do curso de bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, do campus VII, onde a população geral desse grupo é estimada em aproximadamente 430 alunos⁴, estes matriculados nos turnos matutino e noturno. Portanto, pode-se dizer que foi analisado cerca de 25% da população total.

A amostra da pesquisa se deu de forma aleatória, onde foram colhidos dados de discentes matriculados do primeiro ao nono semestre do período letivo 2017.2.

⁴ Informações da secretária integrada de cursos do *Campus VII*

Os dados obtidos com as respostas dos questionários foram analisados e tratados por meio do Programa Excel (Microsoft Corp., EUA), na qual o resultado foram demonstrados através de dados gráficos e tabelas (numéricos e/ou percentuais).

4. Resultados e Discussões

A pesquisa realizada com discentes do curso de Administração justifica-se pela presunção de que quanto maior o conhecimento sobre a problemática ambiental, maior seria a preocupação com o consumo consciente. A graduação em Administração possui uma grade curricular diversificada com disciplinas que podem, mesmo que indiretamente, alargar a visão dos discentes quanto a preocupação das organizações com a responsabilidade socioambiental, considerando os entrevistados como potenciais gestores de organizações. Assim sendo, acredita-se que a adesão a hábitos sustentáveis pode ser mais bem observada nesse grupo.

No total 110 (cento e dez) discentes do curso de administração participaram da pesquisa, sendo 66% destes do sexo feminino e 34% do sexo masculino. A maioria dos participantes tinha faixa etária entre 16 (dezesseis) e 25 (vinte e cinco) anos (87%) de idade.

No que concerne aos períodos de curso dos entrevistados, foi possível observar que as maiores porcentagens representavam o segundo (20%), quinto (16%) e terceiro (14%) período.

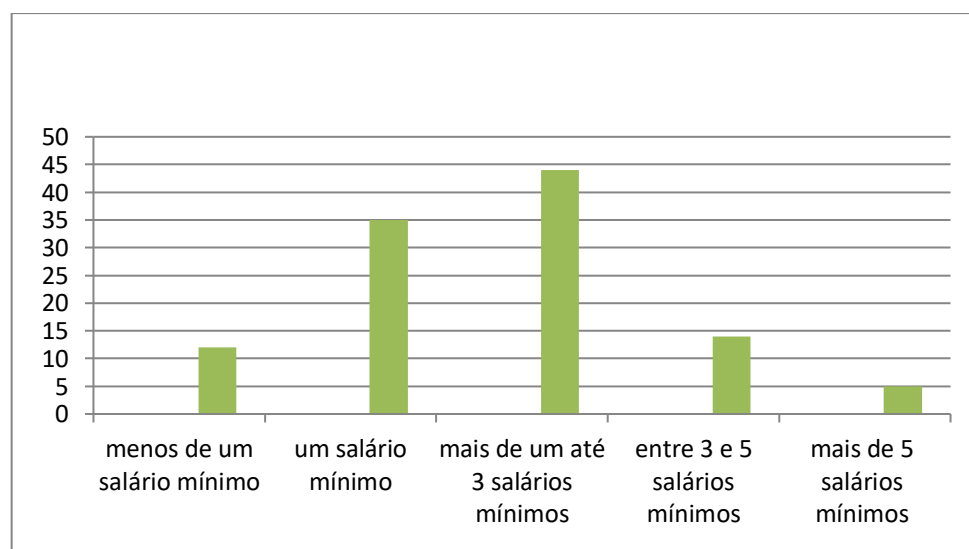
As atividades relacionadas ao consumo na sociedade moderna são abrangentes, uma vez que os consumidores são influenciados por diversos fatores, a exemplo dos fatores culturais, psicológicos e sociais. Nessa perspectiva, a classe social ao qual um indivíduo está inserido reflete diretamente nos seus hábitos de consumo, como confirma Samara (2005, p. 66) as “[...] Pessoas de classes sociais diferentes podem gastar, economizar e fazer empréstimos de maneiras muito diferentes.”, ou seja, pessoas que tem uma renda inferior possivelmente optará por produtos e serviços que se adéquem a sua realidade, buscando por preços mais

acessíveis. Em contrapartida, consumidores das classes altas que possuem uma maior renda podem não levar em consideração alguns critérios. Porém, não se deixaria de consumir.

Atualmente, os elevados padrões de consumo configuram numa crise ambiental, em que se podem observar constantemente os impactos causados por essas práticas, apontando-se as sociedades consumistas como responsáveis pela degradação do planeta. O aumento crescente da poluição, o desmatamento contínuo e a erosão dos solos são exemplos dos problemas oriundos relacionados a produção, e ao consumo que oscila conforme o poder de compra do indivíduo.

Dentro do grupo analisado, a renda familiar observada varia de menos de um salário mínimo até mais de 5 (cinco) salários mínimos, assim como se pode observar no Gráfico 1:

Gráfico 1. Renda familiar

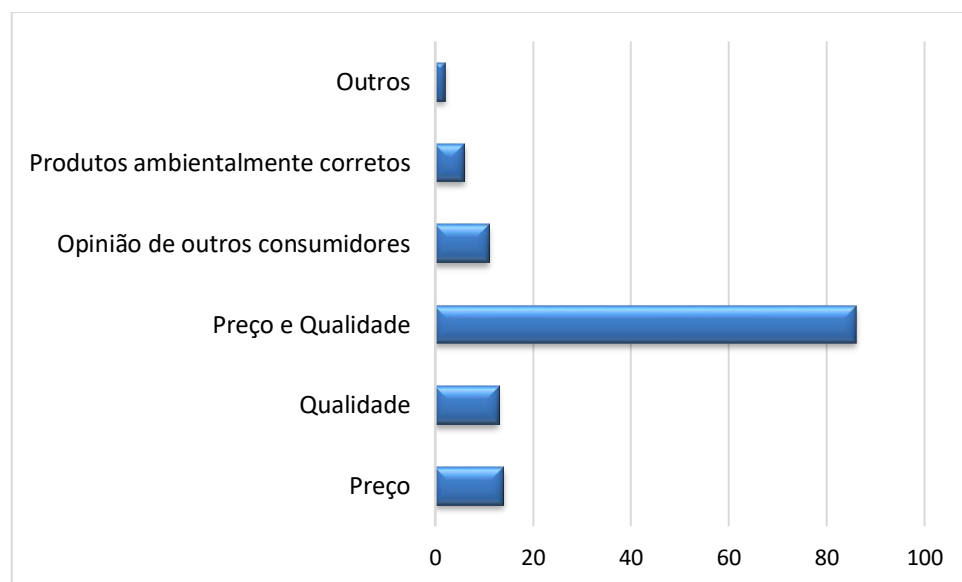


Fonte: Elaboração dos autores a partir das entrevistas

Esse fator mostra que a maioria dos discentes estão entre as classes D e E, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que representa um poder de consumo restrito a aquisição de bens e serviços essenciais.

Quando questionados se possuíam o hábito da realização de compras, 88% dos entrevistados afirmam positivamente. E ao avaliar os elementos que os entrevistados levam em consideração no momento da comprar, pôde-se verificar que o preço e a qualidade são os mais indicados, assim como mostrado abaixo, como também apontam a validade como outro elemento.

Gráfico 2. Elementos que considera no momento da compra



Fonte: Elaboração dos autores a partir das entrevistas

Sendo o preço e a qualidade o fator principal elencado pela maioria dos entrevistados, entende-se que as práticas sustentáveis de consumo não são consideradas pelos discentes ao realizarem suas compras. Os entrevistados podem optar por produtos e serviços que ofereçam preços condizentes a realidade financeira e que lhes ofereçam qualidade.

Conforme Dias (2012), pode ocorrer uma modificação na atitude de compra de cada indivíduo quando se atribui a um produto ou serviço a condição de ambientalmente correto ou não. Contudo, o consumo responsável necessita de uma ampliação através de gestos conscientes concretos que visem a preservação ambiental, optando por produtos corretos que substituem os tradicionais e com preço acessível ou simplesmente quando se deixa de comprar bens que causam danos ao ambiente.

No questionamento quanto a preocupação em saber se o fabricante de um dado produto tem ações ambientais e se os entrevistados observam isso antes de realizar a compra, 45% afirmam que às vezes, 44% afirmam que não e apenas 11% afirmam que possuíam esse comportamento de avaliar o fabricante e suas ações pró ambiente. Uma vez que já observada a falta do hábito de levar-se em consideração os produtos ambientalmente corretos no ato da compra, pode-se entender que as ações praticadas pelas organizações responsáveis pela produção de bens e serviços também não são analisadas, não ocorrendo uma preocupação quanto ao potencial produto poluidor, o que remete ao agravamento dos problemas ambientais.

Sobre a prática de comprar produtos e embalagens fabricados com material reciclado ou que podem ser recicláveis, os discentes participantes em sua maioria responderam que não (43%) ou as vezes (42%) tem a prática de se preocupar com o material do produto.

Quanto ao hábito de verificar rótulos e embalagens a fim de verificar um produto ambientalmente correto, 60% apontam que não, 33% apontam que às vezes e 7% dos entrevistados apontam que sim possuem o hábito de verificar rótulos e embalagens. Nota-se então que a preocupação em saber informações dos fabricantes referentes aos insumos utilizados na produção é mínima entre os alunos, bem como o hábito de adquirir produtos ambientais.

No que se refere a prática de comprar produtos orgânicos, 46% não, 34% às vezes e apenas 20% do grupo dizem ter essa prática. Na pergunta sobre o hábito de comprar produtos de limpeza biodegradáveis, 60% disseram que não, 32% disseram que às vezes e 8% dos alunos disseram que possuíam o hábito de comprar produtos de limpeza biodegradáveis.

A partir das respostas obtidas, e corroborando com Dias (2012), é possível afirmar que apesar da elevação da consciência ambiental nos diversos grupos da sociedade, existem indivíduos que são considerados consumidores passivos em questões ambientalmente corretas, uma vez que percebem lentamente os benefícios atrelados aos produtos ambientais.

No questionamento sobre o hábito de comprar lâmpadas e eletrodomésticos que gastam menos energia, 89% dos graduandos afirmam que sim, 8% afirmam que não e 3% afirmam que às vezes. Tendo em vista os resultados obtidos nessa indagação, entende-se que essa prática pode estar atrelada a uma economia financeira na conta de energia e não necessariamente a consciência ambiental dos entrevistados.

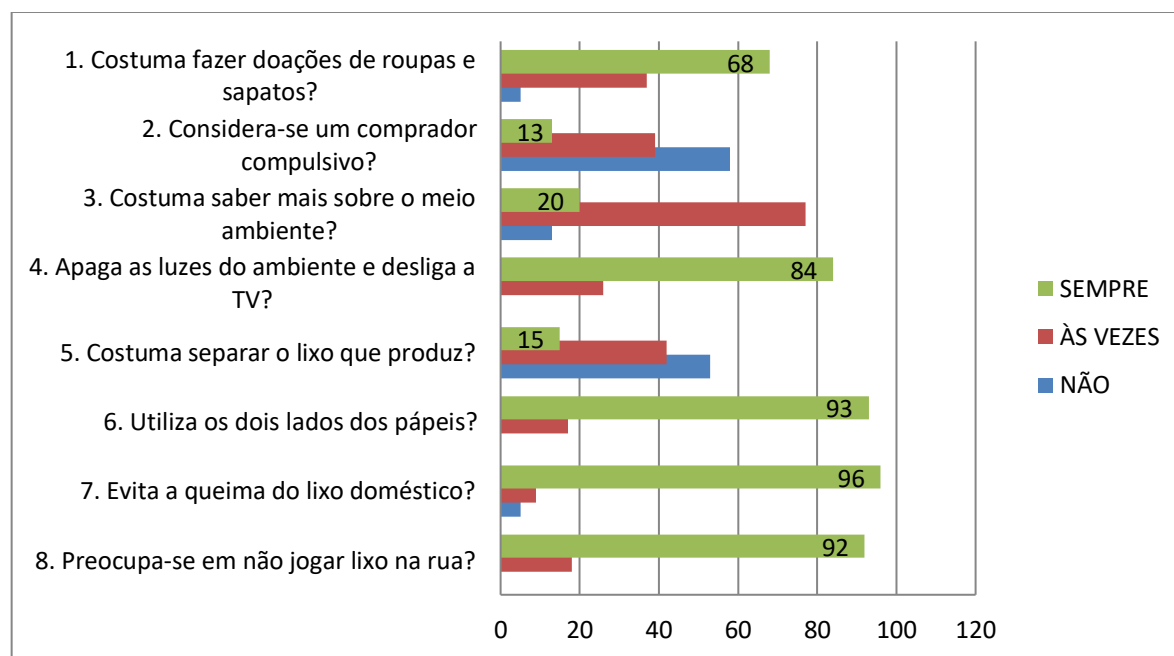
O novo consumidor ecologicamente correto expõe sua preocupação por meio do seu comportamento no momento da compra, buscando produtos que gerem menos impactos negativos a natureza e optando por aqueles que são produzidos por empresas conscientes e ambientalmente comprometidos com as causas ambientais. Esse consumidor assume pagar mais caro por esse tipo de produto, pois entende que esse preço elevado agrega vários benefícios em longo prazo (Dias, 2012, p.32-33). Sendo assim, os bacharelandos embora possam entender os benefícios agregados as práticas sustentáveis, seu comportamento prático é divergente dos conhecimentos teóricos.

Indagados quanto a prática de pagar mais por um produto que não polui o meio ambiente, 50% apontam que não, 36% apontam que às vezes e 14% dos discentes apontam que sim. Ao serem perguntados quanto a motivação para comprar um produto que informa em seu rótulo ser fabricado de maneira ambientalmente correta, 59% dos graduandos afirmam que sim, 33% afirmam que às vezes e 14% dos discentes apontam que sim, o que remete ao entendimento de que apesar de se sentirem interessados a comprar produtos ecológicos,

em sua maioria não chegam a concretizar a compra, pois não estão dispostos a pagar mais por produtos ambientalmente corretos. Observa-se então uma discordância entre o propósito e a ação realizada, como apontam Smith & Haugtvedt (1995) e Waissman (2001).

Sobre o comportamento e hábitos foi possível identificar as atitudes diárias dos graduandos, que podem ou não contribuir para o consumo ambientalmente adequado e sustentável. A partir de alguns questionamentos, os entrevistados puderam apontar com que frequência pratica dadas ações e assinalar sim, às vezes ou sempre, e os resultados podem ser verificados no Gráfico 3:

Gráfico 3. Comportamento e hábitos de consumo ambientalmente corretos



Fonte: Elaboração dos autores a partir das entrevistas

Identifica-se que as ações praticadas com maior frequência pelo grupo são as de número 1, 4, 6, 7 e 8; as que dizem não realizar visualizadas nos itens 2 e 5, e as ações que costumam praticar às vezes observada no item 3.

No item 1 que retrata o hábito entre os discentes quanto a doações de roupas e sapatos, observa-se que um número considerável do grupo pratica essa ação, podendo está atrelada as variáveis sociais, pois o ato ajuda diretamente a outros indivíduos. Por isso, o consumo de roupas e sapatos pode ser amenizado, gerando consequências positivas ao meio ambiente.

O item 4 que remete ao hábito de apagar as luzes do ambiente e desligar a TV ao sair é praticado pela maioria dos entrevistados, remetendo a uma necessidade do grupo em seus lares, pois isso reflete diretamente na diminuição do valor pago na conta de energia, e assim sendo, pode-se dizer que tal atitude embora não seja praticada com a finalidade de preservação ambiental, leva a uma diminuição significativa dos impactos negativos gerados sobre a natureza.

No que se refere ao item 6, que aponta a utilização dos dois lados dos papéis, que como pode ser analisado no gráfico 3 é uma das ações mais praticadas pelos estudantes, leva a uma diminuição no descarte indevido desses resíduos, uma vez que ocorre uma redução no total de papel utilizado. Esse comportamento pode ser influenciado por vantagens pessoais e não necessariamente por uma consciência dos desastres ecológicos que o acúmulo destes pode ocasionar.

Quanto ao item 7, sobre evitar a queima do lixo doméstico, o resultado obtido é positivo, onde a amostragem em sua maioria diz evitar essa queima, fator primordial para a diminuição do desgaste ambiental, pois é um dos acontecimentos que contribui para o aumento do efeito estufa, por exemplo. O hábito pode identificar reações dos indivíduos para inibir os impactos que estes vêm observando em seu dia a dia.

O item 8 que retrata a preocupação em não jogar lixo na rua é praticado por uma parte considerável da amostra, podendo está diretamente ligada as cobranças impostas pela sociedade, bem como por aspectos

jurídicos elencados nos últimos anos. Porém, as vantagens oriundas desse ato são visíveis, remetendo a um aspecto saudável do ambiente.

Essas ações são elencadas pelo grupo como aquelas que a maioria sempre pratica, o que leva ao entendimento de que os alunos adotaram indiretamente um comportamento tímido de consumidor consciente. Mesmo que não realizem tais hábitos com a finalidade de trazer benefícios ambientais, estes são fundamentais para a busca de um planeta sustentável.

Já no item 2, os graduandos são indagados quanto a prática de comprar compulsivamente, onde em sua maioria afirmaram não ter o hábito, o que confirma o posicionamento destes nas classes sociais D e E, bem como leva a uma diminuição significativa do consumo de bens e serviços, refletindo positivamente no meio ambiente.

No item 5, sobre os estudantes separarem o lixo que produz, em sua maioria também não apresentam essa característica, o que pode ocasionar transtornos na coleta de resíduos sólidos, cujo resultado traduz um comportamento social que constitui um dos maiores fatores para o não êxito da coleta seletiva, que é a participação efetiva da população na separação e disposição correta dos resíduos sólidos. A não prática dessas ações pode ser entendida como ações que os discentes apresentam sem que estes tenham conhecimento dos efeitos que causam, sejam nocivos ou não.

No que se refere ao item 3, sobre os discentes buscarem ter conhecimento sobre as questões ambientais, a maioria afirmaram que somente as vezes tem essa preocupação de conhecerem a temática ambiental, o que leva ao entendimento de que as questões ambientais são vistas pelos discentes como problemas secundários, apesar destes em sua maioria terem conhecimento dos desastres ecológicos mundiais. Essa atitude pode estar atrelada ao fato das condições sociais em que se encontram, onde observa-se que práticas ambientais corretas são adotadas quando estas favorecem ao discente em questões financeiras ou outras variáveis.

5. Conclusão

O objetivo desse estudo foi identificar se as novas práticas do Marketing, a exemplo do Marketing Verde levam a um comportamento de compra consciente entre os discentes do curso de Administração. Observaram-se então contrastes ao longo das respostas dadas pelo grupo analisado, onde parece não haver uma conscientização ambiental.

Com base nos dados apresentados e nas discussões elencadas, pode-se dizer que não há uma preocupação ambiental intrínseca de cada discente, que reflita na construção de um ambiente sustentável. Os graduandos parecem não ser influenciados pelas práticas do Marketing Verde, bem como não apresentam comportamentos conscientes em seus hábitos. Assim sendo, deve-se considerar que os consumidores ecologicamente corretos ainda é uma parcela mínima da população e somente um pequeno número dos discentes do curso de Administração podem fazer parte desta, sendo que não se identifica uma consciência considerável entre os graduandos da importância das ações individuais que geram benefícios ao meio ambiente.

Salienta-se também a necessidade de incluir desde o início da graduação disciplinas que venham a despertar os alunos quanto a importância de adotar hábitos sustentáveis que reflitam na preservação do meio ambiente, e que esses futuros administradores possam implementar nas organizações uma postura voltada para a responsabilidade socioambiental. Assim, não se pode apenas atentar-se ao discurso ambientalmente correto, mas é urgente que coloque em prática o que tanto vem sendo debatido pela sociedade.

Referências

AAKER, A. D.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFRSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



BARBIERE, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CALOMARDE, J. V. **Marketing ecológico**. Madrid: Pirâmide/Esic Editorial, 2000.

CODDINGTON, W. **Environmental marketing**: positive strategies for reaching the Green consumer. New York: McGraw-Hill, 1993.

DIAS, R. **Marketing Ambiental**: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DONATO, V. **Logística Verde**: Uma Abordagem Sócio-ambiental. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

FERREIRA, D. D. M.; FERREIRA, L. F. **O ensino de gestão ambiental nos cursos de administração de empresas nas IES (instituições de ensino superior) do estado de Santa Catarina: um estudo exploratório**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2018.

NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. **Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OTTOMAN, J.. **Marketing verde**: Desafios e oportunidades para uma nova era. São Paulo: Makron Books, 1994.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



POLONSKY, M. J.. Na introduction to marketing Green. In: **Electronic Green Journal**, v. 1, nº 2, Nov. 1994.

RIBEIRO, K. M. B.; MIRANDA, A. C. Matriz Curricular do curso de Administração: qual a relevância da temática ambiental na formação do Administrador?. **Revista UNIABEU**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 212-231, Jan-Abr. 2011.

SAMARA, B. S.; MORSCH, M. A. **Comportamento do consumidor**: conceitos e casos. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L.. **Comportamento do Consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SMITH, S.; HAUGTVEDT, C. P. **Environmental marketing**: strategies, practice, theory and Research. NewYork, 1995.

WAISSMAN, V. **Como o marketing verde interfere na imagem de marca da indústria de celulose: o estudo de caso da Aracruz Celulose S.A.** Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, SP, Brasil, 2001.

Área Temática: Produção e Sustentabilidade

**GREEN SUPPLY CHAIN MANAGEMEN: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO
DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS**

Andreza Rodrigues de Araújo¹

Lílian Caporlingua Giesta Cabral²

Thaiseany de Freitas Rêgo³

Rayssa Cleide de Oliveira⁴

Resumo

Este estudo mapeia as contribuições científicas publicadas em periódicos internacionais da área de Administração da Produção e Operações Verdes, para a temática “*Green Supply Chain Management*”. Para tanto, faz uso da bibliometria (rede de autores; quantitativo de artigos publicados por periódicos x anos; quantitativos de artigos publicados por perspectiva teórica x ano, etc.) e identifica aspectos metodológicos (unidade de análise, procedimento de coleta e técnica de coleta) dos artigos disponíveis na base do *ScienceDirect*, no período de janeiro de 2011 a abril de 2018, o que resultou em uma amostra composta por 45 (quarenta e cinco) artigos. Com a coleta e análise de dados de cada artigo, constatou-se que a temática teve ênfase no ano de 2015 (17), ocasionada principalmente pelas publicações no periódico intitulado “*Procedia – Social and Behavioral Sciences*” (16). Dentre os autores que estabelecem um maior número de relações com outros pesquisadores, destacam-se Galankashi (6) e Acquaye (5). Com relação aos tipos de pesquisa mais comuns, destacou-se as de caráter quantitativo (38). O uso da pesquisa bibliográfica (27) e do questionário (11) predomina quando se trata dos procedimentos de coleta, o que é compreensível em discussões teóricas. Palavras-chave: Bibliometria. Administração da Produção e Operações Verdes. *Green supply chain management*.

¹ Pós-Graduada em MBA em Gestão Estratégica de Negócios pela UNOPAR.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

⁴ Pós-Graduada em Contabilidade gerencial e controladoria pela UERN.

1 Introdução

A conscientização ambiental tornou-se parte do cotidiano em todo o Mundo, desenvolveu-se principalmente para proteger o meio ambiente dos impactos gerados pelo descarte de resíduos perigosos, ocasionados pelas cadeias produtivas. Nesse contexto, o *Green Supply Chain Management (GSCM)* surgiu para esverdear os processos dentro das cadeias de suprimentos das empresas (JAYANT; AZHAR, 2014). Zhu e Sarkis (2004) reforçam que o *GSCM* é uma ferramenta de gestão eficaz voltada para empresas que possuem uma visão de longo prazo, ou seja, que integram o pensamento de conscientização ambiental dentro do seu ciclo produtivo.

O estudo sobre o *GSCM* tem chamado à atenção de pesquisadores e empresários, preocupados com o meio ambiente ou com a imagem da organização diante da sociedade e Poder público. No âmbito da literatura, o *GSCM* tem sido explorado cada vez mais em discussões e pesquisas, envolvendo questões como: conceitos e teorias organizacionais. Nesse aspecto, o interesse por parte da academia foi ampliado após a década de 90, o que desencadeou uma série de novas linhas de pesquisas, que tiveram que se adequar aos vários tipos de processos dentro das cadeias de suprimentos (MIN; KIM, 2012; SARKIS; ZHU; LAI, 2011).

Fahimnia, Sarkis e Davarzani (2015) acrescentam que as discussões a respeito *GSCM* tem se ampliado nos últimos 20 anos e está em sua terceira década de investigação. Dentre os fatores que contribuem para esse comportamento, destaca-se as mudanças ocorridas no cenário Mundial e inserção do conceito verde entre as políticas organizacionais, o que também impulsionou a criação de grupos emergentes de pesquisas nessa área. Trabalhos envolvendo questões como compra verde (CHAN, 2001), logística reversa (SARKIS, 2003), medidas de desempenho (HERVANI; HELMS; SARKIS, 2005), estratégia verde (TESTA; IRALDO, 2010), *design* verde (LIN, 2013) e fornecedor verde (TSENG; CHIU, 2013), refletem as preocupações dos pesquisadores sobre o *GSCM*.

Com base nos aspectos enumerados sobre *GSCM*, para uma melhor percepção da temática abordada, julga-se pertinente responder a seguinte problemática: **Quais as contribuições científicas de periódicos internacionais da área de Administração da Produção e Operações Verdes para a temática “*Green Supply Chain Management*”?**

Ante ao exposto, o estudo permite apontar quais elementos teóricos sustentam as pesquisas existentes, bem como indicar quais pontos teóricos e metodológicos são incipientes e carecem de atenção por parte dos pesquisadores nacionais e internacionais. O estudo também possibilita identificar os assuntos que precisam ser mais discutidos pelos pesquisadores, através de uma agenda de pesquisa que norteará os próximos estudos sobre o *GSCM*.

2 Referencial Teórico

2.1 Green Supply Chain Management

O *GSCM* é uma forma de gestão baseada no conceito de ciclo de vida do produto, desse modo, é uma cadeia de suprimentos voltada para os cuidados ambientais, aplicando-se estudos em cada parte da cadeia produtiva, de modo a encontrar ações para minimizar ou eliminar impactos. Essas práticas são aplicadas tanto no âmbito das empresas como na sua parte externa, por meio de parcerias com *stakeholders* (BARBIERI; CAJAZEIRA; BRANCHINI, 2009). Geralmente seu escopo de implementação seguem práticas que vão da compra verde ao ciclo da cadeia produtiva, passando do fornecedor ao fabricante e cliente, finalizando com a logística reversa (ZHU; SARKIS, 2004).

O conceito dado ao *GSCM* começou a ser difundido nos processos operacionais das empresas a partir de certificações e programas de ações voluntárias sustentadas, principalmente, pela vantagem competitiva adquirida com a integração de iniciativas ambientais na cadeia de suprimentos (ANDRADE; PAIVA, 2012; BARBIERI; CAJAZEIRA; BRANCHINI, 2009; SARKIS, 2003; BEAMON, 1999). No que se refere às iniciativas reguladas com as certificações e programas, pode-se citar a *ISO 14001* e os programas regidos pelo *Environmental Management System (EMS)*, que influenciam diretamente na adoção e avaliação de práticas ambientais na cadeia de suprimentos de uma empresa (ARIMURA; DARNALL; KATAYAMA, 2011).

Na área de gestão de cadeia de suprimentos verde, percebe-se que há várias perspectivas teóricas e definições em uso, conforme ilustrado no Quadro 1. Além desses conceitos Sarkis, Zhu e Lai (2011) chamam atenção para pontos sobre: Gerenciamento de rede de suprimento sustentável; Sustentabilidade da oferta e da

demanda e responsabilidade social; Corporativa em redes; Gestão ambiental da cadeia de suprimentos; Compras ecológicas; Compras ambientais; Logística verde e Cadeias de suprimento sustentáveis.

Quadro 1. Principais perspectivas teóricas do *GSCM*

Perspectiva Teórica	Definição	Autor
Barreiras de implementação	É comum na fase de adoção das práticas de <i>GSCM</i> surgirem barreiras, apesar de não ser possível eliminar todas elas, algumas barreiras necessitam ser combatidas pela empresa para manter a continuidade o <i>GSCM</i> .	Govindan, et al (2014)
Compra verde	É quando o consumidor compra um produto a partir de um tipo específico de comportamento ecológico.	Chan (2001)
Design verde	É a integração de questões de design associadas à prevenção da poluição, preservação de recursos e gestão de resíduos.	Lin (2013)
Emissão de gases	Em um contexto voltado para a redução de custos e aumento da competitividade, as empresas investem na prevenção da poluição e redução das emissões de gases como forma de obter vantagens futuras, principalmente, as relacionadas à minimização de custos.	Hart e Ahuja (1996)
Estratégia verde	É o meio utilizado pelas empresas que buscam implementar o <i>GSCM</i> e colocar-se como líder em inovações eficazes ou de construir uma imagem para si ou para os seus produtos / serviços.	Testa e Iraldo (2010)

Fornecedor verde	É uma forma estratégica de facilitar o processo de minimização do impacto ambiental na gestão de cadeia de suprimentos para empresas.	Tseng e Chiu (2013)
Inovação verde	Por meio da inovação verde, as empresas adquirem economia nos custos, maior eficiência, maior produtividade e melhor qualidade do produto, o que leva a vantagem competitiva, além de melhorar a imagem verde da empresa e a oportunidade de entrar em novos mercados.	Chiou, et al (2011)
Logística reversa	Condiz no retorno de produtos recicláveis ou reutilizáveis e materiais para o fornecimento futuro, através de um sistema de ações e procedimentos.	Sarkis (2003)
Medida de Desempenho	Forma de gerenciar as operações de uma organização, sendo normalmente usada para planejar, implementar e monitorar sistemas propostos.	Hervani, Helms e Sarkis (2005)
Modelos e métodos	A pesquisa voltada o <i>GSCM</i> é vasta e requer investigação, com amplo espaço para teorias novas que possam examinar os elementos principais do <i>GSCM</i> , que podem voltar-se, por exemplo, para ajudar a resolver problemas nascentes.	Sarkis, Zhu e Lai (2011)
Stakeholders	Considera-se como as principais partes externas interessadas para as práticas de <i>GSCM</i> de uma empresa: os fornecedores, clientes e a comunidade. Ressalta-se ainda que as partes externas interessadas estão sempre atentas as atitudes verdes da empresa.	Chien e Shih (2007)

Sistemas de informação	Os sistemas de informação exercem função conjunta com as práticas verdes, dessa forma, facilitam os principais processos do <i>GSCM</i> , e ainda auxiliam na medida de desempenho e na adoção de estratégias que levem a vantagem competitiva.	Green JR, et al (2012)
------------------------	---	------------------------

Fonte: Elaboração própria (2018).

É possível perceber que os conceitos que giram em torno do *GSCM*, ao longo dos anos, todos permanecem sobre a óptica da cadeia produtiva verde. O principal foco consiste em minimizar os impactos causados pelos processos que acontecem dentro da cadeia e como eles podem ser influenciados pela conscientização dos consumidores que demandam produtos sustentáveis. Nessa perspectiva de evolução de conceitos do *GSCM*, disseminaram-se algumas abordagens atuais, que consideram a integração de práticas capazes de minimizar o impacto ambiental na cadeia de suprimentos.

A concepção do *GSCM* é possível por quantificar o impacto causado ao meio ambiente e identificar quais aspectos são favoráveis para sua implantação e adoção da perspectiva da logística reversa (SARKIS; ZHU; LAI, 2011). Esse conceito vem se ampliando, devido à proporção com que os aspectos ambientais tomaram diante do Mundo (BARBIERI; ALVES; NASCIMENTO, 2014).

O *GSCM* é considerado uma nova visão para a gestão ambiental, dessa forma, ajusta-se as atividades operacionais de forma a reduzir os impactos ambientais (JABBOUR; ARANTES; JABBOUR, 2013). Nesse contexto, as empresas trabalham com parcerias que vão desde seus fornecedores, até os clientes. Logo, adaptam a cadeia de suprimentos as práticas ambientais, considerando desde as etapas iniciais de produção do produto, como a aquisição de matéria prima, até a entrega aos consumidores finais (SEURING; MÜLER, 2008). Desse modo, esse processo de parceria é necessário para a eficiência do *GSCM*, pois o ciclo de vida de um produto necessita de etapas que uma empresa sozinha não consegue gerenciar as relações estabelecidas com acionistas, sociedade, governos, fornecedores, clientes e mercado, ao longo da cadeia verde (GOLD, 2016).

Testa e Iraldo (2010) reforçam que o *GSCM* reúne medidas ambientais a serem aplicadas na cadeia produtiva e que demanda tempo para obter os resultados desejados pela empresa. Dentre esses resultados esperados, os autores ainda apontam aspectos externos e internos às empresas e que motivam os gestores a adotarem uma cadeia de suprimentos verde, que considera desde a legislação governamental, compradores conscientes, ética empresarial até a vantagem competitiva.

Nesse aspecto, o processo de gerenciamento da cadeia de suprimentos verde envolve a minimização ou eliminação de desperdícios produzidos pelo ciclo de vida de um produto: produtos químicos perigosos; emissões de gases; uso da energia; e resíduos sólidos.

Nessa linha de pesquisa, os autores Kannan, Jabbour e Jabbour (2014), acrescentam que a preocupação com as questões ambientais faz parte da sociedade e não somente de especialistas da área, em especial para os setores industriais que concentram uma grande produção. Desse modo, toda a cadeia produtiva verde deve selecionar fornecedores com compromisso sustentável para obter maior competência na gestão dos seus processos. Logo, cabe a organização avaliar os fornecedores por desempenho ambiental e verificar a sua eficiência na cadeia verde (CHIN et al., 2015). A partir desse contexto é possível entender que a *GSCM* tem como conceito principal integrar os aspectos ambientais na *supply chain management (SCM)*, além de minimizar ou eliminar os desperdícios ao longo da cadeia (CHIN; TAT; SULAIMAN, 2015; SRIVASTAVA, 2007).

3 Metodologia

Com o intuito de mapear o que vem sendo publicado sobre “*Green Supply Chain Management*”, em periódicos internacionais disponíveis na base do *ScienceDirect*, o presente estudo respalda-se na pesquisa descritiva e documental. Tais classificações ocorrem em razão da necessidade de identificar as contribuições científicas existentes, sistematizar e descrever os aspectos conceituais e metodológicos mais utilizados (SILVA, 2017). O estudo também se enquadra como bibliométrico, por investigar se há uma rede de cooperação entre os autores, bem como averiguar quais as categorias de produção e referências chave adotadas pelos pesquisadores (ARAÚJO, 2006).

Para a definição da amostra, foi realizada uma busca avançada em periódicos internacionais, na base do *ScienceDirect*, selecionou-se artigos disponíveis e completos que resultou em um recorte temporal, no período de janeiro de 2011 a abril de 2018, de dados. Como critério de busca e coleta de artigos objeto de análise, adotou-se a expressão “*Green Supply Chain Management*”, considerando como artigo válido, a sua presença no título, resumo ou palavras-chave. Com a busca, a base apontou a existência de 53 (cinquenta e três)

publicações, das quais 8 (oito) foram descartadas por não estabelecerem, no resumo ou introdução, relação com as expressões “*environment*” ou “*Green Supply Chain*”, o que resultou em 45 (quarenta e cinco) publicações para análise.

Ao definir a amostra, que considerou a conveniência dos artigos internacionais aos critérios estabelecidos no estudo, os artigos foram organizados e os dados coletados: ano de publicação, periódico, título, autores, perspectiva teórica, propósito do estudo, unidade de análise, procedimento de coleta, técnica de análise, recomendações e principais referências. Todas essas informações foram sistematizadas em um *checklist*, do qual extraiu-se informações para compor a matriz de autoria e construção da rede de cooperação de autores, com o *software* Ucinet®, bem como a tabulação e construção de tabelas com as demais informações extraídas dos artigos, no *software* do SPSS®.

Destaca-se que para identificar a perspectiva teórica, propósito do estudo, unidade de análise, procedimento de coleta, técnica de análise e recomendações, coube fazer uma leitura dos artigos e proceder com uma análise de conteúdo simplificada. Como destaca Silva e Fossá (2015), esse tipo de análise considera a leitura geral do material coletado, a codificação e criação de categorias de análise, que sustentam o estudo bibliométrico e permite avaliar quantitativamente os aspectos metodológicos.

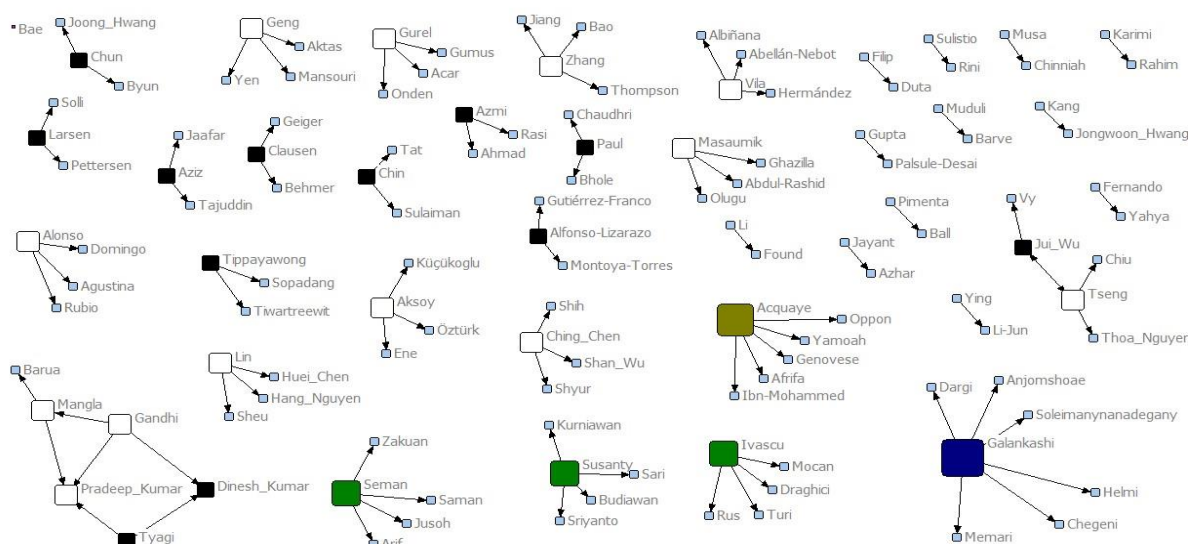
4 Resultados e Discussões

Para mapear as contribuições científicas de periódicos internacionais da área de Administração, para a temática “*Green Supply Chain Management*”, os dados coletados foram tabulados e organizados, de modo a subsidiar a construção da matriz de autoria e tabelas com aspectos metodológicos. A matriz de autoria permitiu

elaborar a rede de cooperação entre autores, para a publicação de artigos científicos, como ilustrado na Figura 1.

Dentre os autores destaca-se Masoud Rahiminezhad Galankashi (Galankashi), Doutor em Filosofia e Mestre em Engenharia Industrial pela Universiti Teknologi Malaysia (UTM), e graduado em Engenharia Industrial pela Qazvin Islamic Azad University (QIAU), suas principais áreas de pesquisas são, Gestão da Cadeia de Suprimentos, Modelagem Matemática e Manufatura Enxuta. Galankashi estabelece relação com outros seis autores, que variam entre os títulos de mestrado, doutorado ou estão em fase de pós-doutorado ou doutoramento, Ali Chegeni (Chegeni), Amin Soleimanyanadegany (Soleimanyanadegany), Ashkan Memari (Memari), Ali Anjomshoe (Anjomshoe), Syed Ahmad Helmi (Helmi) e Ahmad Dargi (Dargi). Todos os autores possuem algum vínculo institucional com o Departamento de Materiais, Fabricação e Engenharia Industrial, na UTM, sendo justificado pelo fato de a maioria possuir formação na área de Engenharia Industrial.

Figura 1. Rede de cooperação entre autores



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O autor Adolf Acquaye (Acquaye), em verde claro, estabelece relações com outros cinco autores renomados. O mesmo é Doutor na área de pesquisa de Energia, Meio Ambiente e Sustentabilidade, do Instituto

de Tecnologia de Dublin, possui Mestrado em Engenharia para o Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade de Cambridge e tem formação acadêmica em Engenharia Elétrica pela Universidade de Ciência e Tecnologia (KNUST). Sua experiência com a atividade de pesquisa chama atenção, quando se destaca o papel exercido

na elaboração do Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – AR5 (Capítulo 10 - Indústria).

Acuqaye também desenvolve trabalhos relacionados nas áreas de Pesquisa de Sustentabilidade em Prática de Negócios e SER, Avaliações de ciclo de vida, Modelagem Ambiental e Desenvolvimento de Cenários, Política de Mudança Climática e Mitigação. Os coautores com os quais estabelece relações também possuem doutorado ou estão em fase de doutoramento: Taofeeq Ibn-Mohammed (Ibn-Mohammed), Doutor em Engenharia de Energia e Sustentabilidade, Andrea Genovese (Genovese), Doutora na área de Pesquisa Operacional, Godfred A. Afrifa (Afrifa), Doutor em Finanças e Risco, Fred A. Yamoah (Yamoah) e Eunice Oppon (Oppon), que estão cursando Doutorado e desenvolve suas pesquisas na área de Melhoria da Sustentabilidade do Ciclo de Vida da Resistência das Rochas, na University of Sheffield.

Outros três grupos, em verde escuro, chamam atenção devido ao volume de parcerias (quatro autores) estabelecidas para a escrita e publicação de artigos científicos, sendo eles liderados por Larisa Ivascu (Ivascu), que possui graduação em Informática, Engenharia de Software, Mestrado em Administração e Gerenciamento de Negócios e Doutorado em Engenharia e Gestão de Riscos. O mesmo também atua como conferencista na Polytechnic University of Timisoara, Aries Susanty (Susanty), possui vínculo institucional com a Universidade de Diponegoro (UNDIP), no Departamento de Engenharia Industrial, e Noor Aslinda Abu Seman (Seman) possui Doutorado em Gestão de Contabilidade e Graduação em Gestão de Fotografia. As três autoras produzem em áreas semelhantes, voltadas para o Meio ambiente e a Sustentabilidade, podendo ser divididas em dois aspectos, o primeiro relacionado mais as questões de proteção e desempenho da sustentabilidade e o outro sobre uma perspectiva estratégica e de inovação verde.

No que concerne à distribuição das publicações em função do tempo, o ano de 2015 (17) foi o mais prolífero, quando se trata de trabalhos envolvendo GSCM, como ilustrado na Tabela 1. Nota-se também, que

nos anos subsequentes o número de publicações na área diminuiu drasticamente, 2016 (4), 2017 (5) e 2018 (1). Nesse aspecto, com base na análise de conteúdo dos periódicos que obtiveram mais publicações entre os períodos de 2011 a 2015, *Procedia – Social and Behavioral Sciences* (14), *Procedia CIRP* (4) e *Procedia Engineering* (4) é possível identificar que contemplam essa fase de maior investigação, com a indexação de artigos relacionados a conferências e eventos voltados para “Green” ou “environment”, que pode ser explicado pelo fato das pesquisas sobre o GSCM terem intensificado após a década de 90, principalmente as relacionadas à revisão de literatura, abordando aspectos voltados à conceituação, teorias e práticas de GSCM (MIN; KIM, 2012; SARKIS; ZHU; LAI, 2011). Nota-se que o período entre 2016 a 2018 apresentou um declínio devido os periódicos terem apresentando poucos eventos da área de Administração da Produção e Operações Verdes, voltando-se a outras áreas de “Business” e “Production Engineering”

Tabela 1: Número de trabalhos publicados por periódico x ano

Periódicos	Ano								Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
APCBEE Procedia	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Applied Mathematical Modelling	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Computers and Mathematics with Applications	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Energy Procedia	0	1	0	0	0	0	0	0	1
European Journal of Operational Research	0	0	0	0	0	0	0	1	1
IIMB Management Review	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Industrial Marketing Management	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Int. J. Production Economics	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Internacional Strategic Management Review	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Physics Procedia	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Procedia – Social and Behavioral Sciences	3	4	0	2	5	2	0	0	16
Procedia CIRP	0	0	0	0	4	1	0	0	5
Procedia Computer Science	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Procedia Economics and Finance	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Procedia Engineering	0	0	0	2	2	0	0	0	4
Procedia Environmental Sciences	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Procedia Manufacturing	0	0	0	0	2	0	2	0	4
Procedia Materials Science	0	0	0	1	0	0	0	0	1
The Asian Journal of Shipping and Logistics	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	4	7	2	5	17	4	5	1	45

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Dentre os periódicos com maior número de publicações sobre *GSCM* destaca-se o *Procedia – Social and Behavioral Sciences* (16), seguido do *Procedia CIRP* (5), *Procedia Engineering* (4) e *Procedia Manufacturing* (4). Os referidos periódicos têm como escopo aspectos relacionados às ciências sociais e engenharias, onde destacam-se os termos: “*Management*”, “*Green*”, “*Supply Chain*”, “*Production Engineering*”, “*Innovation*” o que justifica as publicações. Já os demais periódicos, com até 2 (duas) publicações ocorridas no período analisado, não tem o “*Green*” como foco central e nem atraem pesquisadores para a publicação de artigos sobre a temática.

Ao analisar as perspectivas teóricas em função do ano, constata-se que o uso de medidas de desempenho (14) e estratégia verde (10) são os temas mais comuns nas pesquisas desenvolvidas sobre *GSCM*, como apresentado na Tabela 2. Destaca-se que as pesquisas envolvendo medidas de desempenho, focam em processos de gestão, e melhorias nas operações de uma empresa (HERVANI, HELMS E SARKIS, 2005). Já os estudos sobre estratégia verde abordam sobre liderança e vantagem competitiva (TESTA; IRALDO, 2010).

Tabela 2: Número de trabalhos publicados por perspectiva teórica x ano

Perspectiva teórica	Ano								Total
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Compra verde	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Logística reversa	0	1	1	1	1	1	1	0	6
Medida de desempenho	2	2	0	1	4	1	3	1	14
Estratégia verde	1	2	1	0	5	0	1	0	10
Fornecedor verde	1	0	0	0	3	1	0	0	5
Emissão de gases	0	1	0	1	2	0	0	0	4
Inovação verde	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Stakeholders	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Sistemas de informação	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Barreiras de implementação	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Modelos e métodos	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	4	7	2	5	17	4	5	1	45

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Embora o desenvolvimento da pesquisa de *GSCM* tenha predominância nos temas medidas de desempenho e estratégia verde, é necessária a investigação e abordagem das demais perspectivas teóricas, tendo em vista, que a literatura sobre o *GSCM* é extensa e carece de mais exploração como forma de ampliar e aprofundar os estudos na área (FAHIMNIA, SARKIS E DAVARZANI, 2015).

Quanto aos aspectos metodológicos, os dados revelam que predomina o uso da pesquisa quantitativa (38). Esse tipo de pesquisa consiste em mensurar por meio de um tratamento objetivo, matemático e estatístico os fatos ou fenômenos estudados (MARCONI; LAKATOS, 2003). Os dados também apontam a combinação de técnicas de pesquisa qualitativa e quantitativa (4), que apresentam em suas pesquisas as perspectivas teóricas de medidas de desempenho e estratégia verde, supracitadas como tendo abordagem principal nos artigos analisados, o que é desejável quando se trata de discussões recentes e que requerem uma atenção especial ou mais robusta, por parte dos pesquisadores. As pesquisas qualitativas (3) são aquelas em que predomina o uso de caráter subjetivo do objeto analisado, desse modo, a interpretação do autor é tida como papel importante na análise dos dados (GIL, 2008).

No que concerne aos procedimentos de coleta de dados, nota-se que predomina o uso da pesquisa bibliográfica (27), como disposto na Tabela 3, que consiste na utilização de dados provenientes de pesquisas já realizadas e validadas por outros pesquisadores (SEVERINO, 2017). O uso do questionário (11) também é comum nos estudos relacionados ao *GSCM*, que permite ao pesquisador levantar informações sobre a opinião dos sujeitos analisados sobre o tema em estudo (SEVERINO, 2017). A realização de entrevistas (8) no processo de coleta de dados também é importante nesses estudos, uma vez que permite uma interação entre pesquisador e pesquisado, de modo a entender como os sujeitos pensam e agem sobre o tema analisado (SEVERINO, 2017).

Tabela 3: Procedimentos de coleta

Procedimentos de coleta	Frequência	Percentual*
Entrevista	8	17,78%
Estudo de caso	5	11,11%
Pesquisa bibliográfica	27	60,00%
Pesquisa documental	4	8,89%
Questionário	11	24,44%

Procedimento de coleta não identificado	1	2,22%
---	---	-------

*Percentual em função do número de artigos

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O uso de estudos de caso (5) e da pesquisa documental (4) também são adotados nos estudos sobre *GSCM*. Os estudos de caso são apropriados para entender fenômenos sociais complexos, através da investigação de um fenômeno atual dentro de sua perspectiva de vida real (YIN, 2015). As pesquisas documentais, que se valem de dados secundários, são importantes quando se objetiva realizar uma revisão de literatura recorrendo aos documentos

originais que constituem a literatura base do estudo analisado (MARCONI; LAKATOS, 2003).

No que diz respeito à unidade de análise, nota-se que 57,78% (26) dos trabalhos discutem elementos teóricos voltados aos estudos que envolvem: ações *GSCM*; a relação entre *GSCM* e a inovação verde; cenário econômico da China em relação aos aspectos ambientais; adoções de práticas de *GSCM*; estratégia de *GSCM*; aplicação da logística reversa; adoção de práticas verdes por empresas de manufatura e estudos sobre os impactos do CO₂. O que possibilita afirmar que esses trabalhos não trazem qualquer aplicação prática.

Em um contexto no qual se desenvolve uma nova teoria ou a amplia, esse comportamento é comum entre os trabalhos que trazem um apelo prático, destaca-se aqueles que abarcam o setor de transformação e manufatura: automobilístico, equipamentos pesados, autopeças, têxtil, petrolífero, eletrônico, minério, plástico. As empresas que atuam no segmento de comércio e prestação de serviços também já foram objeto de estudo, mas em um número limitado de organizações, o que aponta a necessidade de ampliação de estudos sobre o *GSCM* sobre qualquer tipo de empresa ou segmento.

No que concerne às recomendações para pesquisas futuras sobre a área de *GSCM*. É importante destacar, que as pesquisas futuras são direcionadas principalmente para as perspectivas teóricas e objetivos do estudo original. Em uma concepção abrangente, ressaltam-se: ampliação da amostra; aplicação de nova modelagem matemática; diversificação e comparação de amostras.

5 Conclusão

O presente estudo teve como objetivo mapear quais as contribuições científicas de periódicos internacionais da área de Administração da Produção e Operações Verdes, para a temática “*Green Supply Chain Management*”. Para o alcance do objetivo, utilizou-se a bibliometria, a análise metodológica dos artigos e procedeu-se com a identificação dos procedimentos e técnicas mais comuns em estudos sobre *GSCM*.

É importante destacar, que este estudo investigou a evolução histórica do *GSCM*, bem como identificou o perfil dos estudos já publicados, sob uma concepção distinta da abordada por Sarquis (2015), principalmente no tocante das perspectivas teóricas que saíram de uma abordagem mais voltada para a conceituação do tema, para a aplicabilidade na medida de desempenho, estratégia e logística reversa das empresas. Sendo relevante destacar que pesquisas futuras devem explorar outras perspectivas teóricas que tem grande importância nos estudos de *GSCM*, mas não obtiveram enfoque nos artigos analisados que são: Stakeholders; Sistemas de informação; Barreiras de implementação; Modelos e métodos e Compra verde.

De forma geral, os artigos analisados concentraram suas pesquisas no ano de 2015 (17), e percebe-se uma diminuição no número de trabalhos sobre a temática, nos anos subsequentes, o que pode ter ocorrido em razão de declínio das publicações de artigos provenientes de eventos voltados à área “*Green*” ou “*environment*”.

Encontrou-se uma lacuna nos artigos analisados enquanto aos estudos do *GSCM* envolvendo empresas de diversos setores, como comércio e varejo, tendo em vista que as pesquisas indicaram uma predominância nos setores de transformação e manufatura: automobilístico, equipamentos pesados, autopeças, têxtil, petrolífero, eletrônico, minério, plástico. O que recomenda-se para novas pesquisas a ampliação de estudos sobre o *GSCM* sobre qualquer tipo de empresa ou segmento, já que o tema tem impacto em todos os setores, independente da sua intensidade.

Quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, o destaque é dado às pesquisas quantitativas (24), o que ocorre em razão de utilizar a mensuração de dados como forma de experimentação e prova do objeto analisado (MARCONI; LAKATOS, 2003). No que diz respeito aos procedimentos de coleta, os estudos

bibliográficos chamam a atenção, por ser apontado em 60,00% (27) dos artigos investigados, o que é comum em trabalhos acadêmicos que se valem da teoria para sustentar as escolhas metodológicas e os achados do estudo.

Considerando os pontos enumerados, destaca-se que o presente estudo se limitou aos artigos disponíveis, gratuitamente, na base do *ScienceDirect*, no período de janeiro de 2011 a abril de 2018, e que temas tais como “*Green Supply Chain*” e “*Sustainability Supply Chain*”, não foram considerados na seleção dos artigos. Diante disso, sugere-se ampliar o recorte temporal, bem como incluir outras bases de pesquisa, como o Scielo, Emerald, Elsevier, Proquest. A inclusão de temas correlatos, como ao *GSCM*, como os supracitados também é válida para o mapeamento do que se tem produzido na área.

Referências

ANDRADE, M. C. F; PAIVA, E. L. *Green supply chain management* na agroindústria canavieira: O caso Jalles Machado. **Base**, v. 9, n. 1, 2012.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v. 12, n. 1, 2006.

ARIMURA, T. H; DARNALL, N; KATAYAMA, H. Is ISO 14001 a gateway to more advanced voluntary action? The case of green supply chain management. **Journal of environmental economics and management**, v. 61, n. 2, p. 170-182, 2011.

BARBIERI, J. C; ALVES, A. P; NASCIMENTO, L. F. M. *Green supply chain*: protagonista ou coadjuvante no Brasil? **RAE-Revista de Administração de Empresas**, p. 510-520, 2014.

BARBIERI, J. C; CAJAZEIRA, J. E. R; BRANCHINI, O. Cadeia de suprimento e avaliação do ciclo de vida do produto: revisão teórica e exemplo de aplicação. **Revista o Papel**, v. 70, n. 09, 2009.

BEAMON, Benita M. Designing the green supply chain. *Logistics information management*, v. 12, n. 4, p. 332-342, 1999.

BEUREN, I. M. et al. (coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CHAN, R. Y. K. Determinants of Chinese consumers' green purchase behavior. **Psychology & Marketing**, v. 18, n. 4, p. 389-413, 2001.

CHIEN, M. K.; SHIH, L. H. An empirical study of the implementation of green supply chain management practices in the electrical and electronic industry and their relation to organizational performances. **International Journal of Environmental Science and Technology: (IJEST)**, v. 4, n. 3, p. 383, 2007.

CHIN, T. A; TAT, H. H; SULAIMAN, Z. Green supply chain management, environmental collaboration and sustainability performance. **Procedia CIRP**, v. 26, p. 695-699, 2015.

CHIN, T. A; TAT, H. H; SULAIMAN, Z; ZAINON, S. N. L. M. Green supply chain management practices and sustainability performance. **Advanced Science Letters**, v. 21, n. 5, p. 1359-1362, 2015.
CHIOU, T. Y. et al. The influence of greening the suppliers and green innovation on environmental performance and competitive advantage in Taiwan. **Transportation Research Part E: Logistics and Transportation Review**, v. 47, n. 6, p. 822-836, 2011.

FAHIMNIA, B; SARKIS, J; DAVARZANI, H. Green supply chain management: A review and bibliometric analysis. **International Journal of Production Economics**, v. 162, p. 101-114, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOVINDAN, K. et al. Barriers analysis for green supply chain management implementation in Indian industries using analytic hierarchy process. **International Journal of Production Economics**, v. 147, p. 555-568, 2014.

GOLD, S. Sustainable supply chain management research in Brazil. **Sustentabilidade em Cadeias de Suprimento: entre teoria e prática**. ePUB (Online). Porto Alegre, RS, 2016.

GREEN JR, K. W. et al. Green supply chain management practices: impact on performance. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 17, n. 3, p. 290-305, 2012.

HART, S. L.; AHUJA, G. Does it pay to be green? An empirical examination of the relationship between emission reduction and firm performance. **Business strategy and the environment**, v. 5, n. 1, p. 30-37, 1996.

HERVANI, A. A; HELMS, M. M; SARKIS, J. Performance measurement for green supply chain management. **Benchmarking: an international journal**, v. 12, n. 4, p. 330-353, 2005.

JABBOUR, A. B. L. D. S; ARANTES, A. F; JABBOUR, C. J. C. Gestão ambiental em cadeias de suprimentos: perspectivas atuais e futuras de pesquisa. **Interciencia**, v. 38, n. 2, 2013.

JAYANT, A; AZHAR, M. Analysis of the barriers for implementing green supply chain management (GSCM) practices: an interpretive structural modeling (ISM) Approach. *Procedia Engineering*, v. 97, p. 2157-2166, 2014.

KANNAN, D; JABBOUR, A. B. L. D. S; JABBOUR, C. J. C. Selecting green suppliers based on GSCM practices: Using fuzzy TOPSIS applied to a Brazilian electronics company. **European Journal of Operational Research**, p. 432-447, 2014.

LIN, R. J. Using fuzzy DEMATEL to evaluate the green supply chain management practices. **Journal of Cleaner Production**, v. 40, p. 32-39, 2013.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MIN, H; KIM, I. Green supply chain research: past, present, and future. **Logistics Research**, v. 4, n. 1-2, p. 39-47, 2012.

SARKIS, J. A strategic decision framework for green supply chain management. **Journal of cleaner production**, v. 11, n. 4, p. 397-409, 2003.

SARKIS, J; ZHU, Q; LAI, K. An organizational theoretic review of green supply chain management literature. **International Journal of Production Economics**, v. 130, n. 1, p. 1-15, 2011.

SARQUIS, A. B. Green Supply Chain Management: uma análise da produção científica recente (2001-2012). **Production**, v. 25, n. 3, p. 465-481, 2015.

SEURING, S; MÜLER, M. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. **Journal of cleaner production**, v. 16, n. 15, p. 1699-1710, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I.T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Paraíba, v. 17, n. 1, p.1-14, jun. 2015.

SRIVASTAVA, S. K. Green supply chain management: a state of the art literature review. **International journal of management reviews**, v. 9, n. 1, p. 53-80, 2007.

TESTA, F; IRALDO, F. Shadows and lights of GSCM (Green Supply Chain Management): determinants and effects of these practices based on a multi-national study. **Journal of Cleaner Production**, v. 18, n. 10-11, p. 953-962, 2010.

TSENG, M. L; CHIU, A. SF. Evaluating firm's green supply chain management in linguistic preferences. **Journal of cleaner production**, v. 40, p. 22-31, 2013.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.

ZHU, Q; SARKIS, J. Relationships between operational practices and performance among early adopters of green supply chain management practices in Chinese manufacturing enterprises. *Journal of operations management*, v. 22, n. 3, p. 265-289, 2004

Área Temática: Redes e Arranjos Organizacionais

DESENVOLVIMENTO LOCAL E OS ARRANJOS PRODUTIVOS DA CASTANHA POTIGUAR

Iriane Teresa de Araújo ¹

Natália Queiroz da Silva Oliveira ²

Resumo

Este artigo versa que no arranjo produtivo da castanha de caju, são as organizações de agricultores familiares que propiciam o desenvolvimento local e que as políticas públicas são importantes neste contexto. Neste sentido, o presente artigo possui como objetivo geral realizar uma revisão de literatura buscando discutir os arranjos produtivos da castanha de caju potiguar na perspectiva do desenvolvimento local. Para tanto, o presente artigo utilizou como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica, tratando-se de uma pesquisa qualitativa e utilizando-se de fontes secundárias. A partir das discussões aqui apresentadas pode-se inferir que é por meio do fortalecimento das pequenas e micro empresas, em particular, os agricultores familiares ligados a produção de castanha, que surge uma sólida alternativa para o alcance do desenvolvimento local.

Palavras-chaves: Arranjos produtivos Locais; Desenvolvimento Local; Políticas Públicas.

¹Doutora em Administração - UNP (2020) - Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA (2013), especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Potiguar -Unp (2011), Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - (2009).

²Mestre em Administração – UECE (2014) - Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2010).

Abstract

This article shows that in the productive arrangement of cashew nuts, it is family farmers' organizations that foster local development and that public policies are important in this context. In this sense, the present article aims to carry out a literature review to discuss the productive arrangements of the cashew cashew nuts from the perspective of local development. For this, the present article will use as a methodological procedure a bibliographical revision, it is a qualitative search and using of secondary sources. From the discourse presented here it can be inferred that it is through the strengthening of small and micro enterprises, in particular, the family farmers involved in the production of nuts, that a solid alternative for the achievement of local development arises.

Key Words: Local productive arrangements; Local Development; Public policy.

1. Introdução

A criação do Polo de Desenvolvimento do Nordeste possibilitou a acessão econômica das atividades de fruticultura do nordeste. O Rio Grande do Norte entra neste contexto com a criação do Mossoró Agroindustrial S/A (MAISA) no município de Mossoró e, também, com o Distrito de Irrigação do Baixo Assú (DIBA), no município de Assú.

O processo de organização do setor de fruticultura, está ligado ao movimento dos mercados liberais adotado pela economia brasileira de forma mais intensa no início da década de 90. Esta abertura de mercados exigiu uma profunda adequação das cadeias produtivas às exigências internacionais, como processos de inovação tecnológica, em particular, a do caju. A competitividade brasileira e sua participação nos mercados

internacionais de castanhas de caju é limitada devido, principalmente, à oportunidade dos produtores de caju encontrar no mercado interno, clientes menos exigentes e, ainda devido os menores riscos.

O estado do Rio Grande do Norte em um passado recente, já ocupou a segunda posição no ranking da produção nacional de castanha de caju in natura. Neste período, o setor era considerado essencial para a economia do Rio Grande do Norte e, na época, a cadeia produtiva do caju chegou a empregar 150 mil trabalhadores/ano – direta e indiretamente, perdendo apenas para o estado do Ceará – disparado, até hoje, o maior produtor nacional.

Atualmente, o estado potiguar ocupa a 3ª posição – perdendo espaço para o Piauí. Até o ano de 2010, o movimento do setor da cajucultura era considerado de fundamental importância para a economia do Rio Grande do Norte. A produção e a comercialização da castanha de caju representavam uma das mais importantes atividades tradicionais no Estado, já que o setor oferecia grande potencial para a geração de renda, emprego e desenvolvimento tanto na propriedade rural quanto nas agroindústrias localizadas nas zonas urbanas.

A partir de 2012 deu-se início ao ciclo da seca que se estendeu até o presente momento. Com isso, os cajueiros antigos deixaram de ser produtivos, muitos foram dizimados, e o plantio de novas áreas, sobretudo com a variedade não precoce não aconteceu a contento. Por conta disso, a produção de castanha de caju dos últimos 5 (cinco) anos foi insignificante para o setor, gerando desemprego, o que foi se propagando a cada safra. Muitas unidades de beneficiamento foram fechadas, e algumas começaram a importar a matéria-prima (castanha de caju in natura) da África, enquanto a exportação entrava em declínio.

O presente cenário apresenta um grande dilema econômico para o Estado, o que afunila para necessidade de articulações dos elementos da cadeia e, por consequência do arranjo produtivo da castanha de caju, visando estabelecer a organização como instrumento percussor à sustentabilidade socioeconômica do setor.

Sabemos que é condição essencial para desenvolvimento, pressupõe a necessidade de que haja crescimento econômico, ou seja, aumento produtivo. Sendo esta atividade produtiva importante na conjuntura

econômica e social do Estado do Rio Grande do Norte, compreendendo que seu declínio, limita ainda mais a capacidade de desenvolvimento do Estado.

E com intuito de estudar essas organizações produtivas o presente artigo possui como objetivo realizar uma revisão de literatura buscando discutir os arranjos produtivos da castanha de caju potiguar na perspectiva do desenvolvimento local. Adota-se como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica, pautada nos principais temas que norteiam esta questão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e utiliza-se de dados e informações de fontes secundárias, tais como: sites oficiais, bases de pesquisa (*scopus*, *emerald* e *scielo*) entre outras. A pesquisa aqui proposta é válida na medida em que, permite uma discussão teórica com um corte transversal da castanha de caju nos arranjos produtivos locais na região potiguar.

2. Referencial Teórico

A Agricultura Familiar como alternativa de Desenvolvimento Local

As Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais vem acompanhando a agricultura familiar nas últimas décadas, onde atuam no auxílio de projetos relacionados à produção agrícola sustentável, com objetivo de fornecer subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar, gerando emprego e renda e de quebra contribuir para a preservação do meio ambiente (BENITEZ, GOLINSKI, 2007).

O potencial da agricultura familiar foi compreendido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura FAO e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, desde a década de 90, onde a administração da propriedade rural e a produção, deveria ser realizada pelas próprias famílias.

Desta forma, a organização de produção familiar prioriza a interação familiar aliada a melhorias no processo produtivo, por meio de assistência técnica e linhas de créditos visando fomentar a atividade. Para Abromavay (1998), ela deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento propiciando melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Assim, poderá ser utilizada

como fator social capaz de transformar o pensamento dos que observam o meio rural com desvalorização socioeconômica.

O fortalecimento da agricultura familiar requer políticas públicas que considerem as demandas locais e que forneçam insumos e orientações necessárias para que o pequeno agricultor possa desenvolver-se e atuar no mercado, de forma que o desenvolvimento sustentável seja à base de todo o processo (SILVA, 2006).

Dessa forma, as políticas públicas servem de base e fortalecimento para que a agricultura familiar possa se desenvolver, por isso a sua importância. Elas fornecem meios para que os pequenos agricultores sobrevivam na sua área agrícola, bem como também, lhes permite um posicionamento no mercado frente aos grandes produtores, através da comercialização dos seus produtos. Sendo um dos aspectos importantíssimos o incentivo às economias solidárias, com base no associativismo e cooperativismo.

Essas formas de organizações de economias solidárias são importantíssimas, pois auxiliam no processo de organização e planejamento da produção, assim como também, diminuem os efeitos dos intermediários comerciais e financeiros, já que juntos os pequenos agricultores ganham uma representatividade maior e conseguem barganhar preços melhores para seus produtos e, por consequência promovem o desenvolvimento local.

Mas são grandes as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, o poder público ao longo dos últimos anos tem criado alguns incentivos, a partir do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com vista a desenvolver a agricultura familiar no país, como uma alternativa de desenvolvimento para as famílias que residem no meio rural, gerando emprego e renda. Este surge especificamente de 1995 em detrimento a uma escassez de crédito aliada aos altos custos do crédito, emerge como resposta aos principais problemas apontados pelos agricultores familiares (GUANZIROLI, 2007).

O termo desenvolvimento econômico está ligado à geração de bem-estar social. Com este a economia adquire maior estabilidade e diversificação. O elo entre progresso tecnológico e formação de capital se tornam fatores endógenos. Mas o desenvolvimento local subordina a conciliação das políticas públicas, que estimulem o crescimento, com os objetivos locais.

A organização da sociedade local pode transformar o crescimento advindo dos desígnios centrais em efeitos positivos, ou melhor, em desenvolvimento para a região. A região é um ator social, elemento vivo, do processo de planejamento. Cabe ao Estado estabelecer as regras do jogo e a região é a parte negociadora, que deve se inserir nos mecanismos de decisão para fazer acordos, transações, dirimir conflitos e, por fim, deve ter capacidade de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social (BOISIER, 1989).

A solução dos problemas regionais e, por conseguinte, a melhoria da qualidade de vida, demandam o fortalecimento da sociedade e das instituições locais, pois são estas que transformarão o impulso externo de crescimento em desenvolvimento. Portanto, é neste contexto, que as políticas públicas se tornam fundamentais no processo de elaboração e execução desse modelo de desenvolvimento regional, que tem como principal finalidade a geração de bem-estar social aliado a um crescimento econômico nas regiões.

Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Compreendê-las implica um exame atento acerca dos fundamentos teóricos que orientam sua elaboração e execução. Fatores como concepção política e ideológica, estrutura de Estado e o modelo de desenvolvimento exercem grande influência sobre as políticas públicas, chegando a definir, em determinadas circunstâncias, tanto o seu caráter como o seu conteúdo. Podem, inclusive, ser universais quando envolvem toda a sociedade ou sua parcela, ou podem ser voltadas para atender segmentos em condições especiais.

As políticas públicas são muito importantes para o desenvolvimento regional, pois favorece o bem-estar da sociedade. Para isso, se torna essencial que se compreenda a sistematização da formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, principalmente, com a participação das articulações dos

atores sociais e dos atores gestores delas. As verbas precisam ser direcionadas para viabilizar os recursos que sustentam os projetos sociais, econômicos, institucionais e ambientais (NUNES, 2012).

Ao tratar especificamente de políticas públicas para a promoção de APLs, estas tendem a atuar diretamente nas questões que envolvem o aumento de capacidade inovativa. Porém, para isso acontecer, é necessário aumentar o grau de articulação entre os atores, promovendo uma maior aproximação entre empresas e o arcabouço institucional, especialmente os centros tecnológicos e de capacitação gerencial que devem ter como objetivo possibilitar uma maior agregação de valor aos produtos (CASSIOLATO; MACHADO; PALHANO, 2002).

Já de acordo com Lastres, Arroio e Lemos (2003), as políticas públicas tem como objetivo principal na promoção das APLs amparar a geração, difusão e junção de conhecimentos que estimulem o crescimento e a sustentabilidade das pequenas empresas, sejam elas atividades tradicionais ou não.

A Cadeia Produtiva: O arranjo produtivo Local do caju

Originária do Brasil especificamente do litoral nordestino, o cajueiro (*Anacardium occidentale, L.*), é uma planta xerófila e rústica, típico de clima tropical. Seu fruto denominado caju, apresenta grande potencial nutricional (vitamina C) e econômico devido à qualidade de sua castanha (RODRIGUES A. et al, 2012). Esta destaca-se no cenário agrícola, em face à diversidade de seus produtos e derivados, da geração de trabalho ao longo de sua cadeia produtiva.

Entende-se por cadeia produtiva a sucessão de operações de transformações, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico, existindo um complemento dado por um conjunto de relações comerciais e financeiras entre produtores, fornecedores e clientes (BATALLA, 1997).

Ao tratar particularmente a cadeia produtiva do caju, envolve-se atividades relativas à produção, a industrialização, o comércio local e/ou a exportação de produtos originados do fruto e pseudofruto do cajueiro

(amêndoa da castanha, óleos vegetais, doces e sucos). A cadeia retrata um sistema que abrange desde a colheita do caju, da castanha, passando pelo beneficiamento, até chegar ao consumidor.

A cadeia produtiva do caju tem expressiva importância econômica e social para a região nordeste do Brasil, pois segundo dados do IBGE (2006) esta cultura ocupa uma área de 710 mil hectares, representando 99,5% da área com caju do Brasil. O cajueiro é uma árvore frutífera muito adaptada ao clima e o tipo de solo das regiões norte e nordeste do Brasil, e considerada como cultura perene que apresenta a melhor condição de sustentabilidade no semiárido nordestino. A amêndoa da castanha do caju é o produto comercial de maior importância na cadeia produtiva, inicialmente tinha sua produção e comercialização voltada em grande parcela para o setor externo, onde chegou a exportar cerca de 90% da produção nacional.

Os Arranjos produtivos locais (APLs) em si, consistem em aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto próprio de atividades econômicas e que mostram vínculos e interdependência (DIAS, 2011). Alguns autores referem-se corroboram com essa ideia a definirem como sendo aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados num mesmo território, que apresentam vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem voltadas à introdução de novos produtos e processos. Um sistema produtivo local agrega as empresas do segmento produtivo (produtoras de insumos e equipamentos, de bens e serviços finais), de distribuição e as suas diversas formas de representação e associação; as instituições públicas e privadas (CASSIOLATO E SZAPIRO, 2002; VARGAS, 2002).

Os conceitos apresentados expressam que os APLs abrangem toda a cadeia produtiva e o ambiente institucional que permeia a sua atuação e/ou enseja-lhe o suporte necessário ao seu funcionamento, ou seja, os ambientes organizacional e institucional associados a um determinado segmento produtivo. O estudo de arranjos produtivos locais implica a identificação da sua estrutura/configuração, forma de governança e estratégias de inserção no mercado.

A governança em arranjos produtivos locais refere-se a diferentes modos de coordenação entre agentes e atividades, estas últimas abrangendo da produção até a distribuição de bens e serviços, bem como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e inovações. A identificação da governança atuante no

aglomerado possibilita a análise da influência dos agentes locais e externos na coordenação dos sistemas de produção e distribuição, e na trajetória de desenvolvimento da capacitação produtiva e da capacidade inovativa das empresas.

As relações de poder ocorrentes ao longo das cadeias de produção e distribuição de mercadorias podem ser governadas/coordenadas pelo mercado (mecanismos de preços), estruturas intermediárias de coordenação ou por fortes hierarquias impostas por agentes participantes do processo. Sob estruturas híbridas (intermediárias) de coordenação, verifica-se a substituição dos mecanismos de preço e hierarquias por interações mais frequentes dos agentes envolvidos que favorecem o estabelecimento de colaboração e cooperação entre as empresas e tendem a intensificar o aprendizado e a inovação.

Esta discussão torna-se ainda mais importante na medida em que se começa a discutir no Brasil a abordagem de desenvolvimento territorial. O primeiro grande passo ocorreu a partir de 2003, onde foram criadas e intensificadas a definição dos territórios rurais, onde o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), mapeou e criou os territórios rurais de identidade. Desta forma, o território passa a possuir um caráter dinâmico constituído de atores e do Estado nos níveis e instâncias locais e regionais. O recorte da política territorial no Rio Grande do Norte culminou com a criação de 10 territórios de identidade.

A política territorial vem buscando uma articulação com outras políticas públicas no sentido de estimular processos de desenvolvimento rural a partir da associação entre a agricultura familiar e a economia solidária. Neste sentido, torna-se uma ferramenta importante do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais.

3. Considerações Finais

O presente artigo buscou realizar uma revisão de literatura com foco em discutir os arranjos produtivos da castanha de caju potiguar na perspectiva do desenvolvimento local. As discussões teóricas aqui

apresentadas, direcionam para importância do fortalecimento das pequenas e micro empresas em particular os agricultores familiares ligados a produção de castanha, pois se consolida como uma sólida alternativa para o alcance do desenvolvimento local. Mas, também mostram a importância das políticas públicas nesse contexto, pois parte desta realizar incentivos para o setor de cajucultura tão afetado por estiagens e omissão do Estado.

Referências

ALBERS, S. Configurations of alliance governance systems. Schumalenbach Business Review, n. 62, p. 204-233, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023, informação e documentação: referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BATALHA, M.O (Coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI – Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo: Atlas, 1999.

BENITEZ, R. M; GOLINSKI I. A Agricultura Orgânica Como Estratégia Alternativa em Busca da Sustentabilidade – Uma Análise Estatística Da Organização Atual. Revista de Administração e Inovação, Vol. 4. 2007.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Aglomerações geográficas e sistemas produtivos e de inovação. Promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/REDESIST, 2002.

CASSIOLATO, J.; MACHADO, M.; PALHANO, A.. A institucionalização das políticas de MPME: uma análise internacional. Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos no Brasil. Brasília. SEBRAE: FINEP: CNPq, p. 17-61, 2002.

DIAS, C. N. Arranjos produtivos locais (APLs) como estratégia de desenvolvimento. Desenvolvimento em Questão, v. 9, n. 17, p. 93-122, 2011.

FAOSTAT. <<http://faostat.fao.org/>> Acesso em 22 de Setembro de 2016.

FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Tradução Joice Elisas Costa. 3ª Ed. Artmed, Porto alegre, 2009.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 20 de Outubro de 2016.

INKPEN, Andrew C. A note on the dynamics of learning alliances: competition, cooperation, and relative scope. Strategic Management Journal, v. 21, n. 7, p. 775-779, 2000.

LASTRES, H.M.M., et al. (1999); Globalização e Inovação Localizada. In: CASSIOLATO, J.E., LASTRES, H.M.M., (Editores). Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT. 135p.

Ministério do desenvolvimento Agrário. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Disponível em: <www.faper.org.br/index.php?option=com_docman&task...5..>. Acesso em 20 de março de 2017.

NORTH, D. C. Institutions, institutional change and economic performance. New York: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, E. M; SCHNEIDER, S. Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Pólo Assu/Mossoró (RN). Revista Econômica do Nordeste, v. 43, p. 561-584, 2012.

RAY, SUBHASH C. Data Envelopment Analysis: theory and techniques for economics and operations research. Cambridge university press, 2004.

SEBRAE/RN. Agenda do desenvolvimento: cajucultura potiguar: Apodi/RN, 2015.

RODRIGUES, A. M. D. et al. Qualidade microbiológica de castanhas de caju (*Anacardium occidentale*, L.) industrializadas e processadas artesanalmente. Revista do Instituto Adolfo Lutz (Impresso), v. 71, n. 2, p. 415-419, 2012.

SCOTT, W. R. Institutions and organizations: ideas and interests. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008.

SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, UNB, Brasília. 2006.

SINDICAJU (Sindicato das Indústrias de Beneficiamento de Castanha de Caju e Amêndoa Vegetais do Estado do Ceará). Disponível em: <<http://sindicaju.org.br/perfil-do-setor/>> Acesso em 20 de Outubro de 2016.

VARGAS, M. A. Proximidade Territorial, Aprendizado e Inovação: Um Estudo Sobre a Dimensão Local dos Processos de Capacitação Inovativa em Arranjos e Sistemas Produtivos no Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (tese de doutorado). 2002.

Área Temática: Responsabilidade social

RESPONSABILIDADE SOCIAL: CONCEITOS, MODELOS E CRÍTICAS

Arrilton Carlos de Brito Filho¹

Elisabete Stradiotto Siqueira²

Rosa Adeyse Silva³

Valdemar Siqueira Filho⁴

Lucas Andrade de Morais⁵

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar o construto da Responsabilidade Social Empresarial e suas perspectivas conceituais. O trabalho traz uma discussão sobre os conceitos muitas vezes divergentes acerca da

1 Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido e Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, é coordenador do curso de Administração da Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA). Email: arrilton.carlos@hotmail.com

2 Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP, Professora Associada da UFRSA. Email: betebop@ufersa.edu.br

3 Bacharel em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA. Mestre em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. Docente Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA) . Email: rosaadeyse@hotmail.com

4 Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, Professor Associado da UFRSA. Email: dema@ufersa.edu.br

5 Doutorando em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFRSA). Email: lucasmorais7@gmail.com

responsabilidade social, os modelos teóricos, e as críticas a este conceito. Trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa. A seleção da bibliografia foi realizada por meio de pesquisa em artigos de revistas que tratam sobre a temática. Ao final é feita uma síntese das principais correntes teóricas, evidenciando semelhanças e distanciamentos, e apontando quais perspectivas são consideradas mais adequadas na visão dos autores. O estudo revela a dificuldade na materialização de princípios de responsabilidade social no processo de gestão considerando as relações de poder entre os stakeholders.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e as inovações tecnológicas ocupam lugares contraditórios ao longo da história da humanidade, de um lado, possibilitou melhoria na vida do homem, no entanto, por outro, em decorrência das heranças residuais, tem representado ameaças por meio de desequilíbrios ambientais, concentração de renda, concorrência global em grande parte desleal, entre outras distorções (GAVIÃO et al., 2009).

O aumento gradativo da complexidade dos negócios, estimulado pelo processo de globalização, rapidez das inovações tecnológicas e da informação, impõe as organizações um novo modo de realizar suas transações. Assim, as crescentes disparidades e desigualdades de nossa sociedade nos obrigam a repensar o desenvolvimento econômico, social e ambiental (ASHLEY, 2004).

A dimensão nociva da atuação das organizações produtivas, em certa medida, é decorrência da racionalidade instrumental aplicada ao gerenciamento, que de acordo com Serva (1997) busca o sucesso desprendido da ética, apenas pautado pelo cálculo utilitário e no êxito econômico. De acordo com o autor em oposição a essa racionalidade, Guerreiro Ramos propõe a racionalidade substantiva que tem a ética como guia da vida social. Essa racionalidade possibilita aos indivíduos a busca pela autorrealização e satisfação social, por meio do debate racional e do julgamento ético valorativo das ações.

É neste contexto de contradições produzidas pelo sistema econômico e social que se constrói o conceito de responsabilidade social. Segundo Panwar et al. (2006) o papel dos negócios e o modo como ele é percebido pela sociedade sofreu diversas transformações ao longo da história da humanidade. O movimento da responsabilidade social é uma tentativa de restabelecer uma tradição de dois milênios atrás, quando os negócios estavam estritamente ligados à comunidade. No entanto esses laços começaram a ser rompidos no período medieval, quando a sociedade atribui ao mercador à imagem de explorador. Contudo, é com a Revolução Industrial, cujo foco principal está na maximização do lucro, em detrimento das questões sociais, que a distância entre os negócios e a sociedade é finalmente selada como antagônicos.

Para reduzir o impacto desta situação, teóricos e empresários passam a discutir uma possibilidade de minimizar as contradições entre organizações e sociedade. A consciência dos impactos causados pelos negócios e sua interação com as questões sociais e ambientais tem surgido juntamente com o crescimento da pressão exercida pela sociedade. Esta evolução dos negócios e da preocupação social levou às empresas a gradualmente reabracarem sua orientação social e assumir uma maior responsabilidade e consideração com bem-estar social e ambiental. Assim, ao perseguir investimentos éticos, indivíduos e organizações procuram empresas com uma reputação positiva, evitando negócios ligados a práticas prejudiciais ao ambiente e as relações de trabalho (PANWAR et al., 2006). Destarte, Srour (2000) sugere que a adoção de uma postura socialmente responsável tem muito a ver com a busca pela sobrevivência das organizações, podendo se limitar a um diferencial competitivo.

Nesse contexto o objetivo desse texto é resgatar os conceitos de responsabilidade social, evidenciar os diferentes modelos teóricos e apresentar as críticas a este campo teórico.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Conceito de RSE

No que concerne à conceituação de Responsabilidade Social, não existe um consenso dos estudos da área sobre a definição mais adequada. Contudo, verifica-se uma convergência em torno da crença de que o bem-estar coletivo deve perpassar o alcance dos objetivos organizacionais inclusive os empresariais, como o lucro (LIMA et al., 2011).

Kreitlon (2004) sugere que existe um consenso mínimo sobre as condições a que uma empresa deve atender para que seja considerada socialmente responsável, identificando três características básicas que a sua conduta deve demonstrar: a) reconhecer os danos gerados por suas ações sobre a comunidade na qual está localizada; b) gerir os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas transações, no nível local e global; c) viabilizar esses propósitos por meio do diálogo constante com seus *stakeholders*, por meio de parcerias com outros grupos e organizações.

Reforçando essa ideia de Responsabilidade Social enquanto engajamento das empresas com as demandas da sociedade, Ashley (2004, pag. 6) sugere que, “responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Para Duarte e Torres (2005) a RSE implica uma atuação estratégica da empresa, traçando metas para atender necessidades sociais, de forma a garantir o lucro, a satisfação do cliente e o bem-estar social.

Já para Ribeiro (2005) a responsabilidade social deve ser entendida não apenas como ações sociais do empresariado, mas como uma estratégia de gestão empresarial, em toda sua complexidade, considerando o impacto social e ambiental das duas atividades e levando em consideração acionistas, governos, sociedade, trabalhadores, fornecedores e meio ambiente. Seguindo esse raciocínio Andrade, Gosling e Xavier (2010) indicam que a responsabilidade social surge na maioria das oportunidades em função de uma pressão externa a empresa e não por uma questão de princípio ético ou altruísta dos gestores.

Porter e Kramer (2002) acreditam que as organizações podem se beneficiar fortemente com a melhoria das condições do ambiente, alcançando um resultado que fortaleça sua competitividade. Assim, as empresas devem se envolver em ações de RSE, na medida em que estas respondam aos interesses do negócio, traduzidas efetivamente em ganhos econômicos.

Melo Neto e Froes (2001) tem a preocupação de conceituar responsabilidade social distinguindo-a de filantropia.

A diferenciação entre responsabilidade social e filantropia de acordo com Melo Neto e Froes pode ser resumida conforme a tabela 1.

Quadro 01 – As diferenças entre a filantropia e a responsabilidade social.

FILANTROPIA	RESPONSABILIDADE SOCIAL
Ação Individual e voluntaria	Ação coletiva
Fomento da caridade	Fomento da cidadania
Base assistencialista	Base estratégica
Restrita a empresários filantrópicos e abnegados	Extensiva a todos
Prescinde de gerenciamento	Demanda gerenciamento
Decisão individual	Decisão consensual

Fonte: Melo Neto e Froes (2001)

Carroll (1991), por sua vez, considera que a filantropia é uma das dimensões da responsabilidade social, embora não se limite a ela. Nesse contexto as responsabilidades sociais das empresas podem ser divididas em

quatro expectativas que a sociedade tem para com as organizações. Sendo estas as: econômicas, legais, éticas e discricionárias, está última incluindo a dimensão filantrópica.

No entanto, as divergências em relação à responsabilidade social não se resumem ao seu conceito (ASHLEY, 2004). A corrente de pensadores neoliberais, dentre os quais o maior expoente é Milton Friedman, questiona a viabilidade da aplicação de recursos da organização para o desenvolvimento de ações sociais, defendendo que a organização é socialmente responsável quando atinge lucros crescentes e remunera bem seus acionistas.

Para Barbieri e Cajazeiras (2009), os argumentos de Friedman convergem no sentido de que se a empresa está gerando lucro dentro da lei é porque produz bem ou serviço importante para a sociedade, remunerando os fatores de produção (capital e trabalho), consequentemente proporcionando renda para trabalhadores e impostos para o governo que deve aplicá-los para resolução dos problemas sociais. Deste modo qualquer aplicação de recursos da empresa que não tenha o objetivo de gerar lucros para os acionistas seria um desvio de sua função principal.

2.2 Crítica a RSE

Jones (1996) defende que a responsabilidade social não deve ser entendida como uma ideologia de negação do capital, e sim de legitimação. E aponta que o conceito não é viável em termos teóricos, empíricos e normativos, em decorrência do capitalismo estar pautado pela racionalidade econômica e instrumental. O que frequentemente é denominado de comportamento socialmente responsável trata-se na verdade de um investimento estratégico do negócio ou uma prática de relações públicas eficaz. A fusão da responsabilidade social com o comportamento comercial instrumental não acrescenta em nada à compreensão da interface entre negócios e sociedade. Ao contrário, ofusca algumas realidades estruturais fundamentais e, portanto, constitui uma ideologia distorcida.

É evidente que a responsabilidade social legitima o status quo da sociedade, perpetuando uma imagem essencialmente funcionalista-pluralista de comportamento empresarial. Esse modelo de interface negócios-sociedade é empiricamente incorreto e ideologicamente carregado no interesse das elites tecnocráticas que

dominam as principais instituições da sociedade. Para uma empresa ou um gerente, uma ação socialmente responsável é antes de tudo uma decisão econômica, que envolve a alocação de recursos escassos. Esta realidade é obscurecida por abordagens que desarticular as questões relacionadas com a responsabilidade social e as operações de empresas de negócios a partir de sua inserção na economia política capitalista (JONES, 1996).

Outros autores também divergem, em relação aos reais benefícios da responsabilidade social. Schroeder e Schroeder (2004) argumentam que a delimitação social das empresas, por meio da cobrança de ações de responsabilidade social tem a capacidade de alertar a sociedade das práticas empresariais muitas vezes injustas. Contudo, surge a preocupação de que as empresas empreguem suas ações de cunho social para aumentar seu poder, tanto na dimensão interna, quanto da dimensão externa da empresa. Assim, podendo a empresa tornar-se definitivamente o principal ator social. Como provedora do bem comum, a empresa poderá tornar-se uma ou a própria 'Grande Senhora' da sociedade, estabelecendo as normas de conduta e ética.

Deste modo, ao invés da responsabilidade social corporativa limitar o poder das organizações, poderia atuar de forma contrária, ampliando-o, tornando-se mais um meio da empresa justificar certas situações ou até mesmo imposições aos seus empregados e a sociedade como um todo. Podendo fazer com que a comunidade passe a ser flexível com os abusos praticados por empresas que financiam grandes projetos sociais (SCHROEDER; SCHROEDER, 2004).

Ainda no campo das contradições do conceito Soares (2004) alerta que as organizações se dispõem a assumir uma postura socialmente responsável em relação às injustiças sociais e a destruição do meio ambiente, no entanto, pesquisas têm demonstrado que a leitura e interpretação atenta dos discursos organizacionais evidenciam contradições entre o que os membros das empresas assumem como sendo ética, moral e democrática e o que na prática é feito.

O discurso explicitado, através do qual são divulgadas as informações a respeito da responsabilidade social que se pretende que sejam do conhecimento dos trabalhadores e do grande público, normalmente composto da massa de consumidores das empresas patrocinadoras das ações sociais; o

discurso pronunciado reservadamente, que contempla as informações que, embora públicas, não são divulgadas no âmbito da população em geral e se encontra preponderantemente em trabalhos acadêmicos e livros especializados; e o discurso não-dito, revelado a partir de uma análise crítica dos discursos explicitado e pronunciado reservadamente (SOARES, 2004, p.8)

Desta forma, as pesquisas dessa temática precisam estar atentas ao que é anunciado no discurso e aquilo que de fato ocorre do ponto de vista da minimização dos impactos negativos produzidos pela ação organizacional.

2.3 Modelos de RSE

Para Carroll (1991) a Responsabilidade Social Corporativa é formada por quatro categorias ou componentes: econômica, legal, ética e filantrópica. Que são ilustradas através da “Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa” conforme figura 1.

Figura 01 – Pirâmide da Responsabilidade Social Corporativa.



Fonte: Carroll (1991)

A responsabilidade econômica é primordial, por ser a razão da existência da empresa. O papel dessas organizações é produzir bens e serviços que os consumidores necessitam, assim como gerar riqueza e dividendos para seus acionistas. Todas as outras responsabilidades dos negócios se baseiam sobre a dimensão econômica, tendo em vista que sem elas as demais não existiriam (CARROLL, 1991).

A responsabilidade legal está pautada no que Carroll (1991) denomina de contrato social entre empresas e sociedade, onde as empresas devem perseguir a missão econômica no âmbito da lei. Para o autor a responsabilidade legal contempla uma visão de ética codificada no sentido de que engloba noções básicas das operações legais, conforme definido pelos legisladores. Essa responsabilidade trata-se do segundo nível da pirâmide.

Apesar das responsabilidades econômicas e legais incorporarem procedimentos éticos na sua essência, a dimensão ética engloba as atividades e ações que, embora não sejam codificadas em lei, são esperadas ou proibidas pelos membros da sociedade. Elas incorporam os padrões, normas e ou expectativas que refletem o interesse dos consumidores, funcionários, acionistas e comunidade, e que são considerados como apropriado, justo, ou em acordo com o respeito e proteção dos direitos morais do grupo. Embora seja descrita como a camada seguinte da pirâmide de RSE, ela mantém uma relação dinâmica com a responsabilidade legal, onde ela está continuamente empurrando a categoria responsabilidade legal para alargar-se, colocando uma expectativa cada vez maior sobre os empresários para operarem em níveis acima do exigido por lei (CARROL, 1991).

Por fim, a Responsabilidade Filantrópica envolve as ações empresariais que são demandadas pela sociedade, como o incentivo a educação e as artes, representando um engajamento voluntário da organização com a resolução dos problemas da comunidade (CARROL, 1991). O autor destaca que existe uma característica distintiva entre responsabilidades filantrópicas e éticas, tendo em vista que a primeira não é esperada em um sentido ético ou moral:

As comunidades desejam empresas que contribuam com seu dinheiro, instalações e tempo de seus empregados para programas ou propósitos humanitários, mas não as relacionam como antiéticas se elas não proporcional o nível desejável. Portanto, a filantropia é mais discreta e voluntária nos negócios. Mesmo assim, há sempre uma expectativa social de que as empresas realizem estas ações (CARROLL, 1991, p. 42).

O simples fato de uma empresa desenvolver ações sociais em uma comunidade não a torna socialmente responsável, visto que a responsabilidade social corporativa engloba as responsabilidades filantropias, mas não se limita a elas. Sendo a filantropia altamente desejada e valorizada, no entanto, com importância menor do que as outras três categorias de responsabilidade social (CARROLL, 1991).

Carroll (1991, p. 43) resume seu modelo de RSE afirmando que “a responsabilidade social da empresa acarreta o cumprimento simultâneo das realidades social, econômica, filantrópica”. Portanto, a empresa socialmente responsável deve ser lucrativa, obedecer à lei, ser ética e ser um bom cidadão corporativo.

Diante de alguns questionamentos teóricos e práticas ao modelo piramidal, Schwartz e Carroll (2003) reconheceram as incoerências do modelo entre elas: o uso de uma pirâmide para descrever as relações entre os quatro componentes do modelo; o papel da filantropia como um componente separado no modelo; e o desenvolvimento teórico incompleto dos domínios econômicos, legais, e éticos, propondo o modelo dos três domínios da Responsabilidade Social com objetivo de equacionar essas distorções.

O uso de um quadro piramidal para representar os domínios da RSE pode gerar confusão e aplicações inadequadas. Em primeiro lugar, para alguns, a pirâmide poderá sugerir uma hierarquia de domínios da RSE, podendo levar a interpretação de que a responsabilidade filantrópica, no topo da pirâmide, é mais importante ou valorizada do que o domínio econômico, que fica na base. Em segundo lugar, um quadro piramidal não é capaz de capturar totalmente a natureza da sobreposição dos domínios, assim como seus pontos de tensão, no entanto essa desvantagem já era reconhecida por Carroll (SCHWARTZ; CARROLL, 2003).

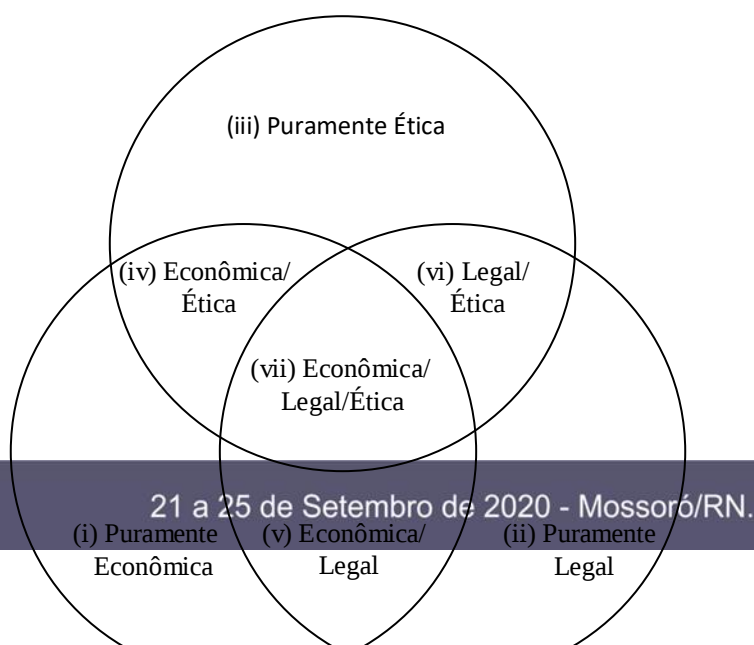
Além da possível confusão inerente a utilização de uma pirâmide, o uso da categoria filantrópica/discrecional pode suscitar dúvidas, em decorrência de sua natureza voluntária, visto que não é um dever da empresa, mas

algo desejável. As razões centrais para esses questionamentos ocorrem pela dificuldade de se diferenciar atividades filantrópicas de atividades éticas, em nível teórico ou prático, e porque as atividades filantrópicas podem simplesmente basear-se em interesses econômicos. Portanto o novo modelo sugere que a categoria filantrópica, seja incorporada pelas responsabilidades éticas e/ou econômicas (SCHWARTZ; CARROLL, 2003).

Outro problema com o modelo, segundo Schwartz e Carroll (2003), é a discussão incompleta e a ausência de critérios para avaliação das atividades empresariais ou ligação com algumas categorias, em particular os domínios legais e éticos. Tal discussão superficial limita a fundamentação teórica que é necessária para utilizar o modelo em certos tipos de estudo empírico e para fins de ensino.

O modelo dos três domínios da Responsabilidade Social Corporativa proposto por Schwartz e Carroll (2003) é formado por três áreas de responsabilidade: econômica, legal e ética. Em geral, essas categorias são definidas de modo similar com o modelo da pirâmide de Carroll, com a ressalva de que a categoria filantrópica é incorporada pelos domínios éticos e / ou econômicos, refletindo as possíveis motivações diferentes para atividades filantrópicas. O modelo é apresentado por meio do diagrama de Veen, sugerindo que nenhum dos três domínios (ou seja, econômico, legal ou ético) é mais importante ou significativo em relação aos outros.

Figura 02 – Modelo dos três domínios da Responsabilidade Social Corporativa



Fonte: Schwartz e Carroll (2003)

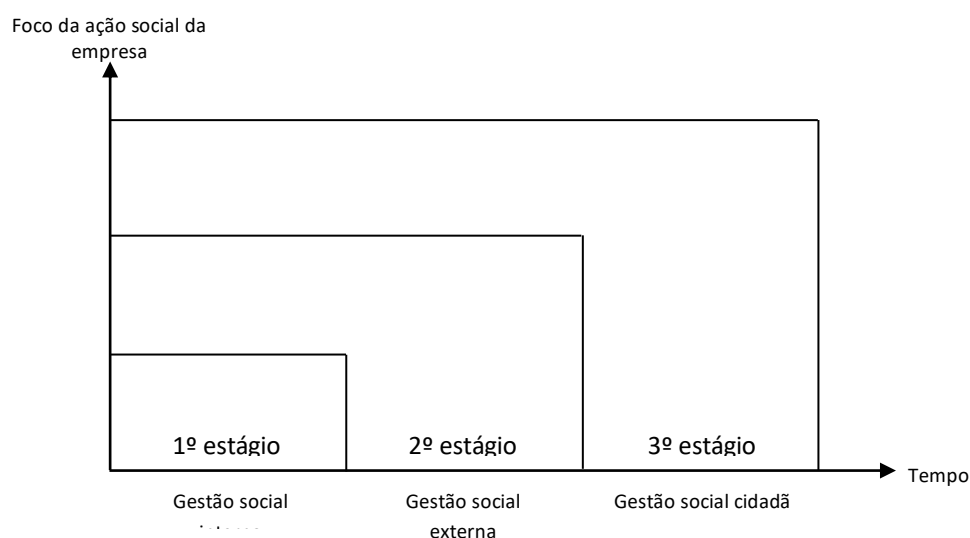
Para efeitos do modelo dos três domínios, o campo econômico, de acordo com Schwartz e Carroll (2003) compreende as atividades que se destinam a produzir impactos econômicos positivos, direto ou indireto, sobre a empresa, visando à maximização do lucro. O domínio legal aborda as ações em conformidade com as expectativas de natureza legal. A dimensão ética refere-se às responsabilidades éticas que são esperadas do negócio pela população em geral e seus *stakeholders*, envolvendo imperativos éticos nacionais e globais.

Um dos principais destaques da abordagem dos três domínios é a representação de domínios da responsabilidade econômica, legal, ética em um diagrama de Venn, que destaca a sobreposição dos domínios

e a criação resultante de sete categorias em que a RSE pode ser conceituada, analisadas e ilustradas. A sobreposição ideal reside no centro do modelo em que as responsabilidades econômicas, legais e éticas são cumpridas simultaneamente, mas outros segmentos puros e sobrepostos do modelo criam situações que também devem ser explorados e ilustrados, porque eles representam situações em que gestores podem enfrentar no mundo dos negócios. O modelo dos três domínios é especialmente útil para as análises que incidem sobre as forças que entram em jogo no processo de tomada de decisão ética em oposição às discussões mais gerais da RSE, em que a filantropia pode assumir um papel mais proeminente (SCHWARTZ; CARROLL, 2003).

Melo Neto e Froes (2001) propõem três estágios do exercício da responsabilidade social, argumentando que essas ações não são um resultado, uma condição inerte, atribuída a empresas, mas sim um processo dinâmico, a ser traçado com vigilância permanente, de forma inovadora e dotado de mecanismos renovadores e de sustentabilidade, conforme a figura 03.

Figura 03 – Estágios da Responsabilidade Social



Fonte: Melo Neto e Froes (2001)

No 1º estágio do processo de responsabilidade social, o foco é restrito às questões internas da organização, como saúde, segurança e qualidade no ambiente de trabalho, tanto dos funcionários como de seus familiares (MELO NETO; FROES, 2001).

No 2º estágio, o escopo amplia-se externamente, e as ações sociais da empresa voltam-se para a sociedade e para a comunidade. Ganham maior amplitude em termos de foco, pois absorvem ações de preservação do meio ambiente e ações com impacto socioeconômico, cultural e político no âmbito da sociedade e da comunidade local.

Já no 3º estágio, o foco e o escopo são ampliados, e a organização torna-se uma cidadã corporativa. A empresa desenvolve ações sociais que vão além da comunidade local, estendendo-se a sociedade como um todo. Com projetos formatados nesse patamar, as empresas fomentam o desenvolvimento social local e regional, alavancando a economia através de incentivo à geração de empregos e negócios. Assumindo a responsabilidade de gerenciar programas de voluntariado e de estabelecer parcerias com escolas públicas, hospitais, postos de saúde, centros recreativos e esportivos, órgãos estatais, promovendo novos valores éticos, sociais, culturais e políticos difundindo-os em toda a sociedade.

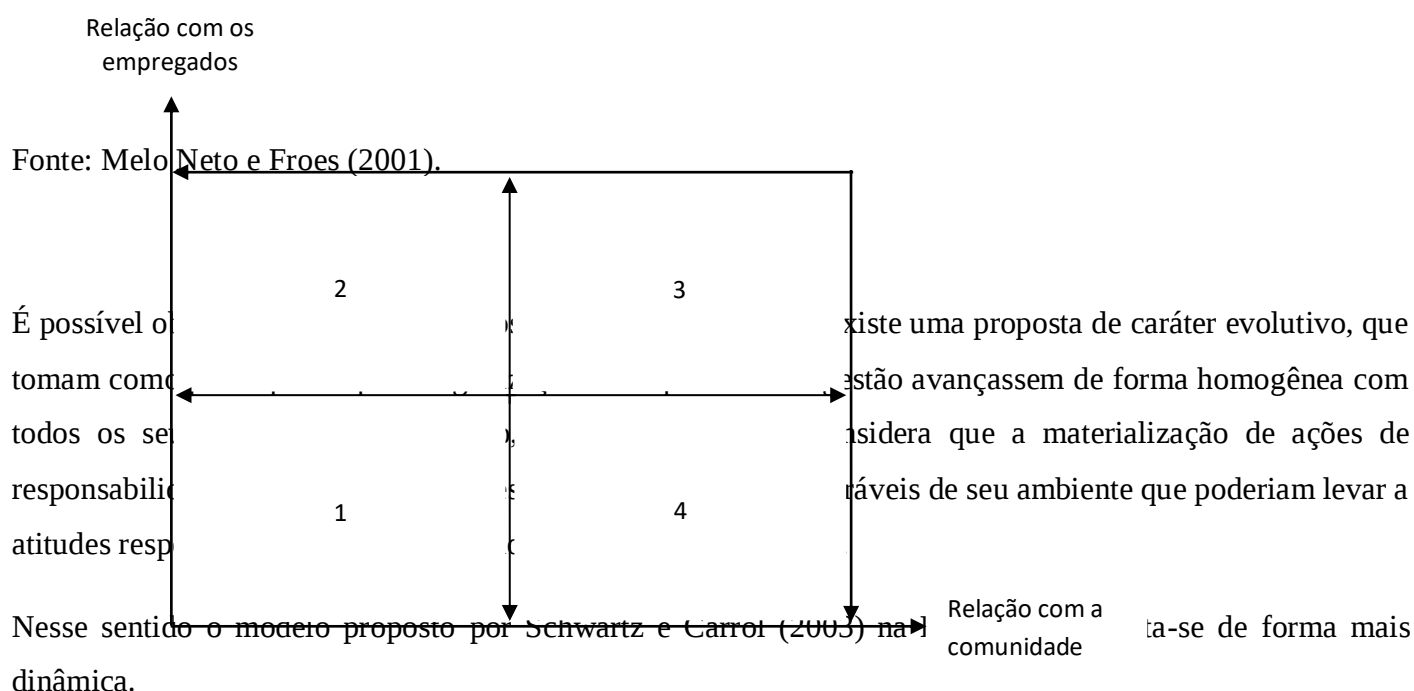
Definidos os focos estratégicos (responsabilidade social interna e externa), Melo Neto e Froes (2001) sugerem a adoção das estratégias sociais de busca da responsabilidade social. Os autores propõem quatro situações, envolvendo graus baixo e alto de responsabilidade social interna e externa.

No quadrante 1 encontram-se as empresas que ignoram as demandas sociais internas e externas, e não atentam para a relação com os funcionários, seus dependentes e a comunidade. No quadrante 2 situam-se as organizações que privilegiam a relação com seus empregados, por meio de benefícios diversos e através da prática de uma gestão participativa, motivadora e inovadora, e pela existência de relações precárias com a comunidade. Portanto, as empresas que se encontram nesse estágio, seus acionistas e gerentes priorizam a responsabilidade social interna em detrimento da responsabilidade social externa.

No quadrante 3 localizam-se as empresas que mantêm laços fortes, consistentes e duradouras com a comunidade e seus empregados e dependentes, exercendo assim uma responsabilidade plena. Essas organizações desenvolvem atividades que fomentam a cidadania empresarial individual de seus colaboradores e dependentes, da cidadania empresarial corporativa através do engajamento em campanhas sociais e projetos sociais de relevância para comunidade.

Por último, no quadrante 4 estão as organizações que priorizam as relações com a comunidade em detrimento do vínculo com seus funcionários e dependentes. São as empresas praticantes do marketing social, investindo em projetos e ações sociais como estratégia de vantagem competitiva e melhoria de sua imagem. Essas empresas quase sempre negligenciam as ações de *endomarketing*. Não incentivam o envolvimento dos funcionários no desenvolvimento das ações sociais por elas encampadas.

Figura 4: Quadrantes de atuação da empresa (responsabilidade social interna e externa).



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade social ainda é um construto controverso pois assumir uma postura dessa natureza não é uma decisão que pode ser implementada de forma isolada, pois como visto nas discussões apresentadas elas envolvem custos adicionais e um contexto ambiental favorável na percepção de seus *stakeholders*.

Por outro lado, tal perspectiva gerencial também pode estar relacionada a uma projeção de imagem sem necessariamente se colocar de forma sistêmica em toda organização, ou seja, podemos considerar uma organização responsável quando suas apenas uma das dimensões são contempladas?

Em uma sociedade que tolera os níveis de desigualdade social, com extrema concentração das riquezas, com grupos empresariais mais poderosos do que qualquer nação, os destinos da discussão da responsabilidade social são pouco promissores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. A. M.; GOSLING, M.; XAVIER, W. S. Por trás do discurso socialmente responsável da siderurgia mineira. **Produção**, v. 20, n. 3, p. 418-428, jul./set. 2010.
- ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRAS, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARROLL, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational *stakeholders*. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, pag. 39-48, 1991.
- DUARTE, Cristiani de Oliveira Silva; TORRES, Juliana de Queiroz Ribeiro. Responsabilidade social empresarial: dimensões históricas e conceituais. **RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS: A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES**, São Paulo: Peirópolis, 2005.
- GAVIÃO, P. D., et al. Inovações Tecnológicas e a Tomada de Decisão: a percepção do gestor têxtil de Americana-SP. **Pesquisa & Desenvolvimento em Engenharia de Produção**, v. 07, p. 76-98, 2009.

JONES, Marc T. Missing the forest for the trees: a critique of the social responsibility concept and discourse. **Business & Society**, v. 35, n. 1, p. 7-41, 1996.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In ENANPAD, 28, **ANAIS...** Curitiba: ANPAD, 2004.

LIMA, T. C. A, et al. A Institucionalização das Práticas de Responsabilidade Social: um estudo da Companhia de Água e Esgoto do Ceará. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. 79-95, jan./jun. 2011.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro : Qualitymark Ed., 2001.

PANWAR, R. et al. Corporate responsibility: balancing economic, environmental, and social issues in the forest products industry. *Forest Products Journal*, v. 56, n. 2, p. 4-12, 2006.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. The competitive advantage of corporate philanthropy. **Harvard business review**, v. 80, n. 12, p. 56-68, 2002.

RIBEIRO, A. M. L. **Responsabilidade Social Empresarial: percepções e possibilidades**. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SCHROEDER, J. T.; SCHROEDER, I. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 3, n 1, p.1-10, jan./jun. 2004.

SERVA, M. A Racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.

SCHWARTZ, Mark S.; CARROLL, Archie B. Corporate social responsibility: A three-domain approach. **Business ethics quarterly**, p. 503-530, 2003.

SOARES, G. M. P. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?. **Revista de Administração de Empresas**, v. 3, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2004.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

Área Temática: Responsabilidade social

Ética empresarial: Uma revisão de literatura

Yara Maria Câmara Barbosa¹

Laís Carvalho Braga²

Dário Policarpo dos Santos Moreira³

Edinal Salustiano da Silva⁴

Ana Beatriz Ferreira Diógenes⁵

RESUMO

Com a mudança no cenário organizacional, as empresas buscam meios de atuar com ética e responsabilidade social. Nesse contexto, esse artigo teve a finalidade de investigar na literatura trabalhos referentes a ética em empresas e abordar ações que foram reconhecidos como bons exemplos de ética empresarial ou, por falta desta, ficaram marcados como escândalos, para isso foram ilustrados três casos

¹ **Yara Maria Câmara Barbosa** – Graduanda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: Yaramaria549@gmail.com

² **Laís Carvalho Braga** – Graduanda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: laisbraga05@gmail.com

³ **Dário Policarpo dos Santos Moreira** – Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: dariopolicarpo7@gmail.com

⁴ **Edinal Salustiano da Silva**: Bacharel em Turismo – UERN – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: edinal2050@hotmail.com

⁵ **Ana Beatriz Ferreira Diógenes** – Graduanda em Administração pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA. E-mail: anabeatrizdiogenes25@gmail.com

clássicos e que mesmo após anos, dois ainda são exemplos de falta de ética e outro, de boa conduta ética por parte da empresa.

Palavras-chave: Ética; Ética empresarial; Caso Enron; Caso Tylenol.

1. INTRODUÇÃO

Com o aumento da competição no ambiente organizacional, as empresas se adequam para conquistar a vantagem competitiva (VASCONCELOS; CYRINO, 2000), com o advento da globalização as empresas passaram a ser mais flexíveis e despertou maior necessidades, cobrando então dos superiores decisões rápidas e estratégicas (ARAUJO; TOMEI, 2012), apesar disso é preciso cautela para não infringir a ética necessária nas organizações (MARTINS; GABRIEL, 2012).

Em algumas áreas de conhecimento, os estudos tornam-se limitados a parte teórica e científica negligenciando a formação do profissional sobre os aspectos referentes ao relacionamento interpessoal na sua futura atuação profissional. Ao longo da vida o ser humano interage constantemente com os outros, essa interação é importante e benéfica, porém é importante um equilíbrio nessas relações priorizando um relacionamento ético (BAGGIO, 2007).

A ética é conceituada de diversas maneiras, mas pode ser definida como a análise das atitudes humanas em suas convivências e relações (ARANALDE, 2005). Diante dessa afirmativa, a ética deveria estar presente em todas relações humanas, desde a confidencialidade em um assunto a atividades voltadas ao trabalho, é imprescindível em qualquer ambiente de trabalho que a ética vigore, principalmente quando está se tratando de relações humanas.

Algumas profissões têm seu próprio código de ética que conduz o aos seus direitos e deveres exigidos em cada profissão, bem como, protege informações que foram fornecidas ou, determina a conduta do

profissional no ambiente de trabalho. Em uma empresa é importante exercer um comportamento ético, porém isso depende da cultura organizacional (MARTINS; GABRIEL, 2012).

Sabe-se então, que algumas empresas contam com o próprio código de ética, que induz os seus funcionários às atividades desempenhadas na organização e qual a postura da empresa com os seus clientes. Apesar de não ser obrigatório é uma prática que vem crescendo nas empresas e muitas já estão formulando e colocando em prática seu código de ética com base nos ideais e almejos com seus funcionários e público alvo (PINEDA; CÂRDEAS, 2009).

A ética empresarial é importante tanto para bom relacionamento entre funcionários e superiores como para serem bem vistas pela sociedade (MARTINS; GABRIEL, 2012) além disso, empresas geralmente têm multi divisões de setores e atividades, bem como grande movimentação de funcionários. No novo cenário estabelecido dentro das organizações é, de extrema importância, a busca por relações éticas investindo na formação de profissionais éticos formando então uma equipe forte e diminuindo a possibilidade de escândalos futuros que podem levá-la ao fim dos seus serviços (ARAUJO; TOMEI, 2012)

Grandes empresas conhecidas internacionalmente já foram alvo de grandes escândalos desencadeado por falta de ética de seus funcionários ou pessoas que estavam à frente da empresa, em consequência disso, houve perda de clientes, credibilidade, ficaram mal vistos no mercado e, em casos mais graves, fecharam as portas, como o conhecido caso da Enron (SILVA, 2014).

Esse artigo aborda casos que ganharam notoriedade na imprensa envolvendo grandes organizações e sua atuação ética, ou não ética, resultando em consequências significativas para a imagem e continuidade das atividades das empresas. A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi uma pesquisa na literatura disponível, coletando trabalhos por meio de buscas pelas palavras chaves “ética”, “ética empresarial” e “ética profissional”, realizada em nas plataformas de pesquisa SCIELO e Google Scholar, resultando numa amostra de 33 trabalhos.

2. CONCEITUANDO A ÉTICA

A ética surgiu com as primeiras interações humanas, principalmente nos convívios em grupos de pessoas com objetivos em comum, com isso, sabe-se que ética já existia anterior a implementação do capitalismo, porém os estudos nas organizações ganharam força apenas em meados da década de 60 (KREITLON, 2004). Nesse contexto, a ética e estudos a respeito com indivíduos vem evoluindo muito rapidamente impossibilitando definição de período, com o aumento de pesquisas científicas em várias áreas de conhecimentos houve a necessidade de implantação de um código ético (KOTTOW, 2008).

“A ética surgiu no seio do pensamento clássico grego, no século IV a.C., quando o filósofo Sócrates demonstrou que ela seria sempre o juiz individual das normas morais, as quais o homem deve seguir, não somente por educação ou por tradição, mas por convicção e em razão de sua própria reflexão. Podemos, então, perceber, que aqueles filósofos, desde a Grécia Clássica, foram os primeiros a pensar o conceito de ética, associando ao termo as ideias da própria moral e da cidadania.” (BUCHAUL, 2013, p.97).

Apesar disso, na literatura existente não é encontrado uma data específica para o surgimento da Ética, a observação dos filósofos daquela época foi primordial para seu surgimento e assim início dos estudos sobre. A ética atualmente tem o conceito amplo e abrangente, não existe a melhor definição do seu significado. Pode ser definida como a ciência que formula normas referentes ao comportamento humano (REALE, 1999) trata-se de atitudes individuais, valores que o indivíduo possui e define o seu comportamento (BUCHAUL, 2013).

De acordo com os autores Arruda, Whitaker e Ramos 2013 o filósofo Platão comentava que o comportamento ético é o indivíduo agir conforme a sua consciência, seu discípulo Aristóteles reforçava que não estudava ética para conhecimento e aquisição de virtudes e sim para torna-se virtuoso.

Apesar de já existir noções de ética antes mesmo de ser estudada e descoberta, sem a existência dela era difícil conseguir viver em civilidade, já que não existia - ou existia normas ineficientes – para determinar a conduta humana. A ética surgiu com o intuito de direcionar o comportamento humano, são normas elaboradas que induzem as atitudes do ser humano bem como, atribui limitações e, diferenciar condutas boas e ruins (FERREIRA, 2000).

Na literatura identificam-se dois métodos para o ensino da ética: o direto e o indireto. O método direto, que consiste de leituras e discussões em sala, tende a ser pouco efetivo, pois o estudante tende a agir em função da expectativa do professor, sem externar suas próprias crenças e valores. O método indireto utiliza situações hipotéticas buscando obter opiniões ou ações dos alunos dentro desse contexto e desenvolve a imaginação moral e a análise crítica, pois, além de ajudar os estudantes a mergulharem em situações que apresentam dilemas éticos, cria empatia com o protagonista do problema (GOSEN; WERNER, 2006; MARTURANO, 2005).

Nesse contexto, Silva (2012) reforça a ideia de que para existência da ética é necessário constantes questionamentos e críticas as regras estabelecidas e valores expostos pela sociedade, é através dessas atitudes que acontece evolução e modificação ou permanência de algumas condutas.

3. ÉTICA PROFISSIONAL

A ética profissional é uma das ramificações da ética que está voltada aos profissionais aptos a desempenharem uma função, atualmente, boa parte das profissões contam com o chamado “código de ética profissional”, neste é exposto de maneira clara e específica como é cobrada sua atuação no exercício de sua função (MARTINS; GABRIEL, 2012). O autor Camargo (1999) explica que a ética profissional é uma parte da ética geral que está aplicada no âmbito das atividades profissionais, os indivíduos têm suas convicções e preceitos e esses valores construídos ao longo da vida são levados ao ambiente de trabalho.

A ética profissional está ligada à postura que se espera de um profissional, no exercício de uma determinada tarefa ou profissão, ou seja, é a conduta que o indivíduo deve desempenhar (SILVA, 2012). A

ética está diretamente relacionada os comportamentos nas relações humana, a sociedade é constituída por indivíduos de culturas diferentes com estilos, gostos e pensamentos que divergem um dos outros (MARTINS; GABRIEL, 2012). Consciente dessa realidade, empresas para facilitar e harmonizar o ambiente de trabalho estabeleceram limitações aos seus funcionários esperando melhorias na prestação de serviço e até mesmo na qualidade dos produtos ofertados.

Para um bom desempenho dentro de uma empresa, os profissionais precisam ser éticos na conduta e realização da atividade, porém, para isso é preciso uma formação de profissionais éticos. A formação desses profissionais não pode ser limitada apenas a teoria mas abranger também a prática, é uma preparação que deve iniciar ainda na escola através de normas e limitações e atribuição de responsabilidades, essa preparação ajudaria na formação como profissional (SILVA, 2012).

Nesse sentido, agir eticamente é saber conviver em sociedade, aceitando o conjunto como precedente à parte e essa aceitação não significa perda de valores individuais, mas um crescimento coletivo, de indivíduos com os mesmos objetivos. Parte desse crescimento é obtido pela ação ética e consciente dos colaboradores da organização, tornando-se um diferencial perceptível não só na atuação das pessoas, mas da imagem repassada da empresa e seus profissionais à sociedade (BORGES, 2007; MEDEIROS, 2007).

4. ÉTICA EMPRESARIAL

A partir de análises, estudos e definições sobre ética empresarial tem-se a compreensão clara do que é a ética aplicada aos negócios é semelhante a aplicada na medicina ou em outra área de estudo. A ética empresarial tem por finalidade estabelecer a moral e as condutas éticas da empresa dentro do âmbito social empresarial, são estabelecidas por superiores como forma de proporcionar boa condutas dentro do ambiente organizacional, apesar que muitas vezes são estabelecidas visando controlar a conduta do funcionário (PINEDA, CÁRDEAS, 2009).

É defendido que a definição de ética empresarial está relacionada ao conceito de responsabilidade social, que é um assunto que vem sendo comentado nos últimos anos. Apesar disso, a literatura revela que esse conceito já era definido e comentado pelo autor Bower (1953) que enfatizava a responsabilidade que o empresário tinha em estabelecer regras e tomar decisões em sua empresa visando alcançar os objetivos desejados, porém era necessário considerar os valores impostos pela sociedade e acompanhar as decisões.

Os autores Ferrell, Fraedrich e Ferrel (2001) conceituam a responsabilidade social como um acordo estabelecido com a sociedade são os efeitos das decisões tomadas pela empresa na sociedade. Esse acordo se estende também no ambiente organizacional, por isso existe a ética empresarial que é um acordo pré-estabelecido entre a empresa e seus funcionários que além de ajudar a manter um bom convívio através de normas e regras auxiliam nas decisões.

Nesse contexto, se torna possível concluir que a ética empresarial é um campo inserido na ética aplica que conseguiu conquistar o seu lugar e estabelecer sua importância na sociedade, apesar disso, no comércio nem sempre foi vista como uma atividade fundamental (SOLOMON, 2003).

5. IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Nos dias atuais a ética no ambiente de trabalho é definida como um dos alicerces da empresa, pois se sustenta e serve como um norte para a conduta dos gestores e boa aparência da empresa (MEIRA, 2010). De acordo com a autora Ashley (2015) é importante que todos que participam da organização se comprometam com os padrões éticos estabelecidos pelos superiores, pois quando desenvolvido o manual de conduta dos funcionários os superiores esperam que seja seguido. Esse código desenvolvido pela empresa e prevê o comportamento de todos que trabalham naquele ambiente, desde funcionários à executivos.

A empresa obtém muitos benefícios quando a ética é cultivada e tratada com relevância no ambiente de trabalho, inclusive fidelizar o cliente (PONCHIROLLI e SILVA, 2002). As empresas que decidem ter uma

gestão baseada em princípios éticos decidem a conduta dos seus funcionários e veem o código de ética como uma importante ferramenta para a declaração formal de suas diretrizes (SILVA e GOMES, 2008).

Para aplicabilidade do código o ideal é seja obedecido também na alta hierarquia e que não seja apenas referente entre a relação da empresa com funcionários, mas de todos que, diretamente ou indiretamente fazem parte ou prestam serviços a empresa (NALINI, 2011). Bem como, para que a prática não se distancie do discurso é importante bons exemplos, pautados pela observância de todos os que acreditam que o código de ética é um fator essencial para um bom desempenho da empresa, assim, disseminando-se em todo o ambiente corporativo, não somente o idealizando, mas exercitando-o.

Diante disso, Nallini (2011) explica que para o código ser efetivo e obter sucesso, é preciso ser redigido de forma clara e objetiva, de fácil entendimento e deve passar por quatro processos: O primeiro é ser divulgado em todo ambiente organizacional de forma clara e objetiva; Segundo é enfatizar a todos que compõe a organização o apoio da gerência ao código de ética; Terceiro é a divulgação de como cada indivíduo deve aplicar o código de ética e, por último divulgar o código de ética a todos que participam externamente da organização, como clientes e fornecedores.

Sendo aplicado corretamente e obedecido por todos que compõem a organização, o código de ética torna-se uma prova que a administração da empresa segue o que estabeleceu (MORREIRA, 2002). Este código deve ser a base da cultura organizacional, estando devidamente alinhado a ela e ser um fator influenciador da conduta dentro das organizações.

Dentro dessa perspectiva, a importância da ética nas empresas vai muito além de posicionar normas a serem seguidas ou definir um comportamento esperado através de preceitos e diretrizes expressos no código de ética, é um exercício de pensar, de se colocar no lugar do outro, de analisar. Com isso, o homem é suscetível de mente e espírito a aceitar os modelos de condutas determinados bem como utiliza-los como seus, ou são inspirados pelos semelhantes a uma conduta sadia (SÁ, 2013).

6. CASO ENRON E PARMALAT

O Caso Enron tornou-se conhecido após um escândalo que ocasionou a falência em dezembro de 2001 de uma empresa distribuidora de energia, a Enron Corporation, que trabalhava também com exploração de gás natural, era classificada como a 7º melhor empresa dos Estados Unidos e considerada uma das melhores de companhia elétrica do mundo. A empresa que ocupava colocação de destaque desceu drasticamente, perdendo todos os seus ativos, investidores e créditos no mercado, foi e ainda é considerado um dos maiores casos de falência já registrado nos Estados Unidos (BERGAMINI JÚNIOR, 2015; SILVA, 2014; CARVALHO, 2016).

A Enron superestimava seus lucros e não registrava suas dívidas para não perder sua credibilidade e competitividade com outras empresas, mantinha a qualquer custo sua boa aparência, nessa empresa predominava um ambiente de trabalho baseado somente na lucratividade, com muitas práticas contrária a ética. A empresa havia crescido significativamente, mas em um certo período entrou em decadência e para disfarçar essa realidade e não vir comprometer ainda mais a sua situação, usou de artifícios ilegais. Após uma série de investigações e estudos feitos sobre o caso, constatou-se que houve manipulações contábeis, marcado por modificações nas demonstrações financeiras, fraudes, falsas declarações (SILVA, 2014; PEDRINI JÚNIOR, THIMÓTEO, PERIN, 2010).

A Enron seguia ocultando informações e declarando altos faturamentos, como no caso do encerramento da Joint ventura com a Blockbuster que, apesar de não ter trago nenhum retorno financeiro, foi constatado na contabilidade da empresa o faturamento de US\$ 53 milhões, eram diversas manobras realizadas pela Enron para esconder os prejuízos (SILVA, MOIRRISSY, 2010).

O esquema de fraude da ENRON pouco provavelmente teria acontecido se o conselho de administração tivesse fiscalizado a diretoria. A Enron contava com os trabalhos de auditoria de Arthur Andersen responsável pelos balanços da empresa há dez anos, além disso também prestava consultoria a Enron, ele foi informado das irregularidades da ENRON antes de se tornar público, conseguindo tempo para destruir documentos e excluir arquivos do computador (BERGAMINI JÚNIOR, 2015). A ENRON decretou falência no ano de 2001

com dívidas de milhões, todo esse escândalo resultou na criação da lei pelos EUA Sarbanes oxley que fiscaliza e controla empresas com ações na bolsa de valores (MEIRA, 2010).

Outro caso similar ao da Enron, foi o caso da empresa italiana de produtos alimentícios a Parmalat, sendo classificado como grande escândalo financeiro (CORREIA e FERREIRA, 2018). O escândalo foi desencadeado quando, em 2004, a *Commissione Nazionale per le Società e la Borsa* (CONSOB), questionou as demonstrações contábeis da empresa (COLAUTO e BEUREN, 2006), sendo descobertas dívidas e fraudes, isso comprometeu a empresa gerando grandes perdas financeiras e prejuízos que ultrapassam os 14 bilhões de euros (DEUS, 2006).

A empresa estava afogada em dívidas e procurava mascarar sua realidade, com isso utilizou de falsificação e fraudes nos seus balanços contábeis e demonstrando bons resultados que não existiam, pois, a empresa não conseguia honrar suas dívidas milionárias (LEITE, et al., 2014). Contudo, a verdade veio à tona e trouxe grandes proporções e pouco tempo depois o diretor executivo e fundador da empresa Calisto Tanzi, renunciou ao cargo após confessar desvio de 500 milhões de euros, com o levantamento das informações foi comprovado as suas ações corruptas no caso e o mesmo foi detido pela polícia (DEBASTIANI e IANESKO, 2008; LEITE, et al., 2014).

As ações resultantes dos casos acima citados evidenciam que, falta de ética no ambiente empresarial ocasiona prejuízos incalculáveis e, em casos extremo fechamento das atividades da empresa. Com isso, pode-se observar o quanto a ética é importante no processo de tomada de decisão de qualquer empresa.

7. CASO TYLENOL

Um caso antigo, mas muito lembrado e citado foi o corrido envolvendo a empresa Johnson & Johnson, em 1982, no medicamento Tylenol onde houve detecção de um composto muito prejudicial, o cianeto, a ingestão desse medicamento chegou a ocasionar 7 mortes em Chicago, o ocorrido desencadeou uma forte crise

na empresa (TIÃO, 2020; CARVALHO, 2016; CORRÊA e SALDANHA, 2009; OLIVEIRA, 2007; BARBOZA, 2004; CALDINI, 2000).

A empresa quando soube do ocorrido tomou a frente da situação e se responsabilizou, acolhendo como primeira sugestão para amenizar a situação e também para que outras pessoas não viessem a ser envenenadas, foi a retirada de mais de 31 milhões do medicamento Tylenol configurando-se um gigantesco prejuízo de US\$ 50 milhões (TIÃO, 2020; BARBOZA, 2004; CARVALHO, 2016). Diante dessa atitude a Johnson & Johnson teve uma postura ética ao recolher toda produção do medicamento, ela colocou a segurança dos seus consumidores em primeiro lugar (CORRÊA e SALDANHA, 2009)

As primeiras investigações e explicações sobre o caso, foi que o produto havia sido adulterado, a responsável pela fabricação do Tylenol, para explicar aos seus colaboradores o ocorrido, que a empresa havia passado por um crime e solicitou uma auditoria na linha de produção do Tylenol Após a descoberta de fraude a Johnson & Johnson passou a ser vítima do ocorrido e, um mês após o ocorrido já estava disponível no mercado o medicamento com embalagem inviolável (TIÃO, 2020)

A Johnson & Johnson conseguiu se erguer pouco tempo depois da crise, investindo fortemente na defesa da qualidade do medicamento, desenvolvendo marketing e se integrando ainda mais com a mídia, o Tylenol voltou ao mercado com embalagens mais firmes e seguras (BARBOZA, 2004). Esse fato não atingiu a integridade da empresa, pois eles decidiram agir eticamente mediante o ocorrido, sendo até hoje uma marca considerada confiável com uma boa reputação, caso tivessem passado “por cima” do ocorrido não conseguiriam se reerguer tão bem (PONCHIROLLI e SILVA, 2002).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Compreende-se através desse trabalho as diversas consequências da falta de ética em uma empresa e o alto grau de prejuízo que podem trazer às organizações, logo é observado a necessidade de um investimento maior em cursos de capacitação para os funcionários, com objetivo de torná-los profissionais éticos e,

exemplificar com alguns casos mundialmente conhecidos e o quanto atitudes que podem ser inofensivas para alguns - ou que trazem apenas “consequências pequenas” - infringem o código de ética e gera transtornos a toda organização, as vezes danos irreversíveis.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de estabelecer normas e limitações dentro de uma empresa, bem como, o que é esperado de cada funcionário e as devidas punições em caso de descumprimento ou violação do código de ética vigente na empresa. Para isso, vem a necessidade de desenvolver um código de ética que atenda às necessidades da realidade de cada estabelecimento, que seja claro, objetivo e fácil de seguir.

Após o escândalo milionário, a conhecida empresa Enron teve seu nome exposto em várias manchetes os desvios de milhões ocasionaram o encerramento definitivo das atividades e decreto de falência. Esse é um exemplo conhecido mundialmente do quão longe a falta de ética pode conduzir toda uma organização ao fundo do poço. O destino da Parmalat foi diferente, no período não fechou suas portas, porém enfrentou uma forte crise. Por outro lado, conforme mencionado no trabalho, ainda existem empresas que se preocupam com a qualidade de seus serviços e com o bem-estar da população, o caso Tylenol é antigo, aconteceu em meados anos 80, porém ainda é reflexo de bom exemplo de empresa ética e comprometida com a população. Conforme citado neste artigo, boas condutas éticas de empresas trazem excelentes resultados para a empresa, além de repassar confiança ao público que usufrui daquele produto.

9. REFERÊNCIAS:

- ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. 2005
- ASHLEY, Patrícia A. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- Baggio MA. Relações Humanas no Ambiente de Trabalho: o (des)cuidado de si do profissional de enfermagem. Rev Gaúch Enferm. 2007; 28(3):409-15.
- BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. Ética Empresarial e Contabilidade: o Caso Enron. **Pensar Contábil**, v. 5, n. 16, 2015.
- Bowen, Howard R. Social responsibilities of businessman. New York, Harper & Row, 1953. p. 6.

- BUCHAUL, Ricardo B. MORAL, ÉTICA E VIRTUDE. **Revista Ciência & Maçonaria**, v. 1, n. 2, 2014.
- CALDINI, Alexandre. Como gerenciar a crise. **Exame, São Paulo**, v. 34, n. 2, p. 116-118, 2000.
- CORRÊA, Marianna Marques Riet; SALDANHA, Marcelo. A comunicação empresarial como fator de sucesso, 2009.
- CORREIA, Cleysson dos Santos. A RESPONSABILIDADE DO AUDITOR DIANTE DA DESCOBERTA DE FRAUDE. 2018.
- DA SILVA, Ana Paula Roque; MORRISSY, Ana Claudia. O CASO ENRON E O PROJETO SOX, 2010.
- DA SILVA, Vaner Guimarães; GOMES, Josir Simeone. O uso do código de conduta ética como instrumento de controle gerencial: estudo de casos em empresas internacionalizadas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 5, n. 10, p. 111-128, 2008.
- De Araujo, Fábio Francisco; Tomei, Patricia Amélia A ÉTICA CORPORATIVA E O CENÁRIO COMPETITIVO: UMA ANÁLISE DOS DILEMAS ÉTICOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS A PARTIR DO FILME “O CORTE”(LE COUPERET)
- DEBASTIANI, Sandra; IANESKO, José Augusto. Fraudes Contábeis e suas Influências nos Escândalos Financeiros. **UNICENTRO-Revista Eletrônica Lato Sensu. Ed**, v. 5, 2008.
- DEUS, Fagner Oliveira de et al. Governança corporativa, internacionalização e off-shore companies: o caso Parmalat. 2006.
- Douglas Colaudo, Romualdo; Beuren, Ilse Maria. A IDENTIFICAÇÃO DE ACCRUALS NA SINTAXE DO LUCRO CONTÁBIL: O CASO PARMALAT BRASIL READ - Revista Eletrônica de Administração, vol. 12, núm. 2, março-abril, 2006 Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil.
- ÉTICA PROFISSIONAL, 2010. 9 Edição, revista e ampliada Ética Profissional. Édison Gonzague Brito da Silva. Alegrete-RS, 2012
- FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. Ética empresarial; dilemas, tomadas de decisões e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affon
- Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica. 2.ed. São Paulo: Atlas S/A., 2003, p. 25. ARRUDA, Maria Cecília Coutinho, WHITAKER, Maria do Carmo e RAMOS, José Maria Rodrigues. humanos”. **RECIIS –R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v. 2, Sup.1, pp.Sup.7-Sup.18, Dez.
- José Renato Nalini, no livro “ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL”, 8.ED.
- KOTTOW, Miguel. (2008), “História da ética em pesquisa com seres

KREITLON, Maria Priscilla. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. **Encontro anual da Anpad**, v. 28, 2004.

MARTINS, Érica Balbo, GABRIEL, Karen - *A Importância da Ética das Relações de Trabalho*. Pindamonhangaba: trabalho de conclusão de curso para obtenção de graduação em Tecnologia em Recursos Humanos da FAPI, 2012.

MEIRA, Fabio Bittencourt. A ética empresarial em movimento: as (de) limitações do campo. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 11, n. 1, 2010.

MOREIRA, Joaquim Manhães – A ética empresarial no Brasil – São Paulo - Editora Pioneira Thomson Leatning, 2002;

PEDRINI, C. C.; THIMÓTEO, Lucas Gomes; PERIN, Liberaci Pascueto. Caso Enron: Blecaute na Gestão. **Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul–Novo Hamburgo**, 2010.

PINEDA, Eduardo S.; MARROQUÍN, José Antonio C. **Ética nas empresas**. McGraw-Hill, 2009.

PONCHIROLI, Osmar; DE SOUZA LIMA, José Edmilson. Ética empresarial. **Coleção Gestão Empresarial**, 2002. Questão, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, jul./dez. 2005.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 24.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, vol. 6, núm. 3, julio-septiembre, 2012, pp. 121-145 Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil

Ruão, T. (2020). O caso Tylenol e o valor da Comunicação de Crise: É tempo de colocar as pessoas em primeiro lugar!. *Communitas Think Tank – Ideias*. Online: <http://www.communitas.pt/ideia/o-caso-tylenol-e-o-valor-da-comunicacao-de-cri-se-e-tempo-de-colocar-as-pessoas-em-primeiro-lugar>

SÁ, Antônio Lopes de. “Ética Profissional”, 9 ed, 2013.

SILVA, Carolina Tavares. A importância de controles internos para a gestão de riscos: caso Enron. 2014.

SOLOMON, Robert C. A ética empresarial. **Estados Unidos da América**, 2003.

SROUR, Robert Henry. Ética empresarial / Robert Henry Srou. - 4. ed. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



Vasconcelos, F., & Cyrino, A. (2000). Vantagem competitiva: os modelos teóricos atuais e a convergência entre estratégia e teoria organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 40(4), 20-37.

Área Temática: Semiárido

**O FENÔMENO DA SECA E SUAS CONSEQUÊNCIAS: CONCEPÇÕES SOBRE O SEMIÁRIDO
NORDESTINO**

Andréa Moraes de Menezes¹

Pedro Balduino de Sousa Neto²

Rafael Silva de Souza³

Alana Ticiane Alves do Rêgo⁴

¹ Andréa Moraes de Menezes possui graduação em Gestão ambiental pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, especialista em Educação ambiental e Geografia do Semiárido pelo IFRN, atualmente é graduanda do curso de Serviço Social da UERN, Mestranda em Ensino pela UERN, UFRSA e IFRN.

E-mail: andreamorais1993@hotmail.com

² Pedro Balduino de Sousa Neto possui graduação em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e especialista em Educação Ambiental e Geografia do semiárido pelo IFRN, atualmente é graduando do curso de Ciências Contábeis da UERN.

E-mail: pedro_balduino@hotmail.com

³ Rafael Silva de Souza é graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

E-mail: rafael2100cruzada@hotmail.com

⁴ Alana Ticiane Alves do Rêgo possui graduação em ciência e tecnologia e engenharia ambiental e sanitária pela Universidade Federal Rural do Semiárido e atualmente cursa mestrado em ciências naturais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

E-mail: alana_ticiane10@hotmail.com

Bruno José Bezerra Silva ⁵

Resumo

O presente trabalho emerge das discussões realizadas sobre a temática sobre as quais possibilitaram amadurecimento teórico dialogar sobre a temática. A problemática inicial apresentasse: como a seca afeta o semiárido nordestino? Tem como objetivo verificar as consequências do fenômeno da seca no semiárido nordestino, para isto, traçamos como aspectos metodológicos uma abordagem qualitativa e, sobretudo a constituição de elementos bibliográficos sobre a temática que estamos mobilizando para construção das ideias referentes à seca no nordeste e a utilização de estudo de campo para realização de registros fotográficos e compreensões práticas sobre o tema/objeto do nosso estudo. Utilizamos referencial teórico de autores que discutem a temática do estudo como: GUALDANI; FERNÁNDEZ E GUILLÉN (2015), CAMPOS E STUDART (2001), GONDIM; FIORESE; ALVES E SOUZA (2017) entre outros. Consideramos essencial a existência de políticas públicas que auxiliem a população no enfrentamento aos problemas que envolvem o fenômeno da seca, pois atinge setores sociais, econômicos e ambientais do país, para isto, é necessário levar em consideração a implementação que minimizem seus impactos aos envolvidos, de acordo com disponibilidade hídrica da região e os fatores de vulnerabilidade que enfrenta a região nordeste.

Palavras-chaves: Seca. Nordeste. Recursos Hídricos. Políticas Públicas.

Abstract

The present work emerges from the discussions carried out on the theme on which they have allowed theoretical maturation to dialogue on the theme. The initial problem presented: how does drought affect the northeastern semiarid? It aims to verify the consequences of the drought phenomenon in the northeastern semiarid, for this, we outline as methodological aspects a qualitative approach and, above all, the constitution

⁵ Bruno José Bezerra Silva possui graduação em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Especialista em Gestão pública pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, e mestrado em Economia pela UERN.

E-mail: brunojosebj19@gmail.com

of bibliographic elements on the theme that we are mobilizing for the construction of ideas regarding drought in the northeast and the use of field study for making photographic records and practical understandings about the theme / object of our study. We used the theoretical framework of authors who discuss the study's theme such as: GUALDANI; FERNÁNDEZ AND GUILLÉN (2015), CAMPOS AND STUDART (2001), GONDIM; FIORESE; ALVES AND SOUZA (2017) among others. We consider essential the existence of public policies that help the population to face the problems that involve the drought phenomenon, as it affects the social, economic and environmental sectors of the country, for this, it is necessary to take into account the implementation that minimizes its impacts on those involved, according to the region's water availability and the vulnerability factors facing the northeast region.

Key words: Drought. Northeast. Water resources. Public policy.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta abordagens relevantes que discutem a respeito da seca como um dos fenômenos enfrentado atualmente no semiárido nordestino, o que vem sendo sentido devido à vulnerabilidade de recursos hídricos na região e consequentemente vem causando danos aos fatores sociais, econômicos e ambientais, atingindo populações e famílias sendo castigadas com as limitações proporcionadas pela estiagem na região, provocando assim, consequências alarmantes (CAMPOS, STUDART, 2001) visto que as circunstâncias são presenciadas há algum tempo pela população Nordestina. A problemática inicial do nosso estudo consiste em: Como a seca afeta o semiárido Nordeste? Para isto, traçamos como objetivo verificar as consequências do fenômeno da seca no semiárido Nordeste.

Apresentaremos inicialmente as características sentidas pelos nordestinos a respeito dos fatores clima, solo, trazendo índices de pobreza e fome a algumas regiões mais carentes, devido à falta de chuva e fatores consequentes da mesma que desde 2010, “diferentes áreas do semiárido vêm sendo afetadas por uma estiagem que acabou por se caracterizar como uma das piores já registradas” (GANDIN, 2017, p. 281).

O nosso estudo traz uma discussão inicialmente sobre aspectos da seca, por ser considerado um fenômeno que acarreta danos severos a população Nordestina, e consequentemente acarreta prejuízos ao meio ambiente e ao ser humano também, que sofre devido ao fenômeno da seca. “Com a ocupação dos sertões surgem os registros das secas com maiores impactos sociais e econômicos. Algumas secas mais intensas resultaram em mortandade e dizimação de rebanhos” (CAMPOS, 2014, p.68). É necessário destacar as políticas sociais para auxiliar a população que reside nas áreas afetadas pela seca, para enfrentamento das dificuldades, sobretudo abordamos as relações de importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento do país e assim consiga minimizar os efeitos aos envolvidos.

2. Referencial Teórico

O fenômeno da seca tem caracterizado devido a escassez de chuvas principalmente na região Nordeste e suas características específicas pelo clima da região. “A ocorrência de secas periódicas de grande intensidade no Nordeste, com impactos relevantes sobre sua população e os meios de vida, vem sendo registrada desde o século 16 e debatida desde o século 19” (GONDIM, FIOREZI, ALVES e SOUZA, 2017, p.278).

A seca no sertão nordestino tem provocado ao povo do lugar dor e sofrimento, muitos agricultores presenciam diariamente morte de animais e as plantações cada vez mais sendo transformados em galhos secos, solos secos e rachados, temperaturas elevadas em grande parte do ano, com expectativas de poucas chuvas, deixando cada vez mais o homem e a mulher do campo triste, afeta o Brasil como demais outros países, devido a essa escassez de chuva enfrentada no contexto mundial.

Conforme CAMPOS e STUDART (2001) apontam que o fenômeno da seca;

Está intimamente associada à penúria, à fome, ao êxodo rural, aos carros pipas e às frentes de serviço. Para o camponês nordestino, seca e catástrofe social são sinônimos. Por sua vez, a palavra inverno também adquiriu um significado próprio distinto do seu sentido universal de uma das quatro estações do ano. Para quem desconhece o conceito regional, a afirmação de um ano sem inverno soa tão absurda a de um ano sem os meses de junho, julho e agosto. O nordestino entende inverno como a ocorrência de chuvas regularmente distribuída ao longo do período tradicional de cultivo (fevereiro-maio) em

quantidade suficiente para proporcionar uma boa safra agrícola (CAMPOS e STUDART, 2001, p.09).

De acordo com essa situação compreendemos que a seca vem destruindo grande parte da economia rural da região, causando prejuízos para o Nordeste, nos fatores econômicos como pecuária, as lavouras de milho, feijão, mandioca e outros produtos característicos da região. O que se pode entender é que durante o período de inverno a população consegue realizar grande produção de mantimentos que auxiliam no período de escassez, no entanto a fome e pobreza ainda são vistas pela população que devido a seca, acarreta maiores danos a população do Nordeste.

Atualmente estão sofrendo com os processos de desertificação afetando a qualidade de vida dos moradores e geração de renda para a população rural, fazendo com que alguns moradores migrem para as cidades em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. Sobre tudo as consequências dos problemas nos reservatórios do Nordeste, o que se pode perceber é “o baixo nível dos reservatórios afeta as captações para irrigação, que precisam ser reduzidas, adaptadas ou mesmo interrompidas. Tais medidas são necessárias para a manutenção dos usos mais prioritários, mas impactam a atividade e a economia local” (GONDIM, FIOREZI, ALVES e SOUZA, 2017, p.288).

3. Metodologia

O presente estudo pode ser considerado como qualitativo, pois buscamos compreensões teóricas da temática de forma a tratar a subjetividade mobilizada a partir do referencial construído no desenvolvimento do mesmo (GIL, 1991) para isto, a utilização da abordagem bibliográfica e documental, “elaborado a partir de material já publicado, constituído [...] de livros, artigos de periódicos e [...] material disponibilizado na Internet”, além de “materiais que não receberam tratamento analítico”. (GIL, 1991, *apud* KAUARK *et al*, 2010, p. 28). Realizamos a leitura e compreensão dos autores que discutem a temática para construção do nosso estudo.

Ressaltamos que durante o desenvolvimento da pesquisa, realizamos um estudo de campo, que a maior aproximação da temática a pesquisada a partir do olhar mais prático (GIL, 1991), conseguimos através de registros fotográficos de alguns pontos que mostram o fenômeno da seca e suas consequências para o semiárido Nordeste.

Considerando assim, fundamentais para que compreendamos relações da seca na vida das pessoas e como estão sendo criadas e recriadas alternativas eficazes e eficientes no tratamento da seca, para suprir as regiões afetadas e conseguir superar o momento de crise, e assim contribua para qualidade de vida da população da região Nordeste, e a necessidade de enfrentamento aos problemas advindos a população.

4. Resultados e Discussões

É necessário levarmos em consideração que o fenômeno da seca afeta diretamente aos aspectos hídricos da região Nordeste como podemos perceber conforme (GONDIM, FIOREZI, ALVES e SOUZA, 2017, p.285) que;

Os reservatórios do Semiárido configuram, habitualmente, as principais fontes de água na região e atendem a diferentes usos da água. A situação de seca que atravessa o Semiárido apresenta consequências negativas severas para a disponibilidade e a segurança hídrica, com efeitos sobre os principais usos, como o abastecimento público, a irrigação, as indústrias e a geração de energia elétrica. A redução dos estoques acumulados afeta retiradas diretas nos reservatórios e reduz a liberação de vazões a jusante, comprometendo retiradas efetuadas nos leitos regularizados (perenizados) (GONDIM, FIOREZI, ALVES e SOUZA, 2017, p.285).

Os reservatórios de águas podem ser considerados importantes instrumentos para enfrentamento das secas, pois tendem a acumular bastante água no período chuvoso, contribuindo para atender a vida dos moradores da região e animais no período de maior escassez que ocorre com frequência. Os problemas advindos da seca pode afetar de maneira brusca o desenvolvimento agrícola dos setores envolvendo a agricultura local.

De acordo com os Planos de Recursos Hídricos (PNRH, apud SOUZA, p. 22) destacamos em suas diretrizes alguns pontos, os quais destacamos a seguir como:

- Desenvolver programas com foco em resultados;
- Promover medidas preventivas;
- Considerar princípios de sustentabilidade das obras hídricas;
- Aprimorar os mecanismos de articulação com outros planos;
- Fomentar o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos;
- Implementar os instrumentos técnicos e institucionais;
- Desenvolver tecnologia e capacitação de pessoal;
- Persistir na descentralização, participação e integração da gestão;
- Considerar diversidades regionais e socioeconômicas.

Ao conhecermos a importância dos recursos hídricos para a sobrevivência humana e do meio ambiente bem como o desenvolvimento de uma nação, compreendemos como é a escassez de água no Rio Grande Do Norte (RN), se da por muitos fatores os quais destaco alguns deles para ser mais breve como, por exemplo: O fenômeno da seca, o desperdício da água pela população insiste em não poupar os nossos recursos naturais e não acreditam no que se anuncia nos meios de comunicação existente, que futuramente pode acabar nosso bem tão precioso que é a água, o crescimento de diversas atividades no setor da agricultura que necessita da irrigação para o cultivo o que acarreta um grande uso e conseqüentemente causa diversos problemas, falta de investimento no setor hídrico por parte do setor privado e publico onde possa suprir a necessidade da população sem desperdício, o uso de cisternas, barragens, açudes para acumulo da água aos tempos mais secos sem muita chuva.

Segundo os fundamentos da Política Nacional dos Recursos Hídricos da Lei 9.433/97 no Art. 1º.

- I - a água é um bem de domínio público;
- II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. (BRASIL, 1997, p.1).

Nesse artigo especificamente apresenta sobre a água como bem de todos os seres humanos, no entanto que existe suas limitações e que as pessoas tem que ter conscientização no seu uso de maneira que não haja desperdício e assim sofra futuramente com a escassez e os problemas que sua falta trás a humanidade em geral mostrando também prioridades para os seres humanos e os seres animais sendo que todos precisam está unido no dever de cuidar desse recurso natural que é a água.

Podemos compreender que os instrumentos que apresentam na Lei 9.433/97 nos mostra os diversos fatores para o uso desse recurso natural, assim como também a importância dos planos e planejamentos para cada local, e a importância da gestão no tratamento e cuidado da água através de ações de criação e manutenção para melhoria da vida dos envolvidos através das “políticas públicas são as ações, práticas, diretrizes fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (HEIDMANN, 2006, p.29).

Em conformidade com Campos (2014, p. 80);

As políticas de gerenciamento das águas e do desenvolvimento sustentável foram concebidas em um contexto mundial de reação da sociedade aos desastres ambientais ocorridos na segunda metade do século XX. Nos debates mundiais sobre o desenvolvimento, o tema meio ambiente entra em pauta em várias dimensões, como: as mudanças e variabilidades climáticas; a desertificação e a gestão racional das águas.

Entendemos que as políticas públicas tem possibilitado maior desenvolvimento para os setores agrícolas, essencialmente nos últimos anos devido a maior responsabilidade advindas das conferencias e congressos nacionais e regionais com o compromisso com o desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Desse modo, tem gerado maior acordo com o manejo das águas e seu gerenciamento aos setores que abastecem a sociedade e os setores da economia, como também o investimento nas políticas públicas que viabiliza o acordo com a população para enfrentamento a seca e os problemas provenientes deste fenômeno de um modo geral como a bolsa família, seguro safra, água para todos etc. (CAMPOS, 2014).

Imagem 01: Seca no Nordeste



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

É fundamental destacar as alternativas governamentais propostas para tratar a seca em especial na região Nordeste do Brasil, possibilitando ao homem e a mulher do campo acesso aos sistemas tecnológicos que contribuem para conhecer mais sobre a seca, criação de cisternas, barragens e açudes as regiões, empréstimos para investimentos na agricultura, bolsa família que ajuda as famílias carentes, distribuição de água pelos carros pipas, investimentos de infraestruturas, programas sociais para atendimento a região etc.

Existem diversas alternativas a serem adotadas por todos nós das quais podemos citar: A criação de poços nas comunidades rurais o que possui na minha e também nas comunidades vizinhas, as cisternas que também auxilia na época do verão, os caminhões transportadores de água a população, o reúso da água da lavagem de roupa para atividades do lar, aproveitamento da água de chuva para diversas atividades, fechamento adequado das torneiras e chuveiros com regulamento das descargas dos vasos sanitários do banheiro etc. Uma política com planejamentos voltados a conscientização da população e a importância que é ter nossas ações voltadas ao racionamento e também a medidas de prevenção elaborando estratégias eficazes como: Usar menos água na lavagem de pratos, roupas, carros, limpeza da casa entre outros. Medidas que podem ser adotada em casa, no trabalho, escola etc.

Desse modo, as cisternas auxiliam através no armazenamento das águas que vem de chuvas. Esta água é utilizada para beber, em muitos outros casos quando a água das chuvas não são suficiente para durar o ano todo, alguns moradores em parcerias com prefeituras ou associações utilizam veículos como carro pipas para buscar água em poços perfurados. Assim aliviado os períodos de seca para o povo.

Consideramos que a região tem sido contemplada com os programas para enfrentar a seca, mas acreditamos que no contexto que vivemos são fundamentais as pesquisas que contribuem para solucionar as situações problemas que surgem, e o ser humano como agente transformador de sua realidade, na preocupação ambiental com atitudes que contribuam para conservação ambiental, construindo uma sociedade melhor e mobilizadores do contexto que vivemos e naquilo que se apresente sustentável e melhor para todos.

5. Conclusão

Podemos perceber durante o proceder do trabalho, um olhar para a estiagem enfrentada na região semiárida, considerando as leituras complementares como fundamentais para nos direcionar no desenvolvimento do mesmo, com isso despertasse o interesse em aprofundar pesquisas sobre a temática futuramente, contribuindo para a região e desenvolvimento profissional,

É importante destacar conforme GONDIM (2017) que:

Essa situação crítica, ainda sem perspectiva de melhoria no contexto geral, tem demandado intervenções, muitas vezes drásticas, para a manutenção dos usos essenciais, notadamente do abastecimento para consumo humano e dessedentação de animais. (GONDIM et al, 2017, p. 299).

Consideramos que, algumas alternativas têm se tornados fundamentais para o contexto enfrentado na região, “no atual período, os programas sociais implantados pelos governos ao longo dos tempos reduziram significativamente os impactos sobre as populações” (CAMPOS, 2014, p. 85), são exemplos de ações e políticas públicas que cooperam para o desenvolvimento da região Nordeste como cisternas para consumo humano e dos animais, como também para plantações contribuindo para qualidade de vida dos envolvidos,

que consigam minimizar os efeitos da seca na região, e os prejuízos tragos para os povos locais, além da necessidade da preocupação e cuidado do meio ambiente, contribuindo assim no equilíbrio entre sociedade e natureza. Por isso tudo, de modo geral acreditamos que o trabalho pode ser considerado como satisfatório, pois atendeu tanto aos objetivos, de compreender sobre a seca no semiárido e as suas relações com o povo que reside nessas regiões de estiagem, sofridas há alguns anos.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9433/97**, 1997. Disponível em:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/> Acesso em: 24 de Abr. 2019.

CAMPOS, J, N, B e STUDART, T.M.C. **Secas no Nordeste do Brasil: Origens, Causas e Soluções**. 2001.

Disponível em: http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas_no_Nordeste_do_Brasil_08_de_junho_def.pdf Acesso em: 24 de Abr. 2019.

CAMPOS, J,N, B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Estudos Avançados, São Paulo, 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000300005 Acesso em: 03 de Nov. 2018.

GONDIM, J, FIOREZE, A, P, ALVES, R, F, F, SOUZA, W, G. **A atual seca no semiárido nordestino – impactos sobre os recursos hídricos**, Brasília-DF, 2017. Disponível em:

http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/856/784 Acesso em: 03 de Nov. 2018.

GUALDANI, C, FERNÁNDEZ, L, GUILLÉN, M,L. **Convivência com o semiárido brasileiro, reaplicando saberes através de tecnologias sociais**, Brasília, 2015.

HEIDMANN, F. G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDMENN, F. G.; SALM, J. F. Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: UnB, 2006.

KAUARK, F. MANHÃES, F, C. MEDEIROS, C, H. **Metodologia da Pesquisa: Guia Prático**. Via Litterarum. Itabuna, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO - UFERSA
I SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO



SOUSA, L, M. **Gestão de recursos hídricos: metodologias de participação social**, 2012? Disponível em:
https://capacitacao.ead.unesp.br/dspace/bitstream/ana/96/2/Unidade_1.pdf Acesso em: 24 de Mai. 2019.